

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

VINÍCIUS DOS SANTOS FLÔRES

VIGIAR E COMPARTILHAR:
Marcas da violência armada nas redes digitais do Fogo Cruzado

São Leopoldo
2021

VINÍCIUS DOS SANTOS FLÔRES

VIGIAR E COMPARTILHAR:

Marcas da violência armada nas redes digitais do Fogo Cruzado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo César Henn

São Leopoldo

2021

F634v

Flôres, Vinícius dos Santos.

Vigiar e compartilhar : marcas da violência armada nas redes digitais do Fogo Cruzado / por Vinícius dos Santos Flôres. – 2021.

246 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2021.

“Orientador: Dr. Ronaldo César Henn”.

1. Fogo Cruzado. 2. Vigilância compartilhada. 3. Territorialidades semióticas. 4. Violência armada. 5. Redes digitais. I. Título.

CDU: 659.3:316.647.3

VINÍCIUS DOS SANTOS FLÔRES

VIGIAR E COMPARTILHAR:

Marcas da violência armada nas redes digitais do Fogo Cruzado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 31 março de 2021.

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. REGIANE MIRANDA DE OLIVEIRA NAKAGAWA - UFRB
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)

PROFA. DRA. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA - FACULDADE DOM BOSCO
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)

PROF. DR. JOSÉ LUIZ WARREN JARDIM GOMES BRAGA - UNISINOS
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)

PROFA. DRA. MARIA CLARA JOBST DE AQUINO BITTENCOURT - UNISINOS
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)



PROF. DR. RONALDO CÉSAR HENN - UNISINOS

Às vidas ceifadas pela violência armada no Brasil.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Onice Grippa dos Santos. Pelo amor incondicional, pelo exemplo de vida e pelo esforço para que eu pudesse cursar o ensino superior – da graduação ao doutoramento. Se hoje estou aqui, devo isto a esta mulher incrível.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, pelos ensinamentos, tensionamentos e sacações ao longo destes quatro anos. Em especial, ao meu orientador Prof. Dr. Ronaldo César Henn pela parceria nesse período, por aceitar o desafio de abraçar uma temática complexa e por ser um ombro amigo nos momentos de incertezas da pesquisa.

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), pela oportunidade de estudo em um país em um ocaso educacional e por conceder, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma bolsa de estudos, sem a qual não conseguiria cursar o doutorado.

Ao *Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados*, que estendeu a mão a um pesquisador anônimo quando ele mais precisava. Sem dúvida, minha pesquisa ganhou vida com a contribuição deste importante centro de formação analítica.

Ao laboratório de dados *Fogo Cruzado*, objeto empírico desta tese, na figura de sua idealizadora, a jornalista Cecília Olliveira, tanto pelo trabalho desenvolvido, que sou admirador, quanto pela gentileza em ceder uma entrevista para esta pesquisa.

Aos amigos de jornada, colegas e parceiros de vida, que se dispuseram a refletir comigo as questões que permeiam este trabalho, entre cafés e partidas de xadrez, nas figuras de Artur Lazzari, Iván Lasso e Tiago Segabinazzi.

Por fim, à minha companheira de vida, Heloísa Damin, pelo amor, apoio e compreensão ao longo do processo de elaboração desta tese.

Obrigado. Obrigado. Obrigado.

Inside the state

War is created

No man's land

Who'll be alive?

Sepultura - Refuse/Resist

RESUMO

Esta tese investiga os sentidos sobre a violência armada, acionados pela vigilância compartilhada do laboratório de dados *Fogo Cruzado*. Por meio de uma plataforma colaborativa na web, a equipe georreferencia em mapas abertos acontecimentos que envolvem tiroteios no Rio de Janeiro e em Recife. Com base na noção comunicacional de sistema de relações, reflete-se sobre interações territoriais com o atual contexto de redes digitais para pensar o vigiar como um conceito articulador, cujo foco específico de estudo intitulamos de vigilância compartilhada. Metodologicamente, o trabalho se situa no âmbito do paradigma indiciário, com uma abordagem processual semiótica para captar os rastros deixados por semioses sobre a violência armada nas plataformas digitais. O resultado dessa incursão é a concepção de territorialidades semióticas, que traduzem modos tendenciais de sentidos engendrados por este vigiar compartilhado. O percurso metodológico se divide em compreender as processualidades da vigilância compartilhada, desvendar o percurso acontecimental dos tiroteios, identificar os modos de semiotização da plataforma, analisar os enquadramentos da violência armada e mapear as territorialidades semióticas engendradas pelo laboratório de dados. A guerra entre facções, milícias e polícias seria um inibidor de qualquer espécie de monitoramento. No entanto, um dos efeitos de sentido das redes digitais, o anonimato, viabiliza a identificação de territórios em conflito. Assim, destaca-se o papel orientacional executado neste sistema de relações através de um vigiar compartilhado, articulado pelo laboratório de dados *Fogo Cruzado*. Em particular, a noção ampla que esta característica apresenta por se posicionar também como um observatório social, construído em várias interfaces (jornalísticas, científicas e colaborativas) que georreferenciam a violência armada e a colocam em debate com a sociedade.

Palavras-chave: Fogo Cruzado. Vigilância compartilhada. Territorialidades semióticas. Violência armada. Redes digitais.

ABSTRACT

This thesis investigates the meanings of armed violence, triggered by the shared surveillance of the *Fogo Cruzado* data laboratory. Through a collaborative platform on the web, the team geo-references on open maps events involving shootings in Rio de Janeiro and Recife, in Brazil. Based on the communicational notion of system of relations, it reflects on territorial interactions with the current context of digital networks to think of surveillance as an articulating concept, whose specific focus of study we call shared surveillance. Methodologically, the work is within the scope of the evidential paradigm, with a semiotic procedural approach to capture the traces left by semiosis on armed violence on digital platforms. The result of this incursion is the conception of semiotic territorialities, which translate tendencies of meanings generated by this shared surveillance. The methodological path is divided into understanding the proceduralities of shared surveillance, unveiling the eventful trajectory of the shootings, identifying the semiotization modes of the platform, analyzing the frameworks of armed violence and mapping the semiotic territorialities engendered by the data laboratory. The war between factions, militias and police would be an inhibitor of any kind of monitoring. However, one of the meaningful effects of digital networks, anonymity, makes it possible to identify territories in conflict. Thus, the orientational role performed in this system of relations stands out through a shared watch, articulated by the *Fogo Cruzado* data laboratory. In particular, the broad notion that this characteristic presents to also position itself as a social observatory, built on various interfaces (journalistic, scientific and collaborative), which georeference armed violence and puts it in debate with society.

Keywords: Fogo Cruzado. Shared surveillance. Semiotic territories. Armed violence. Digital networks.

RESUMEN

Esta tesis investiga los sentidos de la violencia armada, desencadenada por la vigilancia compartida del laboratorio de datos de *Fogo Cruzado*. A través de una plataforma colaborativa en la web, el equipo geo-referencia en mapas abiertos eventos relacionados con tiroteos en Río de Janeiro y Recife, en Brasil. Partiendo de la noción comunicacional de sistema de relaciones, reflexiona sobre las interacciones territoriales con el contexto actual de las redes digitales para pensar en la vigilancia como un concepto articulador, cuyo foco específico de estudio llamamos vigilancia compartida. Metodológicamente, el trabajo se enmarca en el paradigma indiciario con un enfoque procedimental semiótico para capturar las huellas que deja la semiosis sobre la violencia armada en plataformas digitales. El resultado de esta incursión es la concepción de territorialidades semióticas, que traducen tendencias de sentidos generados por esta vigilancia compartida. El camino metodológico se divide en comprender los procedimientos de la vigilancia compartida, desvelar la trayectoria de los eventos de los tiroteos, identificar los modos de semiotización de la plataforma, analizar los marcos de la violencia armada y mapear las territorialidades semióticas engendradas por el laboratorio de datos. La guerra entre facciones, milicias y policías inhibiría cualquier tipo de vigilancia. Sin embargo, uno de los efectos significativos de las redes digitales, el anonimato, permite identificar territorios en conflicto. Así, se destaca el papel orientador que se desempeña en este sistema de relaciones a través de una vigilancia compartida, articulada por el laboratorio de datos de *Fogo Cruzado*. En particular, la noción amplia que presenta esta característica para posicionarse también como un observatorio social, construido sobre varias interfaces (periodística, científica y colaborativa), que georreferencia la violencia armada y la pone en debate con la sociedad.

Palabras clave: Fogo Cruzado. Vigilancia compartida. Violencia armada. Redes digitales. Territorios semióticos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Origem das favelas cariocas se vincula a políticas higienistas.....	51
Figura 2 – Efeitos dos confrontos armados na vida da favela.....	54
Figura 3 – Planta do panóptico de Bentham	56
Figura 4 – Notificação do <i>Fogo Cruzado</i> sobre operação policial.....	63
Figura 5 – <i>Homepage</i> do site do <i>Fogo Cruzado</i>	116
Figura 6 – Tela principal do aplicativo do <i>Fogo Cruzado</i>	118
Figura 7 – Nuvem de mídias que utilizaram dados do <i>Fogo Cruzado</i>	122
Figura 8 – A primeira notificação georreferenciada do acontecimento.....	126
Figura 9 – Usuário comenta sobre o ferimento de Marcos Vinicius	127
Figura 10 – Orientação entre usuários nas redes sociais.....	128
Figura 11 – Estrutura da raspagem de dados da conta do <i>Twitter</i>	136
Figura 12 – Balanço de tiroteios nos primeiros 100 dias de 2019.....	141
Figura 13 – Continuidade da análise em um fio no <i>Twitter</i>	142
Figura 14 – Número de cachorros baleados no Rio de Janeiro.....	143
Figura 15 – Dados do <i>Fogo Cruzado</i> baseiam lei municipal	144
Figura 16 – Anúncio de novo canal de alertas sobre tiroteios.....	145
Figura 17 – Tiroteio interrompe caminho ao trabalho de pessoa	147
Figura 18 – Relato de sono interrompido por tiros	148
Figura 19 – <i>Fogo Cruzado</i> busca informações a partir de relatos no <i>Twitter</i>	149
Figura 20 – Alerta de tiroteio em resposta a outro	150
Figura 21 – Alerta compartilhado por usuário com <i>Fogo Cruzado</i>	151
Figura 22 – Moradora chancela informação divulgada pelo <i>Fogo Cruzado</i>	152
Figura 23 – Papel orientacional do <i>Fogo Cruzado</i> é destacado.....	152
Figura 24 – Interações revelam marcas da cultura digital.....	153
Figura 25 – <i>GIFs</i> animados são utilizados em troca de mensagens	154
Figura 26 – Memes são alguns dos recursos utilizados nas interações	155
Figura 27 – O recurso ameniza a abordagem de uma temática delicada.....	156
Figura 28 – Acontecimentos são acompanhados no curso do tempo	159
Figura 29 – Cobertura midiática valida notificações de tiros	160
Figura 30 – Publicação divulga alerta de operação policial.....	161
Figura 31 – <i>Thread</i> como recurso de complementaridade dos alertas	161
Figura 32 – Notícia do portal <i>G1</i> oferta detalhes à notificação inicial.....	164
Figura 33 – Vídeo de helicóptero da Polícia Civil sintetiza terror vivido	165

Figura 34 – Signos de felicidade em fotos de vítimas da violência armada	169
Figura 35 – Mosaico de imagens de vítimas da violência armada	170
Figura 36 – Usuários reagem à morte de catador de materiais recicláveis	191
Figura 37 – Usuários reagem à notificação de ferimento de Ágatha Félix	192
Figura 38 – Em sequência, usuários marcam outros em <i>replies</i>	194
Figura 39 – Usuária alerta veículos jornalísticos e instituições de Estado	195
Figura 40 – Usuária demonstra conhecer a vítima	197
Figura 41 – Usuária relata experiência geográfica com acontecimento	198
Figura 42 – Usuários relatam aprendizados com pais militares	199
Figura 43 – A ironia é um dos principais recursos das semioses do punitivismo	200
Figura 44 – A comeração de mortes é outra marca desta territorialidade	201
Figura 45 – Perfil da PM do Rio de Janeiro emite explicação nos <i>replies</i>	202
Figura 46 – Discurso coloca imprensa como favorável ao crime	203
Figura 47 – Usuários cobram manifestação de moradores contra facções	204
Figura 48 – Marielle Franco é mencionada em comentários de caso Flordelis	207
Figura 49 – Usuária critica comentários da territorialidade do punitivismo	208
Figura 50 – Usuária cobra o então governador Wilson Witzel	209
Figura 51 – Postura controversa de Bolsonaro é acionada por usuário	210
Figura 52 – Usuária cobra o então prefeito Marcelo Crivella	211
Figura 53 – Quadro conservador das eleições é atribuído como responsável	212
Figura 54 – Usuário atribui desigualdade social com violência armada	212
Figura 55 – Questão racial da violência armada é lembrada e contestada	213

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Esquema sinóptico de questões e objetivos da tese	28
Gráfico 2 – Esquema epistemológico da tese.....	29
Gráfico 3 – Pirâmide invertida teórico-conceitual da tese	46
Gráfico 4 – Mapa piramidal dos caminhos metodológicos.....	113
Gráfico 5 – Modelo comunicacional do <i>Fogo Cruzado</i>	125
Gráfico 6 – Linha do tempo do acontecimento no <i>Fogo Cruzado</i>	130
Gráfico 7 – Esquema analítico das semioses da violência armada	135
Gráfico 8 – Funil do corpus de análise das territorialidades semióticas.....	182

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Enquadramentos imagéticos da vigilância compartilhada	167
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Panorama geral das publicações por turnos.....	137
Tabela 2 – Quantidade de publicações por mês no <i>Twitter</i>	138
Tabela 3 – As 20 principais <i>hashtags</i> utilizadas pelo <i>Fogo Cruzado</i>	139

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 TRÍADE CONTEXTUAL	29
1.2 VESTÍGIOS DE UMA JORNADA	36
1.3 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO	41
2 A CONSTITUIÇÃO DO DISPOSITIVO	46
2.1 CIRCULAÇÃO E ESPAÇO-TEMPO	52
2.2 SISTEMA DE RELAÇÕES DE ORIENTAÇÃO	67
3 AMADORES, COLABORAÇÃO E REDES DIGITAIS	75
3.1 VISIBILIDADE, MOBILIDADE E VIGILÂNCIA COMPARTILHADA	83
3.2 CONFIGURAÇÕES DO ACONTECIMENTO NO CIBERESPAÇO	94
4 DAS SEMIOSES ÀS TERRITORIALIDADES SEMIÓTICAS	99
4.1 DESAFIOS DA COLETA DOS DADOS	110
5 ORIENTAÇÃO EM MEIO AO FOGO CRUZADO	113
5.1 CASO MARÉ: DA NOTIFICAÇÃO À TRAGÉDIA ANUNCIADA	126
6 MODOS DE SEMIOTIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA	134
6.1 A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	140
6.2 A VOZ DA INSTITUIÇÃO	143
6.3 A VIGILÂNCIA CONVOCADA	146
6.4 O ALERTA DE TIROTEIOS	157
6.5 A REPERCUSSÃO MIDIÁTICA	162
7 ENQUADRAMENTOS DO VIGIAR COMPARTILHADO	167
7.1 VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA ARMADA	168
7.2 RASTROS DOS ACONTECIMENTOS	171
7.3 TRIUNFO POLICIAL	174
7.4 REGISTROS MIDIÁTICOS	175
7.5 CRIANÇAS EM PERIGO	176
7.6 FLAGRANTE ACONTECIMENTAL	177
8 CARTOGRAFIA DOS SENTIDOS	181
8.1 PERFIS DOS ACONTECIMENTOS	182
8.1.1 Narrar o presente: o perigo iminente	183
8.1.2 Repercutir o passado: a reflexão intermediária	184
8.2 SENTIDOS SOBRE A VIOLÊNCIA ARMADA	187
8.2.1 Territorialidade semiótica da comoção	189

8.2.2 Territorialidade semiótica da orientação	193
8.2.3 Territorialidade semiótica da experiência	196
8.2.4 Territorialidade semiótica do punitivismo	199
8.2.5 Territorialidade semiótica dos direitos humanos	208
9 TERRITORIALIDADES SEMIÓTICAS DA VIGILÂNCIA COMPARTILHADA: CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS	224
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM CECÍLIA OLLIVEIRA	233

1 INTRODUÇÃO

Uma questão de segundo. Durante o tempo que você levou para ler esta primeira frase, o som de um tiro já teria reverberado por aproximadamente 340 metros. Nesta última sentença, ultrapassado o raio de 1 km, a depender do projétil balístico, calibre e modelo da arma de fogo. A rigor, caso você se encontre em meio a um tiroteio, em milissegundos o seu cérebro interpretará esses signos sonoros como um sinal de perigo, emitirá um alerta para o sistema nervoso e desencadeará uma série de reações corpóreas, como o aumento da produção de adrenalina e o deslocamento da circulação sanguínea da região digestória e das extremidades do corpo para o sistema cardiovascular. Não há tempo para reflexão.

Essa é a força de um signo, o som de um disparo, atribuído como sinônimo de perigo. Nesse cenário, você tendencialmente procurará se proteger. Trata-se de uma questão elementar de sobrevivência, que ajudou a manter os seres humanos resguardados de ameaças, oriundas de seus semelhantes, outros animais e demais intempéries da natureza. Esta situação dramática ilustrada simboliza a rotina de milhares de pessoas no Brasil, que contabilizou mais de 900 mil vidas ceifadas por armas de fogo desde 1980. Em outros tempos, a notificação desses acontecimentos ficaria circunscrita às instâncias institucionais da sociedade, como a polícia e os veículos de comunicação. Comumente, viraria apenas mais um relato nas conversas cotidianas. Já o conhecimento sobre os riscos em determinados territórios se restringiria a alguns grupos sociais.

Nos últimos 20 anos, com a consolidação da comunicação em rede, novas formas de vigilância sobre a violência das cidades foram acionadas em semioses compartilhadas na web. Nessa ambiência em constante transformação, outras estratégias de resistência aos poderes estabelecidos pelas armas são mobilizadas em discursos, sentidos e saberes locais, dinâmica que reconfigura a própria realidade por meio de ciberacontecimentos (HENN, 2013, 2015). Em vista disso, a presente tese busca lançar um olhar analítico sobre a construção espacial do ponto de vista comunicacional em tempos de redes digitais, tendo como questão norteadora compreender como a vigilância compartilhada, articulada por um sistema de relações, engendra semioses sobre a violência armada em territórios urbanos.

O marco teórico desta tese se situa na intersecção dos processos midiáticos. Em primeiro lugar, destaca-se a multiplicidade de fenômenos que compõem o objeto comunicacional por essa angulação. Outro aspecto importante é que, enquanto

ações em curso, se distinguem de objetos de outras ciências por possuírem uma temporalidade modalizadora. O terceiro ponto a ser sublinhado é que a comunicação que abordamos, como o próprio nome sugere, diz respeito ao universo das mídias, imbricada em episódios de interação social. Vale destacar que o tempo histórico de emergência e estudo nesse campo é de pouco mais de um século. Outras processualidades já se faziam presentes na sociedade, como os processos sociais, culturais e econômicos. A diferença elementar é que hoje os processos midiáticos se apresentam como operadores centrais de inteligibilidade de diversas frentes.

De um modo geral, a técnica executa uma relação modalizadora ao criar dinâmicas e espaçamentos entre sujeitos até então inexistentes. Transformada em meio, reflete na organização social enquanto mídias, as quais passam a ser o elemento constituidor do fazer comunicativo, ocupam um espaço de mediação e possibilitam a emergência de novas culturas através das apropriações dos sujeitos (MARTÍN-BARBERO, 2004, 2015). Nas últimas décadas, a dimensão mediacional dos processos midiáticos se transforma na medida em que os amadores rompem as barreiras da produção. Assim os acontecimentos passam a depender menos de instituições de referência e mais de tecnologias. Nesse contexto, o expert não somente é aquele chancelado institucionalmente, mas também o sujeito que, munido de sua própria experiência (SILVERSTONE, 2002), se apresenta como alguém apto (FLICHY, 2016).

O acesso à informação possibilitado pela tecnologia em crescente convergência (JENKINS, 2009) não esmaece as desigualdades sociais. Dito de outra maneira, as dimensões políticas e econômicas não desaparecem como se fez entender o discurso tecnodeterminista (MARTÍN-BARBERO, 2004; AQUINO BITTENCOURT, 2016; CARLÓN, 2016). Historicamente, a própria ingenuidade do público relacionada aos meios massivos sempre foi um discurso sem fundamentação empírica. Por sua vez, a ideia de nativos digitais preteriu por muito tempo a variedade de literacidades midiáticas existentes em favorecimento do discurso do empoderamento da Internet (LIVINSTONE, 2011). Desse modo, o presente trabalho não compreende o alcance facilitado às tecnologias como sinônimo de uma convergência de sentidos, discursos e apropriações. De igual forma, a tecnologia não se resume ao âmbito meramente instrumental, mas também se constitui enquanto uma *janela de oportunidade* para transformação de práticas para além do espectro material.

Desde seu advento, os processos midiáticos passam gradativamente a ter um papel onipresente na sociedade - desde a centralidade da televisão na geografia dos

lares (ECO, 1986) até o esmaecimento da dicotomia público e privado (CARLÓN, 2015; FLICHY, 2016) através de um vigiar potencializado pelas tecnologias. O próprio celular se transmuta de um aparelho sem fio de comunicação entre duas partes para uma espécie de extensão da vida, aos moldes da proposta elaborada por Marshall McLuhan (2002). Com a possibilidade de utilização de recursos de geolocalização, o aparelho se transforma em uma referência geográfica deste novo viver midiático - do acordar ao dormir, dos cômodos de nossas casas aos rotineiros percursos urbanos. Nessa linha, os processos de vigilância são convidados a ingressar em novos territórios pelo vetor das mídias, em especial com a imbricação dos polos de produção e recepção discursiva.

A rigor, esse vigiar espalhado não deve ser apreendido como algo a priori negativo. Tanto pode ser endêmico como antídoto, a depender do ponto observacional (BRAGA, 2016). Diante disto, esta pesquisa busca uma postura intermediária entre o pessimismo apocalíptico e o deslumbramento integrado. Parafraseando Eco (1979, p. 59), trata-se de aceitar a “visão dos vários níveis como complementares e todos eles fruíveis pela mesma comunidade de fruidores”. Portanto, o desafio que se interpõe é jogar com essas duas matrizes centrípetas, impregnadas em distintas abordagens epistêmicas no âmbito das ciências sociais e humanas, e fazê-las coexistirem articuladamente em uma hermenêutica da comunicação que se resguarde na alteridade, no prisma complexo e na articulação de saberes, teorias e conhecimentos de diferentes origens. Portanto, um olhar comunicacional calcado na pluralidade de sua própria natureza.

Em linha com a conduta adotada, por um caminho intermediário que não sufoque as particularidades com macroteorias, buscamos diálogo com a filosofia do dispositivo de Michel Foucault (1999, 2008, 2013, 2017) e a noção comunicacional de dispositivo interacional de José Luiz Braga (2017). A plasticidade do dispositivo engloba uma heterogeneidade de relações, de ordem material e imaterial, compondo um *sistema de relações*, ou seja, um modo de agenciamento entre esses elementos. Esta dinâmica se caracteriza por processos interacionais, a partir dos quais a comunicação se depreende e desencadeia semioses - ação, geração e propagação de signos (PEIRCE, 1974, 1977). Para pensar este objeto em sua dimensão espacial, nos aproximamos das proposições geográficas integradoras de Milton Santos (2005, 2006) e Rogério Haesbaert (2002, 2004), para quem o espaço-tempo passa a ser concebido como um híbrido de processos materiais e simbólicos. Nessa

perspectiva, a dimensão territorial contempla distintas abordagens - das múltiplas relações de poder no âmbito territorial à relação permanente entre redes e territórios.

Para Milton Santos (2005, 2006), o espaço se configura como uma totalidade em movimento, uma instância que se impõe a tudo e a todos. Para tanto, só existe em relação ao homem - com a sua cultura, suas técnicas, suas atribuições de sentido. Conforme o intelectual brasileiro, o espaço geográfico é constituído através da interdependência entre sistema de ações e sistema de objetos. O primeiro exprime relações sociais, as quais incidem no segundo, com seus objetos naturais, técnicos ou fabricados. Logo, a subjetividade do indivíduo é manifestada em suas ações, assim como se faz presente nos objetos interagidos por ele. Nesses episódios interacionais, emerge a noção territorial através da utilização espacial. De um lado, é acionado por uma tecnoesfera - estradas, sistemas de fibra óticas e outras infraestruturas criadas pelo ser humano. Por outro, desponta uma psicoesfera, que congrega aspectos culturais, práticas sociais e conjuntos sógnicos.

Portanto, é o uso territorial que se produz, não o território em si. Via de regra, só é possível dispor de territorialidade e, em última instância, o território só existe na mente das pessoas. A fronteira que separa nações, as coordenadas que limitam povos e os muros que dividem vidas somente se tornam condicionantes territoriais por acordos sociais, culturais e semióticos. Assim, a territorialidade é a expressão de uma virtualidade, de um exercício de força, de relações de poder imbricadas em jogos entre sujeitos. Suas fronteiras podem ser abertas, de fluxos constantes, como podem ser fechadas, com raras brechas. Em suas articulações, tanto podem dispor de lógicas zonais, com controle de áreas específicas, como podem interagir por uma lógica reticular, que enfatize a importância do controle de conexões.

Segundo o geógrafo Claude Raffestin (1993, p. 158), “a territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Em uma leitura similar, Rogério Haesbaert (2004) complementa que incorpora dimensões políticas, econômicas e culturais, pois se vincula aos modos como as pessoas interagem com o mundo, como elas se organizam no espaço e como criam sentido aos objetos que os cercam. Portanto, território e territorialidade são conceitos complexos, substantivados por vários elementos, no âmbito do pensamento e em unidade com o mundo da vida. Juntos, expressam relações sociais exercidas pelos atores, remete-nos a compreender as diferentes perspectivas para o entendimento dos sujeitos e dos processos das problemáticas socioespaciais (SAQUET, 2007).

As relações sociais exercidas nos territórios são semiotizadas em vários níveis, num complexo de símbolos, especificidades linguísticas, indiciabilidades e outros mecanismos de representação e interpretação. Tudo isso forma a territorialidade, que transcende o território para outros planos semióticos. Em um jogo comunicacional, os signos vão se configurar como mediadores entre acontecimentos, que eles representam, e seus intérpretes, para quem são gerados efeitos cognitivos. Assim, por um olhar processual, intentamos capturar modos tendenciais das semioses, cuja resultante é uma série de interpretantes sucessivos com potencialidade infinita. Em busca destas marcas deixadas nas redes digitais, a partir de uma postura indiciária, vamos identificar o que denominamos de territorialidades semióticas, que traduzem semioses convergentes a partir do tensionamento da noção de sistema de relações com a visada geográfica.

Em meandros das redes digitais apropriados e perpassados por relações de poder, as territorialidades semióticas são acionadas em embates de interpretações, julgamentos e discursos sobre a violência armada. Estes fluxos semióticos sublinham uma lógica relacional, em uma espécie de jogo entre os sentidos mobilizados nos episódios comunicacionais. Dessa forma, a angulação de investigação pretendida examina a territorialidade situada no âmbito dos sentidos e acionada por uma práxis coletiva estabelecida no ciberespaço, em dinâmicas de disputas de narrativas sobre a realidade social. Por trás destas processualidades, desvendam-se conjuntos de arquiteturas de tecnologia, práticas sociais e temporalidades distintas, arrançadas por um sistema de relações.

Com base nesse amálgama teórico entre dispositivo, interação, comunicação, territorialidades e semioses, a presente tese assume como objeto empírico de estudo o *Fogo Cruzado*¹, laboratório de dados sobre violência armada, que atua na região metropolitana do Rio de Janeiro desde julho de 2016 e na Grande Recife desde abril de 2018². A iniciativa coleta informações sobre tiroteios, agrega a um banco de dados público e, em tempo real, georreferencia os acontecimentos em um mapa colaborativo, acessível gratuitamente através de um aplicativo para tecnologia *mobile* e pelo próprio site. Os alertas de tiroteios são emitidos de formas distintas,

¹ Site: <https://www.fogocruzado.org.br>

² Como recorte de pesquisa, trabalharemos somente com materialidades do Estado fluminense, tendo em vista que se trata do território de origem da iniciativa.

com publicações e mensagens, também em plataformas de redes sociais - *Twitter*³, *Facebook*⁴, *Instagram*⁵, *YouTube*⁶, *WhatsApp* e *Telegram*.

A idealizadora do projeto é a jornalista Cecília Olliveira, ex-editora contribuinte do *The Intercept Brasil*⁷ e especialista em Criminalidade e Segurança Pública e em Administração Pública. Conforme o site do *Fogo Cruzado*⁸, os objetivos do laboratório de dados são: (1) alertar a população sobre situações de risco para contribuir na tomada de decisão sobre o cotidiano; (2) chamar atenção para as consequências da violência armada, que não se restringe aos registros oficiais de crimes; (3) disponibilizar informações que permitam ao poder público fazer diagnósticos mais apurados sobre problemas causados pela violência armada e, por meio disso, criar políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida da população; e (4) se constituir como fonte primária de dados sobre violência armada a partir da sociedade civil e para a sociedade civil.

Originalmente, o *Fogo Cruzado* era vinculado à *Anistia Internacional Brasil*⁹, inserido nas ações da campanha *A violência não faz parte desse jogo*, focada em violações no período dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. Após o término da parceria, passou a ser gerido pelo *Instituto Update*¹⁰, que atua como *fiscal sponsor* do projeto. Em tradução livre, trata-se de um patrocinador fiscal, responsável por oferecer status legal e isenção de impostos ao projeto enquanto uma organização sem fins lucrativos, cujo propósito deve estar relacionado com a missão da patrocinadora. Com sede em São Paulo, a instituição se autointitula como um *think and do tank*¹¹ de inteligência e tecnologia que busca estimular um novo paradigma político através do fortalecimento do ecossistema de inovação política.

De um modo geral, o *Fogo Cruzado* é utilizado por três públicos diferentes:

- *Usuários do aplicativo*: Pessoas que moram e transitam pelas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Recife. Elas recebem alertas em tempo real sobre o que acontece em um raio de até 4 km, desde que a geolocalização por

³ Site: <https://www.twitter.com/fogocruzadoapp>

⁴ Site: <https://www.facebook.com/fogocruzadoapp>

⁵ Site: <https://www.instagram.com/fogocruzadorj>

⁶ Site: <https://www.youtube.com/channel/UCSDJOgSxKFth4hAzzr8Uj3w/>

⁷ Versão brasileira da publicação jornalística. No Brasil, ficou conhecida pela série de reportagens Vaza Jato, que trouxe à tona a troca de mensagens entre membros da Operação Lava Jato e o então juiz Sérgio Moro. Site: <https://theintercept.com/brasil/>

⁸ Última consulta em 7 de novembro de 2020.

⁹ Fundada em 1961, a Anistia Internacional é uma organização não governamental em defesa dos direitos humanos, com alcance internacional e mais de 7 milhões de membros. Site: <https://anistia.org.br>

¹⁰ Site: <https://www.institutoupdate.org.br>

¹¹ *Think tanks* são instituições dedicadas à produção e difusão de informações sobre determinadas temáticas, com objetivo de influenciar ideias e decisões na política (FLORES, 2017).

satélites (GPS) do aparelho esteja ligada. Há ainda a opção de receber todos os alertas, que são repercutidos instantaneamente nas redes sociais do projeto, mencionadas acima, especialmente na conta no *Twitter*.

- *Pesquisadores e gestores públicos*: Universidades que testam e contribuem com a metodologia de registro do *Fogo Cruzado* ou que trabalham diretamente com a base de dados, disponível através de uma plataforma de consulta aberta¹² para pesquisadores, gestores públicos e pessoas interessadas em séries históricas. Além disso, desde 2019 o laboratório de dados conta com uma API¹³, disponível através da autorização da equipe, que possibilita a conexão direta com os dados para a criação de *dashboards* ou aplicações personalizadas.

- *Imprensa*: Jornalistas e produtores de conteúdo utilizam o *Fogo Cruzado* como fonte de dados para construção de notícias sobre violência armada. Os números divulgados pautam parte da cobertura sobre violência armada nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Recife. A equipe do laboratório de dados mantém um grupo com diversos jornalistas, no aplicativo de mensagens *WhatsApp*, somente para envio periódico de análises e notificações sobre a violência armada.

Em vista disso, buscamos compreender esta plataforma comunicacional emergente, que se assenta em bases geográficas, se interliga pelo ciberespaço e reverbera sentidos sobre tiroteios em um vigiar coletivo que circula em redes digitais, tendo como problema de pesquisa a seguinte questão central: Como a vigilância compartilhada do laboratório de dados *Fogo Cruzado* engendra territorialidades no âmbito dos sentidos sobre a violência urbana do Rio de Janeiro?

Especificamente, nos perguntamos: Quais elementos constituem este sistema de relações? Quais são as especificidades do processo de vigilância compartilhada reveladas neste caso? Quais são os sentidos expressos pela população nas manifestações acerca das publicações sobre tiroteios do *Fogo Cruzado* nas redes sociais? Que modos tendenciais semióticos emergem destes episódios comunicacionais, configurando territorialidades no plano dos sentidos? Que marcas do percurso acontecimental são deixadas nas relações entre o território urbano e as redes digitais? Como se categorizam as formas de semiotização sobre a violência armada pelo *Fogo Cruzado* na plataforma *Twitter*? De que forma que a sociedade civil, a imprensa e demais instituições integram a rede de construção do

¹² Site: <https://api.fogocruzado.org.br/>

¹³ Do inglês *Application Programming Interface* (Interface de programação de aplicativo, em tradução livre). Trata-se do conjunto de regras do *Fogo Cruzado* disponibilizadas para outras frentes que pretendem utilizar as informações do banco de dados.

mapeamento da violência armada? Como o âmbito jornalístico se apropria e é apropriado enquanto fonte no dispositivo *Fogo Cruzado*? Qual é o alcance jornalístico da vigilância compartilhada da violência armada do projeto?

Este trabalho tem como objetivo geral investigar a formação de territorialidades semióticas sobre a violência armada, acionadas comunicacionalmente por processos de vigilância compartilhada do laboratório de dados *Fogo Cruzado*. Nesse sentido, apresenta como objetivos específicos:

- Mapear territorialidades semióticas engendradas no âmbito da recepção de sentidos pelo processo de vigilância compartilhada do *Fogo Cruzado*;
- Descrever os modos de semiotização de alertas, busca por informação e análise dos dados sobre a violência armada pelo *Fogo Cruzado* na plataforma de rede social *Twitter*;
- Analisar o percurso acontecimental em imbricações entre territórios urbanos e redes digitais com acionamentos de territorialidades semióticas;
- Compreender a constituição de um sistema de relações que articula comunicacionalmente os eixos de vigilância, tecnologia, violência armada e orientação geográfica;
- Identificar as especificidades da vigilância compartilhada do *Fogo Cruzado*.

Embora existam outras iniciativas similares no Rio de Janeiro, como *Onde Tem Tiro?*¹⁴, a escolha do *Fogo Cruzado* se deve ao rigor metodológico que a equipe aplica na análise dos alertas, identificação de informações falsas e construção dos mapeamentos. Outro fator relevante levado em conta é que se trata de uma iniciativa idealizada por uma jornalista e possui um claro vínculo jornalístico. Além disso, a plataforma comumente é utilizada como fonte por diversos veículos de comunicação, do Brasil e do exterior, em muitos casos ocupando o lugar histórico de fonte oficial no jornalismo. Com utilização dos dados do laboratório, a matéria “Arsenal Global”, do *The Intercept Brasil*, recebeu menção honrosa no *Prêmio Vladimir Herzog* em 2020, na categoria *Produção Jornalística Multimídia*.

Além disso, o reconhecimento com premiações como *Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos*, *Atlas da Inovação para a Estabilidade Econômica* e *Shuttleworth Foundation*; a parceria com instituições relevantes, como *Ministério Público do Rio de Janeiro*, *Instituto de Segurança Pública*, *Instituto de Matemática Pura e Aplicada*, *Instituto Sou da Paz*, *Fundação Getúlio Vargas*,

¹⁴ Site: <https://www.ondetemtiroteio.com.br>

*Instituto Leônidas e Maria Deane (Fiocruz/Manaus), Universidade Federal Fluminense e Universidade Cândido Mendes; e o próprio relacionamento com a sociedade civil pelas redes digitais na vigilância dos tiroteios são pontos que se somam à importância do *Fogo Cruzado* e, no presente caso, destacam a pertinência de estudar este laboratório de dados sobre a violência armada.*

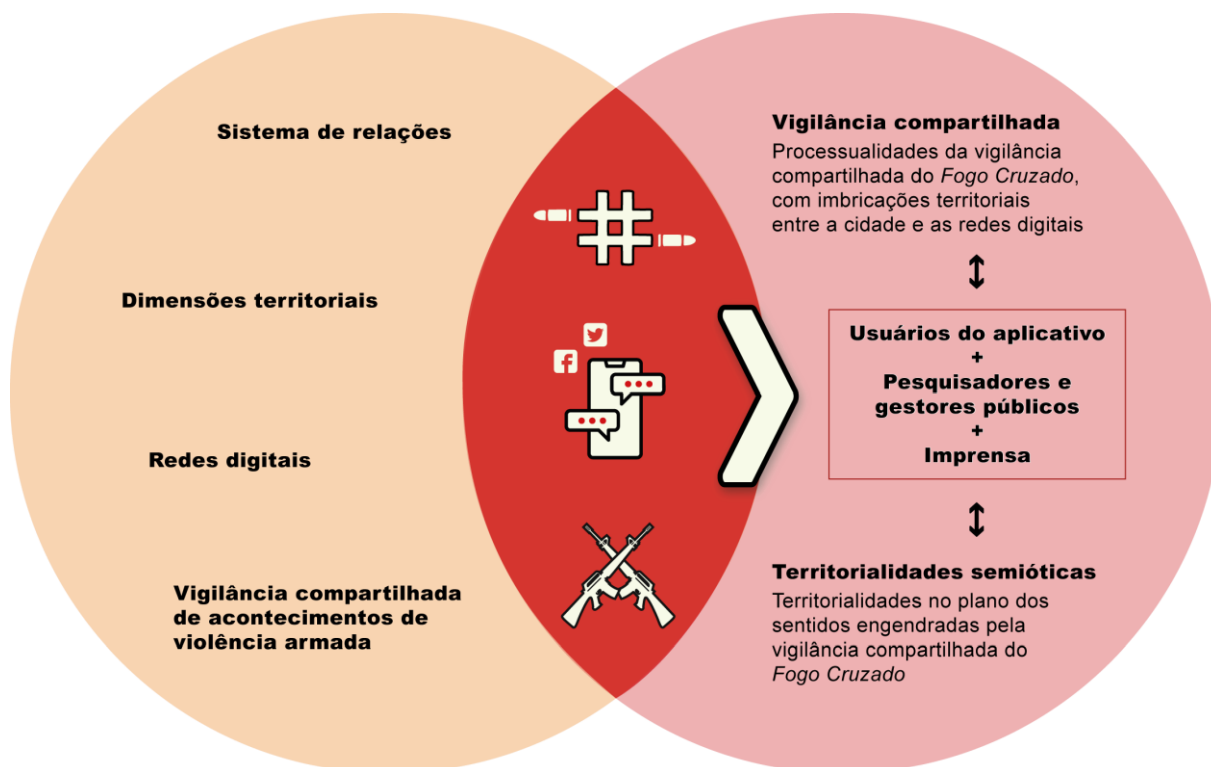
Na sequência, no *Gráfico 1*, apresentamos em um esquema sinóptico a relação dos nove questionamentos geradores da questão central, do objetivo geral e dos cinco objetivos específicos desta pesquisa. Com base neste diagrama, buscamos no *Gráfico 2* traduzir o esquema epistemológico da tese. De um lado, o olhar teórico-conceitual para a problemática, com o entrelaçamento das noções de sistema de relações, as dimensões territoriais, as redes digitais e, por fim, a vigilância compartilhada de acontecimentos de violência armada. Imbricado com este núcleo, se apresenta o nosso objeto empírico, constituído pelo *Fogo Cruzado*, o registro de tiros e, principalmente, as conversações nas mídias digitais sobre tiroteios. A seta unidirecional sinaliza para os sujeitos afetados por estas mensagens, definidos pela própria plataforma como usuários do aplicativo, imprensa, pesquisadores e gestores públicos. Deste público, derivam setas de mútua afetação para as problemáticas centrais que buscamos refletir neste trabalho: (1) a vigilância compartilhada, instaurada através do fazer comunicacional em rede do *Fogo Cruzado*, em imbricações territoriais entre o Rio de Janeiro e as redes digitais; e (2) as territorialidades semióticas, espaços no plano dos sentidos engendrados por esta vigilância compartilhada.

Gráfico 1 – Esquema sinóptico de questões e objetivos da tese



Fonte: Autoria nossa.

Gráfico 2 – Esquema epistemológico da tese



Fonte: Autoria nossa.

1.1 TRÍADE CONTEXTUAL

A problemática deste trabalho se insere em três principais eixos contextuais – tecnológico, civilizacional e comunicacional. Em primeiro lugar, há uma dimensão de base tecnológica. De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia (2016)¹⁵, encomendada pela então Presidência da República, há um crescimento considerável da utilização da Internet, embora a TV siga como o meio de comunicação de maior penetrabilidade no Brasil. Como canal para se informar, a Internet já ultrapassava naquele período os veículos tradicionais nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Esse movimento se alinha ao crescimento do consumo de jornais e revistas no meio digital em detrimento das versões físicas. No período analisado, o acesso à Internet via celular já ultrapassava o computador. Por outro

¹⁵ A pesquisa ocorreu entre 23 de março e 11 de abril de 2016, com 15.050 pessoas, em todo o Brasil. Trata-se da última registrada desde então.

lado, apesar de ser um dispositivo móvel, os resultados mostravam que os usos aconteciam majoritariamente no ambiente domiciliar.

A proporção de acesso à Internet no Brasil chegou a 61% da população em 2017, uma estimativa de 42,1 milhões de domicílios, conforme a Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros (2018). Por outro lado, os maiores percentuais de conexão se encontraram em áreas urbanas (65%) e nas classes A (99%) e B (93%), frente aos baixos números de áreas rurais (34%) e classes D e E (30%). Quanto ao perfil do usuário brasileiro, a grande maioria (96%) utilizava Internet pelo telefone celular, sendo que a metade (49%) somente tinha acesso por meio deste dispositivo. Os serviços de mensagens (90%) e redes sociais (77%) predominavam nos usos dos brasileiros.

A utilização de *smartphones* tem crescido exponencialmente no mundo inteiro. De 5 bilhões de pessoas conectadas a serviços móveis em 2017, o que correspondia a 64% da população da Terra, a expectativa das operadoras do setor é atingir a marca de 5,9 bilhões de conectados em 2025, elevando para 71% a cobertura mundial. Desde 2012, a China é o maior mercado de *smartphones* do planeta. A Índia ocupa a segunda posição, superando os Estados Unidos. Daqui seis anos, esses três países somados à Indonésia e Brasil, respectivamente, vão figurar como os cinco maiores mercados de telefonia móvel. Em 2017, 4,5% do PIB global foram gerados pelas tecnologias e serviços móveis. A expectativa é que esse percentual chegue a 5% nos próximos anos (GSMA, 2018). Em 2020, o Brasil atingiu a marca de 234 milhões de smartphones. Em outras palavras, hoje existem mais aparelhos ativos do que habitantes. Se levarmos em conta outros dispositivos digitais, o número salta para 424 milhões, o que significa existir dois aparelhos por habitante. Já sobre computadores, existem hoje nove aparelhos para cada dez brasileiros (FGVcia, 2020).

Segundo a recente pesquisa do *Pew Research Center* (2018)¹⁶, seis em cada dez adultos brasileiros possuem *smartphone*, enquanto dois em cada dez disseram possuir um aparelho móvel que não o modelo *smartphone*. Em países desenvolvidos, as taxas de propriedade chegam a nove em cada dez pessoas, caso de Israel, Holanda e Coreia do Sul. Independente do país, jovens com níveis elevados de educação e com maior renda tendem a estar mais digitalmente conectados. Entre 2015 e 2018, adultos brasileiros de 18 a 34 anos que possuem

¹⁶ A pesquisa foi realizada com 30.133 pessoas em 27 países de 14 de maio a 12 de agosto de 2018.

smartphone passaram de 61% para 85%. Entre aqueles que possuem mais de 50 anos, as taxas aumentaram de 16% para 32%. Esses dados se alinham aos números identificados pelas pesquisas anteriormente citadas.

A internet móvel é vista como a chave para esse crescimento. Entre 2015 e 2016, a cobertura 4G atingiu 66% da população mundial. Já a 3G chegou à marca de 86%. No Brasil, 68% da população possui algum contato com a telefonia móvel. Após dez anos de seu lançamento, a 4G se tornou em 2019 a principal tecnologia de rede móvel, com mais de 3 bilhões de conexões. Enquanto isso, iniciam-se as batalhas pela implantação da 5G, que possibilitará a execução da Internet das coisas – interconexão com objetos do cotidiano. Em abril de 2019, a Coreia do Sul foi a primeira nação a lançar comercialmente este serviço. O alto índice de penetrabilidade tecnológica atrelado ao ótimo índice de desenvolvimento econômico é sugestivo para essa largada. Até 2025, espera-se que 25 bilhões de conexões 5G estejam em funcionamento no mundo. Esse aumento virá junto com o aumento do número de casas, edifícios e cidades inteligentes (GSMA, 2018).

Em contrapartida, esse eixo tecnológico encontra uma reconfiguração de ordem social. Em todo o mundo democrático, observou-se nos últimos anos uma onda crescente de um populismo de direita (MOUFFE, 2018), que pode ser constatado, com as devidas particularidades reconhecidas, na América do Norte, encarnado até 2020 por Donald Trump nos Estados Unidos; na América do Sul, por Jair Bolsonaro no Brasil; na Ásia, por Rodrigo Duterte nas Filipinas; e na Europa, Viktor Orbán na Hungria, Mateusz Morawiecki na Polônia, Sebastian Kurz na Áustria e Recep Erdogan na Turquia. Justamente, são estes governos que adotaram uma postura de confronto com a imprensa, instituição cara à democracia, com divulgações de “fatos alternativos” com uso refinado de complexas estruturas de comunicação em rede. A reboque dessa guinada sociopolítica, entre outros aspectos, se origina simbioticamente uma crise sistêmica no jornalismo (HENN; OLIVEIRA, 2015), na qual despontam os fenômenos das *fake news* e pós-verdade (AQUINO BITTENCOURT; ALEXANDRE, 2018).

De outro lado, essa crise não afeta somente ao jornalismo, mas praticamente todas as instituições em escala global. Prova disso são os protestos conhecidos como *Primavera Árabe*, em 2011, por conta da crise financeira e contra os governos do Egito, Tunísia, Líbia, Síria, Iêmen e Barein. No mesmo ano, despontava o movimento *Occupy Wall Street*, no coração financeiro do capitalismo. No Brasil, as *Jornadas de Junho* de 2013 foram um heterogêneo reflexo deste processo. Do outro

lado do planeta, em 2014, a *Revolução dos Guarda-chuvas* desafiou a China comunista nas ruas de Hong Kong. Recentemente, desde 2018, o *Mouvement des gilets jaunes* é destaque na França. O próprio *Fogo Cruzado*, como veremos, é produzido também por uma descrença no Estado e na capacidade observacional do flagelado jornalismo. Em comum, todos eles apresentam as redes digitais como operador central. Assim, cabe o questionamento: no mundo contemporâneo, na antessala de um quarto vivido no século XXI, ainda existe espaço para eventos sociopolíticos sem esse denominador comum chamado mídias digitais? Com a aceleração de transformações suscitada pela pandemia de coronavírus, tudo se encaminha para a onipresença de processos midiáticos imbricados em sociedade.

Além do protagonismo das redes, observa-se que a descrença institucional apresenta um caráter generalizado no tecido social. No caso dos órgãos de segurança no Brasil, esta desconfiança foi gradativamente construída por ações das próprias instituições do Estado. Exemplo disso é retratado na obra *Rota 66*, de Caco Barcelos, que mostrou a marginalidade ignorada pela prática jornalística em duas décadas de investigação. Com o predomínio de informações vinculadas à visão organizacional, o jornalista buscou contrapor essa narrativa com a criação de um banco de dados não oficial sobre mortes pela polícia de São Paulo. Dentre os resultados, constatou-se que 65% das vítimas identificadas eram inocentes e que apenas 34,6% possuíam antecedentes criminais (BARCELLOS, 2003).

Conforme o Atlas da Violência de 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Brasil registrou 65.602 homicídios em 2017, alcançando 31,6 mortes para cada cem mil habitantes, alcançando o maior nível histórico de letalidade violenta intencional. No restante do mundo, o número é de cerca de 8 homicídios por mil habitantes. Dos óbitos entre jovens de 15 a 19 anos, 59,1% corresponderam a homicídios. O aprofundamento da desigualdade racial fica sublinhada nos dados. Ao passo que os homicídios de não negros foram de 16 por cem mil habitantes, a taxa de negros foi de 43,1 por cem mil habitantes naquele ano. Do número total de vítimas de homicídios, 75,5% foram indivíduos negros¹⁷ (IPEA; FBSP, 2019).

Entre 1980 e 2017, aproximadamente 955 mil pessoas foram mortas por perfuração de armas de fogo no país. Com o sancionamento do Estatuto do Desarmamento, em 2003, o relatório mostra a estabilização do índice de homicídios

¹⁷ Somatória de pretos ou pardos, conforme classificação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

com uso de armas. Na avaliação do Ipea e do FBSP, o controle armamentista deve ser uma medida central no combate à violência no Brasil, já que, na última década, o crescimento de violência letal coincide justamente com o aumento do número de vítimas por arma de fogo. Conforme o relatório, as taxas de homicídio por arma de fogo aumentaram em 26,9% nos últimos 10 anos. Somente no último ano de análise, o crescimento é de 6%, mesmo que alguns Estados tenham obtido redução no índice de letalidade armada.

Embora sejam relativamente altos os dados da violência no Rio de Janeiro, estado de atuação do *Fogo Cruzado*, com 6.416 homicídios em 2017, as regiões mais críticas do Brasil são o Norte e o Nordeste, onde se encontram os sete estados com maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes: Rio Grande do Norte (62,8), Acre (62,2), Ceará (60,2), Sergipe (57,4), Pernambuco (57,2), Pará (54,7), Bahia (48,8) e Roraima (47,5). O índice do Rio de Janeiro é de 38,4, na 13ª colocação. A explicação para esse crescimento se vincula com a guerra de facções criminosas, sobretudo entre os maiores grupos de narcotraficantes do país, o Primeiro Comando da Capital (original de São Paulo) e o Comando Vermelho (fundado no Rio de Janeiro), e suas reverberações com aliados regionais, em especial com Família do Norte (do Amazonas), Guardiões do Estado (do Ceará), Okaida (da Paraíba), Estados Unidos (também paraibana) e Sindicato do Crime (do Rio Grande do Norte)¹⁸.

No entanto, embora os maiores índices de violência se encontrem nas regiões Norte e Nordeste, o Rio de Janeiro que foi escolhido em 2018 para receber uma intervenção federal, a primeira desde a Constituição de 1988¹⁹, com o respaldo do dispositivo jurídico da Garantia da Lei e da Ordem²⁰. Uma medida drástica com instituições de Estado - as Forças Armadas -, repletas de jovens que, em última

¹⁸ Por estados do Norte e Nordeste que cruzam as veias abertas do narcotráfico, com fornecimento preponderante para África e Europa. A importância do Brasil cresceu nos últimos anos na medida em que houve uma redução da produção de cocaína na Colômbia e aumento da participação do Peru e da Bolívia. Assim, rotas fluviais e terrestres das fronteiras do norte do Brasil viraram território central para a logística do crime. Em paralelo a esses fluxos, decorre um movimento de expansão de facções do sudeste brasileiro desde os anos 2000, com conquista de novos membros e domínio de mercados locais. Conforme o relatório, o cloridrato de cocaína que sai de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, ao preço de US\$ 1 mil, chega a valer US\$ 50 mil no continente europeu (IPEA; FBSP, 2019).

¹⁹ Oficialmente, a intervenção terminou no final de 2018. Contudo, a cidade continuou com a presença de militares nas ruas por um período. No domingo de 7 de abril de 2019, o músico Evaldo dos Santos Rosa, que levava a família para um chá de bebê, foi alvo de 80 tiros de militares, que também mataram o catador de material reciclável Luciano Macedo que tentava ajudar a família em Guadalupe, no Rio de Janeiro.

²⁰ BRITO, Carlos; MURARO, Cauê; FUSSY, Peter. Intervenção federal no RJ é a 1ª desde a Constituição de 1988. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/intervencao-federal-no-rj-e-a-1-desde-a-constituicao-de-1988.ghtml>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

análise, são treinados para matar e não proteger. Na época, o então presidente da República, Michel Temer, proferiu a seguinte colocação: “o Brasil está a demandar medidas extremas para pôr ordem nas coisas”. Na avaliação de Cecília Olliveira, idealizadora do *Fogo Cruzado* e editora do *The Intercept Brasil*, “você não age onde não rende notícia”. Das 11 ações do Exército no Rio de Janeiro nos últimos 25 anos, somente em uma houve redução no número de homicídios, roubos a pedestres, cargas e veículos. Ela finaliza: “Parece cada vez mais fazer parte de um plano para apenas gerar imagens para a TV”²¹.

No mesmo ano, o Brasil votaria as eleições majoritárias para o Executivo e o Legislativo. O resultado foi a vitória de Jair Bolsonaro para a presidência da República, considerado um *outsider* de extrema-direita de discurso belicoso²². O gesto popularizado entre os adeptos do presidente de fazer uma ‘arminha’ com os dedos representa este momento político. O desejo de medidas extremas de Michel Temer parecia se concretizar, só que também nas urnas. Essa mudança refletiu ainda no legislativo. O PSL (Partido Social Liberal), hoje ex-partido do presidente, até então sem expressividade política, conquistou a segunda maior bancada da Câmara Federal com a eleição de 52 deputados, atrás apenas do PT (Partido dos Trabalhadores), com 56 representantes. A bancada conservadora foi acrescida ainda por parlamentares *BBB* (boi, Bíblia e bala) – vinculados ao agronegócio, às igrejas neopetencostais e à indústria armamentista²³. No Rio de Janeiro, surfando a mesma onda, Wilson Witzel, do Partido Social Cristão (PSC), foi eleito governador. Na campanha, prometeu que iria ordenar que policiais abatessem quem estivesse portando fuzil. Nas suas palavras: “A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro”²⁴. A imagem do ex-juiz saindo de um helicóptero para comemorar a morte de um sequestrador como uma marca da

²¹ THE INTERCEPT BRASIL. Intervenção Militar: Rio de Janeiro. Vídeo publicado na página do The Intercept Brasil, 2 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/02/17/intervencao-militar-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

²² CARNEIRO, Júlia Dias. Jair Bolsonaro: os caminhos e as promessas do novo presidente. BBC Brasil. 1º de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46705007>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

²³ SCHREIBER, Mariana; SHALDERS, André. Bolsonaro presidente: a matemática que pode alavancar (ou travar) projetos do governo no Congresso. BBC News Brasil. 31 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46036919>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

²⁴ BETIM, Felipe. Alinhado a Bolsonaro, Witzel quer transformar o Rio em vitrine dos planos de segurança mais radicais. El País Brasil. 1 de novembro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/29/politica/1540850503_916264.html>. Acesso em: 6 dez. 2020.

política de Estado, como a vibração de um gol de um time de futebol, sintetiza o quadro político da cidade outrora conhecida por sua verve liberal e progressista²⁵.

Ao cenário social, político e tecnológico, descrito até aqui, somam-se as disputas territoriais específicas do tráfico de drogas do Rio de Janeiro. Entre os principais grupos dessa ininterrupta disputa, apresentam-se as facções criminosas Comando Vermelho, Terceiro Comando Puro, Amigos dos Amigos e os paramilitares, também conhecidos como milícias. Estes últimos inicialmente se propunham a garantir na bala a segurança dos bairros aonde o Estado não chega (propositalmente ou não), com uma série de condições impostas. Em tribuna, a família Bolsonaro já defendeu a sua legalização e, inclusive, homenageou seus membros²⁶. Atualmente, também se beneficiam do tráfico de drogas, com articulações até mais intensas que as próprias facções. Exemplo disso é a presença nos meandros do poder político e econômico, do âmbito local às esferas federais. A morte da vereadora Marielle Franco, do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) do Rio de Janeiro, é um símbolo dessa violência armada. A proximidade do ex-líder da milícia, responsável por seu assassinato, ou mesmo dos próprios assassinos com a família de Jair Bolsonaro mostra até onde alcança a influência desses grupos.

Em linhas gerais, eles disputam terreno em quatro áreas do Rio de Janeiro: (1) o Centro, caracterizado por ser pouco residencial e mais voltado ao comércio; (2) a Zona Sul, que contempla os bairros mais nobres e as principais áreas turísticas, como as praias de Copacabana e Ipanema, o Corcovado e o Pão de Açúcar. As favelas nessa região têm suma importância porque vendem drogas para quem tem mais dinheiro; (3) a Zona Norte, a mais populosa da cidade, considerada a primeira região de subúrbio, com um crescimento vinculado às vias férreas. Ela liga a cidade com a Baixada Fluminense, que engloba os municípios Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti; (4) e a Zona Oeste, considerada a região mais extensa do Rio de Janeiro, com cerca de 75% do território da cidade. De um lado, ela simboliza a ascensão de uma nova classe A e, por outro, mostra uma cidade à parte, com menos influência das regiões central e sul (OLLIVEIRA; EIRAS, 2018).

²⁵ AGÊNCIA BRASIL. Wilson Witzel comemora desfecho com morte do sequestrador no Rio de Janeiro. *Correio Braziliense*, 20 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/08/20/interna-brasil,778167/wilson-witzel-comemora-desfecho-com-morte-do-sequestrador-no-rio-de-ja.shtml>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

²⁶ OLLIVEIRA, Cecília. As ligações dos Bolsonaros com as milícias. *The Intercept Brasil*, 22 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/01/22/bolsonaros-milicias/>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

Estes aspectos sociais e tecnológicos formam os dois eixos contextuais propostos para compreensão da temática desta tese. O terceiro e último diz respeito ao âmbito discursivo em tempos de redes digitais, central para o problema de pesquisa e elaborado com maior propriedade ao longo deste trabalho, que entra em ebulição com esses dois vetores aqui descritos. Antes do atual estágio comunicacional, os processos midiáticos eram resumidos de modo binário aos polos de produção e recepção, como espaços social e geograficamente distantes. Na atualidade, com as tecnologias transformadas em meios, o público é instigado cotidianamente a romper com as lógicas dessas territorialidades, movimento que tensiona os papéis históricos das mídias.

No âmbito jornalístico, a imprensa perde paulatinamente a exclusividade da transmissão dos acontecimentos (ALSINA, 2009), enquanto porta-voz da realidade social, permeada por um discurso de neutralidade oriundo da tradição positivista. Esse protagonismo na mediação social se enfraquece com a abertura das portas da produção possibilitada pelo o que convencionou-se chamar de novas mídias, movimento de partilha com a sociedade de aptidões midiáticas que antes eram exclusividade de grandes veículos de comunicação. Portanto, há dois movimentos que se misturam midiaticamente: o técnico, com o espalhamento de aparatos e a apropriação tecnologias por classes mais baixas, que não necessariamente foram elaborados pensando em seus usos; e o social, com a população convocada a assumir as rédeas da produção de sentidos nas redes digitais.

1.2 VESTÍGIOS DE UMA JORNADA

Este trabalho não separa o pesquisador do sujeito. Para além das recomendações da ciência objetivada, que preza por uma imparcialidade inalcançável e um distanciamento dúbio, os temas presentes ao longo dessa tese atravessam a minha vida de diferentes formas²⁷. Em primeiro lugar, nas histórias contadas pelo meu avô materno, desterritorializado da família em São Francisco de Assis com a morte prematura do pai e obrigado a trabalhar desde os cinco anos de idade como carreteiro, transportando alimentos pelo Rio Grande do Sul com outras tantas crianças em um tempo no qual sequer havia estradas, orientado pelo fluxo solar e pelos sinais que o ambiente emitia.

²⁷ Nessa parte do trabalho, peço licença para utilização da primeira pessoa do singular.

Malgrado o trabalho infantil, naturalizado naquela época e ainda em voga na atualidade, sempre me inquietei por essas histórias de crianças lançadas sozinhas ao mundo como o meu avô, capazes de manejar grandes juntas de bois pelos pagos gaúchos sem qualquer auxílio de mapas ou bússolas, tendo como ponto principal de referência a conjugação dos astros com a geografia pampeana. Em outras palavras, essa triste passagem que eu ouvia (e ainda ouço) enquanto neto me levou a buscar a compreender essa aptidão de seres humanos, mesmo sem as devidas capacidades cognitivas desenvolvidas e com os circuitos neurais em incipiente desenvolvimento, de conseguir se adaptar e construir percepções semióticas que viabilizassem a orientação espaço-temporal.

Outro aspecto atravessador da minha vida, presente ao longo deste trabalho, é a temática da violência. Minha família possui laços com a área da segurança pública. Minha mãe é agente penitenciária aposentada. Ao longo da adolescência, pude conhecer de perto o local de trabalho dela e conviver com seus colegas de trabalho. Meu pai também é agente penitenciário aposentado. Já meu avô paterno e três tios são ou eram policiais, tanto pela Brigada Militar quanto pela Polícia Civil. Em suma, todo esse contexto afetivo e familiar sublinha, dentre outras coisas, que a grande parcela das temáticas em evidência na realidade brasileira fez parte desde muito cedo do repertório de conversações do meu convívio social.

Anos mais tarde, já como estudante de jornalismo e pesquisador em formação, por três anos integrei como bolsista de iniciação científica o grupo interdisciplinar de pesquisa *Comunicação, Educação Ambiental e Intervenções (CNPq/PPGAD)*, da *Universidade do Vale do Taquari (Univates)*, sob orientação da professora Dra. Jane Mazzarino, com passagem pela Unisinos. As representações simbólicas construídas sobre temas ambientais nos jornais impressos gaúchos eram o foco do nosso trabalho, em particular a problemática dos recursos hídricos. Imerso nessa corrente, tomei como tema para a minha monografia a cúpula de desenvolvimento e meio ambiente da ONU, a *Rio+20*, na qual produzi uma análise comparativa das coberturas dos jornais *Le Monde* e *Folha de S.Paulo* sobre o evento. Minha inquietação era compreender os sentidos ofertados por esses dois periódicos de referência – um europeu e outro latino-americano.

Em paralelo com essas pesquisas, houve uma guinada empírica do grupo para a web com a investigação de questões ambientais no jornalismo e as suas repercussões nas redes sociais digitais. Justamente nesse momento, identifiquei nas minhas análises para o trabalho de conclusão de curso o surgimento na *Rio+20* da

iniciativa denominada *InfoAmazonia*, uma mídia independente que conclama para si o desafio de narrar a Amazônia para além de um lugar exótico. Com a plataforma, originava também o geojornalismo, nomenclatura atribuída pelos próprios envolvidos no projeto, que exprime a utilização de territórios como estrutura narrativa para contextualizar acontecimentos (FLÔRES, 2017).

Assim, minha curiosidade cada vez mais se voltava para universos midiáticos alternativos, que iam além dos alicerces da mídia convencional. No Mestrado em Comunicação Midiática, na Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação da professora Dra. Viviane Borelli, também com formação na Unisinos, pude me debruçar sobre a construção sistêmico-discursiva da *InfoAmazonia*, na qual identifiquei, dentre outros aspectos, a crescente importância da georreferencialidade como característica das narrativas jornalísticas na web e do próprio jornalismo. Em paralelo, me instigava a emergência de outras iniciativas similares ao redor do mundo. Fora do escopo jornalístico, o aparecimento de diversos serviços, aplicativos e sistemas operacionais de base geográfica (*Uber*, *Tinder* e *Pokémon GO*, para ficar em alguns) era o claro reflexo destes tempos locativos.

Embora não seja o objeto de estudo desta tese, vale destacar que este universo das plataformas tem sido objeto de estudos por diferentes campos de pesquisa. Conforme Thomas Poell, David Nieborg e José van Dijck (2020), em recente publicação na revista *Fronteiras*, o conceito já era tema de debate em várias partes do mundo antes mesmo da chegada dos gigantes *Google* e *Facebook*. Na comunicação, emerge no esteio de reflexões sobre a evolução tecnológica, a economia da informação e a compreensão de usuários como ativos (JENKINS, 2009). Em meados de 2005, ganhou relevância com a “web 2.0”, vista por jornalistas e pesquisadores como uma síntese das mudanças da época com a proposta de uma Internet mais aberta. *YouTube*, *Facebook*, *MySpace* e *Twitter* se transformaram em serviços aclamados como plataformas de redes sociais, em especial pela capacidade de convergência.

As plataformas são orientadoras das interações dos usuários nas redes digitais. Por meio de classificações algorítmicas, moldam conteúdos e serviços, os quais podem se tornar visíveis ou ficar fora do alcance. Também são as que rastreiam e direcionam os públicos para os conteúdos que podem ser vistos, embora haja uma liberdade de escolha enraizada por trás do discurso da Internet. Realizar duas pesquisas sobre a Praça da Paz Celestial, na China ou no Brasil, vão mostrar

resultados completamente diferentes²⁸. Estes aspectos são fustigados com os efeitos de sentidos de empoderamento do usuário. Por fim, as plataformas ditam, por meio de interfaces gráficas, as formas de interações possíveis, com botões (curtir, seguir, avaliar, comprar, pagar) e campos de interação (comentar, recomendar, denunciar). Há assim um jogo a ser jogado que revela relações de poder entre os atores da plataformização: operadores de plataforma, usuários finais e complementadores.

Em suma, as plataformas são compreendidas como infraestruturas digitais (re)programáveis, que intermediam e moldam interações entre os responsáveis pelo desenvolvimento de softwares para elas, os complementadores, e o público que irá consumir esses produtos, os usuários finais. Para tanto, são organizadas com base em coletas sistemáticas, processamento de ordem algorítmica, monetização de processos e circulação de dados. Por uma leitura processual, tendo em vista o impacto social que essas plataformas proporcionam na atualidade, a plataformização consiste na presença social de infraestruturas, processos econômicos e modos de governança em plataformas digitais, cuja penetrabilidade é capaz de suscitar transformações sociais e culturais (POELL; NIEBORG; DIJCK, 2020).

Desta forma, por uma via desponta a compreensão do processo pela ótica dos estudos de software, enquanto infraestruturas em evolução, voltados para as fronteiras das plataformas, sobretudo com estudos de interfaces de programação, processamento de dados e kits de desenvolvimento de sistemas. A título de exemplo, antes de ser uma plataforma de mídias sociais, para estas pesquisas o *Facebook* é compreendido enquanto uma infraestrutura de dados que hospeda um conjunto de instâncias de plataformas (*Messenger, Instagram, WhatsApp* etc.). Nesse grupo de pesquisas, há uma corrente paralela que compreende as principais empresas do setor como equivalentes modernos dos monopólios ferroviários, elétricos e similares do século XIX.

Ainda de acordo com Poell, Nieborg e Dijck (2020), uma segunda corrente enfoca em analisar a plataformização como um processo mercadológico, cujo destaque é a acumulação de poder de um pequeno grupo de empresas. Prova deste argumento é a força evidenciada no ranking das maiores marcas do mundo de 2020, da consultoria *Brand Finance*, que traz cinco nomes do ramo da tecnologia no topo: *Amazon* (US\$ 220,7 bilhões), *Google* (US\$ 159,7 bilhões), *Apple* (US\$ 140,5

²⁸ SUDWORTH, John. Como a China 'apagou da memória' o Massacre da Praça da Paz Celestial, que completa 30 anos. BBC News Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48495352>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

bilhões), *Microsoft* (US\$ 117 bilhões), *Samsung* (US\$ 94,4 bilhões)²⁹. Na sequência, outras pesquisas se caracterizam pela leitura crítica econômico-política, enquanto formas de governança, com questões como exploração do trabalho, continuidade do imperialismo pelo meio digital e processos de vigilância.

Portanto, mesmo que a abordagem da plataformização não seja o foco do meu estudo, durante minha trajetória passei a me interessar pelas transformações sociais geradas por plataformas assentadas em processos midiáticos. Com a entrada no Doutorado em Ciências da Comunicação da Unisinos, em particular na linha *Linguagem e Práticas Jornalísticas*, sob orientação do professor Dr. Ronaldo César Henn, trouxe inicialmente uma reflexão entre comunicação e geografia sobre iniciativas de geojornalismo. A ideia era trabalhar uma espécie de taxonomia do gênero. No entanto, *no hay camino, se hace camino al andar*. Assim como nos versos da poesia do espanhol Antonio Machado, esta pesquisa também se concretizou e se delineou no seu desenvolver. Se houvesse um caminho *a priori*, traçado na territorialidade das nossas inquietações, de nada valeria o esforço dessa jornada. O *caminante* seria um mero operador do caminhar.

Uma pesquisa se faz com curiosidade. No entanto, não sentia mais este estímulo com a ideia de elaborar uma tese sobre geojornalismo. Nesse período, fui cursando as disciplinas, indefinido quanto ao rumo do trabalho, mas aberto a aprender e conhecer coisas novas. Quando tive contato com o *Fogo Cruzado*, em navegações errantes no meio digital, fiz um estudo exploratório inicial e voltei a sentir os ares de coisas novas a serem investigadas. Não era um simples coletar de dados, mas sim um produzir entre este pesquisador, a empiria pulsante e as perspectivas teóricas em ebulição na minha mente. Após consecutivos ajustes e desajustes em processo, a tese acabou delimitada ao presente escopo teórico e empírico, distinto da ideia inicial, sem desviar totalmente da temática que possibilitou o ingresso ao doutoramento na Unisinos, em particular na linha *Linguagem e Práticas Jornalísticas*.

Nesse sentido, a presente proposta se justifica no *métier* de pesquisa que se inseriu por abarcar teorias e conceitos caros aos trabalhos da linha, adotar uma abordagem metodológica inerente a um dos grupos de pesquisa e, sobretudo, por refletir sobre práticas, linguagens e acontecimentos em redes digitais, circunscritos outrora no âmbito jornalístico e alaistrados socialmente na contemporaneidade. Por

²⁹ UOL. Amazon lidera ranking de marcas mais valiosas de 2020; Google passa a Apple. UOL Economia, 23 fev. 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/02/23/amazon-lidera-ranking-de-marcas-mais-valiosas-de-2020-google-passa-a-apple.htm>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

sua vez, essas instâncias operam como produtoras de sentidos espalhadas em distintas temporalidades e espacialidades, que acabam por reconfigurar diuturnamente o jornalismo, os sujeitos inseridos nessas dinâmicas e, em última análise, a própria realidade social. Em outras palavras, os processos midiáticos reticulares aqui estudados são a bússola que nos guiará para a compreensão deste sistema de relações específico.

1.3 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

Estudar um fenômeno limiar entre diversas áreas do conhecimento pode transparecer que nos circunscrevemos exclusivamente em uma das disciplinas. A nossa proposta intenta justamente enfatizar o comunicacional como eixo articulador a partir uma angulação vicinal. Nesse sentido, se interpõe uma vigilância epistemológica para evitar o risco de derivarmos para uma força geográfica centrífuga. Em contrapartida, nos desviamos de igual modo de uma abordagem comunicacional puramente centrípeta. No campo da comunicação, os fenômenos apresentam uma diacronia dinâmica, tanto por conta da temporalidade modalizadora através do acelerado avanço tecnológico, quanto pela diversificação correlata dos processos sociais. Essa complexidade explica a escassez de pesquisas nomotéticas, que buscariam apontamentos verificáveis sobre regularidades para o estabelecimento de leis ou tratados gerais (BRAGA, 2008).

Em pesquisas no âmbito da comunicação, a empiria se apresenta geralmente como o eixo orientador das reflexões. Essa característica em comum, de refletir o comunicacional a partir da própria realidade social, se faz presente em distintas abordagens que permearam o último século, como o modelo behaviorista, as propostas funcionalistas com Harold Lasswell, as pesquisas administrativas com Claude Shannon, os modelos de Wilbur Schramm, as propostas da teoria crítica, a abordagem culturoológica ou mesmo os modelos semióticos. Portanto, de maneiras diversas, o traço que une estas pesquisas é a tentativa de compreender as transformações da comunicação em seu curso na sociedade.

Nesse sentido, as teorias convocadas ao longo deste trabalho são fruto desta aproximação com a empiria, os objetivos elencados e as questões que o objeto suscita. Reconheço, pois, a controvérsia que pode ser criada ao aproximar autores oriundos de epistemologias distantes. Este é o preço por não buscar uma ortodoxia ao olhar para o objeto empírico, com macroteorias que sufocariam as

particularidades do estudo. Em uma aproximação cuidadosa, que respeite as diferenças destas escolas, tomaremos de partida as especificidades de cada teoria para refletir sobre a complexidade oriunda do próprio fenômeno. Em linhas gerais, dialoga-se inicialmente com a teoria do dispositivo, com as definições gerais lançadas por Michel Foucault, em uma conversa com o seu foco de estudo. No movimento seguinte, em diálogo com a noção comunicacional de sistema de relações proposta por José Luiz Braga, buscamos jogar um olhar analítico para a presente problemática.

Para tanto, propomos uma espécie de pirâmide invertida teórico-conceitual. Da interpretação do dispositivo como um sistema de relações, em uma releitura a partir da noção interacional, refletimos sobre interações territoriais no espaço-tempo, sobretudo no âmbito da orientação geográfica. Com este recorte estabelecido, de um sistema de relações de caráter orientacional, debate-se com o vigente contexto de processos midiáticos constituídos como principais vetores de inteligibilidade da sociedade. Por meio desta triangulação, examinamos a vigilância inserida como um elemento articulador das três frentes, cuja angulação específica de estudo intitulamos de vigilância compartilhada. Em linhas gerais, trata-se de um vigiar singular, cuja marca principal é o compartilhamento em rede, posto em circulação, visibilizado por muitos e somado a outras atividades observacionais.

A questão norteadora da pesquisa propõe compreender essa vigilância compartilhada como um processo engendrador de territorialidades semióticas sobre tiroteios urbanos no Rio de Janeiro, arranjo resultante de um sistema de relações entre seus elementos. Dada a inacessibilidade do fenômeno em si, este trabalho se inseriu na ordem do paradigma indiciário, proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989), que exprime um modelo epistemológico sobre um modo de pensar baseado em indícios. Os insumos elencados foram os rastros de conversações de pessoas em redes sociais, que versam em torno e são acionadas pela vigilância compartilhada da violência armada fluminense. Dito de outra forma, inferências sobre uma realidade serão levantadas a partir de singularidades deixadas pelos acontecimentos reverberados pelo *Fogo Cruzado*.

Para identificar estes vestígios de sentidos sobre a violência urbana, nos inspiramos na semiótica de Charles Sanders Peirce (1839-1914). A produção de sentidos nos situa no âmbito dos processos, conceito que o autor define como semiose - ação, geração e propagação de signos (PEIRCE, 1974, 1977). Dessa forma, essa abordagem da semiótica peirceana se configura como o estudo de

processos de semiose e não, necessariamente, um estudo de signos em si. Essa leitura processual busca capturar modos tendenciais da semiose, cujos efeitos se traduzem em uma série de interpretantes sucessivos com potencialidade infinita. Por esse caminho, faremos uma cartografia de territorialidades semióticas, aos moldes de Walter Benjamin (2007), em diálogo com a noção de sistema de relações e a noção territorial atrelada às conexões do digital³⁰.

Os esforços analíticos da tese se organizam em quatro momentos principais. O primeiro apresenta a trajetória do *Fogo Cruzado*, as rotinas de produção e a processualidade da vigilância compartilhada. Para isso, nos valem tanto de pesquisa exploratória nas plataformas nas quais a iniciativa se faz presente, quanto em uma entrevista semiestruturada, realizada no dia 29 de abril de 2019, por videoconferência, com a idealizadora do *Fogo Cruzado*, Cecília Olliveira. A entrevista em profundidade visou garantir, de um lado, a rigidez de um roteiro e, de outro, a flexibilidade para interpelar a entrevistada para aprofundar determinadas questões. Trata-se de uma pertinente ferramenta para identificar os saberes construídos, como apontou Beatriz Marocco (2012) sobre as práticas jornalísticas, inspirada na postura investigativa de Foucault. No caso do laboratório de dados, esses conhecimentos coletivos se inscrevem na relação intermediária com veículos, canais de mídia independente e o público que participa da vigilância, em acionamentos os mais diversos. A opção pela entrevista se inscreveu em um momento após as primeiras incursões no objeto empírico, quando observar e analisar não respondiam em sua plenitude as lógicas de funcionamento do *Fogo Cruzado* – se fez necessário trazer a idealizadora para iluminar estas questões.

No segundo movimento analítico, o objetivo foi acompanhar o percurso acontecimental na plataforma – da notificação no aplicativo ao seu desfecho nas redes sociais. Para isso, selecionamos uma data específica de análise, com registro de operação policial, no dia 20 de junho de 2018. Nessa etapa, analisamos as publicações e os comentários delas nas plataformas de redes sociais *Twitter* e *Facebook*. Com base nessas duas primeiras aproximações, buscaremos compreender o modelo de comunicação do *Fogo Cruzado* e o fluxo acontecimental da violência armada, assim como levantar indícios para as próximas etapas. A terceira abordagem faz um recorte de análise no *Twitter* da iniciativa, com o ano de 2019 como materialidade, com objetivo de identificar os modos de semiotização do

³⁰ Esta proposta metodológica se conecta com os trabalhos realizados pelo *Laboratório de Investigação do Ciberacontecimento - LIC*, grupo de pesquisa que pertence, do PPGCOM da Unisinos.

laboratório de dados e os enquadramentos imagéticos predominantes. Por fim, na última etapa selecionamos *tweets* que obtiveram comentários e, com base neles, mapeamos territorialidades semióticas acionadas em episódios comunicacionais.

Dentre as etapas da construção deste trabalho, realizamos também uma espécie de mapeamento geral de estudos semelhantes realizados para embasar a reflexão da tese perante o campo científico. Conforme os movimentos exploratórios executados desde o ingresso ao doutorado, destacamos um incipiente desenvolvimento na intersecção epistêmica entre comunicação e geografia. Entretanto, o grupo de trabalho *Geocom – Geografias da Comunicação*³¹, da *Intercom*³², e o evento anual de âmbito internacional *Geo Media*³³, na Suécia, reforçam a importância que tem recebido esse nicho de pesquisa. Referente ao objeto empírico em análise, o laboratório de dados *Fogo Cruzado*, observamos até o momento o ineditismo da presente pesquisa³⁴.

No próximo capítulo, o domínio da dispositividade foucaultiana será abordado, com foco na segunda fase da obra do filósofo francês, denominada de genealogia. Com base em sua lógica relacional, abordamos os objetos de estudo de Foucault, centrado em problemáticas de controle, com os dispositivos de soberania, disciplinar e de segurança. Com essa reflexão, dialogamos na sequência com a noção comunicacional de Braga, enquanto um modo de agenciamento de elementos, ou seja, um sistema de relações, no qual destaca-se seu caráter interacional - entre humanos ou entre participantes com seus elementos. A partir desse recorte, tensionam-se as questões espaciais e temporais, intrínsecas à problemática orientacional. Dentre as categorias analíticas de espaço-tempo, trazemos para debate a configuração territorial, definida por uma parcela de espaço apropriada e perpassada por relações de poder.

O terceiro capítulo delimita a atenção para o objeto comunicacional. Para tanto, debatemos com autores sobre a multiplicidade de olhares para o fenômeno, do modelo transmissional aos cibernéticos. Em particular, destacamos as escolas

³¹ Grupo de pesquisa, vinculado ao *CNPq*, de caráter interdisciplinar, que busca a construção de conceitos e divulgação de pesquisas vinculadas às áreas de comunicação e geografia. Site: <http://www.geografias.net.br/>

³² Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Site: <https://portalintercom.org.br/a-intercom>

³³ Organizado a cada dois anos, a *Geo Media International Conference* busca mapear o corrente terreno da pesquisa em comunicação geográfica, iluminando as principais áreas de debate e fomentando a área como um campo acadêmico. A organização é da universidade *Karlstad*, da Suécia. Site: <http://geomedia.se/>

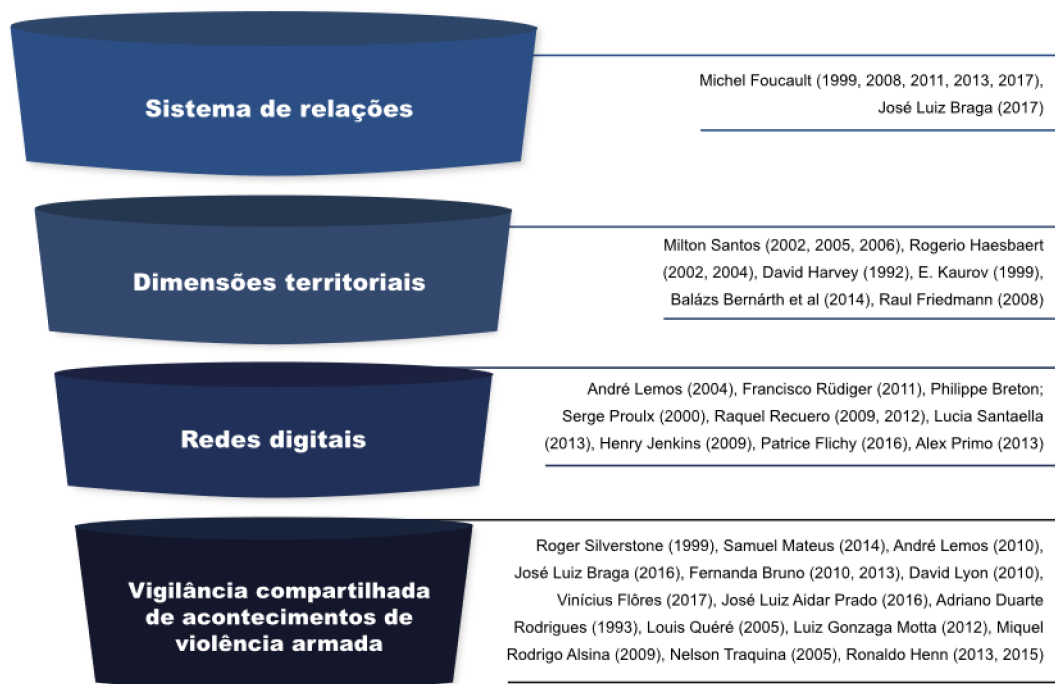
³⁴ A maior parte dos trabalhos encontrados utilizam dos dados computados pelo *Fogo Cruzado*. Uma parcela cita a plataforma como exemplo, sem mergulhar em uma análise propriamente dita.

que sustentaram e deram origem ao debate sobre o ciberespaço, situando a nossa problemática nas redes digitais. Com Raquel Recuero (2009), refletimos sobre as redes sociais na Internet, na atual modalidade dinâmica da web, cuja marca principal é a conversação. Com Lucia Santaella (2013), aborda-se a instauração de uma cultura participativa na sociedade, que se caracteriza pelos seus aspectos integrativos, assimilativos e de convívio estabelecidos pelos usos dos participantes. Com Patrice Flichy (2016), examinamos a cooperação estabelecida virtualmente entre amadores e especialistas, em um movimento de difusão de saberes e competências para além de campos institucionalizados.

No recorte seguinte, os regimes de visibilidade social engendrados por processos midiáticos são refletidos. Com o cenário de convergência tecnológica (JENKINS, 2009), emerge a proposta de mídia locativa, que destaca questões como mobilidade, localização, espaço público e vigilância (LEMOS, 2010). Esse debate nos leva à problemática da vigilância, que assume uma polissemia no atual contexto de redes digitais. Com Braga (2016), reflete-se sobre uma vigilância generalizada. Em uma leitura aproximada, Fernanda Bruno (2010, 2013) propõe uma vigilância distribuída, que opera de modo espalhado na sociedade. Com base nesse debate, selecionamos uma angulação específica, que denominamos de vigilância compartilhada, para reflexão nesta tese. Na última etapa, abordam-se as configurações da noção acontecimental no ciberespaço, com a emergência de acontecimentos que carregam consigo marcas do ambiente digital (HENN, 2015).

Para representar estes esforços de construção dos modos de ver o nosso objeto, no *Gráfico 3* apresentamos a pirâmide invertida teórico-conceitual presente nesta tese, com os respectivos autores acionados para debates e tensionamentos em cada um dos quatro eixos de reflexão.

Gráfico 3 – Pirâmide invertida teórico-conceitual da tese



Fonte: Autoria nossa.

Por fim, uma última explicação. O título *Vigiar e Compartilhar* é uma homenagem ao livro *Vigiar e Punir*, publicado na França em 1975 e traduzido no Brasil em 1987, de Michel Foucault, filósofo francês que se faz presente como um dos eixos teóricos desta tese – embora este não seja um estudo foucaultiano. No entanto, em vez de sentidos opostos, caso do nome da obra referida, a postura escolhida foi uma acepção complementar, de ações conjuntas, relativas ao objeto deste trabalho que atrela, como veremos, o ato de vigiar com a visibilidade ofertada pelas redes digitais. De igual forma, a escolha do subtítulo oferece pistas do que e como vamos abordar. A palavra *marcas* exprime, de um lado, um movimento metodológico inserido no âmbito da semiótica e, de outro, a adoção de um estudo de caso inspirado no paradigma indiciário. Já *violência armada* e *redes digitais* do *Fogo Cruzado* denotam, respectivamente, a temática e onde se localiza a presente investigação.

2 A CONSTITUIÇÃO DO DISPOSITIVO

Um breve preâmbulo se requer antes de adentrarmos no domínio da dispositividade. A interação que vai ser desencadeada com a proposição teórica de Foucault até a delimitação do objeto comunicacional dessa pesquisa refere-se em

grande medida ao que os estudiosos do filósofo francês denominam como segunda fase da obra foucaultiana, muito embora o autor seja caracterizado pelas descontinuidades durante anos no *Collège de France*³⁵. Nesse período tratado, que o acompanha até a sua morte, decorre a transição da conduta arqueológica dos saberes, enquanto método da análise das discursividades locais, para a genealogia, espécie de tática para extrair desses âmbitos discursivos os “saberes dessujeitados que daí se desprendem” (FOUCAULT, 1999, p. 16).

A palavra genealogia deriva do grego *genea*, que remete à origem de uma geração. No entanto, motivo de desconforto para alguns historiadores, a postura genealógica não pretende estabelecer um recuo no tempo para desentranhar uma grande continuidade. Pelo contrário, Foucault (2013) define provocativamente a genealogia como uma anticiência que se opõe a uma espécie de meta-história ou história das origens. Em outros termos, o que essa proposta intenta é marcar a singularidade dos acontecimentos através de uma forma de história que contemple a constituição dos saberes sem pretensões abrangentes.

Em contraposição ao positivismo³⁶, ao conhecimento “verdadeiro” e aos direitos de uma ciência dominada por um número restrito de sujeitos, apresenta-se a genealogia como um modo de fazer intervir “saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los” (FOUCAULT, 1999, p. 13). Segundo o autor, trata-se de um acoplamento de conhecimentos eruditos e das memórias locais, o qual permite a constituição de um saber histórico das lutas e a apropriação dele nas táticas atuais. Portanto, o empreendimento genealógico almeja a libertação da sujeição do discurso unitário, formal e teórico para uma insurreição “contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico” (FOUCAULT, 2013, p. 268).

Por conseguinte, o imperativo que embasa a análise teórica que se procura fazer – já que tem de haver um –, eu gostaria que fosse simplesmente um imperativo condicional do gênero deste: se você quiser lutar, eis alguns pontos-chave, eis algumas linhas de força, eis algumas travas e alguns bloqueios. Em outras palavras, gostaria que esses imperativos não fossem

³⁵ A transição das fases foucaultianas pode ser entendida como uma mudança de foco, se afastando da corrente estruturalista, e não uma ruptura propriamente dita, que anulasse por completo o trabalho precedente. Nesse sentido, a analítica do poder se mostra fundamental para compreensão do dispositivo.

³⁶ No século XIX, emerge uma preocupação tipicamente disciplinar (abordada no decorrer desse capítulo) em obter a precisão das ciências exatas e biológicas nas temáticas sociais. Nesse contexto, o francês Auguste Comte (1788-1857) inaugura a corrente filosófica positivista, cuja ideia central é a busca pelo progresso da humanidade baseada em uma ordem tecnocrata fundada na ciência (LALLEMENT, 2012).

nada mais que indicadores táticos. Cabe a mim saber, é claro, e aos que trabalham no mesmo sentido, cabe a nós por conseguinte saber que campos de forças reais tomar como referência para fazer uma análise que seja eficaz em termos táticos (FOUCAULT, 2008, p. 6).

A abordagem genealógica possui especificidades. As investigações do poder devem ser direcionadas não para o âmbito jurídico, dos aparelhos de Estado ou das ideologias que os acompanham, mas para o âmbito da dominação, dos operadores materiais, das formas de sujeição, das conexões e utilizações dos sistemas locais de “sujeição e para o âmbito, enfim, dos dispositivos de saber” (FOUCAULT, 1999, p. 40). Em suma, estudar o *como* do poder e de seus mecanismos e efeitos de verdade em uma analítica microlocalizada que não anule a macroperspectiva. Afinal, quando abordamos um aspecto particular, não excluimos seu entorno. “Na verdade, uma análise em termos de micropoderes compatibiliza-se sem nenhuma dificuldade com a análise de problemas como os do governo e do Estado” (FOUCAULT, 2008, p. 481).

Na obra de Foucault, esses saberes periféricos são mencionados como saberes dos dominados, das pessoas, locais, dessujeitados ou sujeitados. De modo geral, todos eles se resumem a uma série de saberes “desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade” (FOUCAULT, 2013, p. 266). O reaparecimento deles pode ser realizado pela crítica, através dos meios de erudição. Dito de outra forma, o acoplamento entre o saber dos eruditos e os saberes deslegitimados pela hierarquia dos conhecimentos e das ciências ofereceu à crítica uma força essencial para contrapor os sistemas de poder e de saber que engendram regimes de verdade.

Como é notório, o poder por essa visada teórica é entendido como uma relação. Precisamente, trata-se de um conjunto de mecanismos e de procedimentos que tem por objetivo estabelecer, manter e transformar justamente o poder. De outro lado, ele não está situado no aparelho de Estado, como estuda a tradição das ciências políticas. Ou melhor: o poder não se localiza em nenhum ponto específico do espaço-tempo. Ou seja, possui uma natureza tipicamente relacional. Quando pensamos em apreendê-lo, ele já se deslocou e se transformou. Tampouco se origina de modo independente, o que o caracterizaria pelo que Foucault chama metaforicamente de “autogenética”. Portanto, “o poder não se funda em si mesmo e não se dá a partir de si mesmo” (FOUCAULT, 2008, p. 4).

Essas relações de poder transformam os sujeitos e por eles são postas em curso. Para Foucault (2013, p. 256), o indivíduo é o “produto de uma relação de poder

que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos desejos, forças”. Portanto, não há ninguém que não esteja vinculado aos exercícios de poder, do mesmo modo que não existe alguém que não exerça, direta ou indiretamente, algum nível desses mecanismos. Afinal, onde quer que haja poder, haverá processos de resistência.

O poder não para de questionar, de nos questionar; não para de inquirir, de registrar; ele institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa. Temos de produzir a verdade como, afinal de contas, temos de produzir riquezas, e temos de produzir a verdade para poder produzir riquezas. E, de outro lado, somos igualmente submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é a norma; é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder. Portanto: regras de direito, mecanismos de poder, efeitos de verdade. Ou ainda: regras de poder e poder dos discursos verdadeiros (FOUCAULT, 1999, p. 29).

Os mecanismos de poder são originados nessas relações. De modo cíclico, são o efeito e a causa delas. Ademais, é possível percorrer por eles e “apreendê-los no que podem ter de específico num momento dado, durante um período dado, num campo dado” (FOUCAULT, 2008, p. 5). Pontualmente, essa análise deve evidenciar quais são os efeitos de saber produzidos em lutas na sociedade e quais são as táticas que emergem desses embates. Como mencionado anteriormente, de acordo com Foucault (2013, p. 255), a apreensão dos mecanismos de poder em sua complexidade deve extrapolar a investigação isolada dos aparelhos de Estado, tradição derivada do marxismo, tendo em vista que “o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder”.

Nessa linha, a postura genealógica deve abarcar o poder em cinco diretrizes principais: (1) em suas extremidades, em suas capilaridades, em suas ramificações. Em especial, quando “investe-se em instituições, consolida-se nas técnicas e fornece instrumentos de intervenção materiais” (FOUCAULT, 1999, p. 32), nos âmbitos mais regionais e menos jurídicos da acepção. Além disso, deve-se (2) buscar a intencionalidade do poder, no cerne das práticas reais e efetivas, “onde ele se implanta e produz efeitos reais” (FOUCAULT, 2013, p. 283). Por outro lado, (3) reconhecer a circularidade não-homogênea do poder, que funciona em cadeia e se exerce em rede, na qual indivíduos despontam como centros de transmissão, submetidos aos seus regimes e ainda em posição de exercer esse poder. Por fim, em (4) uma análise ascendente do poder, a partir dos mecanismos

infinitesimais, (5) observar os instrumentos sutis que circulam, organizam e põem em circulação aparelhos de saber.

A epistemologia inaugurada por Foucault apresenta como objeto aglutinador a noção abrangente de dispositivo, a partir da qual esquadrinha uma série de matrizes para entender o engendramento de saberes, as relações de poder decorrentes e os mecanismos constituídos, como vimos até aqui. A primeira característica a ser sublinhada do dispositivo é a sua heterogeneidade. A plasticidade do conceito possibilita que englobe “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo” (FOUCAULT, 2013, p. 364). Nessa linha, o dispositivo é o sistema de relações (BRAGA, 2017) que se estabelece entre esses elementos.

O segundo aspecto diz respeito à natureza do conceito. Nas palavras de Foucault (2013, p. 364), entre os componentes heterogêneos do dispositivo existe “um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes”. Como vimos, trata-se da lógica relacional presente nas dinâmicas de poder. Além disso, o dispositivo se caracteriza pelo viés pragmático, definido como um tipo de formação que, em um dado momento na história, dispôs de uma função estratégica dominante oriunda da urgência identificada entre seus elementos – humanos ou não, discursivos ou não.

Por seu turno, o dispositivo constituído abrange um duplo processo. De um lado, desponta uma dinâmica imprevisível, que Foucault (2013, p. 365) denomina de “processo de sobredeterminação funcional”, ou seja, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente, com efeitos incertos. De outro lado, há o “processo de perpétuo preenchimento estratégico”, que visa atender e suprir justamente as articulações com outros dispositivos ou mesmo os reflexos de suas relações internas. Logo, o dispositivo não se fecha, buscando sempre suprir novas urgências.

Como exemplo, Foucault retoma o histórico do aprisionamento, compreendido em determinado momento como o instrumento mais eficaz para o fenômeno da criminalidade. No entanto, um efeito não estava previsto de antemão, que era a constituição de um meio delinquente diferente do que se poderia encontrar em sociedade. Em vez de mitigar os efeitos do crime, a prisão se tornou um filtro de profissionalização criminal. Em meados de 1830, esse meio delinquente passou a

ser reapropriado para fins políticos e econômicos diversos – como a organização da prostituição das cidades para a extração de lucros financeiros do prazer.

Em paralelo, também podemos observar estes efeitos não previsíveis na geografia urbana do Rio de Janeiro, marcada pela falta de planejamento e por políticas de opressão com as camadas mais pobres. Desde o final do século XIX, o crescimento populacional atraído pelas oportunidades de emprego na construção civil e na indústria não foi acompanhado de uma instalação de infraestrutura que comportasse as condições mínimas para viver. O resultado disso foi o surgimento de cortiços, conglomerados habitacionais onde a população subalterna sobrevivia. Por conta da proximidade geográfica, esse viver aproximado entre uma elite que almejava implantar uma Paris dos trópicos e as classes mais baixas em busca de novas oportunidades entrou em conflito de interesses (NÓBREGA JUNIOR, 2007).

Figura 1 – Origem das favelas cariocas se vincula a políticas higienistas



Fonte: Fernando Frazão, da *Agência Brasil*.

Os cortiços passaram a ser associados como locais de proliferação das doenças que assolavam esse período. Embasados em um discurso higienista, as elites da época colocaram um fim nestes locais. Contudo, com a necessidade de ficar próximos aos empregos conquistados, as pessoas começaram a construir em terrenos de encostas de morros e áreas alagáveis, locais não valorizados pelo mercado imobiliário. Assim, com a ausência de uma política habitacional, formaram-se gradativamente o que convencionou-se chamar de favelas, que demarcam visivelmente as fronteiras do capital. Diferente da geografia de outras cidades, com áreas mais pobres situadas às margens do perímetro urbano, elas se

territorializaram em todas as regiões do Rio de Janeiro. Além da insalubridade atribuída aos cortiços, estas novas construções passaram a ser marcadas nos discursos da época pela ilegalidade, pobreza e desordem (COUTO, 2017).

Estas problemáticas urbanas, a necessidade de circulação da população e os rearranjos estabelecidos entre envolvidos serão temas do próximo subcapítulo.

2.1 CIRCULAÇÃO E ESPAÇO-TEMPO

A rigor, distintas angulações podem alçar o status de dispositividade e serem refletidas por este lugar epistemológico. Para o nosso trabalho, nos interessam aquelas que se relacionam com a problemática espacial. Nessa linha, Foucault trabalha com três dispositivos principais. O primeiro diz respeito à soberania, que prevaleceu historicamente no período feudal e recobria todo o corpo social com a relação soberano/súdito. O poder era exercido por uma figura central, seja o rei ou um coletivo. Por conta dessa centralidade de exercício, se aproxima do que constitui a compreensão de senso comum, localizado em determinados sujeitos, os soberanos, e inexistente em outros, os súditos. Por sua vez, a repressão era o seu principal método de manifestação. O poder soberano castigava, muitas vezes de forma aleatória, simplesmente para exibir sua força.

Em última instância, a decisão pela continuação da vida dos corpos passava por esse crivo centralizador. A punição dos infratores se dava no âmbito do suplício, uma pena corporal dolorosa, presente nessas sociedades, cuja crueldade alcançava o nível de desmembrar o corpo do indivíduo por quatro cavalos tracionados em sentidos opostos, depois queimar os membros restantes e reduzir o cadáver a cinzas lançadas ao vento. Esse caso macabro, citado por Foucault (2011), ilustra precisamente os limites do rito de ostentação do detentor do poder. Também não eram raras as situações de punir uma comunidade inteira por conta de uma acusação de infração individual apenas para servir de exemplo.

Nesse sentido, uma questão paradoxal do dispositivo de soberania é que o súdito não é, de pleno direito, nem vivo e nem morto. Por esse ponto de vista, ele é “neutro, e é simplesmente por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou tem direito, eventualmente, de estar morto. Em todo caso, a vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana” (FOUCAULT, 1999, p. 286). O bom soberano, seja o rei ou determinado grupo, é alguém que se situa no interior de um território, civilizado quanto à obediência e com boa

disposição espacial. Sobre esse último aspecto, a política da soberania começa a se vincular gradativamente com a intensidade e a necessidade de circulações: “circulação das ideias, circulação das vontades e das ordens, circulação comercial também” (FOUCAULT, 2008, p. 20).

Assim a relação entre soberania e circulação sobrepôs o Estado de soberania, o Estado territorial e o Estado comercial, em um período denominado como Mercantilismo. Nesse contexto, a teoria jurídico-política desempenhou quatro papéis: de início, cimentou as bases para a monarquia feudal; depois, serviu de instrumento para a constituição das grandes monarquias feudais; entre os séculos XVI e XVII, perpassou tanto a religião quanto a política; e, no século XVIII, auxiliou na construção das democracias parlamentares, durante a Revolução Francesa (1789-1799), com Jean-Jacques Rousseau como expoente. Também nesse século, Napoleão Bonaparte foi o responsável pelo esmaecimento da soberania e o surgimento da disciplina (DELEUZE, 1992) com a otimização dos exércitos com as estratégias militares e a outorga do Código Civil, que elevou a França de patamar.

O poder soberano permaneceu inserido no campo do direito, mais especificamente na organização de códigos jurídicos (FOUCAULT, 1999), responsável por criar uma espécie ordem jurídico-discursiva do poder. Ainda presente nos dias de hoje, estabelece a proibição, a negação e a interdição das ações dos sujeitos por meio da lei, com uma “divisão binária entre o permitido e o proibido, e um acoplamento, que é precisamente no que consiste o código, o acoplamento entre um tipo de ação proibida e um tipo de punição” (FOUCAULT, 2008, p. 8).

Figura 2 – Efeitos dos confrontos armados na vida da favela



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Outro mecanismo que vai emergir para atuar de modo concatenado é o disciplinar, com as suas faces de vigilância e correção em articulação com a legislação. Em oposição ao poder soberano, que inferiorizava e reduzia as forças, a disciplina procura aprimorá-las, multiplicá-las e potencializá-las. Em poucas palavras, o poder disciplinar que se apresenta tem como propósito o adestramento. Em termos históricos, o dispositivo disciplinar desponta como resposta à necessidade de controle de uma grande explosão demográfica. Nos séculos XVII e XVIII, no período precedente e posterior à Revolução Francesa, o número de escolarizados e pessoas hospitalizadas multiplicou. O aparelho de produção também cresceu exponencialmente, tanto em termos de extensão quanto de custos.

Os processos disciplinares nessa conjuntura se referiam às tentativas de ajustar a operacionalidade social em outras bases ou, dito de outra forma, de assegurar a ordem nessa multiplicidade humana e o rendimento interior dos

aparelhos – pedagógicos, militares, industriais, médicos. (FOUCAULT, 2011). Trata-se de uma nova mecânica de poder que se apoia mais nos corpos do que sobre a terra e o seu produto, chamado de poder disciplinar. Na ótica do filósofo francês, esse foi um instrumento fundamental de constituição do capitalismo industrial, que emergiria na sequência, pois propiciou o crescimento do rendimento dos dominados e o aumento da eficácia de quem os domina (FOUCAULT, 1999).

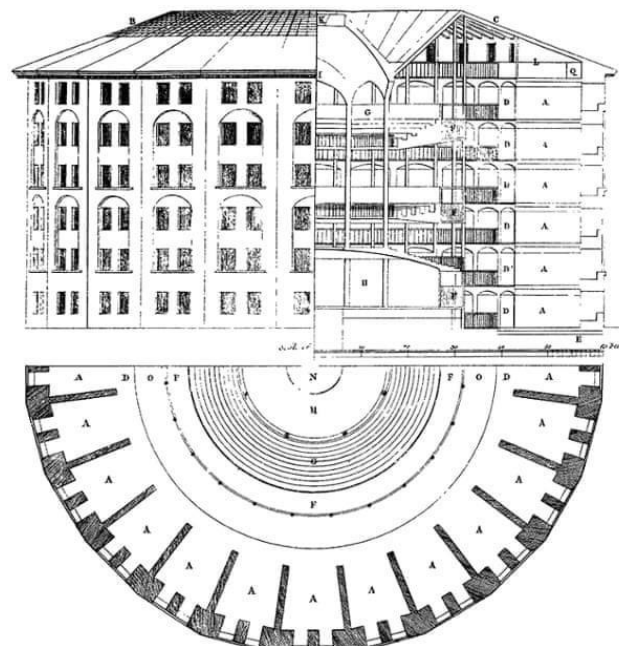
O momento em que se percebeu ser, segundo a economia do poder, mais eficaz e mais rentável vigiar que punir. Esse momento corresponde à formação, ao mesmo tempo rápida e lenta, no século XVIII e no início do século XIX, de um novo tipo de exercício de poder. [...] Mas quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida quotidiana. O século XVIII encontrou um regime por assim dizer sináptico de poder, de seu exercício no corpo social, e não sobre o corpo social. Trata-se de uma mudança de estrutura fundamental que permitiu a realização, com certa coerência, da modificação dos pequenos exercícios de poder. Também é verdade que foi a constituição deste novo poder microscópico, capilar, que levou o corpo social a expulsar elementos como a corte e o personagem do rei (FOUCAULT, 2013, p. 215).

Os mecanismos disciplinares incidem em vários tipos de instituições da sociedade. Nos presídios, estruturas são criadas para manutenção da ordem interna. Em hospitais, os quartos (alguns com apenas repartições de vidro) são dispostos de tal modo que o médico possa ter controle visual de um número grande de enfermos. Já na escola a elevação física da área destinada ao professor serve para melhor observar todos os alunos. O mesmo ocorre na fábrica, com o dono do capital em uma posição física privilegiada perante os seus funcionários. Com esses elementos materiais e imateriais, o dispositivo disciplinar torna a aplicação do poder algo dócil, sutil e aceitável. Embora possua uma organização hierárquica (guarda e presos; médico e pacientes; professor e alunos; patrão e empregados), é justamente a interiorização do aparelho que produz o poder e adentra os indivíduos nesses espaços.

Dessa forma, as funções disciplinares não se restringem ao Estado, já que não são instâncias que se detêm, mas modalidades de poder que se exercem. Com isso, podem ser encontradas em instituições especializadas (prisões), instituições que se utilizam da disciplina como instrumento para determinado fim (escolas e hospitais), instâncias preexistentes que a exercem para organizar e reforçar mecanismos internos (famílias), aparelhos que se apropriam da disciplina como princípio funcional interno (aparelho administrativo a partir da época napoleônica) ou aparelhos estatais que têm como um dos principais alicerces de funcionamento a disciplina (polícia).

Para ilustrar essa sociedade disciplinar, Foucault (2011) retoma a figura arquitetural do panóptico do jurista e filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832). Grosso modo, trata-se uma torre centralizada entre uma construção circular dividida em vários andares e celas, as quais possuem uma janela voltada para o lado interno e outra para o externo. A torre era forjada de tal forma que o detento não poderia enxergar o vigia, porém o vigia tinha condições de observar todos os presos. O intuito da estrutura era “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (FOUCAULT, 2011, p. 191). Dessa forma, Bentham traz como princípio desse modelo arquitetural a visibilidade e inverificabilidade do poder: visível por saber de onde se está sendo vigiado; inverificável por não poder averiguar a observação, somente ter a certeza da possibilidade de estar sendo observado.

Figura 3 – Planta do panóptico de Bentham



Fonte: McMullan (2015).

O esquema do panóptico se difunde como função generalizada no dispositivo disciplinar. Conforme Foucault (2011, p. 197), o importante é “tornar mais fortes as forças sociais – aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar”. O panoptismo seria um intensificador de aparelhos de poder ao assegurar a economia, o funcionamento ininterrupto, os mecanismos automáticos e a eficácia graças ao seu

caráter preventivo. Esse modelo se espalhou por distintas instituições, detentoras de regras próprias de funcionamento. Nesse sentido, o sujeito estaria sempre enclausurado em sistemas panópticos - da família ao trabalho, da escola ao hospital, da prisão ao exército. Logo, há dois movimentos disciplinares, denominados como *disciplina-bloco* e *disciplina-mecanismo*. O primeiro diz respeito às instituições fechadas, voltadas para funções negativas como romper o *mal*, interromper comunicações e suspender o tempo. A segunda, referente ao panoptismo, mostra um dispositivo funcional que visa a melhoria do exercício de poder.

O dispositivo disciplinar comportaria essa dupla dimensão de um projeto coercivo de disciplina e de uma vigilância generalizada. “A disciplina concentra, centra, encerra. O primeiro gesto da disciplina é, de fato, circunscrever um espaço no qual seu poder e os mecanismos do seu poder funcionarão plenamente e sem limites” (FOUCAULT, 2008, p. 58-59). Nesse sentido, analisa e decompõe as individualidades, os lugares, os tempos e os processos com o intuito de modificar esses elementos. Essa classificação é realizada em função de certos objetivos, em particular atender a sua urgência de dispositividade. Na medida que estabelece procedimentos de adestramento e controle dos corpos, inicia a demarcação de territorialidades entre os aptos e os inaptos, os capazes e os incapazes, os normais e os anormais. Essa normalização disciplinar impõe um modelo ideal, construído em função do resultado almejado. Por sua vez, as operações de normalização procuram tornar pessoas, gestos, atos e práticas alinhadas ao modelo. Em outras palavras, não só estabelece um objetivo, mas também as sequências, as coordenações e as estratégias para encadear as classificações disciplinares.

No fundo, em todos esses empreendimentos, [...] tratava-se de quatro coisas: seleção, normalização, hierarquização e centralização. São essas as quatro operações que podemos ver em andamento num estudo um pouco detalhado daquilo que é denominado o poder disciplinar. O século XVIII foi o século do disciplinamento dos saberes, ou seja, da organização interna de cada saber como uma disciplina tendo, em seu campo próprio, a um só tempo critérios de seleção que permitem descartar o falso saber, o não-saber, formas de normalização e de homogeneização dos conteúdos, formas de hierarquização e, enfim, uma organização interna de centralização desses saberes em torno de um tipo de axiomatização de fato (FOUCAULT, 1999, p. 217).

Portanto, a disciplina opera discretamente na trama coletiva com o objetivo de reduzir os custos humanos, políticos e econômicos de funcionamento do sistema. Assim, o poder no dispositivo disciplinar se torna um processo mínimo, ocultado, de origem esparsa, que visa a composição de um aparelho social eficaz. Nesse

contexto, “a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FOUCAULT, 2011, p. 134). Instrumentos de poder são utilizados para regimentar essa complexidade, como o julgamento, a classificação contínua, o registro ininterrupto e a vigilância hierárquica. Dessa forma, afasta-se da verticalidade do poder centralizado em uma figura para aderir um poder que incide minuciosamente nos indivíduos, movimento que permite o crescimento da extensão útil das partes e provoca a diminuição de ruídos de poder.

A punição no regime disciplinar não tem a pretensão de reprimir violentamente como no dispositivo de soberania. “A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza” (FOUCAULT, 2011, p. 176). Ou seja, a disciplina hierarquiza os indivíduos em vias de estabelecer uma sanção normalizadora. Dessa forma, operacionalmente relaciona atos singulares a um modelo a ser seguido, diferencia indivíduos em relação aos outros, mede quantitativa e hierarquicamente as capacidades dos sujeitos, operacionaliza a partir do modelo a coação de uma conformidade e traça um limite diferencial que determinará o que é anormal no sistema.

A sanção normalizadora é permeada por micropenalidades que visam orientar comportamentos desviantes, aspecto que a difere da soberania. Portanto, o castigo na sociedade disciplinar não busca a punição física que, ao extremo, levaria à morte do indivíduo, mas sim à correção e ao aperfeiçoamento das capacidades do sujeito. Isto posto, o exercício de poder nesse contexto moderno visa a infiltração silenciosa e o adestramento consentido. Para tanto, as micropenalidades se valem instrumentalmente de processos hierárquicos e classificatórios. Nessa linha, o exame termina por permitir a efetivação da punição e a diferenciação, também de forma dócil e invisível. Por conseguinte, se de um lado a disciplina estabelece uma invisibilidade ao poder por se infiltrar silenciosamente, ao mesmo tempo se apresenta visível por estar sempre alerta e espalhada.

Esse modelo social se introduziu no meio de modalidades existentes, como o dispositivo de soberania. Como explicado, os processos disciplinares assumiram a atribuição de potencializar aptidões dos indivíduos. Outro aspecto foi a ramificação desses mecanismos, que se desenclausuraram das instituições e incidiram em diversas instâncias da sociedade. Finalmente, ocorreu uma estatização dos mecanismos de disciplina, tendo como exemplo maior a função das polícias. Em suma, temos um sistema que identifica as diferentes curvas de normalidade, cuja

operação consiste em “fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras e [em] fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis” (FOUCAULT, 2008, p. 82).

O dispositivo disciplinar deixou rastros de suas operações nas arquiteturas das cidades. Com o caos, o descontrole e a difusão da modernidade, a disciplina impõe mecanismos que detectam ausências e presenças; estabelecem e interrompem comunicações; buscam e localizam indivíduos. O propósito é vigiar, apreciar e sancionar a todo momento o comportamento de cada um. Dessa forma, há um movimento arquitetônico que se desloca do ideal de ser visto (palácios) ou para vigiar áreas externas (fortalezas) para o objetivo de permitir a vigilância interna. Com a supressão das muralhas das cidades do século XVIII, urgência demandada pela economia, decorreu uma dificuldade em viabilizar a vigilância do ir e vir. Em consequência, a insegurança aumentou com os fluxos das populações flutuantes, oriundas sobretudo do campo. Paulatinamente, aumentou nas cidades o medo do Outro - o desconhecido, o mendigo, o assassino, o delinquente, o criminoso, o ladrão.

Os espaços urbanos passam a demandar um problema de organizar a circulação, de eliminar os perigos que dela provêm, de separar o *joio do trigo*, de maximizar a boa circulação da má. Nessa linha, a disciplina vai permear a estruturação das cidades europeias. Nos países nórdicos, com a proposta de capitalizar o território e arquitetar melhor o espaço, criam-se cidades inspiradas no formato de um acampamento romano. Na França, Nantes é o marco da busca por desfazer aglomerações desordenadas, abrir espaço para as novas funções econômicas, regulamentar o entorno rural e antecipar o crescimento urbano. Ambos os casos de organização têm em comum a abertura de eixos que atravessam as cidades. Os objetivos eram garantir a higiene, o comércio e a articulação de ruas com estradas (FOUCAULT, 2008).

Essa transformação espacial vai refletir no entendimento do que significa *população*. Até o século XVII, aparece inserida na dinâmica de poder do Estado e do soberano como mera força produtiva e mercantil. Comumente, era atribuída uma conotação negativa à palavra, vinculada aos desastres, epidemias e guerras. No século XVIII, adquire a noção de público, tendo em vista a consideração de suas opiniões, das maneiras de fazer, de seus comportamentos, hábitos, temores, preconceitos, exigências. População seria “aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos” (FOUCAULT, 2008, p. 98). Desse modo, o governo das populações passa a se diferir do exercício de soberania. Nessa

linha, o ser humano analisado enquanto ser vivo, trabalhador e sujeito falante deve ser apreendido por meio da correlação de poder e como objeto de saber. "O homem, afinal de contas, tal como foi pensado, definido, a partir das ciências ditas humanas do século XIX e tal como foi refletido no humanismo do século XIX, esse homem nada mais é finalmente que uma figura da população" (FOUCAULT, 2008, p. 103).

A nova noção de população alvorece com uma dupla face. De um lado, como objeto sobre o qual são direcionados os mecanismos de poder para dela obter determinados efeitos. Essas cesuras na população que a objetificam e a instrumentalizam se revelam no interior das dinâmicas de poder, das tecnologias e das economias. De outro lado, a população emerge como novo sujeito coletivo político, alheio ao pensamento jurídico dos séculos precedentes. Em outras palavras, trata-se de uma instância geradora de relações de poder que é perpassada por elas. Nessa perspectiva, a sociedade não é um simples produto do Estado, tampouco a existência natural de mulheres e homens. "A sociedade civil é o que o pensamento governamental, as novas formas de governamentalidade nascidas no século XVIII fazem surgir como correlativo necessário do Estado" (FOUCAULT, 2008, p. 470).

Ainda nessa conjuntura, constitui-se em paralelo ao modelo disciplinar o que Foucault chama de dispositivo de segurança. Ambos arranjam as distribuições espaciais, com aparelhos como a polícia. Na maioria dos casos, "os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população, são articulados um com o outro" (FOUCAULT, 1999, p. 299). Todavia, cada qual vai trabalhar em âmbitos distintos. Enquanto a disciplina opera no espaço artificial, a ser construído de modo delimitado, a segurança se apoia em materialidades do espaço-tempo. Com esse dispositivo, forma-se uma espécie de economia da criminalidade e, com o afastamento da interpretação dicotômica normalizante para a reflexão de uma criminalidade inserida em limites social e economicamente aceitáveis para o funcionamento da sociedade. Dessa maneira, não só dados naturais são levados em conta, mas também as probabilidades de acontecimentos (FOUCAULT, 2008).

Se a soberania vai ser exercida nos limites de um território e a disciplina sobre os corpos dos indivíduos (sobretudo em ambientes internos), a segurança por sua vez vai ser aplicada sobre o conjunto de uma população. Em comum, as três trabalham com multiplicidades, problemas espaciais e rearranjos da circulação – física, como da população; e imaterial, como dos saberes. "No caso da soberania, é

óbvio, pois é antes de mais nada como uma coisa que se exerce no interior do território que a soberania aparece. Mas a disciplina implica uma repartição espacial, e creio que a segurança também” (FOUCAULT, 2008, p. 17). Enquanto o dispositivo disciplinar possui uma natureza centrípeta, o dispositivo de segurança tende a ampliação. Ou seja, são operações centrífugas que buscam integrar novos elementos, permitir o desenvolvimento de circuitos amplos e abarcar “a produção, a psicologia, os comportamentos, as maneiras de fazer dos produtores, dos compradores, dos consumidores, dos importadores, dos exportadores” (FOUCAULT, 2008, p. 59).

Há uma busca por estabelecer o planejamento de uma boa polifuncionalidade urbana. Essa cidade não vai ser concebida de acordo com um olhar estático, garantidor de uma perfeição *a priori*. Pelo contrário, “vai se abrir para um futuro não exatamente controlado nem controlável, não exatamente medido nem mensurável” (FOUCAULT, 2008, p. 26). Assim, o que ocorre é a inserção dos fenômenos em uma série de acontecimentos prováveis, em um cálculo de custo e em uma divisão binária do permitido e do proibido. Tudo isso para criar limites do aceitável para o convívio social. “É a gestão dessas séries abertas, que, por conseguinte, só podem ser controladas por uma estimativa de probabilidades, isso é, a meu ver, que caracteriza essencialmente o mecanismo de segurança” (FOUCAULT, 2008, p. 27).

Esse dispositivo trabalha com a noção de meio, compreendido por um conjunto de dados naturais - rios, pântanos, morros – e um conjunto de dados artificiais – aglomerações de indivíduos e casas. Trata-se de um certo número de implicações, “elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro” (FOUCAULT, 2008, p. 28). Desse modo, essa dispositividade pressupõe liberdade de circulação, no sentido *lato* do termo, tanto de pessoas como das coisas. Nessa ótica, o meio será o suporte e o elemento de circulação de uma ação. De igual forma, essa problemática tem como foco a população para apreender o ponto onde as coisas vão se produzir e repreender essa realidade, se necessário, em forma de anulação, limitação ou interrupção. “Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos da segurança” (FOUCAULT, 2008, p. 61).

O dispositivo disciplinar viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-los funcionar. Da mesma forma, uma série de dimensões da ordem da segurança perpassa os sistemas de disciplina. Tanto um quanto outro estão presentes no interior do código jurídico-legal, fundado em bases de soberania. Entretanto, como discutiremos, essas forças não operam de maneira semelhante. Enquanto a

disciplina regulamenta tudo, em uma postura protecionista, a segurança vai *deixar fazer*, em um sentido aberto. Essa abertura de seguridade não é totalmente permissiva, mas uma forma de anular os fenômenos progressivamente, “de delimitá-los em marcos aceitáveis, em vez de impor-lhes uma lei que lhes diga não” (FOUCAULT, 2008, p. 86). Em contrapartida, o modo de execução dessas dinâmicas se dá no acionamento da lei e da disciplina.

Estamos no mundo do regulamento, estamos no mundo da disciplina. Ou seja, é necessário ver que essa grande proliferação das disciplinas locais e regionais a que pudemos assistir desde o fim do século XVI até o século XVIII nas fábricas, nas escolas, no exército, essa proliferação se destaca sobre o fundo de uma tentativa de disciplinarização geral, de regulamentação geral dos indivíduos e do território do reino, na forma de uma polícia que teria um modelo essencialmente urbano (FOUCAULT, 2008, p. 458).

Precisamente, a polícia é um instrumento fundamental desses dispositivos. Conforme Foucault (2013, p. 255), ela foi inventada “na França de Luís XV”, em um formato completamente distinto da instituição presente nos dias de hoje. Nas sociedades mercantis, ocupava uma função de fiscalização dos produtores de alimentos do reino e, conseqüentemente, de guardiões da economia. Até o século XVI, período de instauração dos grandes Estados territoriais, permaneceu como uma autoridade pública em forma de associação. Nessa época, tinha duas acepções: uma maneira de reger e um resultado positivo e valorizado de um bom governo. No século seguinte, a polícia se transforma no conjunto de meios que possibilitam o aumento das forças do Estado e, ao mesmo tempo, a manutenção dele. Trata-se do cálculo e da técnica que “possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento das suas forças” (FOUCAULT, 2008, p. 421).

O papel da polícia nos séculos XVII e XVIII de fazer a força do Estado crescer vai dar lugar para a economia e a gestão da população. Nessa linha, a noção de polícia passa a ser “o instrumento pelo qual se impedirá que certo número de desordens se produza” (FOUCAULT, 2008, p. 475). Nesse sentido, a instituição policial passa a ser pensada em termos da urbanização do território, sobretudo com a explosão demográfica nas cidades. “Tratava-se, no fundo, de fazer do reino, de fazer do território inteiro, uma espécie de grande cidade, de fazer que o território fosse organizado como uma cidade, com base no modelo de uma cidade e tão perfeitamente quanto uma cidade” (FOUCAULT, 2008, p. 452).

Figura 4 – Notificação do *Fogo Cruzado* sobre operação policial



Fonte: *Fogo Cruzado*.

No século XIX, inicia o que Foucault (2013, p. 223) chama de “concubinação” entre a polícia e a delinquência. Também é nesse período que se identifica pela primeira vez o fracasso do modelo prisional, que não reforma os indivíduos, “mas fabrica a delinquência e os delinquentes”. Em outras palavras, mostrou-se que essas estruturas não visavam a reeducação e reinserção dos sujeitos na sociedade. Pelo contrário, acabavam por profissionalizar criminosos. Nessa época, em folhetins e nas historietas populares, se destaca ainda a figura do herói criminoso. Em vista disso, observa-se a necessidade de fazer emergir a percepção da ação do governo como algo necessário, em especial nas populações mais pobres, as quais eram (e ainda são) mais suscetíveis a sentir a violência. Um poder difuso: exercido e desejado.

Já que a sociedade industrial exige que a riqueza esteja diretamente nas mãos não daqueles que a possuem, mas daqueles que permitem a extração do lucro fazendo-a trabalhar, como proteger essas riquezas? Evidentemente por uma moral rigorosa: daí a formidável ofensiva de moralização que incidiu sobre a população do século XIX. Vejas as formidáveis campanhas

de cristianização junto aos operários que ocorreram nessa época. Foi absolutamente necessário constituir o povo como sujeito moral, portanto separando-o da delinquência, portanto separando nitidamente o grupo de delinquentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos. Donde o nascimento da literatura policial e da importância, nos jornais, das páginas policiais, das horríveis narrativas de crimes (FOUCAULT, 2013, p. 218).

Por último, consolida-se com esses dispositivos a ideia de governo, que extrapola a soberania ou o modelo religioso pastoral³⁷. Trata-se uma razão governamental, que reflete marcas precedentes. “O que veio à luz [...] foi uma arte absolutamente específica de governar, uma arte que tinha sua própria razão, sua própria racionalidade, sua própria *ratio*” (FOUCAULT, 2008, p. 383). Com essa consolidação, os países europeus se encaminham para criar uma balança para organizar a composição interestatal das forças. Esse movimento estabelece um conjunto tecnológico da arte de governar, resumido em duas instrumentalizações: a ordem diplomática, permanente e multilateral, e a organização de um exército profissional.

“O Estado é uma prática. O Estado não pode ser dissociado do conjunto das práticas que fizeram efetivamente que ele se torna-se uma maneira de governar, uma maneira de agir, uma maneira também de se relacionar com o governo” (FOUCAULT, 2008, p. 369). Uma dessas práticas que permite o saber necessário sobre a realidade é o que se chama na época de *estatística*. A palavra se origina no século XVIII, do alemão *statistik*, sendo compreendida como “o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado” (FOUCAULT, 2008, p. 365). O domínio deste novo conhecimento é estabelecido pela polícia, que identifica para o Estado as suas possibilidades (o risco, os fatores de riscos e as causas dos riscos) e realiza a sua gestão de riscos.

“Sociedade, economia, população, segurança, liberdade: são os elementos da nova governamentalidade, cujas formas, parece-me, ainda conhecemos em suas modificações contemporâneas” (FOUCAULT, 2008, p. 476). Dessa forma, a história do governo corresponde ao estabelecimento de uma economia dos indivíduos, bens, riquezas oriundas da família como uma política de Estado, congregada por instituições, procedimentos, análises e táticas que permitem o exercício do poder sobre a população. Essa execução é dada pela economia política e pelos instrumentos dos dispositivos de segurança, cujo poder é proeminentemente forte

³⁷ A economia da obediência estabelecida particularmente pela relação religiosa no âmbito individual é o que Foucault (2008) define como mundo pastoral.

nas nações ocidentais, as quais constituíram a governamentalização como a passagem do Estado de justiça da Idade Média para o Estado administrativo.

Portanto, há três grandes ciclos nessa analítica. O primeiro diz respeito ao Estado de justiça, oriundo da territorialidade de natureza feudal, cujo dispositivo principal é a soberania. O segundo abarca o momento do surgimento de uma territorialidade de ordem fronteiriça nos séculos XV e XVI, denominado Estado administrativo, simbolizado pela emergência da sociedade disciplinar. Finalmente, o terceiro corresponde ao Estado de governo, não essencialmente definido por territórios, pela superfície ocupada, mas pela população e todas as características dela decorrentes – volume, densidade, circulações.

“O Estado de governo que tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2013, p. 431). Nesse aspecto, essa nova racionalidade governamental vai dispor de um conjunto de mecanismos diplomáticos, militares e policiais que garantem a conservação de relações de forças (FOUCAULT, 2008). Em suma, sublinha-se a relação histórica entre três principais movimentos a partir do século XVIII. O primeiro abala o fluxo do dispositivo de soberania, com a problemática do governo e a economia da obediência. Concomitante, o segundo apresenta a população como objeto da técnica de governar, que se desloca da lógica de punição para buscar a melhor performance dos corpos. Em terceiro, o isolamento da economia política como ciência de intervenção governamental na realidade.

Em linhas gerais, há aproximações entre estas dispositividades e o nosso objeto de estudo. A vigência do poder soberano (FOUCAULT, 2011) pode ser vista nas lógicas de disputas territoriais de facções, polícias e milícias do Rio de Janeiro, que já deixaram de estampar somente as páginas policiais dos jornais para aderir também ao noticiário político. Para a população que habita nessas áreas, a lei que rege não é a legislação brasileira, mas aquela determinada pelo grupo criminoso. Em muitos casos, viver nesses territórios significa aderir à imposição de compras em comércios de fachada para lavagem de dinheiro, serviços clandestinos oferecidos e horários de circulação nas ruas. Assim, essa soberania territorial será eficaz na medida em que os sujeitos envolvidos naquelas regiões atendem às solicitações de obediência conforme os interesses dos detentores do poder.

A interiorização dessas lógicas por parte da população nos remete aos propósitos disciplinares (FOUCAULT, 2011), que historicamente emergem como

resposta à necessidade de controle de explosões demográficas. O intuito não é castigar aqueles que ali vivem nas comunidades com maior incidência de violência armada, mas sim tirar o máximo de proveito social, político e financeiro para manutenção do domínio territorial. Criminosos sem um contexto social no seu entorno que os suportem não teriam a mesma eficácia. De igual forma, sem o agenciamento da população, não teriam como eleger os políticos que deles dependem. Por fim, são objeto de fonte de renda de seus negócios, clandestinos ou não. Como sustenta Foucault (1999), trata-se da busca do crescimento da performance dos dominados e o aumento da eficácia de quem os domina.

No entanto, a normalidade à brasileira assume rumos dispersos. Os padrões a serem seguidos não necessariamente possuem lógicas de funcionamento coerentes. Os procedimentos de controle dos corpos pela violência armada, com a demarcação de territórios seguros e de riscos, perambulam nessas incoerências que são típicas do Brasil. O inimigo construído nas mídias, a facção criminosa, o drogado como financiador. A polícia que mais mata, a ordem em nome de vidas negras, as leis não respeitadas a serem seguidas. A polifuncionalidade urbana, os limites do aceitável, as circulações sob os olhares da segurança. Os traficantes evangélicos, os milicianos “homens de bem”, o tiro que é comemorado como gol. A morte que não é sentida. A violência como regra e não exceção.

Esses aspectos tipicamente brasileiros escapam ao tempo histórico, interesse e foco de investigação de Foucault. A própria preocupação geográfica aparece de modo secundário, embora a relação espacial e de circulação estivesse muito presente em sua obra. Sobre este ponto, em uma conhecida entrevista para a revista *Heródote*, o filósofo francês foi questionado por geógrafos por supostamente ignorar a Geografia. Com o requinte típico, afirmou em outras palavras que este simplesmente não era o seu direcionamento heurístico. “Tomar uma ciência porque ela é interessante, porque é importante ou porque sua história teria alguma coisa de exemplar não me parece um bom método” (FOUCAULT, 2013, p. 245). Com as metáforas espaciais, indicou ter descoberto o que de fato gostaria de estudar: as relações entre poder e saber. Para ele, essa leitura permitiu perceber os pontos através dos quais os discursos se transformam em relações de poder. “A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados” (FOUCAULT, 2013, p. 253).

Além do mais, cabe uma ressalva para a continuação deste trabalho. Como o senso comum respinga diretamente na ciência, enquanto ponto de partida

pragmático (BRAGA, 2019), por vezes os sentidos das palavras utilizadas no cotidiano não conseguem estabelecer conexão com conceitos e teorias. Afinal, a língua nada mais é do que uma construção social com afetações de seu tempo. Nas últimas décadas, a palavra francesa *dispositif*, traduzida literalmente para *dispositivo*, percorreu caminhos semânticos distintos daqueles projetados pelo filósofo francês, sendo hoje sinônimo de uma infinidade de aparatos. Nessa linha, para melhor compreensão do nosso estudo, na medida que adentrarmos nas especificidades do objeto desta tese, trataremos o dispositivo em questão como um *sistema de relações*, ou seja, um modo de agenciamento específico entre os seus elementos, como propõe José Luiz Braga (2017).

De um lado, a palavra *sistema* se origina do latim *tardio* e do grego *systema*, de *synistanai*, que significa *juntar*. Por outro, *relação* vem do latim *ralatio*, que denota a ação de estabelecer ligação entre elementos. No pensamento filosófico, a relação se configura como uma das noções centrais para vários filósofos. Com Aristóteles, no conjunto de textos sobre lógica *Organon*, aparece em seu texto *Categorias*. Nesta obra, são apresentados dez predicados do ser que todo objeto pode ser categorizado. Na era moderna, Immanuel Kant discute na *Crítica da Razão Pura* a relação como uma das funções do pensamento, por meio da qual se confere unidade às representações em um juízo - categórico, hipotético e disjuntivo (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006). Com Foucault, a noção relacional permeia toda a sua analítica. Com o conceito de poder, temos indivíduos que não o portam como na tradição marxista, mas atuam tanto como agentes transmissores quanto são afetados por seus efeitos. Assim, temos no dispositivo um jogo entre elementos discursivos e não discursivos para atender a determinados objetivos. Portanto, um sistema de relações entre seus elementos.

2.2 SISTEMA DE RELAÇÕES DE ORIENTAÇÃO

Todo dispositivo se caracteriza por seu viés pragmático. Nas palavras de Foucault (2017, p. 365), dispõe de uma “função estratégica dominante” oriunda da urgência identificada entre seus componentes e participantes. Por seu turno, o funcionamento interno do dispositivo não se fecha, o que faz com que necessite de um “perpétuo preenchimento estratégico” através de arranjos para lidar com efeitos não previsíveis e articulações com outros dispositivos. De acordo com Braga (2017, p. 36), este “aspecto ‘organizador’ ou articulador dos dispositivos decorre

historicamente dos processos”. Na sua leitura, eles configuram “modos tendenciais”, para que se efetivem de forma sucessiva, e “estruturais”, para que se tornem “padrões, regras, códigos, para-códigos”. Logo, processos viabilizam as relações de dispositividade e as suas operações internas.

Dentre a multiplicidade de processualidades em vigor na sociedade, destacam-se os processos inferenciais, os quais “são resultado de um problema prático para o qual os participantes devem oferecer soluções” (BRAGA, 2017, p. 28). Isto é, para dar conta da urgência identificada pelo dispositivo. “A inferência é o elemento central – que, no processo de aperfeiçoamento de suas táticas sociais e pessoais, desenvolve códigos (elementos compartilhados) que favoreçam e agilizem comunicações crescentemente complexas”. Por essa visada, o dispositivo é um modo de agenciamento no qual destaca-se seu caráter interacional - entre humanos ou entre participantes com elementos do sistema de relações.

A comunicação emerge, justamente, a partir dos processos interacionais. Com base em códigos e inferências, os dispositivos de interação abrangem processos e modos de ação, caracterizados por regras institucionais, tecnologias acionadas, “estratégias, pelo ensaio-e-erro, pelos agenciamentos táticos locais – em suma – pelas atividades específicas da experiência vivida e das práticas sociais” (BRAGA, 2017, p. 38). Em síntese, os dispositivos são desenvolvidos por processos comunicacionais e acionados culturalmente para operacionalização de episódios interacionais, que intentam atender princípios vinculados a práticas e discursos. Esses modelos compostos por códigos e inferências traduzem tanto a plasticidade quanto a processualidade da constituição dos arranjos. Dentre essa heterogeneidade de sistemas de relações, nos questionamos especificamente: como são viabilizadas as práticas de orientação no espaço-tempo?

Algumas pistas podem ser encontradas ao longo da história. Em primeiro lugar, a manutenção da vida sempre dependeu da capacidade de orientação no mundo. Para certos animais, essa aptidão é uma inerência biológica. Para o gênero homo, desde a África centro-oriental, a compreensão tempo-espacial foi viabilizada através de práticas inferenciais coletivas, instigadas em episódios de socialização. Esse longínquo processo auxiliou a mantê-lo resguardado de inimigos – congêneres, outros seres do planeta e demais intempéries da natureza. Por seu turno, as caças eram asseguradas com a prática de reflexão, a articulação estratégica e os movimentos de antecipação ao alvo. Via de regra, eram atividades promovidas em grupo. Portanto, a captura de animais era possibilitada pois se exercia de modo

coletivo e, dentro do possível, taticamente articulada (HARARI, 2016, 2018). Nesse sentido, a urgência primária de um sistema de relações de orientação foi a sobrevivência. Por uma perspectiva evolucionista, pode-se afirmar que sua concepção prolongou a existência humana.

De acordo com o geógrafo brasileiro Milton Santos (2005), a questão espacial, intrínseca à problemática orientacional, deve ser apreendida em conjugação com a noção de tempo. A acepção de espaço se vincula com a ação humana sobre o meio natural, em distintas escalas - cartográficas, por uma via quantitativa; e geográficas, do local ao global, por uma ótica qualitativa. Desse modo, o espaço geográfico deve ser compreendido como um híbrido, pois integra tanto processos materiais, engendrados ou não por humanos, quanto dinâmicas culturais que envolvem um conjunto de estruturas, relações sociais e temporalidades distintas.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2006, p. 39).

A acepção espacial está umbilicalmente conectada com a noção de tempo. Se uma determina o local de manifestação dos acontecimentos, a outra indica quando ocorrem. Nessa linha, a matriz de ambas são os eventos – que acontecem em um dado momento, criando o tempo, e que se situam geograficamente em um lugar, formando o espaço. Logo, espaço e tempo estão sempre articulados. "A ideia de tempo é inseparável da ideia dos objetos e de seu valor" (SANTOS, 2006, p. 103). Antes da existência humana, no início de tudo, apenas eventos físicos tinham a qualidade de universais. É o caso da formação do universo com o *Big Bang*, caracterizada por um evento de larga escala espacial, ou dos climas do planeta, com suas variações e afetações no meio natural. No início, os fatos humanos tiveram somente uma incidência a nível local. Nesse sentido, de um ponto de vista histórico, foram necessários milhares de anos para que fossem registrados eventos humanos geograficamente amplos, como os presenciados no mundo contemporâneo.

Dessa forma, um sistema de relações de orientação foi constituído de modo tentativo, inferencial e não necessariamente organizado, através de códigos espaciais retransmitidos por gerações. Esses processos de orientação passaram a ser engendrados enquanto "configurações de saber", as quais os condicionaram e

que deles dependiam (FOUCAULT, 2017, p. 367). Vale lembrar que, apesar de salientarmos o aspecto de manutenção da vida, não inviabiliza outras leituras possíveis sobre o fator orientacional.

Embora seja uma prática milenarmente estabelecida, a gênese da palavra orientação deriva do latim, *oriens*, e do francês, *orient*. Ambas as variações significam *leste*. Elas se originaram nos mosteiros onde mapas eram elaborados, nos quais leste se situava no topo. Essa peculiaridade se dava por conta dos lugares sagrados dos cristãos em Jerusalém, ao leste da Europa, mas também por coincidir com a direção do nascer do Sol. Não por acaso, historicamente os principais orientadores foram os astros. No deserto do Saara, o povo nômade tuaregue guiava caravanas de camelos em paisagens monocromáticas através do movimento do Sol e das constelações (KAUROV, 1999).

Do outro lado do Atlântico, indígenas do noroeste amazônico construíram uma distinta compreensão espaço-temporal, remanescente do período pré-colonial, baseada no ocaso dos astros como referencial de estações e de práticas sociais e religiosas (FLÔRES, 2017). Nos séculos seguintes, o desenvolvimento de dispositivos técnicos transformou e contribuiu com a intensificação do fluxo humano no planeta (BERNÁTH *et al.*, 2014). Em certas situações, essa mudança foi uma questão de novas inferências em relação aos objetos. Como é o caso da bússola, de origem mística na China do século I, enquanto elemento de rituais religiosos, para a difusão entre marinheiros europeus a partir do final do século XII, como retratam os escritos do monge agostiniano Alexander Neckam (FRIEDMANN, 2008).

Essas novas urgências também fomentaram a prática da cartografia, no intuito de tornar inteligível as orientações para execução marítima. Com ela, diminui paulatinamente a importância do saber adquirido de comandantes e pessoas delegadas exclusivamente para orientar as viagens. Assim, as práticas espaciais foram se reinventando conforme novos experimentos e significações eram atribuídas aos dispositivos técnicos. Como consequência, esse sistema de relações possibilitou o acesso a outros mundos, a novas experiências e a novos contatos que ocasionaram transformações profundas.

Já na contemporaneidade, as aceleradas mudanças na sociedade são devedoras da evolução das tecnologias de informação, comunicação e transporte. Com a consolidação do que Milton Santos (2006) chama de paisagem técnico-científico-informacional, sucede uma paulatina compressão tempo-espacial (HARVEY, 1992) que incide principalmente em aspectos culturais, atrelados às

novas formas de circulação do capital. Outrora circunscritos aos eventos físicos, fenômenos de ação humana geograficamente amplos passam a ser recorrentes em eventos históricos (SANTOS, 2006).

Na visão do geógrafo britânico David Harvey (1992), a vigente condição pós-moderna compreende o capitalismo de acumulação flexível ou pós-fordista, com a produção em pequenos lotes, capital fictício e o reforço ao individualismo. Em contrapartida, a modernidade remete ao modelo fordista, com economias de escala, capital monopolizado e busca por universalismos. Nessa leitura materialista, decorre a dissociação entre tempo e espaço, *comprimidos* na expressão tempo-espaço.

Quero assinalar por esse termo [*compressão tempo-espaço*] processos que tanto revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo que somos forçados a alterar, às vezes de forma bastante radical, como representamos o mundo para nós mesmos. Uso a palavra 'compressão' porque pode-se argumentar que a história do capitalismo se caracterizou pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que superou as barreiras espaciais que o mundo às vezes pareceu colapsar para dentro de nós³⁸ (HARVEY, 1992, p. 240, tradução nossa).

Dentre as “categorias analíticas internas” (SANTOS, 2006, p. 12) da noção espaço-temporal, apresenta-se a configuração territorial, definida por uma parcela de espaço apropriada e perpassada por relações de poder. Conforme Milton Santos (2005), o território *a priori* não é um conceito, mas torna-se através do movimento dos indivíduos que dele se apropriam. Ou seja, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 2005, p. 255). Logo, o território também precisa ser observado a partir de uma dimensão pragmática, pois o próprio espaço é “o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais” (SANTOS, 2002, p. 95-96).

Nessa linha, o geógrafo Rogério Haesbaert (2004, p. 79) advoga a articulação com uma perspectiva teórica integradora para dar conta das híbridas dimensões territoriais da contemporaneidade. Nas suas palavras, devem ser compreendidas através da “imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”.

³⁸ Do original: “I mean to signal by that term processes that so revolutionize the objective qualities of space and time that we are forced to alter, sometimes in quite radical ways, how we represent the world to ourselves. I use the word 'compression' because a strong case can be made that the history of capitalism has been characterized by speed-up in the pace of life, while so overcoming spatial barriers that the world sometimes seems to collapse inwards upon us.”

[...] uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação espaço-tempo, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade – recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e “iconografias”, ou o que melhor nos aprouver. Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estruturalmente cultural (HAESBAERT, 2004, p. 79)

Assim como nos dispositivos de Foucault, o território carrega sempre uma ordem simbólica e outra material. Para Haesbaert (2002, p. 135), o conceito transcende o sentido de região por envolver variadas formas de apropriação espacial, em diferentes escalas. Dessa maneira, territorialidade deve ser vista tanto como fixação e estabilidade quanto uma "mobilidade controlada", exemplo do "território-rede das grandes corporações transnacionais", onde a conexão dos pontos é o aspecto mais importante. De acordo com Haesbaert (2004), três grandes perspectivas trabalham com essa relação entre território e rede: a primeira que subordina a rede ao território, a segunda que separa as noções e a terceira que trabalha com o binômio território-rede (HAESBAERT, 2004).

A territorialização do movimento, ou seja, a territorialidade construída através da mobilidade não é novidade. Os fluxos dos povos nômades conceberam o que podemos denominar como territórios-rede. De igual forma, os atuais fluxos de capitais em tempo real dos paraísos financeiros remetem a essa nova territorialidade reticular. Portanto, a rede se apresenta como a forma básica de organização social, desde a estrutura econômica até as relações de poder, sem impor um dualismo com a noção territorial. Sobre esses aspectos, nas últimas décadas diversas áreas do conhecimento têm buscado discutir sobre a destruição dos territórios na forma da desterritorialização. Esse termo surgiu nos estudos dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. Na Geografia, área que reivindica o saber sobre as espacialidades, ganhou importância no início do presente século (HAESBAERT, 2002).

A desterritorialização implica, necessariamente, a reterritorialização em outra escala. O geógrafo cita o exemplo do Mercosul, que desterritorializa as fronteiras clássicas entre os países da América do Sul e se reterritorializa com as fronteiras de outros blocos econômicos. Portanto, a ideia do homem sem território e da sociedade sem territorialidade não se sustenta, já que o movimento de destruição de territórios pressupõe a inevitável reconstrução de novas bases (HAESBAERT, 2004). Nesse

sentido, a leitura do ciberespaço³⁹ como uma desterritorialização pura se mostra frágil, na medida em que "a relação entre redes e territórios é permanente e indissociável" (HAESBAERT, 2002, p. 133).

A questão territorial na contemporaneidade se situa nessa ordem, dos contínuos processos de reterritorialização, intitulado por Haesbaert como multiterritorialização. Esse conceito exprime a possibilidade de acesso a uma diversidade de territórios, tanto por meio do deslocamento físico quanto pelo âmbito virtual, acionando territorialidades sem qualquer mobilidade física, como "nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço" (HAESBAERT, 2004, p. 343). Com este cenário, a definição mais adequada para esse processo seria a glocalização contemporânea, compreendida como um conjunto de eventos locais que sofrem interferência global. Esse neologismo indica uma combinação de elementos em dinâmicas nas quais não podem ser identificados como locais ou globais.

No *Fogo Cruzado*, o vínculo geográfico é inerente da natureza da plataforma. A estrutura de banco de dados, o *back-end*, se articula com um *front-end* elaborado graficamente através de mapas do Rio de Janeiro, que representam os territórios da violência armada. A plataforma permite que seja consultada tanto por aparelhos *desktop*, pelo site do laboratório de dados ou por uma API, assim como por dispositivos móveis, como *tablets* e *smartphones*, por meio de um aplicativo disponível gratuitamente. Nesse sentido, em uma primeira leitura observamos diversas camadas de territorialidades, que perpassam o acontecimento nos espaços urbanos, a equipe de checagem de informações, as instituições que se utilizam das informações e, por fim, o público que recebe os alertas.

Essa realidade multiterritorializada é um dos reflexos do sistema de relações de orientação com a crescente satelitização do planeta, as estruturas de código aberto disponíveis na web e o consequente surgimento de diversos serviços,

³⁹ Com o advento da Internet comercial, em 1995, constituíram-se redes digitais que transformaram as espacialidades e as temporalidades da comunicação (HARVEY, 1992), formuladas na noção de *ciberespaço*. Conforme André Lemos (2004, p. 14), trata-se de uma ambiência comunicacional que opera como uma "incubadora midiática onde formas comunicativas surgem a cada dia". Diferente das mídias de massa, o ciberespaço é aberto *a priori*, por conta do seu formato em rede. Como resultado, ocorre a liberação do polo da emissão em uma forma de todos para todos, distinta do modelo unidirecional dos meios massivos - TV, rádio, jornal, cinema. Essa característica vai ficar demarcada em diversas manifestações digitais, transformando a sociedade de um modo geral. Em termos geográficos, já foi pensado como um não-espaço, um não-lugar, em que paradoxalmente se "entraria" - quando havia o gesto de "se conectar" à Internet. Hoje, permanecemos invariavelmente conectados, mesmo sem consentimento, com a captura e processamento de dados através de diferentes dispositivos técnicos que nos rodeiam - celulares, refrigeradores, assistentes domésticos, câmeras de vigilância etc.

aplicativos e mecanismos que se arquitetam por meio de informações georreferenciadas. De igual forma, a sociedade acaba ressignificando a sua própria compreensão do espaço-tempo com o aprimoramento de práticas orientacionais através dessas novas disposições técnicas. Assim, o desafio que se interpõe é refletir sobre estes códigos espaciais em novas práticas de orientação, postas em circulação nos fluxos do ciberespaço, particularmente com o acionamento de dispositivos técnicos cada vez mais sofisticados e acessíveis pela população.

3 AMADORES, COLABORAÇÃO E REDES DIGITAIS

O constructo conceitual proposto no capítulo anterior tensionou a filosofia do dispositivo de Foucault com as intersecções espaciais e territoriais oriundas da geografia com o sistema de relações de orientação. Estabelecidos esses dois marcos teóricos, delimitamos a nossa atenção para o objeto comunicacional, compreendido como um “processo social básico de produção e partilhamento do sentido através da materialização de formas simbólicas” (FRANÇA, 2010, p. 41). No âmbito da pesquisa em comunicação, identifica-se uma diversidade empírica atrelada a uma mobilidade dos objetos, em uma velocidade de transformação que coloca o pesquisador em uma constante posição de desconforto.

Assim como em outros campos de estudo, a empiria é inauguradora da construção teórica na comunicação. Isto é, no germinar da área, os problemas de pesquisa se originaram de questões instigadas pela realidade social. Desse modo, a prática se apresenta como “fundadora - é ela que problematiza, instiga, coloca questões” (FRANÇA, 2010, p. 45). Nessa linha, uma teoria sem prática seria pura abstração. Ao longo dos anos, o objeto comunicacional recebeu tensões de uma heterogeneidade de aportes teóricos. Na visão de Vera França (2010), esse aspecto o constituiu como um domínio interdisciplinar.

Braga (2011) refuta essa leitura. Na sua interpretação, todos os campos são inevitavelmente atravessados por conhecimentos de outras áreas. Ou seja, não há uma existência disciplinar completamente isolada, pura. Em contrapartida, propõe um diálogo com interfaces, que aproxime perspectivas sem a dispersão epistêmica de outrora. Assim, a comunicação se incumbiria de estudar como a sociedade interage com ela mesma.

De todo modo, o fenômeno midiático-comunicacional corresponde a uma ínfima parcela da história. Outras matrizes disciplinares já estavam relativamente desenvolvidas quando iniciaram as primeiras pesquisas sobre comunicação. Por seu turno, essas investigações inaugurais se vinculavam ao ponto de vista de outras disciplinas, sobretudo das Humanidades. Dessa multiplicidade de olhares, emergiu um número considerável de modelos, cada qual buscando descrever uma parcela da realidade. Com métodos e técnicas emprestados de diversas áreas, a comunicação se constituiu como uma ciência-encruzilhada, como propõe o sociólogo francês Maurice Duverger (ALSINA, 2007).

Em termos históricos, Francisco Rüdiger (2011, p. 13) lembra que a comunicação “tornou-se campo de reflexão teórica para o pensamento em virtude do formidável desenvolvimento das tecnologias de comunicação verificado no século XX”. Um dos modelos de referência desses estudos foi a cibernética de primeira hora, intitulada como teoria matemática da informação, de Claude Shannon (1916-2001) e Warren Weaver (1894-1978). Ela foi elaborada a partir do cálculo de probabilidades, da estatística e da teoria dos jogos de estratégia. Porém, o autor argumenta que esse paradigma apresentou uma série de déficits. Entre eles, os equívocos decorrentes da leitura da comunicação como um processo linear e exclusivamente transmissional, uma redução analítica sequencial e fragmentada e o enfoque puramente técnico e instrumental da conversação social⁴⁰.

Principal influência desse modelo, a cibernética de Norbert Wiener forjou nos anos 1940 a ideia de uma sociedade de comunicação, conforme Philippe Breton e Serge Proulx (2000). Esse campo de estudos foi desenvolvido nos Estados Unidos, inserido no esforço bélico em desenhar um aparato de controle de artilharia antiaérea, capaz de identificar trajetórias e prever ações futuras. Nessas pesquisas sobre o aprimoramento de sistemas de defesa contra aviões, o matemático estadunidense fez com que a máquina se antecipasse às reações humanas. Pela primeira vez, era estabelecida uma comunicação estreita entre uma máquina e um homem. Nesse bojo, nasce a noção de feedback (retroação) como um dispositivo informacional capaz de ajustar o comportamento em função da leitura dos efeitos.

Na recusa em tratar a noção antiga de “comportamento” dos humanos em termos de ações e reações, Wiener direciona o olhar para todos os acontecimentos que se passavam na sociedade. Desse movimento, deriva o nascimento da noção de *comunicação*, que não era entendida como uma ciência particular, mas o “traço comum a todas as ciências, porque permitia apreender em cada fenômeno o que havia de mais essencial, o que constituía a sua natureza profunda” (BRETON; PROULX, 2000, p. 105). Essa proposição ganha centralidade na obra do autor com a criação da palavra *cybernetics*, a partir da noção grega que designa *piloto* e cuja forma em latim denota a palavra *leme*. Essa família de radicais conduz de igual forma à palavra *governo*, compreendida como um modo de *pilotagem* social.

[...] Wiener a transformou [a *informação*] no eixo em torno do qual tudo deveria passar a ser concebido e organizado. A importância que atribuiu às

⁴⁰ Entretanto, é preciso considerar o potencial sistêmico de formulações como da entropia e de processos estocásticos como eixos de estudo pertinentes de reflexão e análise.

vias de comunicação e às máquinas de tratamento da informação estava em concordância perfeita, ainda que o seu discurso as antecederse em alguns anos, com os progressos materiais que as técnicas realizavam nesses domínios, nomeadamente em telefonia e em informática (BRETON; PROULX, 2000, p. 286).

Pela primeira vez, o homem e a máquina são colocados no mesmo plano ontológico. O matemático britânico Alan Turing, formulador do conceito de algoritmo⁴¹, foi um dos primeiros a formular a capacidade da máquina de se comportar como um ser humano em 1951. Já Grey Walter partiu para âmbitos menos complexos, na tentativa de reproduzir o comportamento de animais rudimentares. A construção de uma tartaruga artificial foi a tentativa de criar uma concepção particular de vida. Em suma, o que preocupavam os cibernéticos dessa época era construir uma verdadeira prole de máquinas autônomas. “A emergência da ideia de comunicação foi, portanto, inseparável de uma vontade de redefinir as relações do homem com o mundo material e com a criação” (BRETON; PROULX, 2000, p. 111).

Essa vontade humana de ir além não é propriamente recente. Desde o século XVII, não por acaso o período de nascimento do romance *Frankenstein*, da escritora britânica Mary Shelley, a técnica se converteu em uma força de intervenção material que afeta diretamente na vida social, biológica e cultural. Como efeito, apresenta-se como um saber que viabiliza a produção daquilo que a natureza não proporciona espontaneamente, “mas sempre de forma variável e dentro de certos limites, sugeridos ao homem por essa própria natureza” (RÜDIGER, 2011, p. 78). Desse modo, refere-se a uma relação prática com o mundo, que pode mobilizar de modo dialético saberes acumulados, exprimir jogos de poder e acionar sistemas de relações distintos. A cibercultura assim se configura como uma simbiose do homem-maquínico. Se a arma é uma extensão da gestão da violência, em dinâmicas territoriais de poder, o *Fogo Cruzado* se apresenta em relação à vigilância, compartilhada por muitos.

Na segunda metade do século XX, a sociedade entrou em um novo ciclo de desenvolvimento tecnológico, “baseado na expansão dos maquinismos informáticos de processamento de dados e geração de comunicação” (RÜDIGER, 2011, p. 8). Nesse contexto, gradativamente se constitui um conjunto de fenômenos sociais agenciado por tecnologias, traduzido pela expressão *cibercultura*. Segundo Rüdiger (2011), trata-se de

⁴¹ Conjunto de procedimentos lógicos que desencadeiam a resolução de um problema em um número determinado de etapas.

uma formação prática e discursiva que representa uma mediação de estruturas que regulam a vida. Em outras palavras, um viver em simbiose com a máquina.

Para se entender a forma assumida pelo desenvolvimento maquinístico em nossa época, é preciso ver como os seres humanos interagem nas condições da economia de mercado, como eles elaboram sua consciência e, assim, projetam nos bens que consomem, cada vez mais envoltos por um véu tecnológico, as faculdades sensíveis e intelectuais que lhe são próprias como indivíduos e como coletividade (RÜDIGER, 2011, p. 104).

Iuri Lotman (1981), autor matricial da Semiótica da Cultura e com influências diretas da Teoria da Informação e da Cibernética, faz uma formulação singular dos processos advindos das interfaces homem/máquina, máquina/natureza. Segundo sua percepção, o pensamento científico e técnico orientou-se para a ideia de que o mundo da natureza estaria organizado de maneira ineficaz e deveria ser aperfeiçoado. Desse modo, seria preciso inventar o que natureza não possui e racionalizar o que existe nela. Para essa consciência científica moderna, o mundo da natureza seria um mecanismo extremamente complexo e racional de que não podemos aproveitar a lição apenas porque estaríamos, nesse campo, mal preparados. Lotman sentencia que é esse tipo de pensamento que limita as possibilidades da biônica, pois é exatamente a natureza que nos oferece os exemplos ideais de máquina de auto-evolução⁴², ou pensamento, de máquina-personalidade, organismo único cooperando com outros organismos únicos. “A complexidade dos organismos bioquímicos da Vida mostra, todavia, ser uma barreira que ainda não conseguimos ultrapassar” (LOTMAN, 1981, p. 29).

Essa simbiose do homem com as tecnologias se insere em um debate entre as correntes dos *apocalípticos e integrados* (ECO, 1979). De um lado, são compreendidas como instrumentos de um propósito social pré-determinado, tendencialmente negativo, que suprimiriam as forças sociais. De outro, mais tecnófilo, são vistas única e exclusivamente na máxima escala de suas potencialidades, com pouco destaque para o que irão desfazer ou o que não irão fazer. Por uma via sóbria, em um caminho intermediário, é preciso compreender esta relação como uma “parte do contexto histórico em meio ao qual a vida é articulada” (RÜDIGER, 2011, p. 68), sem deixar de negar seus efeitos no tecido social.

Nos processos midiáticos, um dos principais é a liberação do polo da recepção, com sujeitos instigados a fazerem parte da produção discursiva. Isso ficou

⁴² Auto-organizacionais, em termos sistêmicos, conforme Edgar Morin (1986), ou autopoieticos, como propõe o sociólogo alemão Niklas Luhmann (1995).

evidenciado com o surgimento de sites de redes sociais, que congregam plataformas de comunicação nas quais “pessoas sem conhecimento especializado se habilitam a operar mais ativamente com seus equipamentos e em que passam a interagir individual e colaborativamente umas com as outras” (RÜDIGER, 2011, p. 18). De acordo com Raquel Recuero (2012, p. 123), essas conversações em rede são concebidas como conversações coletivas, públicas e permanentes. O que as diferencia é a possibilidade de navegar pelas conexões, “espalhando-se por outros grupos sociais e por outros espaços”. Esses lugares se explicitam nas redes digitais por meio de interações, construídas e negociadas entre os indivíduos, representando o que para autora significa o grande diferencial na comunicação mediada pelo computador na atualidade.

Para além do contexto digital, a interação é definida como uma ação com reflexos comunicativos entre os sujeitos e os seus pares ou entre os sujeitos e os elementos do seu entorno. “Estudar a interação social compreende, deste modo, estudar a comunicação entre os atores. Estudar as relações entre suas trocas de mensagens e o sentido das mesmas, estudar como as trocas sociais dependem, essencialmente, das trocas comunicativas” (RECUERO, 2009, p. 31). Entre as características das redes sociais na Internet, os atores são o elemento principal, representados pelos nós. Em outras palavras, são as pessoas envolvidas na rede analisada. Já as conexões constituem laços sociais, formados através desses processos interativos.

Deste modo, a comunidade virtual é um conjunto de atores e suas relações que, através da interação social em um determinado espaço, constitui laços e capital social em uma estrutura de cluster, através do tempo, associado a um tipo de pertencimento. Assim, a diferença entre a comunidade e o restante da estrutura da rede social não está nos atores, que são sempre os mesmos, mas sim nos elementos de conexão, nas propriedades das redes (RECUERO, 2009, p. 144-145).

Segundo Recuero (2009, p. 93), a comunicação mediada por computador é transformadora da noção de localidade geográfica das relações sociais, embora a Internet não tenha sido a primeira responsável por esta transformação. Contudo, com base na ideia de *aldeia global* de Marshall McLuhan e na definição de *comunidade virtual* de André Lemos, a autora pontua, de um lado, o “fim da localidade espacial” inserido no âmbito da pós-modernidade, e, de outro, uma dicotomia problemática entre grupos no ciberespaço configurados como comunitários, com claro envolvimento subjetivo, e não comunitários, como um mero lócus de encontro, efêmero e *desterritorializado*. Em tensionamento com Haesbaert

(2004), há uma contradição nessa leitura, pois toda desterritorialização demanda uma reterritorialização, assim compreendendo a territorialidade por uma visada processual. A própria ideia de ciberespaço é uma virtualização, uma nova circulação de um espaço geográfico, físico. Exemplo maior é a experiência do *Fogo Cruzado*.

Para Recuero (2012), a web transitou de um modelo estático para um dinâmico, de uma web de páginas para outra de plataformas participativas, em uma ambiência cuja marca principal é a conversação. De um modo geral, para além das redes digitais, essa cooperação que se estabelece por conversações pode ser definida como um “processo formador das estruturas sociais” (RECUERO, 2009, p. 81). Na sua leitura, ela pode ser gerada por interesses particulares, pelo capital social envolvido ou por finalidades dos grupos. Em especial, a Internet se constitui como elemento de formação de coletivos.

Nesse contexto digital, o compartilhar se tornou um imperativo. Lucia Santaella (2013) sustenta a instauração de uma cultura participativa na sociedade, que se caracteriza pelos seus aspectos integrativos, assimilativos e de convívio estabelecidos pelos usos dos participantes. Dessa forma, culturas da participação abrangem (1) afiliações, formais ou não, em comunidades on-line; (2) usos com potencial de produzir alterações na plataforma; (3) usos sustentados em valores de afinidade, confiança e afetividade; (4) solução colaborativa de problemas pelo trabalho coletivo de equipes para execução de tarefas e desenvolvimento de novos saberes; e (5) circulações que determinam o modo de fluxos entre as mídias.

[...] as novas palavras de ordem são: expor-se, trocar, colaborar em atividades de interação que encontram suas bases em princípios de confiança e de compartilhamento. A Internet tornou-se assim um hiperespaço plural, no qual são produzidas, publicadas, distribuídas e consumidas mensagens multimídia em um sistema de trocas e reciprocidades. Com isso, os princípios baseados em participação, colaboração e compartilhamento expandiram-se notavelmente [...]. São redes de cooperação recíproca nas quais se fazem coisas e se resolvem problemas juntos (SANTAELLA, 2013, p. 45).

Em uma linha similar, o estadunidense Henry Jenkins (2009) argumenta que a expressão *cultura participativa* se distingue das noções antigas acerca da passividade na recepção. A ideia é considerar os indivíduos, antes meros consumidores, como participantes de um novo conjunto de regras que emerge com as redes digitais. Vale destacar que essa horizontalidade possibilitada não deve ser compreendida como uma igualdade pura entre os sujeitos. “Corporações – e mesmo indivíduos dentro das corporações da mídia – ainda exercem maior poder do que

qualquer consumidor individual, ou mesmo um conjunto de consumidores. E alguns consumidores têm mais habilidades para participar dessa cultura emergente do que outros" (JENKINS, 2009, p. 30).

A Internet passa a ser concebida como um veículo para ações coletivas, tais como "solução de problemas, deliberação pública e criatividade alternativa" (JENKINS, 2009, p. 235). Ela nos insere no mundo de modo mais esclarecido, nos reúne "sem os riscos de sofrer violência" e nos engaja na condução da vida pública (RÜDIGER, 2011, p. 37). Para o sociólogo francês Patrice Flichy (2016), essa sociedade apresenta uma fecundidade de saberes ordinários, não organizados conforme os cânones acadêmicos, que estruturam o viver cotidiano. O desenvolvimento desse conhecimento encontra na web um espaço de contribuição e propagação, resultando em novas formas de ser no mundo.

Nesse sentido, Flichy (2016, p. 32) aborda a cooperação entre o amador e o especialista. Historicamente, essa relação já existia em determinadas áreas, como a astronomia e a botânica. No atual contexto, "a Internet oferece os dispositivos que possibilitam unificar o conjunto de dados e uma rede para trabalhá-los. A coleta de dados é organizada pelos cientistas, que fornecem instruções sobre elementos de classificação". O pesquisador pontua ainda uma distinção entre o que denomina de *amadores-especialistas*, que avançam no campo científico voluntariamente, e outros amadores, que não desejam se inscrever na busca por um saber das ciências, mas integrar determinado cenário.

Esses amadores podem criar expertises completamente novas. Flichy (2016) cita o exemplo da plataforma coletiva responsável pela criação do *OpenStreetMap*⁴³, que permite aos usuários realizar uma cartografia da infraestrutura dos territórios urbanos para servir de referência de locomoção via bicicletas. Os *ciclistas-cartógrafos* percorrem os caminhos amparados por dispositivos técnicos de geolocalização, descrevem diferentes arranjos dos percursos e criam nesse espaço a *cidade pedalável*. Portanto, o amadorismo em redes digitais se inscreve em um movimento de difusão de saberes e competências para além de campos institucionalizados de saber.

O amador se distingue do indivíduo comum pelo importante esforço de aprendizado e de formação que faz. A *expertise* que acumula é essencial na sua ligação a uma prática qualquer. Os novos saberes que ele adquire envolvem múltiplos domínios da cultura, das ciências e das técnicas. Seus

⁴³ Site: www.openstreetmap.org

conhecimentos não se limitam aos campos legítimos, mas acionam setores e áreas excluídas das instituições escolares: cultura popular, saberes práticos, bricolagem técnica (FLICHY, 2016, p. 46).

A sociedade dos amadores é uma sociedade mais democrática, que reconhece a capacidade dos sujeitos e a possibilidade de acioná-la através de meios cooperativos. “O amador faz o profissional-especialista descer de seu pedestal, impede que este monopolize os debates públicos. O amador utiliza seu talento ou competência como um instrumento de poder” (FLICHY, 2016, p. 47). Na mesma linha, Alex Primo (2013, p. 17) sublinha que “o que se percebeu com a emergência das tecnologias de comunicação e informação é que a liberdade de expressão dos cidadãos pode ser potencializada via mídias digitais”.

Primo (2013) sublinha que a distribuição midiática no âmbito da produção se efetivou por distintas linhas ideológicas. De um lado, movimentos sociais se apropriaram de mídias emergentes para ampliar o alcance de suas mensagens e intervenções. De outro, o próprio mercado identificou potencialidades com a colaboração oriunda da web em estratégias comunicacionais, tendo como fim o lucro. No meio jornalístico, grandes empresas adotaram novas táticas para se mover no terreno do ciberespaço, com instigação da participação do público.

Vale destacar que as práticas amadoras independem das mídias digitais, como recorda Jenkins (2009) com o exemplo de fãs de *blockbusters* que já se mobilizavam antes da Internet na criação de *spin-offs*⁴⁴ alternativos. Porém, encontram no ciberespaço esse ponto de propulsão e difusão. “De um lado, as tecnologias digitais têm sido marcadas profundamente pelos comportamentos de autonomia individual e em torno do “conectar-se”. De outro, elas têm fornecido as ferramentas essenciais ao desenvolvimento dessas novas práticas sociais” (FLICHY, 2016, p. 18). A expertise obtida através da experiência, anteriormente restrita a localidades, hoje pode ser publicada e acessada por todos.

A busca por uma solução colaborativa para a problemática da violência armada, a compreensão em profundidade da questão e a melhoria na circulação da população fluminense são algumas das razões que movem o *Fogo Cruzado*. Para tanto, é instigada a participação entre diferentes pessoas, empresas e instituições que se interessam pelo tema - sejam pelos alertas, para orientar a vida cotidiana, sejam pelas análises dos dados como um todo, para elaboração de conteúdos jornalísticos, pesquisas científicas e proposições de políticas públicas. Essa

⁴⁴ Obra artística, literária ou midiática derivada de outra existente.

cooperação reúne tanto especialistas em seus devidos campos, como a população de um modo geral, em um movimento de difusão de saberes. Assim novos pontos de referência sobre a realidade social são acionados, em uma construção de vários olhares atentos nos territórios urbanos do Rio de Janeiro.

3.1 VISIBILIDADE, MOBILIDADE E VIGILÂNCIA COMPARTILHADA

As tecnologias de comunicação em rede transformam as experiências, as narrativas e as semioses dos territórios urbanos. Sem perder conexão com o âmbito local, movimentos sociais cada vez mais independem do fator presencial em seus funcionamentos graças aos *smartphones*, computadores e outros dispositivos técnicos. Nesse sentido, “as pessoas estão passando a se reunir virtualmente em grupos de interesse, em vez de seguir os critérios de proximidade geográfica ou compartilhamento de uma mesma referência social ou institucional” (RÜDIGER, 2011, p. 55). Conforme Breton e Proulx (2000, p. 280), esse tipo de comunicação tem as máquinas como aliadas fundamentais, “alterando profundamente as condições de exercício de poder”. Dessa forma, o envolvimento midiático é pré-condicionado pela capacidade de manejo das tecnologias (SILVERSTONE, 1999).

De um modo geral, as mídias oferecem “estruturas para o dia, pontos de referência, pontos de parada, pontos para o olhar de relance e para a contemplação, pontos de engajamento e oportunidades de desengajamento” (SILVERSTONE, 1999, p. 24). Portanto, estabelecem regimes de visibilidade social que destacam certos acontecimentos em detrimento de outros. Para o português Samuel Mateus (2014, p. 261), a palavra *visibilidade* em um sentido perceptivo significa “aquilo que é dado a ver e a ser observado (tornando-se visual), e simultaneamente, como aquilo que adquire um conjunto de significados simbólicos relacionados com acontecimentos particulares (frequentemente publicamente reportados pelos *media*)”. O autor lembra que o principal modelo para compreensão das relações entre visibilidade e poder deve-se justamente a Foucault. No formato da soberania, o tornar visível o poder se situava em uma ordem do espetáculo, chegando a níveis macabros. Na sequência, essa visibilidade se tornou normalizadora ao induzir comportamentos voluntários, tendo o panóptico como metáfora arquitetural.

Nas redes digitais, a visibilidade estabelece outras dinâmicas de conversação. Na visão de Recuero (2012, p. 153), se relaciona diretamente com a presença e com a narrativa da presença. Para que se possa participar dessas interações, “é preciso não

apenas ser visível, mas também é preciso que a conversa seja visível. Mais do que ser ouvido, para conversar é preciso também ser visto” (RECUERO, 2012, p. 153). Essa consciência de estar imerso em regimes de visibilidade nas interações sociais também pode ser um fator inibidor da participação dos usuários, especialmente com temas sensíveis como segurança pública, já que no ciberespaço não se tem uma clara noção do outro, de até onde essa mensagem pode chegar e quais regras realmente regem nessas comunicações. Não obstante, o inverso também é verdadeiro. A participação pode ser incentivada com a possibilidade de criação de uma persona para si nessa ambiência, que camuflaria a identidade do usuário.

Esses regimes de visibilidade midiática se acentuaram no cenário atual de convergência tecnológica. Na visão de Jenkins (2009, p. 29), exprimem um processo que altera a lógica cultural das sociedades, do âmbito material às relações sociais. Em outras palavras, referem-se a transformações de ordem tecnológica, mercadológica, cultural e social. Como definição, traduz o espalhamento de conteúdos através de diversos meios, a cooperação entre eles e o comportamento transitório do público pelas mídias.

A convergência não depende de qualquer mecanismo de distribuição específico. Em vez disso, a convergência representa uma mudança de paradigma - um deslocamento de conteúdo de mídia específico em direção a um conteúdo que flui por vários canais, em direção a uma elevada interdependência de sistemas de comunicação, em direção a múltiplos modos de acesso a conteúdos de mídia e em direção a relações cada vez mais complexas entre a mídia corporativa, de cima para baixo, e **a cultura participativa, de baixo para cima** (JENKINS, 2009, p. 325, grifo nosso).

No entanto, Primo (2013, p. 23) alerta que a ideia de convergência não deve ser interpretada como um “movimento de atração e aglutinação. As tensões e controvérsias encontradas revelam que os compostos não se misturam facilmente sem reações, decantações, explosões”. Na mesma linha, Rüdiger (2011, p. 68) lembra que computadores e celulares “podem ser postos a serviço do mercado tanto quanto da educação; da competição tanto quanto da solidariedade”. Nesse sentido, não há uma convergência de sentidos nessas dinâmicas em rede cada vez mais complexas.

Os dispositivos móveis se tornaram preponderantes no processo de convergência das mídias. Na leitura de Lemos (2010, p. 61), estamos na era da mobilidade informacional. Tecnologias baseadas em localização se expandiram consideravelmente com a proliferação de aparelhos móveis, dos primeiros telefones celulares aos sofisticados *smartphones* contemporâneos, com redes telemáticas

sem fio, do Wi-Fi ao recente 5G, “possibilitando aliar, pela primeira vez, localização, vigilância e mobilidades física e informacional”. Esses dispositivos podem ser definidos como *mídias locativas* que congregam *Location Based Systems*⁴⁵ (LBS) com *Location Based Technologies*⁴⁶ (LBT) em articulação com as redes digitais e serviços a elas associados.

A ideia de mídia locativa foi proposta no meio artístico por Karlis Kalnins, em 2003, na Letônia. O objetivo era se diferenciar de projetos comerciais e mostrar as contradições de questões como mobilidade, localização, espaço público e vigilância. Lemos (2010) lembra ainda que, nos anos 1990, Ben Russel foi um dos pioneiros nessa linha ao argumentar, em um manifesto, que o ciberespaço começaria a respingar nas coisas e vazar para o mundo real. Por essa angulação, a mobilidade por redes ubíquas implica uma condição ambivalente: se de um lado oferece liberdade informacional nos territórios urbanos, de outro insere regimes de visibilidade sutis e invisíveis de controle, monitoramento e vigilância.

As mídias locativas, onde localização e mobilidade significam possibilidades de produção de sentido no espaço e nos lugares, são também instrumentos de controle, monitoramento e vigilância de lugares, espaços e indivíduos, agora enredados em bancos de dados moduláveis, sensores ubíquos e onipresentes, redes sem fio fluidas e inteligentes, dispositivos de localização “atentos às coisas”. Não esqueçamos que essas tecnologias têm origem militar. Toda mídia locativa, por seu caráter intrínseco associando mobilidade e localização, pode ser usada para monitorar movimentos, vigiar pessoas e controlar ações no dia a dia (LEMOS, 2010, p. 71).

Os muros que outrora definiam fronteiras se tornam tênues, o que potencializa um controle generalizado para além das instituições. Em uma sociedade hipervigiada, com dispositivos tecnológicos disponíveis, aparentemente por baixo custo, todo indivíduo torna-se alvo em potencial de se tornar um sujeito público. O fenômeno das pessoas alçadas a altos patamares de visibilidade com a web (influenciadoras ou subcelebridades) corresponde a esse quadro. Dessa forma, a vigilância passa a se inscrever em um mundo sem fronteiras, com o perdão do clichê. É o caso do rastreamento em rede, realizado muitas vezes por dispositivos autômatos como os algoritmos. Atualmente, essas técnicas computacionais são utilizadas para vigiar os usuários e, por conseguinte, estabelecer vínculos de interesses com produtos.

⁴⁵ Sistemas baseados em localização, em tradução livre.

⁴⁶ Tecnologias baseadas em localização, em tradução livre.

O vigiar torna-se abrangente neste contexto. Conforme Henrique Antoun (2010, p. 147), a palavra *vigilância* (do inglês, *surveillance*) possui parentesco com *vigília* (*vigil*) e laços etimológicos com *velar* (*veiller*). Sobre essa última, destaca que tanto significa um cuidado constante, um *sobre-cuidado* (*sur-véillance*), quanto um *ocultamento*, no caso de um cadáver de um ente querido. “Nesses termos revelar é também velar de novo: o mesmo gesto que apresentava algo, se ocultava, por detrás desta apresentação”. Em suma, pode ser compreendida como o cuidado de modo exageradamente atento a algo em um tempo que o futuro assombra o presente.

Em tempos recentes, a palavra tem se tornado polissêmica, assumindo uma perspectiva ancorada nos hábitos, como o controle policial sobre lugares e pessoas ou mesmo do espaço aéreo. Em ambas as situações, assume como objetivo a mitigação de riscos. De igual modo, apresenta-se uma perspectiva defensiva, em referência à ideia de *estar vigilante*, como, por exemplo, uma defesa contra desvios na democracia em caminhos autoritários. Nas duas circunstâncias, desponta uma associação entre o observar e os propósitos de controle. Assim, embora a literatura comumente enfatize o controle social, não se deve esquecer do *estar atento* da vigília, “nos processos de auto-defesa, na escuta necessária do que ocorre em torno. Observar e ouvir podem ser pensados em múltiplas dimensões, entre elas, na perspectiva comunicacional” (BRAGA, 2016, p. 86). Nesse sentido, a vigilância não deve ser valorada aprioristicamente, tendo em vista que as questões axiológicas se iniciam com os objetivos pretendidos e não com a ação propriamente dita.

De acordo com Fernanda Bruno (2013, p. 18), “uma atividade de vigilância pode ser definida como a observação sistemática e focalizada de indivíduos, populações ou informações relativas a eles, tendo em vista produzir conhecimento e intervir sobre os mesmos, de modo a conduzir suas condutas”. Para o sociólogo inglês David Lyon (2010, p. 117), a vigilância na contemporaneidade é facilmente aceita por conta dos variados tipos de observação oriundos dos processos midiáticos na *viewer society* (sociedade espectadora), em particular com a cultura televisa e do cinema.

À medida que coisas antes consideradas “privadas” tornam-se abertas ao “olhar público” de muitos, e à medida que certas áreas íntimas e reclusas da vida são “vasculhadas”, parece ser cada vez menos importante que este ou aquele dado pessoal, certa vez protegido, esteja agora disponível. Entretanto, outros dois processos também estão em marcha, e são ilustrados pelo 11 de Setembro. O primeiro é que o olhar de muitos sobre poucos pode estimular algumas interpretações muito específicas do mundo. No caso do 11 de Setembro, o olhar da TV permitiu uma narrativa sem

contexto sobre vítimas norte-americanas de uma violência estrangeira totalmente inesperada. O segundo é que essa narrativa, uma vez aceita, torna-se o meio de legitimação de outros tipos de “observação” oficial (para “terroristas”, no caso) de muitos por poucos. Contudo, essa última forma de observação não é meramente uma invasão ocasional de segmentos específicos da vida de suspeitos, mas uma observação sistemática para determinar quem merece qual tipo de tratamento.

Lyon (2010) faz um paralelo entre a sua *sociedade espectadora* com o modelo sinóptico do sociólogo norueguês Thomas Mathiesen, que inverteu a lógica do panóptico de Foucault. Em vez de um ponto direcionado para muitos, apresentam-se muitos atentos a um grande palco de entretenimento: as mídias. Vale lembrar que ambos coexistem na atualidade. “A lógica de muitos observando poucos não faz desaparecer a de poucos observando muitos. Na verdade, ambos ocorrem ao mesmo tempo, e ambos dependem cada vez mais de tecnologias similares de comunicação eletrônica” (LYON, 2010, p. 122). O autor menciona ainda comparações citadas pelo estudioso da Noruega, como que ambos os modelos se desenvolveram entre 1800 e 2000, são meios de poder em potencial e interagem mutuamente.

O vigiar e o ser vigiado incorporam-se às lógicas dos veículos de comunicação. Essa vigilância é atravessada por “jogos do ver e do ser visto, no seio dos quais as subjetividades encontram um domínio privilegiado de investimentos e cuidados” (BRUNO, 2013, p. 47). Nesse cenário, dispositivos técnicos que não foram construídos com propósitos de vigilância são acionados na construção de um regime escópico⁴⁷ sobre os espaços urbanos e a população, baseado em uma atenção vigilante em busca de flagrantes. Máquinas de captura de imagens, presentes desde as câmeras de videoconferência espalhadas pelas cidades aos *smartphones* cada vez mais acessíveis, multiplicam os olhares sobre o cotidiano. Assim, traduzem-se em “olhos eletrônicos locais com alcance e conexão global; olhares simultaneamente privados e públicos, individuais e coletivos” (BRUNO, 2013, p. 98).

Nesse contexto, o dispositivo de segurança e as mídias se cruzam em uma ordem informacional, que incide nas arquiteturas urbanas com a organização do visível. Uma realidade distópica se faz presente, com um alcance próximo ao ilustrado na ficção *1984* do inglês George Orwell, que faz uma remissão ao imaginário e à visualidade televisiva através do *telescreen*, dispositivo híbrido onipresente de televisão e vigilância. Diferente da literatura, os propósitos por trás

⁴⁷ “Os regimes escópicos aqui destacados compreendem as ordenações do ver e do ser visto nas quais a vigilância é ou uma finalidade intencionada ou um efeito colateral e secundário. Quanto aos regimes atencionais, ressaltaremos os modos de orientar e exercer a atenção em contextos direta ou indiretamente voltados para a vigilância” (BRUNO, 2013, p. 85).

desses olhares são difusos, a capacidade de penetrabilidade possui limitações e a vigilância se efetiva na ordem de todos para todos em redes digitais de comunicação e serviços associados, baseados em GPS. Em suma, naturaliza-se em sociedade o vigiar como modo de olhar e prestar atenção, que depende de um movimento de interiorização, tal qual o dispositivo disciplinar.

As modulações da subjetividade se vinculam ao dispositivo de visibilidade pelos vetores da disciplina e do espetáculo. Nesse sentido, Bruno (2013) pontua duas formas de prestar atenção. A primeira se vincula a um objetivo específico, circunscrito a contextos de segurança, controle ou *voyeurismo* profissional-comercial. A segunda presente no cotidiano urbano e doméstico, através de práticas que não são prioritariamente voltadas para a vigilância. Para a autora, a análise desses objetos pressupõe pensar a vigilância como dispositivo, aos moldes de Foucault. Desse modo, a função estratégica exercida se desmembra em três circuitos principais, que se alimentam reciprocamente e buscam legitimar suas práticas: “os circuitos de segurança e controle; os circuitos de visibilidade midiática; os circuitos de eficácia informacional” (BRUNO, 2013, p. 21).

De acordo com Bruno (2013), a segurança é um dos principais argumentos da aceitabilidade do atual estágio de vigilância. A criação do medo, esse sentido elementar, se vincula diretamente com o gatilho em nosso cérebro provocado pelo estrondo de um disparo. No final de sua obra, Foucault chega a questionar se a economia geral do poder nas sociedades ocidentais contemporâneas estaria se circunscrevendo na ordem da segurança. Nessa linha, o risco se apresenta como uma probabilidade de um evento ocorrer, enquanto a vigilância seria o seu antídoto.

Em resumo, como o risco está sempre potencialmente presente e tem a sua efetivação atrelada a decisões humanas, há supostamente sempre algo a ser feito para evitá-lo, o que acaba legitimando a ampliação da vigilância preventiva, que sempre pode se valer do argumento de que o cenário seria ainda pior se ela não estivesse aí. Segundo tal moral e tal lógica, mais vale ser inepto que imprudente. Naturaliza-se, neste movimento, o vínculo entre segurança e vigilância a tal ponto que se costuma identificar territórios seguros com territórios vigiados, como mostram não apenas as políticas públicas de segurança, como as demandas por tecnologias de videovigilância por parte de grupos e indivíduos que se concebem como vítimas potenciais da violência (BRUNO, 2013, p. 43).

Na opinião da autora, é necessário renunciar a grandes modelos de compreensão da vigilância, “sob pena de perdemos de vista as singularidades dos processos, dispositivos e práticas que estão em curso” (BRUNO, 2013, p. 17). Essa visão é ratificada por Braga (2016), para quem deve-se evitar generalizações do

quadro abrangente da temática. Para ele, o caminho é buscar os objetivos, os sentidos e os processos diversificados que emergem das dinâmicas do vigiar. Além disso, alerta para evitar o enfoque excessivo na informação, que assumiu grande relevância na sociedade contemporânea, tanto posta em circulação como retida em determinados lugares. Assim, deve-se enfatizá-la apenas como parte dos episódios comunicacionais, mais complexos que o aspecto informacional. Nessa linha, uma postura binária da vigilância entre antes e depois se mostra debilitada, pois “as modificações são cumulativas sobre outros processos que continuam a ocorrer, ou correspondem apenas a ênfases diversas ainda em processo” (BRAGA, 2016, p. 89).

Braga (2016) discorre sobre cinco aspectos presentes na vigilância contemporânea. O primeiro refere-se à passagem da informação circunscrita no âmbito da emissão para a ênfase da informação buscada pelo usuário. Nesse cenário, há uma valorização crescente do que o autor chama de *informação capturada* e de procedimentos de captação. Em outras palavras, decorre o deslocamento do captar para controlar para um enfoque maior. “O controle pode até ser um dos objetivos, mas a rigor é dispensável, podendo ser substituído por toda uma variedade de objetivos setoriais” (BRAGA, 2016, p. 90). O segundo aborda a separação entre os processos de captura de informação e os objetivos de uso da informação captada. No sentido tradicional de vigilância, apresenta-se um objetivo previsto (intencionalidade) para o exercício da captura de informação. Na atualidade, a abundância disponível para os usuários se aproxima da variedade de usos possíveis. O vigiar se torna abrangente.

No terceiro aspecto, apresenta-se uma diversificação dos espaços de vigilância. No sentido tradicional, a vigilância se direciona ao comportamento humano. Com a ampliação do vigiar em sociedade, despontam ocorrências diversas de captura de dados. Desse contexto, decorrem a geração de bancos de dados no ciberespaço, a tendência contemporânea da exigência de transparência nas sociedades e o favorecimento de processos estatísticos com base em informações digitalizadas. O quarto aborda a busca pela visibilidade, em linha com Bruno (2013) e Mateus (2014). A captação da exposição aparece na necessidade de exibição de uma identidade no espaço social. Em paralelo, os algoritmos das redes digitais capturam, selecionam e organizam ações inscritas no sistema informatizado.

Por fim, o quinto aspecto trata da vigilância contraposta, que se evidencia em setores da sociedade civil que objetivam o enfrentamento de processos oriundos dos Estados e do sistema econômico. Em outras palavras, uma vigilância que resiste às

relações de poder. Trata-se de uma forma de vigiar também no sentido de *estar vigilante*, não pela linha defensiva, mas no modo de capturar, selecionar, organizar e colocar em circulação informações.

Tais gestos de defesa podem ser individuais, quando uma simples câmera digital ou aparelho celular capta uma ocorrência qualquer de repressão ou de ilegalidade de poderosos. As redes sociais viabilizam a repercussão pública do que foi captado, e correspondem, portanto, a uma forma potencial muito viável de vigilância, possibilitando o enfrentamento de versões tendenciosas ou o risco do segredo e do esquecimento. [...] Há também processos mais sistematizados e organizados da sociedade civil, quando entidades de crítica social e/ou defesa de interesses minoritários desenvolvem observatórios sociais. Enfatiza-se, aí, o processo de observação e captura de informação como modo de apoiar setores desfavorecidos através da obtenção, do tratamento e do uso de informações que representarão defesa ou elemento de negociação com setores dominantes (BRAGA, 2016, p. 93).

Esses cinco ângulos constituem o que Braga (2016) denominada de *vigilância generalizada*. Em resumo, se caracterizam pela ampliação dos processos de captura de informação, alaistrado para além da emissão; pela diversificação de temas, instâncias e processos que permeiam o vigiar; pela variedade dos espaços, atividades e formas em que se capturam informações; pela relativa desvinculação entre o processo de captura e os objetivos relacionados à informação capturada; pelos objetivos prévios, que deixam de ser um critério geral da vigilância; pela circulação intensificada e diversificada; pelo embate do ato de capturar, em favor da transparência na sociedade; e pela resistência aos processos tradicionais de controle social.

Em suma, Braga (2016) reconhece que não se pode mais distinguir os critérios tradicionais vigilância, como monitoramento, fiscalização, estar vigilante, busca por visibilidade, controles de segurança, dentre outros aspectos. “No seio dessa vigilância “para todos” há uma variedade de focos possíveis, pois não se vigiam ou monitoram apenas indivíduos ou grupos, mas informações, transações eletrônicas, comportamentos, hábitos e rastros no ciberespaço” (BRUNO, 2010, p. 157). Nesse sentido, a autora propõe o termo *vigilância distribuída* como definição do estado geral na contemporaneidade.

Em linhas breves, trata-se de uma vigilância que tende a tornar-se incorporada em diversos dispositivos, serviços e ambientes que usamos cotidianamente, mas que se exerce de modo descentralizado, não hierárquico e com uma diversidade de propósitos, funções e significações [...]. Nota-se que em certos casos ela se exerce misturada a dispositivos que não são prioritariamente voltados para a vigilância, sendo assim uma função potencial ou um efeito secundário de dispositivos que são projetados inicialmente para outras finalidades [...] (BRUNO, 2010, p. 156).

A ideia de distribuição de Bruno (2010, 2013) designa um processo reticular, espalhado e diversificado. No seu entendimento, os processos de vigilância da atualidade só podem ser compreendidos pelas ações distribuídas em distintos setores, com interesses variados, sem obedecer a um princípio unificador. Além disso, a terminologia ressalta as formas atuais de comunicação, em particular no ciberespaço. “Os territórios moventes da comunicação distribuída se confundem com os da vigilância distribuída, ou melhor, esta última está incorporada nas engrenagens e critérios de funcionamento e eficiência da primeira” (BRUNO, 2013, p. 25).

De acordo com Bruno (2013), a vigilância distribuída possui sete atributos principais: (1) ubíqua e incorporada em dispositivos tecnológicos; (2) marcada pela diversidade de tecnologias, práticas, propósitos e objetos; (3) indiscernibilidade, não direta ou intencionalmente voltada *stricto sensu*, mas um efeito colateral ou muitas vezes característica secundária de outro dispositivo; (4) função potencial ou efeito secundário de dispositivos projetados para outras finalidades, como controle de fluxos, comunicação, geolocalização, entretenimento, etc.; (5) distribuída entre indivíduos, instituições – agentes humanos e não humanos; (6) não restringida aos circuitos de controle, segurança e normalização, mas também perpassada pelos âmbitos de entretenimento; e (7) vinculada ao exercício da cidadania.

A legitimação da vigilância distribuída possui uma trílice principal: a segurança, a visibilidade midiática e a busca por eficiência no campo das redes digitais. Em primeiro lugar, amplia-se a responsabilidade de cada um com a segurança pessoal, o que institui uma cultura de um *vigie você mesmo*. No ciberespaço, decorre um cruzamento entre a vigilância e a participação em dois aspectos da cibercultura: nos recursos digitais e na transformação do usuário-produtor em vigilante. Essa combinação não se restringe ao meio digital, tendo como um dos expoentes o chamado jornalismo cidadão ou participativo, que já acionava a população e incitava a adotar esse olhar vigilante para os acontecimentos.

Muitos dos elementos presentes no olhar e na atenção vigilantes das imagens amadoras, bem como no que estou chamando de estética do flagrante, encontram alguns de seus lastros em práticas e tecnologias modernas. O registro fotográfico ou fílmico de flagrantes criminais, sexuais, jornalísticos e seu uso como prova irrefutável do “real” foram amplamente aplicados tanto nos processos policiais e judiciais quanto na imprensa, na literatura e no cinema documental e ficcional (BRUNO, 2013, p. 111).

Historicamente, a expressão *vigilância participativa* nasce nos anos 1990, nos estudos de Mark Poster, quando ainda não tínhamos essa percepção da temática

(BRUNO, 2013). Hoje, divide-se em três grandes grupos: pensada em sua face positiva, especialmente nas redes sociais; como um regime de observação, visibilidade e ação política efetuado por indivíduos em dinâmicas distribuídas; e problematizada no risco de cair nas formas históricas de controle policial-estatal e na linha de que a participação promove rupturas nos circuitos de controle. Este último aspecto remete aos processos de contra-vigilância e resistência, com usuários-produtores assumindo “a lógica da suspeita, da delação e do medo vigente nas políticas e discursos securitários contemporâneos” (BRUNO, 2013, p. 121).

A autora elenca ainda exemplos de vigilância voluntária instigada nas redes digitais. O primeiro é o *Internet Eyes*, site britânico que paga para que o usuário detecte crimes em câmeras espalhadas em estabelecimentos de Londres, no Reino Unido. Nos Estados Unidos, o *Texas Virtual Border Watch Program* distribui a vigilância da fronteira com o México e possibilita a emissão de alertas para as forças policiais. No Brasil, o *Wikicrimes* mapeia os relatos de crimes. Na mesma linha, apresentam-se no mundo sites como *Boston Crimes*, para assassinatos; *Map sex offenders* e *Sex offenders register*, para abusos sexuais; *Citix*, para relatos livres de crimes; e *Criminal Searches* e *Family Watchdog*, com dados expostos dos criminosos (BRUNO, 2013). Já na temática ambiental, pode-se citar o *InfoAmazonia*, plataforma colaborativa sobre as problemáticas da floresta amazônica, como outro exemplo desse vigiar em rede (FLÔRES, 2017).

Conforme Bruno (2010, p. 160), a vigilância e a produção de mapas possuem fortes laços. Na etimologia da palavra inglesa *survey*, que provém do latim *supervidere* (super-visão), a partir do século XVI vem a significar também o ato de produzir mapeamentos. Na atualidade, *survey* denota tanto examinar minuciosamente algo, como “mapear, determinar a forma, posição ou extensão de um pedaço de terra, fazer levantamento topográfico ou pesquisar, visualizar, examinar, coletar sistematicamente dados e/ou opiniões”. Nesse sentido, a super-visão do mapa sugere uma forma de olhar que vai do menor ao maior, do maior ao menor, em detalhes, seja como objetos de visão, exame e conhecimento.

O olho que sobrevoa e conhece é também o olho que exerce o poder, o controle e a vigilância dos territórios. Como se sabe, os mapas são decisivos na demarcação e materialização de fronteiras, instituindo e conquistando territórios. [...] A cartografia-cadastro é uma tecnologia privilegiada das diversas formas de governo e de constituição dos Estados, regulando seus processos e fronteiras internos; dos astecas aos romanos, egípcios, chineses até os estados modernos, os mapas são amplamente

utilizados como instrumentos de poder de regulação, agenciamento e controle dos seus territórios (BRUNO, 2010, p. 160).

Nos espaços urbanos, mapa e vigilância se estreitam a partir do século XVIII, com a inspeção, o controle e a previsão dos processos das cidades. No século XIX, a cartografia, a estatística e as ciências humanas e sociais se imbricam para mapear as processualidades sociais, econômicas e políticas, como vimos na instituição dos dispositivos disciplinar e de segurança (FOUCAULT, 2008, 2011). Em termos históricos, a primeira *radiografia social* ocorre nos Estados Unidos com o *Atlas Estatístico*, de Francis Walker, em 1874, que continha 44 mapeamentos sobre “migração, etnia, religião, tendências econômicas, densidade populacional” (BRUNO, 2010, p. 161). Nesse mesmo século, mapas de doenças e crimes começam a ser produzidos, prática que se ampliou nos séculos seguintes.

O primeiro mapa de crime data de 1829, na França. Os dados correspondiam ao período entre 1825 e 1827, mapeando a relação entre crime e educação. No presente século, as novas tecnologias de geolocalização (GIS, GPS) convertidas nas redes de comunicação sem fio corroboram para o incremento de uma geovigilância, terminologia emprestada do antropólogo estadunidense Jeremy Crampton (BRUNO, 2010), cuja vigilância concerne a localizações e se distribui nos territórios espaciais, tendo como fonte os bancos de dados que congregam informações de movimentos, temáticas ou indivíduos. Do ponto de vista estritamente tecnológico, observa-se uma popularização de sistemas de informação geográfica “que permitem capturar, controlar e analisar informações geograficamente referenciadas, bem como visualizá-las em formatos diversos, como mapas, globos, gráficos; e os serviços de visualização e elaboração de mapas on-line” (BRUNO, 2010, p. 163).

A vigilância participativa é ao mesmo tempo para todos, por todos e para cada um, ponto que condensa, num só mapa, dados de uma totalidade e múltiplas entradas para usos particulares. Em princípio, todo mapa goza dessa característica, mas o suporte digital e as interfaces interativas potencializam a apropriação particularizada. O seu aspecto visual, inclusive, é parcelado, pois o usuário visualiza cada vez o seu recorte pessoal na totalidade dos dados, diferentemente dos mapas convencionais que dispõem na superfície uma totalidade que se faz visível num só golpe de olhar (BRUNO, 2010, p. 165).

Nesse trabalho, propomos a noção de *vigilância compartilhada*. A intenção não é contrapor à vigilância generalizada, de Braga (2016), ou à vigilância distribuída, de Bruno (2010, 2013). Pelo contrário, nos sustentamos nos estudos destes autores para selecionar uma angulação específica. Dito de outra maneira, não enfatizamos somente a

generalidade do vigiar na contemporaneidade ou a maneira espalhada com que ela se formaliza. O que esse trabalho pretende é tentar compreender uma vigilância particular, cuja característica principal é o compartilhamento em rede, ou seja, um vigiar singular posto em circulação, visibilizado por muitos e somado a outras atividades observacionais.

Como lembra Braga (2017), a ideia de compartilhar é diferente de consenso ou acordo entre os envolvidos. Logo, os efeitos de sentidos sobre os acontecimentos de violência armada compartilhados pelo *Fogo Cruzado* podem ser difusos. O que se destaca é a intencionalidade da vigilância compartilhada, de que esses registros, relatos ou indícios sejam espalhados nas redes digitais por razões as mais diversas. Dessa forma, engloba tanto uma cultura de um vigie você mesmo, instaurada na sociedade por uma vigilância distribuída (BRUNO, 2010, 2013), como uma abrangência de intenções e espaços de penetrabilidade dos olhares vigilantes, caso da vigilância generalizada (BRAGA, 2016). Em última instância, um vigiar que pode salvar uma vida.

3.2 CONFIGURAÇÕES DO ACONTECIMENTO NO CIBERESPAÇO

Dentre essas transformações, a dimensão acontecimental também se reconfigura em tempos de redes digitais. Na sociedade contemporânea, cada vez mais ela é atravessada por lógicas inerentes do ciberespaço e assume outro patamar de visibilidade com a ambiência digital. De igual forma, essas nuances possibilitam a emergência de um tipo específico de evento presente nas malhas da Internet, denominado de *ciberacontecimento*. Todavia, antes disso se faz necessária uma reflexão sobre o que compreendemos por acontecimento e como ele se situa nos processos midiáticos da atualidade.

O acontecimento é uma singularidade. Segundo José Luiz Aida Prado (2016, p. 16), refere-se ao que “rompe com a continuidade da lei e da ordem, da situação, não podendo ser colocado sob a lógica do fundamento”. Em um raciocínio próximo, o português Adriano Duarte Rodrigues (1993, p. 27) compreende como “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais”. Dada a sua essência, portanto, situa-se no âmbito das probabilidades de ocorrência.

Cada um a seu modo, ambos ressaltam o que Louis Quéré (2005, p. 60) chama de caráter inaugural do acontecimento. Para o sociólogo francês, o acontecimento, ao produzir-se, “não é, apenas, o início de um processo, mas marca também o fim de uma época e o começo de outra”. Por essa perspectiva,

depreende-se a dimensão acontecimental como um fenômeno de ordem hermenêutica. Assim, o acontecimento se notabiliza no âmbito dos sentidos como um espaço na organização da experiência⁴⁸.

Os comportamentos ressaltam a indeterminação da experiência acontecimental. Nas palavras de Quéré (2005, p. 68), a “individualidade do acontecimento não é determinada, apenas, pelas características da sua ocorrência como facto, mas também pelas reações e pelas respostas que suscita, via uma compreensão e uma apropriação”. Em vista disso, linguagem e narrativa são duas unidades indissociáveis para apreensão acontecimental. “O homem só pode conhecer, conjecturar, assombrar-se, duvidar ou questionar a realidade mediante a linguagem, mediante suas narrações” (MOTTA, 2012, p. 61).

Conforme Quéré (2005, p. 69), o acontecimento “é, ele próprio, portador ou criador de sentido”. Esse poder hermenêutico se desmembra em duas dimensões. De um lado, necessita de compreensão, por intermédio da linguagem e da narrativa, e não simplesmente explicado por causas determinísticas. Por outro, ele próprio faz compreender as coisas. Em síntese, carrega consigo um *poder de revelação* e uma imprescindível necessidade de interpretação. Além disso, se situa tendencialmente enredado em *campos problemáticos*, compreendidos como um conjunto de problemas entrelaçados, ou seja, uma *rede de intrigas*. Para além do significado dramático, ela reflete “uma situação caracterizada por tensões, conflitos ou contradições, ou pela discordância entre os seus elementos, que impedem que se chegue a uma solução mediante a adopção de condutas apropriadas” (QUÉRÉ, 2005, p. 72).

Se os acontecimentos por um lado se vinculam a campos problemáticos, de outro “também novos campos problemáticos se constituem com a emergência de acontecimentos, nomeadamente a partir do trabalho realizado em torno deles” (QUÉRÉ, 2005, p. 72). Na cultura contemporânea, Ronaldo Henn (2015) demonstra a existência de acontecimentos que carregam marcas do ambiente digital, denominados de *ciberacontecimentos*. Em linha com o conceito de semiose proposto por Charles Sanders Peirce, compreende o acontecimento enquanto objeto semiótico, transformado em signo pela linguagem digital e em agente desencadeador da produção de interpretantes (repercussão, afetação,

⁴⁸ Na visão de Luiz Gonzaga Motta (2012, p. 55), em consenso com o comunicólogo Albert Chillón, essa experiência “é sempre pensada e sentida linguisticamente”. Afinal, o ser humano é um ser que fala (animal *loquens*), dependente do intermédio da linguagem para explorar o universo que o circunda. Desse modo, “a linguagem é o veículo de instituição e constituição do mundo humano, e a narrativa é a expressão humana que entretece os significados em configurações coerentes” (MOTTA, 2012, p. 60).

agendamento). Para tanto, pontua seis categorias que se contaminam mutuamente: mobilizações globais, protestos virtuais, exercícios de cidadania, afirmações culturais, entretenimentos e subjetividades.

Por essa perspectiva, o acontecimento é uma força propulsora da semiose (HENN, 2013, p. 35), “cuja pujança de sentidos encaminha-se para possíveis zonas de acomodação produzidas pelas codificações e enquadramentos do jornalismo”. No ciberespaço, a atividade jornalística perde a primazia do narrar o cotidiano na medida em que os acontecimentos sucedem e transitam em plataformas de natureza midiática (HENN, 2015). Além disso, os sentidos são facilmente confrontados na ambiência digital com outras leituras da realidade social, oriundas dos diversos usuários que compõem as redes – de amadores a especialistas. A cultura digital se dinamiza com os modos de subjetivação contemporâneos, postos em potencialidade de serem coroados como acontecimentos públicos na tessitura do ciberespaço.

O papel mediacional dos acontecimentos, outorgado historicamente ao jornalismo, se enfraquece com a atual conjuntura digital. “O ciberacontecimento, ao mesmo tempo em que introduz formas distintas de constituição, também inscreve-se em novas arquiteturas narrativas potencializadas pelas redes digitais” (HENN, 2015, p. 223). Esse processo instiga o jornalismo a se reformular com a semiose discursiva em redes. Dessa forma, é problematizada a ideia da imprensa como principal fonte de “transmissão dos acontecimentos” (ALSINA, 2009, p. 123).

Em contrapartida, não significa que o campo jornalístico perdeu seu papel de mediação (RODRIGUES, 1999) através da garantia de visibilidade aos demais campos no espaço público, assim como pela autorreferência como fonte da realidade, perpassada e construída por ele. O que ocorre é o desvelar da cortina da pretensa imparcialidade que historicamente o jornalismo tutela, escondendo que as narrativas são um recorte mínimo de uma infinidade de acontecimentos sociais observado através dos *óculos dos jornalistas*, como diria o sociólogo Bourdieu (1997).

Conforme Alsina (2009, p. 47), a relação entre jornalistas e público se estabelece por meio de um “contrato pragmático fiduciário social e historicamente definido”, baseado na noção da mídia como transmissor da realidade social. Se de um lado enfatiza essa ideia de retrato fidedigno do mundo, por outro remaneja a compreensão acontecimental conforme os meios. A emergência de formatos ao longo dos anos (rádio, televisão, Internet) sempre estabeleceu novos tipos de acontecimentos no radar da visibilidade midiática. Assim, vale lembrar que apenas

“uma parte significativa das toneladas de notícias que são produzidas diariamente são acontecimentos criados para os *media*” (TRAQUINA, 2005, p. 209).

Por essa perspectiva, o acontecimento só existiria como tal porque ele é reconhecido pelas mídias jornalísticas. Com advento das redes digitais, essas dinâmicas de legitimação acontecimental se complexificam, tendo em vista que a competência dar visibilidade ao acontecimento social passa a ser compartilhada com outras instâncias. Portanto, a conversação contemporânea encontra um ambiente cultural e tecnológico “propício desde que se entenda que os sites de redes sociais não se restringem ao campo específico da socialização, mas atuam em processos antes restritos a procedimentos específicos do jornalismo” (HENN, 2015, p. 221).

Dentre as características que assumem outra dimensão nos ciberacontecimentos, apresenta-se a *georreferencialidade*, cuja função transversal é atender à urgência do sistema de relações de orientação. Em outros trabalhos (FLÔRES 2017; FLÔRES; BORELLI, 2017), evidenciou-se a importância desse atributo com a emergência de um gênero jornalístico específico, o geojornalismo, proposto por jornalistas que gerenciam plataformas que envolvem dados, mapas e notícias. Nesse sentido, a geolocalização de acontecimentos no ciberespaço possibilita novas formas de narrar os fatos, em distintas resoluções (da perspectiva macro, o mapeamento geográfico, ao nível micro, a história humana) e diferentes contextos (a relação dos dados para a história e vice-versa).

Os acontecimentos de violência armada são fontes inatas de geração de sentidos. Em um contexto de perigo sem o envolvimento direto no ato, o principal signo a disparar semioses é o sonoro. Em poucos segundos, o estrondo de uma arma de fogo pode ultrapassar o raio de 1 km, acionando um número considerável de pessoas. Mesmo que imediatamente ninguém não tome uma ação, a tendência é que o corpo humano emita sinais de alerta em uma série de reações corpóreas. Desse modo, de antemão podemos observar que a natureza acontecimental dos tiroteios monitorados pelo *Fogo Cruzado* carrega consigo matrizes de emoções primárias, reativas. Afinal, o resultado de uma bala perdida pode significar o fim de muitos sonhos, gerar traumas e impactar o futuro dos envolvidos.

Há ainda dimensões dos tiroteios que se entrelaçam com as perspectivas teóricas dialogadas até aqui. Pela ótica de um sistema de relações de orientação, o laboratório de dados atua para mitigar a possibilidade da população se colocar em situações de perigo, em meio à mobilidade urbana facilitada por *smartphones*, e oferecer subsídios para reflexão sobre acontecimentos de violência armada

preteridos pelas limitações dos veículos de comunicação, em procedimentos antes restritos ao meio jornalístico (HENN, 2015). Nesse fluxo de um vigiar compartilhado, o *Fogo Cruzado* articula territorialidades diversas, que perpassam desde a ordem física dos territórios em conflito até chegar ao âmbito das redes digitais, configurando ciberacontecimentos a serem alertados, comentados e compartilhados.

4 DAS SEMIOSES ÀS TERRITORIALIDADES SEMIÓTICAS

Os modos de ver o nosso objeto foram apresentados. No primeiro capítulo, exibimos a nossa problemática, a questão de pesquisa e os objetivos elencados. Ainda nesta etapa, refletimos sobre o que chamamos de tríade contextual que perpassa o objeto de estudo, assim como mostrei os vestígios da minha jornada particular, os quais refletiram nas escolhas deste trabalho. Além disso, debatemos sobre os caminhos de investigação no âmbito da comunicação, com um resumo de cada eixo do trabalho. Por último, ilustramos os dois capítulos seguintes com a apresentação da pirâmide invertida teórico-conceitual.

Neste capítulo, apresentaremos os percursos metodológicos da tese. Em outras palavras, os modos de ler a nossa problemática. Neste trabalho, propomos uma artesanaria intelectual (BONIN, 2011) para além de receituários prontos, postura que será evidenciada perante os desafios metodológicos. Nesse sentido, para compreensão dos modos de engendramento de territorialidades semióticas sobre a violência urbana fluminense, por meio da vigilância compartilhada do *Fogo Cruzado*, nos inserimos na ordem do paradigma indiciário (GINZBURG, 1989), cuja premissa é a inacessibilidade ao fenômeno estudado. Logo, para identificação de territorialidades no plano dos sentidos, buscaremos em conversações em redes sociais sobre a violência armada singularidades acionadas por processos de vigilância.

Para refletir sobre territorialidades semióticas, presentes em acionamentos nas redes digitais, retomamos a noção de semiose (PEIRCE, 1974, 1977), que traduz a ação, a geração e a propagação de signos, em uma série potencial de interpretantes com capacidade infinita. Por uma visada processual da semiótica, nos aproximamos da noção de sistema de relações e da leitura geográfica, em especial a noção de território-rede (HAESBAERT, 2004). Em suma, como aporte analítico, buscamos a leitura de territórios em rede a partir de sua práxis coletiva (SANTOS, 2006), evidenciada no ciberespaço por meio de disputas de sentidos sobre a violência armada. Destas dinâmicas comunicacionais, emergem arquiteturas tecnológicas, relações sociais e temporalidades diversas, cujas bases materiais são indissociáveis de sua virtualidade, sobretudo para os sujeitos que produzem semioses sobre tiroteios alertados pelo vigiar do *Fogo Cruzado*.

Dito isto, a artesanaria metodológica que aqui se apresenta parte de certos pressupostos. Alguns são característicos das ciências da comunicação, tanto pelo número reiterado de aplicações em pesquisas quanto pela própria natureza do

objeto comunicacional. Contudo, a maior parte das escolhas se originaram ao longo do caminho em tensionamentos a partir das especificidades deste estudo. Naturalmente, a angulação da investigação desenvolvida é comunicacional, em diálogo articulador com áreas do conhecimento que foram provocadas pelo próprio objeto. Trata-se de um fenômeno multifacetado que faz emergir a sua complexidade através da diversidade de perspectivas teóricas possíveis.

Um outro ponto de partida foi inquerir a problemática a partir da empiria. Na minha formação enquanto pesquisador, sempre optei por esta aproximação empírica⁴⁹. Em parte, por escolha pessoal, mas também por estar rodeado de uma tradição de estudos em comunicação que trabalham com a própria realidade social. Ou seja, a tentativa de compreender os fenômenos midiáticos em seu curso na sociedade é efetivamente uma característica de nossa área e, no meu caso particular, de pesquisas que me envolvi desde a iniciação científica. Para além de receituários prontos, proponho uma práxis investigativa coerente com a minha trajetória enquanto pesquisador, comunicador e cidadão. A figura de um artesão intelectual, ideia de Charles Wright Mills (BONIN, 2011), exprime essa transformação interna que decorre da aproximação do sujeito com seu objeto.

Como descrito na *Introdução*, a escolha do *Fogo Cruzado* se deu inicialmente pela intuição de que “há algo novo a ser observado ali”. Este sentimento renovou aquela curiosidade mais elementar, estímulo que já não sentia em relação à proposta inicial de elaborar uma tese sobre geojornalismo. No entanto, não desvio totalmente da temática que me possibilitou entrar no doutoramento na Unisinos, tendo em vista a articulação da plataforma com o jornalismo - da formação da equipe constituída majoritariamente por jornalistas à utilização do laboratório colaborativo de dados como fonte primária por veículos jornalísticos e pela própria população fluminense. Estes acoplamentos com o meio jornalístico, segmentados em diversas camadas, abordaremos em profundidade mais adiante. Assim, este trabalho também é uma tentativa de pensar o jornalismo contemporaneamente, articulado em múltiplas interfaces nas redes digitais.

Fora aspectos mais protocolares, em respeito aos pesquisadores que me cercam, à linha de pesquisa que me vinculo e à instituição que pertenço, de igual forma também mantenho coerência de pesquisa em minha trajetória. Durante os últimos anos, me dediquei a compreender a intersecção estabelecida nas redes

⁴⁹ Neste trecho, peço licença para utilização da primeira pessoa do singular para tratar sobre como minhas vivências influenciaram durante as escolhas desta tese.

digitais entre episódios comunicacionais, modos de interação espaço-temporais em mapas informacionais e produção de sentidos sobre temas sociais e ambientais. Na graduação, em busca de enquadramentos sociossemióticos da questão ambiental de jornais de referência no Brasil e na França. No mestrado, a pensar problemáticas midiáticas sobre a Amazônia transnacional engendradas em mapas abertos, elaborados através de acoplamentos de uma diversidade de fontes de dados. A diferença entre estes momentos se evidencia nas abordagens teórico-metodológicas, que foram adequadas conforme necessidades suscitadas pelos objetos de estudo, em diálogo com os contextos de pesquisa que me inseria.

Da perspectiva de construção do atual objeto de pesquisa, em especial do marco teórico construído até aqui, em nenhum momento se caracterizou como uma escolha de antemão. Os autores convocados ao debate são fruto desta aproximação com a empiria, a questão de pesquisa e os objetivos elencados. Uma grande parcela destas obras até então sequer havia tido contato com profundidade. Justamente por isto afirmo que não busco escrever uma tese foucaultiana⁵⁰. No mínimo, seria mero preciosismo cogitar que pudesse me aproximar do brilhantismo de Michel Foucault ou de outros autores aqui articulados para compreensão do fenômeno. O que se pretende neste trabalho é tomar de partida a teoria do dispositivo, reconhecendo suas especificidades, temporalidades e instrumentos de análise, para então lançar um olhar analítico para a presente problemática. Simplesmente sobrepor qualquer teoria significaria matar o meu objeto de estudo.

Trata-se assim de um constructo teórico formado por influências obtidas ao longo das disciplinas do curso, de outras experiências no meio acadêmico e das vozes que se dispuseram a refletir comigo sobre estas questões. Como vimos, apresento uma pirâmide invertida teórico-conceitual, cujo ponto de partida é a noção de sistema de relações, em uma releitura comunicacional do dispositivo a partir da noção interacional. Com essa base, reflito sobre interações territoriais no espaço-tempo, sobretudo no âmbito da orientação geográfica. Deste recorte, de um sistema de relações de caráter orientacional, coteja-se com a atual ambiência digital. Com essa triangulação, busco pensar a vigilância inserida como um elemento articulador das três bases piramidais, cuja angulação específica de estudo intitulamos de *vigilância compartilhada*.

⁵⁰ O próprio Foucault (2013) considerava suas teorias provisórias, nunca acabadas. Elas deveriam ser colocadas para trabalhar e até mesmo desdizê-las. Uma espécie de ponto de partida que deveria ser revisto ou ultrapassado.

Contudo, um dilema metodológico se interpôs. Mesmo que possível, não me pareceu sensata a ideia de buscar estar fisicamente presente em ambientes de perigo armado para a mera observação de vestígios da vigilância. Assim, descartou-se de antemão o acompanhamento *in loco* da emergência da violência armada, matéria-prima dos fluxos comunicacionais que pretendemos investigar. Com esta escolha, também se eliminou a aplicação do método etnográfico, que talvez contribuísse de outras formas para compreensão da relação entre o vigiar e o compartilhar. Além disso, em contato com a equipe do projeto, descubro que o trabalho do *Fogo Cruzado* é realizado remotamente desde a sua origem. Logo, as primeiras aproximações com a empiria mostraram a impossibilidade de elaborar uma tese sobre rotinas de produção de um vigiar compartilhado.

Com estes desafios encontrados nas primeiras incursões ao objeto empírico, seguir os rastros digitais foi se mostrando como a principal alternativa para viabilizar meu estudo. Assim esta pesquisa acabou se inserindo na ordem do paradigma indiciário, proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989), que exprime um modelo epistemológico sobre um modo de pensar baseado em indícios. O raciocínio indicial sempre esteve presente nos seres humanos. Como articulado em capítulos anteriores, a constituição de um sistema de relações de orientação está umbilicalmente vinculada à capacidade de reflexão a partir de índices. Assim, a busca por compreender indicialmente o mundo que nos rodeia vai além do campo da ciência. A própria superstição é a prova de que a compreensão indiciária dos humanos não necessariamente se traduz em uma racionalidade científica.

Esta ramificação científica do paradigma indiciário somente amadurece no século XIX. Para ilustrar este argumento, Ginzburg (1989) cita três exemplos distintos. O primeiro com a psicanálise de Sigmund Freud, que desenvolveu uma área do conhecimento através da anotação e análise de fragmentos de pensamentos dos pacientes. No âmbito ficcional, Sherlock Holmes de Arthur Conan Doyle retoma a ideia de uma investigação minuciosa que se manifesta nos detalhes. O personagem foi inspirado em um professor de medicina do autor, que se destacava por sua capacidade observacional. Já no meio das artes plásticas, cita um artigo do crítico de arte Giovanni Morelli, pseudônimo de Ivan Lermolieff, que criou um método de identificação de originalidade de artes a partir de minúcias que compõem a pintura, baseado na observação das características menos relevantes para a escola pictórica do pintor analisado.

Entre estes três exemplos, o que se destaca ao trabalhar com indícios é a inacessibilidade ao fenômeno em si. Para Freud, lhe restavam os relatos dos pacientes. Na literatura policial, os vestígios deixados por criminosos. Para Morelli, sutilezas em reproduções tidas como originais. Portanto, o paradigma indiciário revela este saber transversal em distintas áreas do conhecimento, da psicanálise às artes, marcado pela capacidade de reconstrução de cenários através do método hipotético-dedutivo de observação de fragmentos. Já para o presente trabalho, os insumos para análise são os rastros de conversações de pessoas em redes sociais, que versam em torno e são acionadas pela vigilância compartilhada da violência armada. No caso particular do *Fogo Cruzado*, a própria origem de toda notificação desponta de índices sonoros, evidenciando um processo interacional característico na sociedade fluminense. Em suma, de singularidades deixadas pelos acontecimentos são levantadas inferências sobre uma totalidade da realidade.

Em vias de captar estes vestígios de sentidos sobre a violência armada, deixados nas redes digitais, nos inspiramos na semiótica de Charles Sanders Peirce (1839-1914) para a análise das conversações em redes sociais digitais em torno do *Fogo Cruzado*. Como recordam Lucia Santaella e Winfried Nöth (2017, p. 9), a noção semiótica é compreendida por meio da relação triádica entre signo, objeto e interpretante. Nos estudos de Aurélio Agostinho (345-430), o signo aparece como “toda coisa que, além da impressão que produz em nossos sentidos, faz com que nos venha ao pensamento outra ideia distinta.” (AGOSTINHO, 2002, p. 85).

Para o religioso, os signos se dividiram em naturais, que dão a conhecer sem intencionalidade alguma coisa além do que são; convencionais, que todos os seres vivos trocam para se manifestar; e verbais, constituídos por palavras e dados a conhecer através de nossos sentidos. Em suma, uma leitura similar como mediador também é vista na obra peirceana, com a clássica afirmação do signo ser algo que está no lugar de outro algo para alguém. Nessa linha, compreendem-se os signos como um aspecto universal da comunicação entre seres vivos. O que nos distingue enquanto humanos é justamente a capacidade de estudo, especulação e reflexão sêmica.

A doutrina peirceana das três categorias universais remonta a pretensões antigas de pensadores. Nos clássicos da filosofia, Aristóteles propõe dez categorias universais para estruturar a multiplicidade de fenômenos existentes. O filósofo grego compreendia o universo de modo finalista, cujo fundamento era um cosmos ordenado e harmonioso. Cada parte teria um propósito dentro desta estrutura, para a qual a finalidade antecedia a existência do sujeito, noção que enclausurava o

indivíduo em um determinado propósito. Portanto, se existisse uma função do homem na sociedade, este papel seria tipicamente social. Na física, na filosofia ou mesmo na geografia, as noções de espaço e tempo se constituíram como universais inexoráveis para a compreensão de qualquer acontecimento nestes campos do conhecimento. Eram, portanto, categorias basilares para interpretação do universo. Do mesmo modo, mais contemporaneamente, Immanuel Kant sistematizou doze categorias em uma espécie de síntese de toda experiência (SANTAELLA; NÖTH, 2017).

Diante deste quadro, Peirce estava insatisfeito com as listas categóricas até então existentes. Em vista disso, criou uma fenomenologia baseada em três universais: primeiridade, que exprime a qualidade dos fenômenos; secundidade, situada no âmbito da reação; e terceiridade, da ordem de uma síntese intelectual. Como lembram Santaella e Nöth (2017), as categorias se manifestam na noção de semiose em tempos distintos. O signo em si se situa no presente. Este representa algo, o objeto do signo, cujo tempo é o passado. A representação do objeto criada pelo signo suscita efeitos na mente, que o filósofo denomina de interpretante. Enquanto interpretação, o interpretante se apresenta após o signo. Logo, o futuro é a sua temporalidade. Justamente esta ubiquidade no espaço-tempo dos signos é uma marca da semiótica peirceana, em contraposição à visão dualística dos estudos sobre sentidos. Para Peirce, objetos representados também são signos, pois o universo se apresenta a nós pelo meio signico.

Dada essa generalidade, a produção de sentidos vai se situar no âmbito dos processos, conceito que o autor define como semiose - ação, geração e propagação de signos (PEIRCE, 1974, 1977). O termo foi adotado a partir de um tratado do filósofo epicurista Filodemo de Gádara (c. 110 a.C. até provavelmente c. de 40 ou 35 a.C.). Enquanto processualidade, se caracteriza pelo não fechamento, com potencialidade geradora ilimitada. Em outras palavras, cada signo gera um interpretante que, por sua vez, desencadeia um novo signo, em uma série *ad infinitum*. “Semeiosis [...] significa a ação de quase qualquer signo, e a minha definição dá o nome de signo a qualquer coisa que assim age” (CP 5.484, c. 1907). Essa contribuição peirceana ultrapassou as fronteiras do pragmatismo, escola inaugurada pelo autor. É o caso de Gilles Deleuze, filósofo que tomou de empréstimo a semiótica para refletir sobre o objeto cinema, ou mesmo para Jacques Derrida, que fez reconhecimento do conceito de semiose ilimitada em seu livro *Gramatologia* (SANTAELLA; NÖTH, 2017). Assim, a semiótica de Peirce se configura como o estudo de processos de semiose e não apenas um estudo de signos em si.

Toda ação dinâmica, ou ação de força bruta, física ou psíquica, ocorre entre dois sujeitos (se eles reagem igualmente um sobre o outro, ou um é o agente e o outro paciente, total ou parcialmente) ou em qualquer taxa é resultante de tais ações entre pares. Mas por "semiose" quero dizer, em pelo contrário, uma ação ou influência, que é, ou envolve, uma cooperação de três sujeitos, como um signo, seu objeto e seu interpretante, essa influência trirelativa não sendo de forma alguma resolvível em ações entre pares. {Sémeiösis} em grego do período romano, desde a época de Cícero, se bem me lembro, significa a ação de quase qualquer signo, e a minha definição dá o nome de signo a qualquer coisa que assim age. (CP 5.484, c. 1907, tradução livre⁵¹)

Uma abordagem processual da semiótica busca capturar modos tendenciais da semiose, cuja resultante é uma série de interpretantes sucessivos com potencialidade infinita. Nesse jogo, o signo configura-se como mediador da relação entre o objeto, que ele representa, e seu intérprete, para quem são gerados efeitos cognitivos. A partir do momento que o signo é absorvido, gera-se um novo signo, ativando a semiose infinita. Por sua vez, os efeitos são sempre diversos. Peguemos o exemplo de sons de tiros. A rigor, trata-se de um signo que dirige a atenção a um objeto ou evento singular. O signo em si é afetado por seu objeto e atrai a atenção para ele - o disparo da arma de fogo. Ao presenciá-lo, talvez a pessoa sinta vontade de correr. Quem sabe entre em choque, sem reação alguma. Há ainda a possibilidade de buscar alertar os outros, após se proteger. A pessoa saca o celular, abre as redes sociais e publica sobre o perigo armado naquela região. A partir deste momento, esta mensagem possivelmente desencadeará uma série de interpretações sobre isso. E assim seguirá a semiose, em um universo de coisas que se apresentam a nós por meio de signos.

Esta leitura peirceana apresentada se conecta com a metodologia empregada pelo *Laboratório de Investigação do Ciberacontecimento - LIC*, grupo de pesquisa a que pertenço, do *PPGCOM* da *Unisinos*. Com enfoque no monitoramento de situações de acontecimentos em sites de redes sociais digitais e portais de notícias, os pesquisadores e as pesquisadoras criaram um método denominado *Análise de construção de sentidos em redes digitais*. As principais inspirações teóricas foram, precisamente, a Teoria Geral dos Signos de Peirce, em especial o conceito de semiose, e os postulados da Semiótica da Cultura de Yuri Lotman (1996, 1999),

⁵¹ Do original: "All dynamical action, or action of brute force, physical or psychical, either takes place between two subjects [whether they react equally upon each other, or one is agent and the other patient, entirely or partially] or at any rate is a resultant of such actions between pairs. But by "semiosis" I mean, on the contrary, an action, or influence, which is, or involves, a cooperation of three subjects, such as a sign, its object, and its interpretant, this tri-relative influence not being in any way resolvable into actions between pairs. {Sémeiösis} in Greek of the Roman period, as early as Cicero's time, if I remember rightly, meant the action of almost any kind of sign; and my definition confers on anything that so acts the title of a "sign.""

particularmente a noção de semiosfera, que designa uma camada semiótica onde se metabolizam as semioses. Esta última carrega consigo uma proposital aproximação com a palavra biosfera, situada no plano da vida. Com base nesse horizonte semiológico, toma-se como objeto de estudo os ciberacontecimentos, cuja definição carrega tanto uma perspectiva semiótica quanto aspectos oriundos da cultura digital.

A metodologia aplicada pelo LIC se inspira ainda na proposta cartográfica subjetiva de Suely Rolnik (2006), na noção de constelações de Walter Benjamin (2007) e em técnicas de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2016). Nessa visada diversa, buscam-se nucleações de sentidos em ciberacontecimentos em duas escalas principais: em um plano macro, através de conexões e linhas produzidas pelas articulações estruturais dos envolvidos; e outra no plano micro, constituídas por conexões por meio das quais desencadeiam semioses específicas. Neste nível, tratam-se de processos de geração de signos que atuam em várias direções, com infinitas possibilidades de interpretantes. Para tanto, o grupo propõe três movimentos exploratórios: identificação e mapeamento, agrupamento de sentidos e produção de inferências.

O resultado dessa incursão metodológica é a construção de mapas no plano dos sentidos, os quais transitam nas redes digitais e culminam na reflexão sobre territorialidades no âmbito dos signos. A partir disso, as territorialidades semióticas são compreendidas com base no conceito de semiosfera, de Lotman (HENN; FLÔRES, 2020). Em suas bordas sígnicas, emergem dinâmicas constituintes do que se entende como ciberacontecimento. Esta designação não se limita, assim, a uma metáfora sobre a configuração de territorialidades no espaço-tempo, mas como processos que se refletem na cultura da sociedade. Já com Walter Benjamin (2007), os pesquisadores tomam de empréstimo a noção de constelação. A acepção designa a relação estabelecida entre componentes (estrelas) de um agrupamento, que pode adquirir significado tanto pela proximidade entre os elementos quanto pelos efeitos de sentido que o todo suscita.

A designação *territorialidades semióticas*, portanto, não se limita a uma metáfora que toma como base a configuração de territórios no espaço e no tempo (HENN; FLÔRES, 2020). Se, como propõe Maria Geralda de Almeida (2005), a imprecisão de sentido de território autoriza o uso de várias acepções do termo (considerando-se as suas apropriações nas perspectivas geográfica, antropológica-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política, bioecológica), desde a referência ao espaço político limitado pelas fronteiras do poder até uma alusão ao espaço

efêmero dos grupos sociais em deslocamento, pode-se pensar que espaços delineados nos planos simbólicos (os quais serão compreendidos como estruturantes da cultura) possuem propriedades territoriais. Do mesmo modo, se a territorialidade pressupõe relações de pertencimento a determinados espaços devidamente regulados (BRAGA; MORELLI; LAGES, 2004), cogita-se que, nos processos semióticos estruturadores da cultura, intensificam-se movimentos dessa natureza.

Para esta tese, sigo o fluxo do trabalho realizado por meus colegas de grupo de pesquisa com algumas adaptações. Em vez de utilizar os dois autores citados anteriormente para refletir sobre territorialidades semióticas, proponho pensar semioses aglutinadas a partir do tensionamento da noção de sistema de relações com a visada geográfica. Como vimos com Milton Santos (2006), a configuração territorial exprime uma parcela de espaço (virtual, no presente caso) apropriada e perpassava por relações de poder. Esta lógica relacional aciona o que Foucault (2013) define como um *jogo* entre os componentes do dispositivo, que resulta em mudanças de posição, modificações de interpretação e disputas simbólicas. Justamente esse movimento do uso dos indivíduos que se apropriam do território que faz dele objeto de análise social.

Para pensar a territorialidade semiótica, inserida na dinâmica das redes digitais, retomamos a noção de território-rede (HAESBAERT, 2004), para a qual a conexão dos pontos é o aspecto mais importante. Trata-se de um território observado a partir de sua dimensão de uma práxis coletiva estabelecida no ciberespaço, em dinâmicas de disputas de sentidos sobre a realidade social, que revelam um conjunto de arquiteturas de tecnologia, relações sociais em jogo e temporalidades distintas. De igual forma, compreende-se o território de modo indissociável de suas bases materiais, físicas e presenciais, pois são os sujeitos nestes contextos diversos que, por meio objetos técnicos imbricados em suas vidas, produzem semioses sobre a violência armada que os cerca - física ou virtualmente.

Um importante parêntese se faz necessário. Em seu livro *As palavras e as coisas ditas*, de 1966, em seu ciclo arqueológico de pensamento, Foucault informa em seu prefácio que esta obra nasceu de um texto do escritor argentino Jorge Luis Borges, que aborda uma velha enciclopédia chinesa chamada *Empório Celestial do Conhecimento Benevolente*. Nela estaria escrita uma peculiar taxonomia do reino animal, que segue:

"[...] os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem mosca" (FOUCAULT, 1981, p. 5).

Dentre outras coisas, o que este trecho produz é uma crítica à produção de categorias tomadas como verdades universais. Nos últimos séculos, tornou-se de um traço herdado da tradição positivista, em busca de uma ordem transcendental que, em certa medida, é caracterizada por uma leitura funcionalista da realidade. Por outro lado, não significa uma negação da prática de catalogação. Para muitos campos do conhecimento, trata-se de uma atividade necessária, desde que adotada uma postura reflexiva em cada etapa. A busca pela ordem dos signos em meio à desordem se configura como modos de ordenar reflexivamente os indícios de sentidos encontrados no âmbito digital. Neste trabalho, as territorialidades semióticas podem ser compreendidas como categorias de uma série aberta, como emana o conceito de semiose, as quais definem as relações de poder estabelecidas em conversações em rede sobre a violência armada.

Com a identificação de territorialidades semióticas, buscaremos criar um modelo para compreensão do fenômeno estudado. Miquel Rodrigo Alsina (2007) argumenta que o modelo é uma construção racional do investigador, que serve de instrumento organizador para redução da entropia do objeto investigado. Portanto, objetiva representar ou dar inteligibilidade a uma realidade descrita. Além disso, a construção de um modelo se vincula a um conjunto de enunciados teóricos que caracterizam determinado fenômeno - na presente tese, as teorias e conceitos dos autores articulados até o momento. Nessa visada, um modelo possibilita a visualização e a simplificação de fenômenos complexos para compreendê-los, assim como estabelece uma linha de pesquisa para que se efetive. Essencialmente, os modelos têm um caráter instrumental no âmbito científico.

A primeira etapa de elaboração foi tensionada na qualificação da tese, em agosto de 2019. Naquele momento, optamos por apresentar o cruzamento de duas análises de sentidos nos comentários das publicações no *Twitter* e no *Facebook* do *Fogo Cruzado*. A primeira focou um dia específico, com registro de uma operação policial, no dia 20 de junho de 2018, na Vila Pinheiro, no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A segunda em uma semana artificialmente criada, com a finalidade de garantir certa aleatoriedade de insumos. Sobre essa última

abordagem, selecionamos o domingo de uma semana, a segunda-feira da semana precedente, a terça-feira da anterior, e assim por diante, até atingir a marca de sete dias. O período iniciou no dia 23 de março de 2019 e terminou no dia 28 de abril de 2019, em uma coleta feita manualmente, que envolveu a separação dos links de cada publicação nas redes sociais, a reunião de comentários por traços de similitude e a produção de inferências.

Outro instrumento adotado foi a utilização de entrevista em profundidade, particularmente a semiestruturada, por garantir, de um lado, a rigidez de um roteiro e, de outro, a flexibilidade para interpelar o entrevistado para aprofundar determinadas questões. Trata-se de uma pertinente ferramenta para identificar os saberes construídos, como apontou Beatriz Marocco (2012) sobre as práticas jornalísticas, inspirada na postura investigativa de Foucault. No caso da plataforma, esses conhecimentos coletivos se inscrevem na relação intermediária com veículos jornalísticos, canais de mídia independente e o público, que participam dos mapeamentos em acionamentos os mais diversos. Nesse sentido, no dia 29 de abril de 2019 entrevistamos por videoconferência a idealizadora do *Fogo Cruzado*, com intuito tanto de compreender a trajetória da iniciativa e as rotinas produtivas da equipe envolvida, como identificar pistas para os objetivos desta pesquisa⁵².

Ainda na qualificação da tese, dentre outras questões, ficou sublinhada a necessidade de aprimorar o percurso analítico, cujo problema foi redirecionado para investigar como a vigilância compartilhada do laboratório de dados *Fogo Cruzado* engendra territorialidades no âmbito dos sentidos sobre a violência urbana do Rio de Janeiro. Como abordado anteriormente, desafio comum em pesquisas que giram em torno de objetos presentes na Internet, que é a impossibilidade de acompanhar os fenômenos presencialmente, ainda mais por conta de o laboratório de dados não dispor de um endereço fixo, encontrei nas redes sociais o local de onde extrairia empiricamente insumos para realizar a análise principal deste trabalho. Em outras palavras, impossibilitado de auferir presencialmente o desenvolvimento comunicacional do fenômeno – da emergência da violência armada ao recebimento do alerta em distintos canais –, optei por tomar como base a superfície digital, com coleta de notificações e manifestações dos usuários sobre elas.

⁵² O convite foi realizado pelo e-mail institucional da plataforma. A conversa se deu pelo programa de videoconferência Skype. O áudio da conversa foi gravado e, posteriormente, transcrito. A entrevista na íntegra está disponível na seção *Anexos* desta tese.

Uma análise do aplicativo em si nos daria respostas sobre as suas funcionalidades. Porém, o que me instiga são os sentidos, as apropriações e as interpretações geradas por estes circuitos comunicacionais. Na qualificação, em um momento de testagem, de maturar ideias incipientes, optei por um percurso manual de coleta, com um período bem restrito. Já para a conclusão do trabalho, em busca de cancelar a abordagem, optei por abarcar um volume maior de informações: um ano de publicações. Com esta escolha, havia dois caminhos possíveis. O primeiro significava assumir o compromisso diário de todos os dias acompanhar a repercussão e salvar os materiais para análise até fechar o ciclo pretendido. O outro precisava retroceder um ano, através do próprio navegador, e coletar os materiais. Como a lógica das redes sociais é a de linha do tempo, após um período a plataforma ou a própria máquina poderiam travar o processo. Em suma, eram duas alternativas humanamente possíveis, porém muito laboriosas.

4.1 DESAFIOS DA COLETA DOS DADOS

Como atuo na área de comunicação de uma empresa de tecnologia da informação, a ideia de automatizar este processo me veio à tona. Envolvi um colega da engenharia da computação para o desenvolvimento de um robô (*script*), cuja função então seria a captação de publicações e comentários nas redes sociais da plataforma estudada e a separação dessas informações em uma planilha. Uma tarefa de mineração de dados, que se restringia a organizar em colunas o conteúdo e as fontes (*links*). Entre outubro e novembro de 2019, fizemos uma série de encontros, aos sábados, em um café de Lajeado (RS). Se manualmente para a qualificação havia incluído a rede social *Facebook*, nossa primeira conclusão foi dedicar esforços somente no *Twitter*. De um lado, porque verificamos que, além do aplicativo, quantitativamente era a ferramenta principal de comunicação com a sociedade do *Fogo Cruzado*. Por outro, para otimizar o nosso tempo, tendo em vista que cada plataforma tem suas particularidades operacionais.

Nesse período, aprendi noções básicas da linguagem de programação *Python*. Essa era uma das exigências do meu colega em me ajudar. Até para abrir horizontes enquanto pesquisador, ter alguma noção do esforço necessário para essa raspagem de dados e não solicitar demandas inviáveis com as ferramentas que dispúnhamos. Ainda nos bastidores da qualificação, criamos um código que navegava na superfície do *Twitter*, emulando um usuário, copiando informações e

rolando a página para carregar mais publicações, sem aplicação real no trabalho até aquele momento. Contudo, por trabalhar em um navegador de Internet e depender de uma série de fatores, como o alto desempenho da máquina que executava e uma conexão estável a todo momento, o resultado não era muito promissor. A coleta tendencialmente apresentava erros e se resumia a poucas publicações.

Assim optamos pelo caminho inverso. Em vez de navegar pela superfície do site, fomos tentar buscar esses dados por baixo da plataforma. Para ter acesso à API, enviei uma solicitação me identificando como pesquisador e expliquei o propósito da minha pesquisa para a administração do *Twitter*. Com o aval da rede social, fomos testando *scripts* de código aberto que tivemos acesso, como *Tweepy*, *Twitterscraper* e *Firecrossys*. Em geral, eles coletavam um número pequeno de *tweets*. De um lado, pela limitação da versão gratuita da API. De outro, porque não coletavam publicações retroativas, somente a partir daquele momento. Ou seja, precisaríamos ter, por um longo período, uma máquina ligada 24h captando *tweets*, com um sinal de Internet que não oscilasse ou caísse em nenhum momento. Sem falar no preço da versão paga da API do *Twitter*, altíssimo com a atual cotação do dólar. A tarefa foi se mostrando inviável.

Entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, me ausentei da pesquisa por conta de um problema de saúde na minha família. Em fevereiro, abandono momentaneamente o empírico, frustrado com as tentativas de coleta precedentes. Começo então uma revisão do trabalho, com base nos apontamentos da banca. Entre os refinamentos, reformulei o problema de pesquisa e os objetivos. Além disso, comecei a trabalhar com a ideia de sistemas de relações, em linha com a compreensão de Braga (2017), e não como um dispositivo, como originalmente Foucault aborda, tendo em vista o significado diverso que a palavra exprime atualmente e a proximidade comunicacional da proposição do professor da Unisinos. Outro ponto reformulado foi a escrita de capítulos, para não misturar abordagens - o olhar anterior da qualificação e posterior, com os tensionamentos da banca.

Nessa época, retomei o olhar para o empírico e pedi ajuda da empresa que trabalho para a coleta dos *tweets*. Tinha chegado à conclusão que sozinhos, meu colega e eu, não conseguiríamos. O gerente de produtos foi solícito e dedicou uma equipe da área de tecnologia para a empreitada. Dias depois, a conclusão foi a mesma obtida anteriormente: um trabalho inviável sem pagar o acesso *premium* e dispor de melhores recursos técnicos para execução do *script*. Em março de 2020, prestes a entrar em férias no trabalho, começo a planejar a coleta manual. Até que

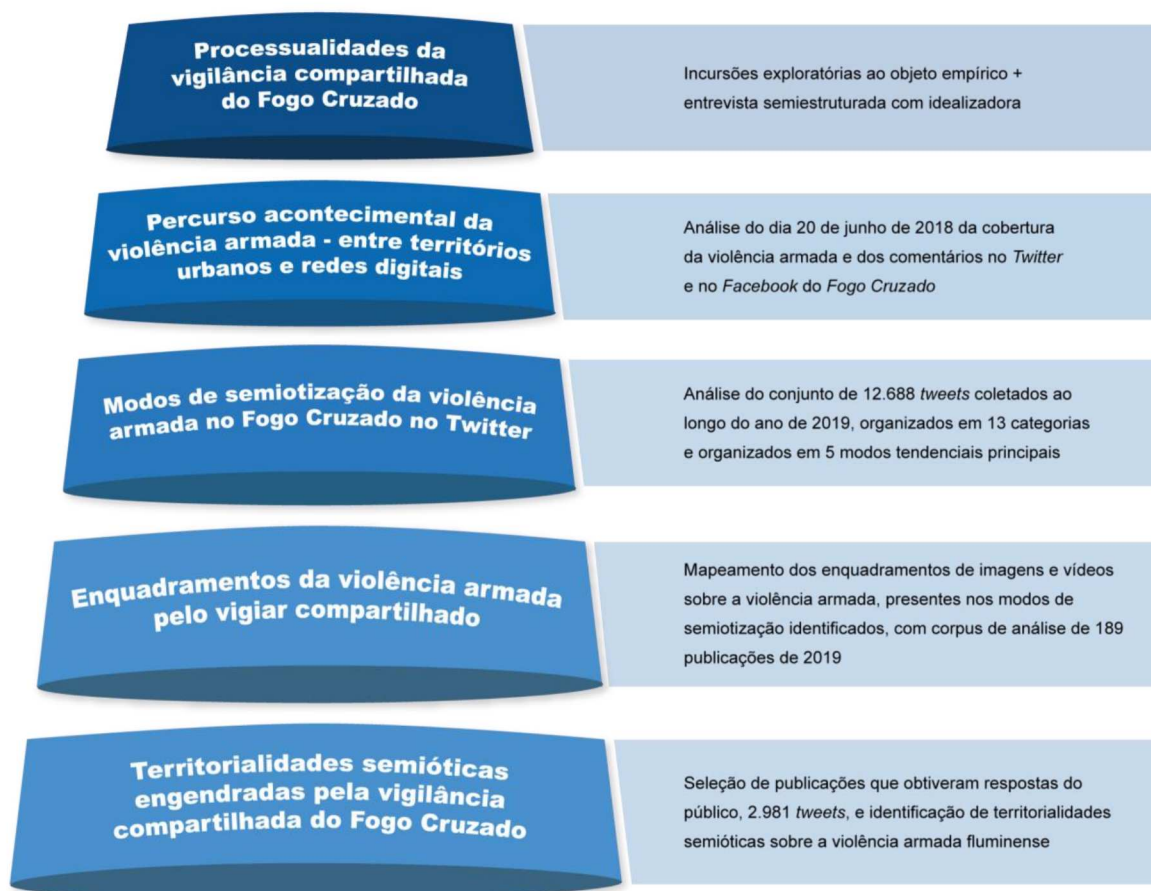
tenho uma ideia e entro em contato com o *Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD)*. Trata-se de um centro independente de pesquisa e formação de analistas para aplicação e ensino de técnicas e metodologias de análise de dados, com sólida formação científica para atuação no mercado. Em outras oportunidades, havia tido contato com eles. Encontro um e-mail institucional no site e escrevo sobre minha situação, minha trajetória e meus fracassos na coleta desses dados. E eles me disponibilizaram informações de todo o ano de 2019 do *Fogo Cruzado*, de janeiro a dezembro, em uma planilha, com dados já separados em colunas, sem custo algum. A partir de então, minha pesquisa ganhou vida.

O percurso analítico que segue se divide em quatro principais momentos. O primeiro busca compreender a trajetória, as rotinas de produção da equipe e a processualidade da vigilância compartilhada do *Fogo Cruzado*. Para esta etapa, nos baseamos em incursões exploratórias e na entrevista realizada com Cecília Olliveira. No segundo, selecionamos um dia específico de análise, com registro de uma operação policial, no dia 20 de junho de 2018, mencionado anteriormente. Retomamos a análise dos comentários das publicações no *Twitter* e no *Facebook*, nos quais acompanhamos o percurso do acontecimento - da notificação no aplicativo ao seu desfecho nas redes sociais. De um lado, este mapeamento irá evidenciar aspectos identificados no primeiro movimento. De outro, nos ofertará pistas para os dois próximos esforços de análise.

O terceiro movimento analítico abarca o conjunto de *tweets* coletados, com ajuda do *IBPAD*, para identificar os modos de semiotização da violência armada pela iniciativa. Trata-se de uma catalogação, que visa exprimir a interpretação do pesquisador sobre a produção de sentidos do *Fogo Cruzado*. A quarta fase aborda os enquadramentos semióticos da violência armada em imagens compartilhadas pela plataforma. A última etapa compreende a seleção de *tweets* que obtiveram *replies* (respostas, comentários e discussões) e, com base neles, mapear territorialidades semióticas acionadas em episódios comunicacionais. Com este conjunto de etapas, pretendemos atender ao nosso problema de pesquisa, que se questiona como a vigilância compartilhada do laboratório de dados engendra territorialidades no âmbito dos sentidos sobre a violência urbana do Rio de Janeiro.

Na sequência, apresentamos estes modos de ler o nosso objeto por meio do *Gráfico 4*, que intenta ilustrar estes movimentos metodológicos. Do lado esquerdo, elencamos cada etapa do trabalho e, à direita, descrevemos brevemente os esforços analíticos correspondentes.

Gráfico 4 – Mapa piramidal dos caminhos metodológicos



Fonte: Autoria nossa.

5 ORIENTAÇÃO EM MEIO AO FOGO CRUZADO

Rio de Janeiro, 2015. A capital fluminense se prepara para receber os Jogos Olímpicos no próximo ano. A capa do jornal *Voz das Comunidades*⁵³ anuncia que o Complexo do Alemão, na Zona Norte da cidade, está há 100 dias convivendo com tiroteios. Contudo, esse acontecimento não estava sendo noticiado na grande mídia, conforme Cecília Oliveira. Quando buscou informações sobre vítimas de balas perdidas no site do *Instituto de Segurança Pública*⁵⁴, notou que os últimos dados eram de três anos atrás. Ela lembra que nem sempre acontecimentos que envolvem

⁵³ Jornal inicialmente voltado para a comunidade do Morro do Adeus, uma das 13 que formam o Conjunto de Favelas do Alemão, criado em 2005 por Rene Silva dos Santos, uma criança de 11 anos. Em 2010, repercutiu nacional e internacionalmente pela cobertura midiática que realizava, à revelia da mídia comercial. Site: <http://www.vozdascomunidades.com.br/>

⁵⁴ Criado em 1999, pela Lei estadual nº 3.329, o Instituto de Segurança Pública (ISP), é uma autarquia vinculada diretamente à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. A entidade foca esforços na análise de dados de segurança pública, com a missão de produzir informações que subsidiem a implementação de políticas públicas de segurança. Site: <http://www.isp.rj.gov.br/>

armas de fogo se transformam em ocorrência policial. Culturalmente, os cariocas costumam dar tiros ou soltar fogos, em particular em dias de jogos de futebol – algo recorrente, sendo que a cidade possui quatro grandes equipes na primeira divisão do Brasil. “Então, no fim de 2015, eu pensei: assim que virar o ano, eu vou começar a contar o que eu consigo perceber de tiroteio ou disparos de armas de fogo”, relembra a jornalista.

Com todas essas informações sobre a violência armada urbana se perdendo, Cecília começou em 2016 a contabilizar os tiroteios em uma planilha no *Google Docs*, com dados coletados via *Facebook*. Segundo a jornalista, o trabalho foi facilitado pela natureza do acontecimento, que tendencialmente gera comentários nas redes sociais. “E eu contando só isso, eu tinha ali tipo sete, oito, dez [ocorrências] por dia. Obviamente, eu tinha plena convicção de que era só a minha bolha. Óbvio que era mais do que isso”, afirma. A partir desses apontamentos, iniciou o planejamento de como sistematizar essa coleta e dar vida ao projeto. Na época, entrou em contato com a socióloga Maria Isabel Couto, doutora em Antropologia Social, que trabalhava na iniciativa *Jovem Negro Vivo*, da campanha da *Anistia Internacional* chamada *A Violência Não Faz Parte Deste Jogo*, focada em violações no período dos Jogos Olímpicos.

Dentro dessa campanha, havia a previsão de ter alguma iniciativa tecnológica, sem um formato definido. “A gente chegou à conclusão de que seria interessante ter uma ferramenta que não fosse impositiva, no sentido de ‘temos aqui uma solução para vocês’. Às vezes, muitos projetos seguem essa linha infelizmente e, por isso, eles simplesmente dão errado”, explica. Para ela, o importante era chamar a população a fazer parte da vigilância, pois a segurança pública é um assunto que tangencia a todos. Nesse sentido, concluiu que um aplicativo *mobile* era o modelo ideal, já que a informação estaria na mão de qualquer pessoa. Além disso, pensou que precisaria de um site, onde pudesse colocar mais informações do que seria possível somente com uma estrutura para *smartphones*, assim como dispor de matérias e relatórios vinculados a um banco de dados. “Porque o interessante é exatamente congrega tudo isso e não deixar perder a informação. Para que isso não se perdesse no ar e fosse só uma notificação no seu *Facebook*”, afirma.

O *Fogo Cruzado* entrou no ar 30 dias antes das Olimpíadas. O intuito de Cecília era dispor de um relatório sobre tiroteios de um mês assim que os Jogos comessem. Nessa fase inicial, somente a jornalista e um desenvolvedor trabalhavam no projeto. A assessoria da *Anistia Internacional* contribuía para

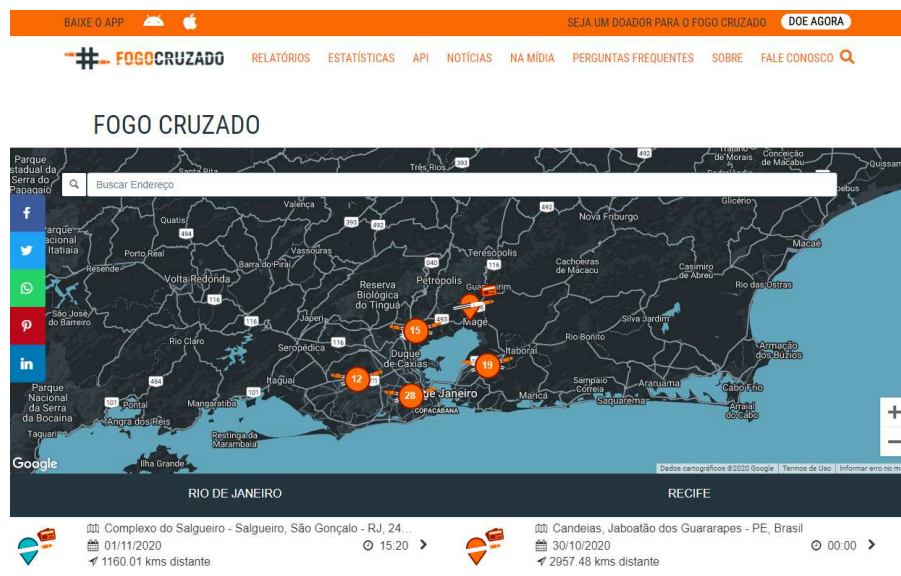
espalhar a produção do monitoramento através de seus canais. Conforme o volume de dados foi crescendo e o trabalho aumentando, a ampliação da equipe se tornou uma necessidade. No ano dessa entrevista, o laboratório de dados contava com quatro jornalistas, um programador e a socióloga Maria Isabel. Como vimos, essa última foi quem abriu as portas na *Anistia Internacional* para o projeto, que hoje é vinculado ao *Instituto Update*. Ela trabalhava no setor de segurança pública da *Fundação Getulio Vargas*⁵⁵ e hoje é a responsável pelo tratamento do banco de dados do *Fogo Cruzado*.

Em uma última consulta ao site do projeto, em novembro de 2020, consta que a equipe local é formada por quatro analistas de sistema e redes, com suporte da equipe nacional, constituída por três diretoras, um assessor de dados, uma assessora de imprensa e suporte de TI. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o Fogo Cruzado opera desde 5 de julho de 2016. Em abril de 2018, estendeu sua operação para a Região Metropolitana do Recife, em parceria com o *Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)*⁵⁶, entidade da sociedade civil criada em 1981, com status Consultivo Especial no Conselho Econômico e Social da *Organização das Nações Unidas*. A entidade atua na defesa dos direitos humanos, especialmente de crianças e adolescentes, compõe a *Rede Justiça Criminal*, a *Plataforma Brasileira de Políticas sobre Drogas* e é signatária da *Agenda Nacional pelo Desencarceramento*.

⁵⁵ Fundada em 1944, a Fundação Getulio Vargas é uma instituição de ensino superior com sede no Rio de Janeiro. O objetivo inicial é qualificar pessoas para a administração pública e privada no Brasil. Site: <https://portal.fgv.br/>

⁵⁶ Site: <https://gajop.org/>

Figura 5 – Homepage do site do Fogo Cruzado



Fonte: Site do *Fogo Cruzado*, em novembro de 2020.

O trabalho é realizado diariamente, em turnos de seis horas, das 6h da manhã à meia noite. Todos trabalham de modo remoto e o laboratório não possui uma sede. Uma vez ao ano, eles se reúnem presencialmente para fazer um balanço das atividades e confraternizar. Conforme Cecília, todas as notificações passam por um processo de checagem, atividade tipicamente jornalística, que envolve cruzamento de três fontes principais: 1) o que está sendo noticiado pela imprensa no momento, nos veículos comerciais e comunitários do Rio de Janeiro; 2) o que os *scripts* desenvolvidos pela equipe de analistas de sistemas e redes detectaram de conversações nas redes sociais sobre tiroteios, tendo em vista que a natureza do acontecimento convoca conversações; e 3) o que os órgãos de segurança pública e instituições de Estado dispõem de informações.

“Quando uma pessoa coloca uma notificação no aplicativo, essa informação chega imediatamente no nosso sistema. E a gente não publica isso imediatamente. Essa pessoa que está ali de plantão tem que checar essa informação. Então a gente tem uma rede estabelecida de moradores e comunicadores locais e a gente checa essa informação com eles. E a gente também tem uma série de filtros que a gente desenvolveu para as redes sociais que permite que a gente saiba quem está falando, de onde está falando, com que frequência está falando, e relatando informações sobre tiros, tiroteios, tudo relativo a isso. Porque é uma coisa que as pessoas falam sobre. Então a gente realmente fica de olho no que as pessoas estão falando. E aí você cruza essas informações, porque a

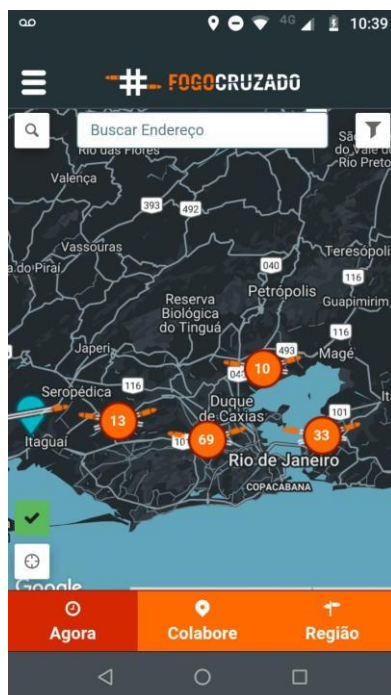
chance de uma única pessoa falar sobre um tiroteio é assim... Minúscula. [...] Então as pessoas falam sobre crimes o tempo todo e não é à toa que segurança pública é a maior plataforma política que a gente tem ultimamente. Não é à toa.” (C. O.).

Com a verificação realizada, a notificação é publicada no banco de dados. Assim o aplicativo emite um alerta aos usuários e o incidente fica em registro público. A média de descarte é de aproximadamente 16% das informações submetidas. A jornalista explica que, em determinadas ocasiões, os dados chegam incompletos, como a frase “tiros em São Gonçalo”. Em outras, são acontecimentos duplicados, que já foram sinalizados pela equipe. Questionada sobre casos de má fé, afirma que existem, como notificações que tratam de “com 50 feridos, 60 mortos”. Nessas situações, os jornalistas bloqueiam o usuário. “Mas eles renascem das cinzas (risos). Sempre brota mais um”, comenta. Além dos alertas da população no aplicativo, recebem informações por *WhatsApp*, mensagens diretas no *Twitter* e *inbox* no *Facebook*. No caso do *WhatsApp*, somente são consideradas fontes conhecidas e com relacionamento prévio, como coletivos, comunicadores e moradores ativos localmente⁵⁷.

De acordo com a jornalista, essa rede de fontes é constituída por pessoas de várias localidades. “A gente está presente em dezenas de grupos de *WhatsApp*, dezenas de grupos de *Facebook* porque as pessoas nos mandam informações o tempo todo e porque a gente tem que ficar de olho mesmo”, explica. O perfil dos comunicadores locais segue tanto uma linha amadora, como uma rádio comunitária, quanto profissional, aos moldes do *Voz das Comunidades*. Somente no *Facebook*, a equipe do *Fogo Cruzado* está presente em 193 grupos de bairro. Nas demais redes, a jornalista não sabe precisar em números. “São milhares. É muita gente, é muito grupo. [...] Todos da região metropolitana”, afirma.

⁵⁷ FOGO CRUZADO. Sobre. In: Fogo Cruzado. [Rio de Janeiro, 2018]. Disponível em: <<http://fogocruzado.org.br/sobre/>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

Figura 6 – Tela principal do aplicativo do *Fogo Cruzado*



Fonte: Aplicativo *Fogo Cruzado*, em novembro de 2020.

A expansão para Recife, em Pernambuco, faz parte do desejo de entrar no Nordeste, com o intuito de trazer a região para os holofotes midiáticos. “Se a gente acha que o Rio é o fim do mundo, Recife tem índices de homicídios por 100 mil habitantes maior do que o nosso”, comenta. Em comparação com a região da Grande Rio, a jornalista afirma que a Grande Recife tem menos incidências de tiros. Em contrapartida, relata que o número de mortos proporcionalmente é muito maior. O caso é similar ao observado na Baixada Fluminense e no Centro do Rio de Janeiro, onde não é comum ocorrerem longos tiroteios com obstrução de vias. Por outro lado, é alto o número de pessoas mortas dentro de casas e nos arredores das residências, aspectos que remetem ao perfil de execução, em especial o feminicídio. “Então é possível lançar o holofote sobre regiões historicamente invisibilizadas, que tanto é o caso da região Nordeste quanto da Baixada Fluminense. Você sabe que acontece, você sabe que não é de hoje, mas desde sempre são subnoticiadas mesmo”, explica.

O *Fogo Cruzado* também se utiliza dos informes da polícia e o que é noticiado na imprensa como fonte, tanto para alimentar o banco de dados como para atualizá-lo. “Então a gente volta no sistema, atualiza a informação e troca a fonte para imprensa, inclusive”, explica. Nesse momento, emerge uma prática da equipe para

produzir efeitos de credibilidade na notificação com esse cruzamento de informações. A cada mês, o projeto elabora um relatório com o balanço de tiroteios nos últimos 30 dias, delinea um perfil dos acontecimentos e apresenta quais aspectos se destacaram. Por semana, são cerca de três informes em um grupo de *WhatsApp* com jornalistas de vários veículos de comunicação, no qual só é permitida a publicação por parte do administrador. Os dados também são enviados através de um *mailing* com contatos de veículos e comunicadores em geral.

Cecília explica que, nos informes semanais, são enviadas informações sobre situações específicas, como a morte de agentes de segurança, crianças e idosos. Caso ocorra mais uma notificação após o envio, a mensagem é imediatamente atualizada. “Então isso se dilui ali no meio da semana e depois a gente manda o acumulado [no final do mês]”, comenta. Sobre essa relação dupla com a imprensa, que tanto serve de fonte como espaço de divulgação, para ambos os lados, a jornalista enumera vários aspectos e estratégias adotadas ao longo da caminhada do *Fogo Cruzado*. “Por ser jornalista, o que eu costumo dizer é que eu entendi várias coisas e vários posicionamentos de jornalistas e não jornalistas sendo fonte agora. Eu entendi o porquê de muita gente não gostar de jornalista (risos)”, revela.

A relação com jornalistas nem sempre flui como esperado. Para Cecília, a maioria tem dificuldade para lidar com dados e usar planilhas. “Não tem respeito pela fonte, quer tudo mastigado e geralmente muda tudo o que você disse”, comenta. Frente essa constatação, a comunicação do laboratório de dados precisou ser readequada. Uma das opções foi enviar o relatório mensal com informações do mês anterior e o mesmo período do ano passado. Outra escolha foi o abandono do release em texto corrido. O formato adotado foi estruturar os dados em tópicos. Na preparação de informações para encaminhar para a imprensa, Cecília afirma que consegue prever perguntas que irão surgir. “E tem gente que, mesmo depois de você antever, eles perguntam coisas que estão escritas ali”, revela.

Certas situações demandam abordagem diferenciada do *Fogo Cruzado*. É o caso de crianças vítimas de violência armada, que recebem acompanhamento mais atento. Assim que um acontecimento é relatado ao projeto e verificado, a informação é enviada para a imprensa em minutos, com o evento contextualizado em reação aos números do ano. “A gente já deixa o mais mastigado possível. Até porque evita o retrabalho realmente do jornalista voltar até você, te fazer mais perguntas, você ter que parar, buscar mais informação... Então assim, dar mastigado ameniza o trabalho de todo mundo”, explica. Para estabelecer esse relacionamento direto e de

confiança, Cecília buscou conversar com editores e editoras dos veículos para apresentar a metodologia e o funcionamento do laboratório de dados. De toda a imprensa comercial, somente os veículos do *Grupo Globo* solicitaram uma reunião pessoal para demonstrar como funciona a plataforma. “E realmente abri a tela do sistema e mostrei: ‘olha, a informação chega aqui. A gente checa aqui. Funciona desse jeito, vai desse jeito’ para poder mostrar mesmo como funciona e criar essa confiança na construção da credibilidade”, comenta.

Por outro lado, precisou entrar em contato com outros veículos para pedir correção de informações. De acordo com Cecília, o fato mais grave ocorreu com um dos pioneiros na produção de conteúdo na internet brasileira. A jornalista relata um problema que teve com o site *UOL*, que publicou uma notícia sem autoria sobre os dados do aplicativo, na qual informava que uma pessoa do governo do Rio de Janeiro, também sem identificação, de uma secretaria extinta, afirmava que bandidos usavam a plataforma para inserir notificações para poder pautar a polícia.

“Então eu tive que fazer um e-mail gigantesco para mandar para a editora do UOL explicando a metodologia, questionando o porquê que eles não tinham nos procurado para poder comentar uma informação gravíssima como essa que colocava em xeque a nossa metodologia. E, obviamente, esse era o objetivo. Você acha que o governo vai falar bem de mim, que estou colocando em xeque as políticas dele? Óbvio que não. E pedindo a correção da informação. Por um lado, você tem um veículo que te procura para entender como a coisa funciona e, de outro, tem veículo que vai dar uma matéria sem assinatura, sem checar com você o que é verdade e o que é mentira, e vai dar. [...] Na imprensa, dessa forma, foi [a única situação]. Já houve matérias em que são ouvidas pessoas do governo e obviamente eles vão achar brechas para poder te questionar. Isso é óbvio, porque eu estou do outro lado da fronteira. Isso é mais do que esperado.” (C. O.).

Após o contato realizado, o *UOL* apenas criou um adendo na matéria. “Mas tipo, o estrago está feito. A gente tem parcerias com o Ministério Público, com o próprio ISP (Instituto de Segurança Pública). Então não faz nenhum sentido. Mas é isso, foi preciso fazer um pequeno barraco (risos)”, relembra.

Com quatro anos de atividades completados em julho de 2020, Cecília avalia que os tiroteios continuam subnotificados, principalmente fora da capital. Em compensação, ela lembra de um caso específico sobre um aumento significativo de alertas da região de Belford Roxo, onde raramente havia troca de tiros. “E, de repente, era todo o dia, várias horas por dia. Então a gente consegue perceber essa movimentação e inclusive pautar a imprensa”, explica. No site da plataforma, a

seção *Na mídia* faz uma clipagem de menções ao *Fogo Cruzado* na imprensa nacional e internacional como fonte de informação primária sobre tiroteios e disparos de arma de fogo. Até o dia 1º de novembro de 2020, conforme classificação do próprio *Fogo Cruzado*, dispunha de 1.131 matérias sobre o Rio de Janeiro, 170 sobre Recife e 143 publicadas internacionalmente.

Os dados do Rio de Janeiro contabilizam 322 veículos de comunicação pautados no Brasil, entre canais de televisão, emissoras de rádio, sites jornalísticos, jornais, revistas, portais institucionais e blogs. Em Recife, o número é menor: 60 instituições. Já no âmbito internacional, são 106 veículos de imprensa e organizações que se utilizaram do laboratório de dados como fonte ou case para elaboração de matérias. Dessa forma, no total 488 empresas, entidades e organizações, jornalísticas ou não, se valeram de informações do *Fogo Cruzado* para elaboração de conteúdos sobre a violência armada, somando 1.444 publicações. Esses números dão ideia da articulação e do alcance da iniciativa para além dos territórios de cobertura. Para ilustrar esses números, segue abaixo uma nuvem de palavras com os nomes dos veículos, sites e organizações. O tamanho varia conforme a frequência de publicações.

A rede do laboratório de dados se estende ao âmbito da pesquisa. No primeiro semestre de 2019, o *Fogo Cruzado* abriu todos os dados em uma API para estreitar os laços com pesquisadores, gestores públicos, jornalistas que são especialistas em cobertura de dados e desenvolvedores de aplicações. A ação visa reduzir o trabalho da própria equipe, que a cada pedido de informações precisava parar o trabalho. “Facilita a nossa vida e não precisa ficar mandando e-mail. Então a gente colocou no ar, na sexta-feira (26 de abril de 2019) nessa plataforma, e a gente vem trabalhando com muitos acadêmicos há um tempo”, explica. Entre as instituições parceiras, está a *Universidade Federal Fluminense*, a *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, o *Instituto de Matemática Pura e Aplicada* e a *Stanford University* (Palo Alto, Estados Unidos). “Então a gente disponibiliza e realmente torce para que as pessoas utilizem, cruzem com dados econômicos, sociais, sobre saúde, e criem narrativas e perspectivas”, relata. Já com os órgãos de segurança pública, afirma que nunca foram solicitados pela polícia para ceder informações. Oficialmente, somente o *Ministério Público* e o *Instituto de Segurança Pública* mantêm uma parceria.

Além do aplicativo e do site, as notificações são distribuídas em uma conta no *Twitter*⁵⁸, em uma página no *Facebook*⁵⁹ e, recentemente, em um grupo do *Telegram*^{60,61}. Em 2020, passou a contar com um *newsletter*, com assinatura gratuita no próprio site. Questionada sobre as interações do público nesses canais, a jornalista afirma que a comunicação é pauta diária da equipe desde o início do projeto. Antes mesmo de ir ao ar, tiveram uma reunião específica porque sabiam que se tratava de um tema sensível nas redes. “Então o que a gente faz desde o início é tomar cuidado no modo como a gente vai dizer e o que vai dizer”, explica. Como exemplo, cita a seguinte manchete: “Assalto na loja tal terminou com uma pessoa morta”. De acordo com ela, o fato de utilizar a palavra *pessoa* incitaria comentários questionando a publicação. Nesse sentido, eles dariam a notícia da seguinte forma: “Assalto na loja tal, no horário tal, terminou com um morto”.

“A gente toma todas essas precauções literalmente para reduzir danos. Se a gente humaniza minimamente a pessoa, aparece gente dizendo isso: ‘É defensor de vagabundo’, ‘tá com dó? Leva para casa’, ‘bandido bom é bandido morto’”, relata. Esse foi um dos modos de semiotização encontrados pela equipe do *Fogo Cruzado*

⁵⁸ Site: twitter.com/fogocruzadoapp

⁵⁹ Site: facebook.com/fogocruzadoapp

⁶⁰ Canal anunciado no dia 21 de junho de 2019 nas redes sociais do *Fogo Cruzado*. Disponível em:

⁶¹ <t.me/FogoCruzadoapp>. Acesso em: 6 dez. 2020.

para conduzir as publicações nas redes sociais. Se de um lado não escrevem a palavra “pessoa”, tampouco utilizam “criminoso”. O objetivo é evitar o sentido dúbio, que possa dar margem para ataques, de todos os lados ideológicos em evidência na atualidade. Uma situação atípica que enfrentaram foi quando receberam o prêmio *Patrícia Acioli de Direitos Humanos*. A maneira de noticiar virou uma incógnita para a equipe. “Então a gente conseguiu fazer um *tweet* para dizer que a gente recebeu um prêmio de direitos humanos, mas a gente trouxe a história da Patrícia no mesmo *tweet*. Para poder lembrar que o prêmio é em nome da juíza, que foi morta... Então assim, [são] mil estratégias”, conclui Cecília.

Com base nos relatos da jornalista e nos movimentos exploratórios precedentes para compreensão das dinâmicas do *Fogo Cruzado*, compreendido enquanto um sistema de relações de caráter orientacional sobre a violência armada, identificamos três núcleos e seis principais etapas marcam o modelo comunicacional do projeto. Antes há que considerar, como já assinalou Alsina (2009), que os modelos são uma representação simplificada da realidade⁶². Dito isto, em uma leitura temporal linear, inicialmente decorre a percepção acontecimental do tiroteio *in loco* por parte da população. Nesse estágio, indubitavelmente o acontecimento se situa na ordem física da territorialidade urbana. A intensidade das ondas sonoras recebidas se relaciona com a proximidade da pessoa afetada pelo perigo de tiros.

Dessa situação ilustrada, desponta o *agente notificador* do acontecimento. Tendo em vista o anonimato possibilitado da plataforma, este sujeito pode ser a população que se encontra nesse contexto de violência, usuários nas redes sociais que relatam sobre os disparos, publicações de veículos de imprensa (comerciais ou independentes) ou, também, informes dos órgãos públicos de segurança. Nessa fase, inicia-se a transição do acontecimento do território físico para o ambiente em rede, em uma ordem *território* → *rede*. Repassada a notificação, a equipe do projeto inicia a checagem do acontecimento com técnicas jornalísticas atreladas a elementos de programação, como *scripts* de monitoramento das redes sociais.

Com a confirmação do acontecimento, o tiroteio é registrado no banco de dados e o aplicativo do *Fogo Cruzado* notifica a todos usuários que configuraram suas contas para receber aquele perfil de informação – por exemplo, o perímetro e a posição geográfica que se encontra. Nesse estágio, o acontecimento passa a carregar consigo marcas específicas da ordem das redes digitais, transmutando-se em

⁶² Como vimos anteriormente, Alsina (2007) argumenta o modelo é uma construção racional, realizada pelo investigador, que serve de instrumento organizador para redução da entropia do fenômeno estudado. Portanto, busca representar ou dar inteligibilidade a uma realidade descrita.

ciberacontecimento. De igual forma, a territorialidade material dá lugar ao binômio *território-rede*, que marca a imbricação dos âmbitos físico e virtual. No *Gráfico 5*, buscamos ilustrar essas relações sistêmicas.

Gráfico 5 – Modelo comunicacional do *Fogo Cruzado*



Fonte: Autoria nossa.

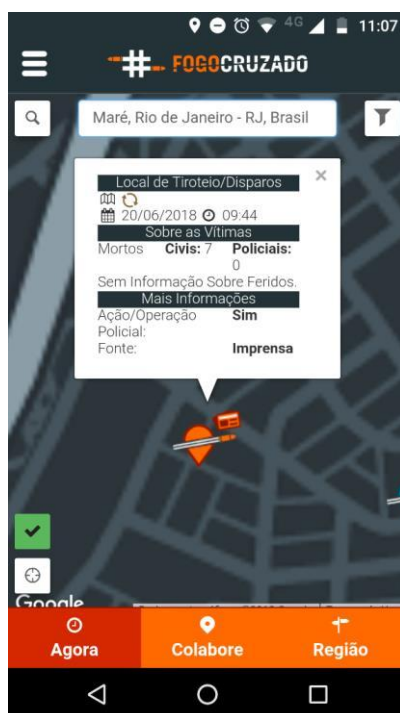
Por fim, com a mensagem nos celulares dos usuários, desponta a terceira nucleação do modelo. Nessa fase, há o que compreendemos como um fluxo difuso entre rede e território, sem uma clara distinção. Ainda no *Gráfico 5*, várias setas buscam representar a multiplicidade de sentidos que são acionados após a notificação recebida. Uma seta abaixo, em sentido contrário, propõe a ideia de não-linearidade do modelo e o retorno dos acionamentos para as etapas precedentes, em diferentes afetações. Esse retorno de acionamentos pode refletir no agente notificador, responsável pelo relato originário; na equipe do *Fogo Cruzado*, que pode reagir com uma mudança de abordagem na cobertura do tema, com elaboração de infográficos e conteúdos complementários; e nos responsáveis pelos tiroteios, de uma forma indireta, como atores envolvidos nessa ambiência geral.

Para compreender melhor estes modos de semiotização e o fluxo comunicacional identificado, na sequência acompanhamos um dia específico de cobertura dos tiroteios. Nessa etapa, vamos delinear o percurso do acontecimento referente à violência armada - da notificação no aplicativo, sua repercussão ao longo do dia e seu desfecho nas redes sociais. Este movimento analítico nos oferecerá pistas para os próximos tensionamentos metodológicos deste trabalho.

5.1 CASO MARÉ: DA NOTIFICAÇÃO À TRAGÉDIA ANUNCIADA

Quarta-feira, 20 de junho de 2018. O aplicativo *Fogo Cruzado* notifica às 5h45 da manhã um tiroteio na Vila Pinheiro, no Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro. A fonte referida na notificação é a imprensa. A conta oficial no *Twitter* replica a informação, com as *hashtags* #TirosRJ e #FogoCruzadoRJ. Esse *tweet* seria o primeiro de uma série de 23 publicados naquele dia. A data ficou marcada por duas ações policiais, na Maré e no Pavão-Pavãozinho, que contabilizaram oito pessoas mortas nas duas localidades. Entre elas, o adolescente Marcos Vinicius da Silva, de 14 anos, que estava a caminho da escola, em uma cidade sob intervenção militar.

Figura 8 – A primeira notificação georrefereciada do acontecimento



Fonte: Aplicativo *Fogo Cruzado*.

Em resposta ao primeiro *tweet*, forma utilizada no *Twitter* para vincular publicações, denominada *thread* (fio, em tradução livre), o *Fogo Cruzado* publica às 6h58 uma notícia do jornal *O Globo* reportando "intenso tiroteio durante operação da Polícia Civil". Essas informações são republicadas na página no *Facebook* horas depois (9h45 e 10h59, respectivamente). Um usuário marca outro no primeiro *post* para alertar sobre o acontecimento. Novamente, uma notícia de *O Globo* é publicada às 9h15 no *Twitter*. Agora, a matéria confirma a morte de cinco pessoas e o então

ferimento do adolescente Marcos Vinicius. Nos comentários, um usuário afirma: "Se forem os excluídos da sociedade, será ótimo". Essa publicação só seria divulgada às 13h15 no *Facebook*.

Figura 9 – Usuário comenta sobre o ferimento de Marcos Vinicius



Fonte: Conta no *Twitter* do *Fogo Cruzado*.

Assim como aconteceu nos comentários do *Twitter*, uma pessoa busca justificar o acontecido no *Facebook*:

"Enquanto os traficantes dessas facções não pararem de querer tomar o morro do outro isso nunca vai acabar - cv - tcp - 3º comando e o cacette a quatro -- tem que acabar com essa raça de traficantes -- ESTAMOS EM GUERRA sempre morrerão inocentes que estão no meio disso [...] (sic)." (20 junho 2018)

Às 11h13, outra notícia de *O Globo* é publicada no *Twitter*. Agora sobre o relato de uma professora, que descreve que os alunos ficaram "deitados no chão, juntinhos, chorando" durante os tiros. Pela manhã, foi o *tweet* com maior interação (32 *retweets* e 38 *curtidas*). No *Facebook*, apareceu divulgada às 15h12. Um minuto depois, é republicada, com acréscimo das mesmas *hashtags* do *Twitter*. Provavelmente por algum mal-entendido da equipe.

O acompanhamento do caso prossegue pela tarde no *Twitter*. A conta publica às 13h15 um vídeo da *Maré Vive*⁶³ de um helicóptero da Polícia Civil fazendo voos rasantes na comunidade. Também é possível ouvir tiros sendo disparados, sem

⁶³ Autodenominado canal de mídia independente e colaborativa feita por moradores de diversas partes do Complexo da Maré. Site: twitter.com/MareVive

deixar claro se partem da aeronave. No *Facebook*, esse mesmo vídeo é publicado às 17h32. Nos comentários, uma pessoa marca outra, que responde: "Não é aonde eu moro não". Uma terceira também comenta: "So deus" (sic).

Figura 10 – Orientação entre usuários nas redes sociais



Fonte: Página no *Facebook* do *Fogo Cruzado*.

Uma notícia do jornal *Extra* é publicada às 13h17, que informa a morte de seis pessoas e o adolescente ferido com um tiro na barriga. A mesma só é publicada às 17h17 no *Facebook*. Três horas após, precisamente às 16h41, o *Fogo Cruzado* reitera a informação, colocando-a em perspectiva no ano de 2018: 35 ocorrências com pelo menos três civis mortos em cada, totalizando 138 vítimas fatais. No *Facebook*, o *Fogo Cruzado* publica às 22h28 uma notícia de *O Globo* sobre a confirmação da morte de Marcos Vinicius, o estudante atingido a caminho da escola durante a operação das forças policiais na Maré. Nos comentários, a maior parte dos usuários lamenta a tragédia. Um deles faz menção ao então presidente Jair Bolsonaro, que promete precisamente armar a população como medida de segurança. Outros culpabilizam o "governo", os "viciados em drogas" e a "mídia falsa".

No *Twitter*, o caso só volta a repercutir no dia seguinte, 21 de junho. A página informa a mesma nota de *O Globo*. Em outro *tweet*, o adolescente vira estatística: a 13ª vítima fatal de balas perdidas em 2018. Nos comentários, um usuário critica a ação da polícia:

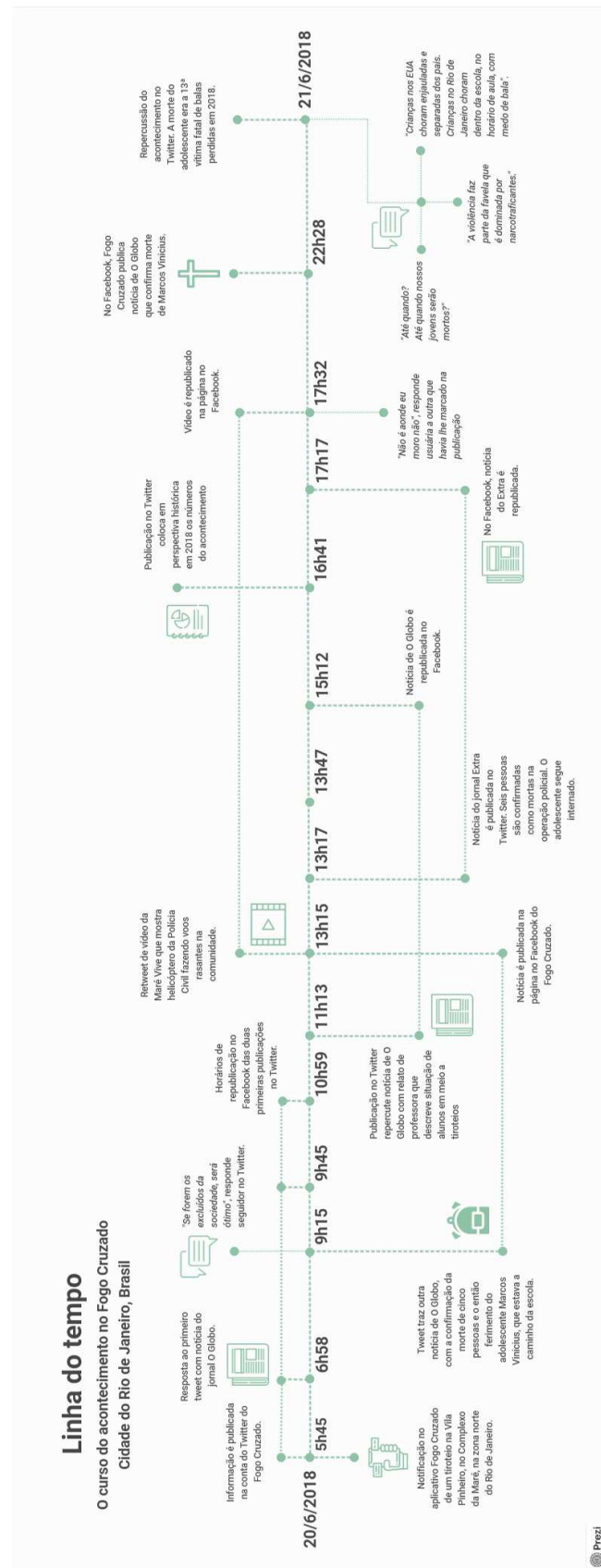
“Em pleno 2018 e ainda temos q engolir essa ladainha de q precisamos de operações policiais violentas q invariavelmente matam inocentes e não combatem crime algum. Até quando? até quando nossos jovens serão mortos? #maré #intervençãofederal #fogocruzadorj (sic).” (20 junho 2018)

No mesmo *tweet*, outro usuário destoa do primeiro: "A violência faz parte da favela que é dominada por narcotraficantes. Eles matam, torturam, geram o caos. Mortes são o resultado desses vagabundos se apropriarem do lugar como se fossem deles". E continua, em outro comentário: "Infelizmente estamos em guerra!! Precisamos continuar com as operações policiais sim, o tráfico se expande com toda a suas mazelas" (sic).

No *Facebook*, as manifestações seguem a mesma linha. Entre os compartilhamentos em modo público⁶⁴, uma pessoa descreve no *post* "Meu Deus guarda minha família mim sentido muito preocupada" (sic). Já outra faz menção às políticas de migração dos Estados Unidos, em discussão naquela semana: "Crianças no inferno por aqui também, é sempre bom lembrar". O mesmo com outro usuário, que diz: "Crianças nos EUA choram enjauladas e separadas dos pais. Crianças no Rio de Janeiro choram dentro da escola, no horário de aula, com medo de bala".

Na sequência, no *Gráfico 6*, apresentamos o curso do acontecimento na cobertura dos tiroteios do *Fogo Cruzado*.

⁶⁴ A rede social não visibiliza usuários que compartilham publicações em modo privado ou somente para amigos.

Gráfico 6 – Linha do tempo do acontecimento no *Fogo Cruzado*

Fonte: Autoria nossa. Para ver em melhor resolução, acesse <https://prezi.com/i/gry3mhboad/fogo-cruzado-mare/>

A operação na Maré contou com uma centena de policiais civis, militares do Exército e agentes da Força Nacional. Conforme a Polícia Civil, o objetivo era cumprir 23 mandados de prisão e checar informações obtidas por meio do setor de inteligência. O intuito era encontrar suspeitos da morte do inspetor Ellery de Ramos Lemos, chefe de investigações da Delegacia de Combate às Drogas, assassinado oito dias antes em uma operação em Acari.

O delegado da Polícia Civil Marcus Amim, que também atua como comentarista do programa *SBT Rio*, declarou após a morte do colega que a corporação iria "caçar" os responsáveis. Na televisão, afirmou que todos os envolvidos de Acari hoje são inimigos da Polícia Civil do Rio de Janeiro: "Nós vamos caçar vocês onde quer que estejam. Não adianta colocar no *Facebook* que criança foi baleada... Mentira. Não adianta, vocês não vão conseguir tirar a gente aí de dentro. Nós vamos a qualquer horário, não tem horário pra gente"⁶⁵.

Um aspecto deve ser ressaltado. Embora analisemos especificamente o que se desenvolveu nas páginas do *Fogo Cruzado*, essas publicações foram emolduradas conforme os regimentos dessas redes sociais, como a limitação de caracteres e critérios de visibilidade definidos pelos algoritmos dos seguidores. Como foi um acontecimento de grande comoção nacional, a diversidade de cobertura midiática disponível aos usuários provavelmente foi significativa. Logo, o simples trabalho observacional revela limitações. De um lado, não dispõe de acesso a caminhos midiáticos outros que o público percorreu para além do *Fogo Cruzado*. De outro, impossibilitado de auferir processos de recepção que não deixam vestígios, como pessoas que foram afetadas de alguma maneira pelo acontecimento, mas não se manifestaram nas redes sociais. Reconhecidas estas restrições, a primeira lógica observada nessa cobertura foi a constante publicação de notícias da mídia comercial, seja para dar continuidade à notificação ou mesmo atualizar o acontecimento no curso de seu tempo. O único momento que fugiu à regra foi no início da tarde, quando replicaram o vídeo do canal de mídia independente *Maré Vive*.

Outra marca do *Fogo Cruzado* foi a utilização das *hashtags* #TirosRJ e #FogoCruzadoRJ em todas as publicações. O próprio ícone do aplicativo é representado por uma *hashtag* com duas balas indo em direções opostas.

⁶⁵ BETIM, Felipe. Rasantes de helicóptero e sete mortos em dia de pânico na Maré, no Rio. EL PAÍS, 21 jun. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/20/politica/1529519369_464493.html>. Acesso em: 30 jun. 2018.

Evidentemente, esse é um dos aspectos inerentes das lógicas do *Twitter*. Lançada em 2006, a rede social nasceu de uma necessidade de um grupo de pessoas de marcar encontros por SMS, nos Estados Unidos. Por isso a limitação de 140 caracteres em cada *tweet*, em sua origem. Hoje a rede social aceita até 280 toques. A primeira pergunta inicial, que aparecia em destaque ao entrar no site, “O que você está fazendo?”, nasce dessa proposta. Por sua vez, a utilização da hashtag (#) se origina em uma convenção de computação, na qual os participantes criaram esta forma para identificar o evento (BRUNS; BURGESS, 2011).

Do mesmo modo, a utilização da arroba (@) desponta como um código para mensagem direta entre usuários. Somente depois que a plataforma aderiu como funcionalidade. O mesmo ocorre com o *retweet* (compartilhamento). Por muito tempo, usuários copiavam a mensagem, com o nome do usuário, precedidas das letras RT. Com novas urgências criadas pelo público, a plataforma trocou o seu questionamento para “O que está acontecendo?”. Essa mudança vem a reboque da consolidação do *Twitter* como a principal rede social para narrar a realidade em tempo real, com indexação do conteúdo, de modo rápido e com possibilidade de alcançar relevância no mundo (RECUERO, 2009; FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011). E é nesse contexto digital que o *Fogo Cruzado* se insere para reverberar sua vigilância compartilhada.

A produção do aplicativo apresentou ainda publicações analíticas próprias, colocando a notificação em perspectiva com outros números. Por outro lado, os propósitos orientacionais do *Fogo Cruzado* nem sempre corresponderam aos sentidos identificados nos comentários e compartilhamentos das publicações. Como forma de avisar do perigo naquele momento na Maré, vimos que algumas pessoas marcavam outras nas publicações, aspecto que se vincula com os reflexos de orientação da vigilância compartilhada e a necessidade humana primária de sobrevivência. Porém, outras manifestações desviaram das intenções geográficas do laboratório. Uma grande parcela dos comentários se caracterizou por um sentimento de comoção. A violência do próprio Estado, o envolvimento de inocentes e, principalmente, a morte do adolescente a caminho da escola corroboram para a emergência dessas manifestações.

De igual proporção, identificamos comentários que compactuavam com a operação policial, justificavam a morte de inocentes e saudavam o político defensor da ditadura militar, que se tornou presidente do Brasil. Essas nuances escapam ao sistema de relações de orientação, inerentes de processos sociais outros. A própria

presença de um delegado em um programa de televisão, a declarada ameaça de morte e a naturalização do ódio revelam uma macro problemática tipicamente brasileira. Essas impressões de ódio parcialmente perdiam lugar quando as publicações envolviam crianças e a morte do adolescente. As reações se dividiam em criticar a ação policial, culpabilizar dependentes químicos ou mesmo atribuir o problema à “mídia falsa”. Também houve menções a acontecimentos em circulação naquele momento, como as políticas de migração dos Estados Unidos e a separação de crianças de seus pais.

Dessa forma, neste caso específico, identificamos três territorialidades semióticas principais no corpus em análise: (1) orientação, (2) comoção e (3) ódio. A primeira transparece quando usuários marcavam outros nas publicações, como forma de avisar do perigo naquele momento na região. Na ordem das emoções primárias, outra grande parcela dos comentários se caracterizou por um sentimento de comoção pelo acontecimento. Já a territorialidade do ódio evidencia o discurso vigente na atualidade brasileira, com a chancela e a tentativa de construir justificativas para a morte em nome de uma autodenominada moralidade. Esses sentidos se arrefeceram na circulação discursiva quando, no acontecimento em análise, começou a se evidenciar o envolvimento de crianças em um ambiente de perigo. Nesse momento, as conversações assumiram outros rumos e se desdobraram para acionamentos de acontecimentos em curso naquele momento.

Assim, o que se observa nessa primeira incursão é que a guerra entre facções, milícias e polícias seria um inibidor de qualquer espécie de alerta. Porém, um dos efeitos de sentido da web, o anonimato, viabiliza a identificação de territórios em conflito no Complexo do Alemão por meio da vigilância compartilhada do *Fogo Cruzado*, que se articula midiaticamente com diferentes tipos de veículos de imprensa na web. Essa mesma sensação de permissividade do meio digital faz emergir sentidos de hordas virtuais, que buscam destilar o ódio em caracteres. Por fim, destaca-se o papel orientacional executado por este sistema de relações, articulado pelo laboratório de dados *Fogo Cruzado*. Em especial, a noção ampla que esta característica apresenta por se posicionar também como um observatório social, construído em várias interfaces, que georreferencia a violência armada e a coloca em debate com a sociedade. Uma ágora reticular das redes digitais.

6 MODOS DE SEMIOTIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA

Nos movimentos precedentes, mergulhamos na trajetória do *Fogo Cruzado* para compreender suas rotinas de produção e como decorre o vigiar compartilhado do laboratório de dados. Para tanto, nos valem de incursões exploratórias e de relatos da entrevista realizada com Cecília Olliveira. O resultado é traduzido no *Gráfico 5*, que busca representar o modelo comunicacional da plataforma. Também selecionamos um dia específico para acompanhar o percurso acontecimental da violência armada, desde o registro no aplicativo, seus desdobramentos ao longo do dia em uma cobertura intermediária, até o seu desfecho nas redes sociais. Estas várias etapas foram ilustradas no *Gráfico 6*, em uma linha do tempo. Deste modo, complementamos aspectos abordados no primeiro movimento de análise, assim como captamos pistas para os que seguem.

Nas próximas etapas analíticas, vamos interpelar o conjunto de *tweets* coletados, com contribuição do *IBPAD*, para identificar os modos tendenciais de semiotização da violência armada do *Fogo Cruzado*. Trata-se de uma catalogação dos dados obtidos, que visa exprimir a interpretação do pesquisador sobre a produção de sentidos. Logo, a ordem que se identificará no emaranhado de caracteres e imagens não parte de seleções pré-estabelecidas, mas da minha *relação* com o objeto empírico, as inferências do constructo teórico e a busca dialética em emprestar sentido aos dados. Como na lógica relacional dos dispositivos. De um conjunto de episódios singulares, sublinha-se o que há de tendência entre estes elementos para identificação das semioses do objeto empírico. Trata-se da captura do *arranjo* deste sistema de relações, como diria Braga (2017).

No esquema analítico sobre as semioses da violência armada, no *Gráfico 7*, buscamos ilustrar os três eixos semióticos que integram o nosso trabalho a partir daqui. No centro da imagem, uma representação com a interface do território urbano, o mapa do Rio de Janeiro e o logotipo do laboratório apresenta o *Fogo Cruzado* como ponto em comum entre os modos de semiotização da violência armada (a serem trabalhados neste capítulo), os enquadramentos do vigiar compartilhado (no próximo capítulo) e as territorialidade semióticas da vigilância compartilhada (o último movimento de análise). Todas se interrelacionam, formando os modos de ler do nosso objeto de estudo.

Gráfico 7 – Esquema analítico das semioses da violência armada



Fonte: Autoria nossa.

Assim como foi relatado anteriormente, entre os canais de comunicação do objeto empírico optamos pelo *Twitter* como recorte de análise. Embora não seja a rede social do *Fogo Cruzado* com maior número de seguidores⁶⁶, observou-se que quantitativamente era a mais utilizada para divulgação da vigilância compartilhada. Como vimos também, a consolidação enquanto a principal plataforma para narrar a realidade em tempo real (RECUERO, 2009; FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011), com indexação de conteúdo simultânea, justifica esse uso proeminente da iniciativa brasileira, dada a natureza dos acontecimentos e o principal propósito de sua existência: alertar a população sobre os tiroteios no Rio de Janeiro.

⁶⁶ Em dezembro de 2020, contava com 69,9 mil seguidores, frente a 76,5 mil no *Facebook*.

No total, foram coletados 12.688 *tweets* de 2019. As informações foram computadas em uma planilha e organizadas em 13 colunas. As três primeiras se referem à temporalidade da publicação, com o mês, a data e o horário de cada uma. Na sequência, temos uma classificação geral do modo de semiotização, que explicaremos melhor mais para frente. Outra coluna traz o conteúdo textual publicado, com frases, *links* e *hashtags* utilizadas. Na seção seguinte, temos separadamente as *hashtags* vinculadas à publicação. As próximas trazem o nome do usuário, *@fogocruzadoapp*, e o nome atribuído para a conta, *Fogo Cruzado RJ*. Na sequência, temos o *link* original do *tweet*. Outras três colunas contabilizam o número de *likes*, *replies* e *retweets* de cada publicação. A última coluna mostra os códigos dos usuários envolvidos em uma conversação quando a publicação é direcionada para alguém em específico, no formato *reply* do *Twitter*.

Para exemplificar, apresentamos abaixo um exemplo dessa estrutura criada:

Figura 11 – Estrutura da raspagem de dados da conta do *Twitter*

Mês	Data	Horário	Tipo de tweet	Conteúdo do tweet	Hashtags utilizadas	Username	Nome do usuário	Link do tweet	Número de Likes	Número de replies	Número de Retweets	reply_to
ago/19	27/08/2019	07:17:00	Analtico	Região Metropolitana do Rio registrou 4.878 tiroteios nos primeiros 7 meses de 2019. Uma média de 23 tiroteios por dia. As regiões mais afetadas foram a Vila Kennedy, na Zona Oeste; o Complexo do Alemão e a Tijuca, na Zona Norte. https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/08/5675599-regiao-metropolitana-do-rio-teve-23-tiroteios-por-dia-nos-sete-primeiros-meses-do-	#tirosrj #fogocruzadorj	fogocruzadoapp	Fogo Cruzado RJ	https://twitter.com/fogocruzadoapp/status/1166293598415069184	6	0	4	[[{'user_id': '750331456891850752', 'username': 'fogocruzadoapp'}]]

Fonte: Autoria nossa.

No entanto, é preciso destacar que tivemos uma “falha na Matrix” nos meses de outubro e novembro, com respectivamente somente 18 e 17 dias coletados em cada um. Assim, em vez de 365 dias, o *script* do *IBPAD* captou dados de 339 dias. Mesmo com estes dois lapsos, acreditamos que o conteúdo reunido é mais do que suficiente para realização deste trabalho e levantamento de inferências. A

incompletude da coleta pode ser vista como uma metáfora da própria pesquisa. Por mais esforço que seja despendido, jamais chegaríamos a um fim propriamente dito.

Tabela 1 – Panorama geral das publicações por turnos

Turno	Nº de publicações	Percentual
Madrugada (00h – 5h59)	245	1,9%
Manhã (6h – 11h59)	5.354	42,2%
Tarde (12h – 17h59)	2.980	23,5%
Noite (18h – 23h59)	4.109	32,4%
Total	12.688	100%

Fonte: Autoria nossa.

Como indica a *Tabela 1*, no que tange à temporalidade, os dados apontam que 42,2% das publicações ocorreram no período da manhã, entre 6h e 11h59, com um número de 5.354 *tweets*. O volume coincide tanto com o início do turno das equipes do *Fogo Cruzado*, como com a primeira jornada das redações jornalísticas que dão sequência ao trabalho de plantonistas da madrugada. O segundo maior montante, 4.109 publicações, cerca de 32,4% do total, diz respeito ao turno da noite, entre 18h e 23h59, quando encerra o turno das pessoas que cobrem a violência armada no laboratório. Entre 12h e 17h59 foram contabilizados 2.980 *tweets*, aproximadamente 23,5% de todo período. Por fim, entre meia noite e 5h59, somente 245 *tweets* foram identificados, o que representa 1,9% de toda a coleta.

Já sobre os meses das publicações, vale a ressalva da incompletude dos dados coletados. De todo modo, aqueles com maior volume de *tweets* foram maio, com 1.363, fevereiro, com 1.322, e março, com 1.306. Com exceção dos meses com número reduzido de dias coletados, dezembro aparece como o mês com menor número de publicações do *Fogo Cruzado*. Os dias com os três maiores picos de publicação foram 16 de maio (149 *tweets*), 9 de setembro (93 *tweets*) e 7 de abril (69 *tweets*). Mais adiante, esse critério de reincidência será levado em conta para recorte de análise.

Tabela 2 – Quantidade de publicações por mês no *Twitter*

Mês	Nº de publicações
Janeiro	1.181
Fevereiro	1.322
Março	1.306
Abril	1.200
Maio	1.363
Junho	1.261
Julho	1.276
Agosto	1.165
Setembro	987
Outubro	486
Novembro	511
Dezembro	630
Total	12.688

Fonte: Autoria nossa.

Ao todo, foram 118 *hashtags*, utilizadas 11.237 vezes em 5.282 *tweets*, montante que representa 41.6% de todo período. Elas não são utilizadas quando há interação da plataforma com os seguidores. As três mais recorrentes se referem ao tema geral e ao próprio aplicativo. Assim, #fogocruzadorj aparece em 5.008 *tweets*, #tirosrj em 4.662 e #riscodetiros em 403. Em uma observação livre, o que se destaca é uma tendência de uso conjunto destas *hashtags* em acréscimo a uma com nome de um bairro ou de uma localidade que se vincula ao acontecimento. Em ordem decrescente, para ficarmos entre as 10 principais, temos #tijuca (111 vezes), #niterói (79), #madureira (55), #bangu (49), #copacabana (34), #pavuna (28) e #guadalupe (24). Fora este perfil de geolocalização, há ainda aquelas que denotam o tema do *tweet*, como #primeirosemestre (9), #políticos (8), #políticosbaleados (8), #100dias (7) e #vitimas (3).

Na *Tabela 3*, abaixo, apresentamos as 20 principais *hashtags* utilizadas pelo laboratório de dados na cobertura da violência armada no *Twitter*.

Tabela 3 – As 20 principais *hashtags* utilizadas pelo *Fogo Cruzado*

Hashtag	Nº de publicações
#fogocruzadorj	5.008
#tirosrj	4.662
#riscodetiros	403
#tijuca	111
#niterói	79
#madureira	55
#bangu	49
#copacabana	34
#pavuna	28
#guadalupe	24
#manguinhos	20
#realengo	20
#rocinha	20
#pilares	18
#mesquita	17
#acari	14
#botafogo	14
#cordovil	14
#mangueira	14

Fonte: Autoria nossa.

Após este diagnóstico geral sobre os dados obtidos, a partir da organização dos insumos em 13 categorias, separamos o conteúdo (textual, gráfico e imagético) de todos *tweets* para análise e identificação dos principais modos de semiotização presentes nas publicações do *Fogo Cruzado*. O exercício de agrupamento busca reunir as materialidades por semelhança, tanto estética quanto semântica. A partir desse movimento de análise, chegamos a cinco categorias principais, que denotam padrões de *tweets*: (1) Analítico, publicações que buscam trazer análises com base nas últimas notificações de tiroteios; (2) Institucional, mensagens que tratam sobre o *Fogo Cruzado* enquanto instituição; (3) Interação, respostas e questionamentos aos usuários do *Twitter* sobre violência armada; (4) Notificação, que alertam sobre a ocorrência de tiroteios; e (5) Repercussão, que reverberam o que os veículos jornalísticos estão noticiando sobre a temática.

Na sequência, vamos aprofundar cada um destes grupos de semiotização.

6.1 A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A primeira categoria identificada de *tweets* denominamos de *Analítico*. Em linhas gerais, trata-se do momento que o *Fogo Cruzado* busca inserir os acontecimentos de violência armada em perspectiva histórica para melhor compreensão da problemática. A linguagem estatística é frequentemente utilizada. Tendencialmente, as publicações vêm a público após uma marca temporal, a inserção acontecimental em um contexto quantitativo maior ou um registro de acontecimentos envolvendo tiroteios com apelo social.

As publicações também se caracterizam com o uso de gráficos, que repetem ou complementam o conteúdo textual. Comumente, trazem *links* que são direcionados para uma seção no site do *Fogo Cruzado*, com uma análise mais aprofundada sobre o tema. Com frequência é utilizado o recurso de *thread* para dar continuidade ao assunto tratado através de um fio entre as publicações.

Em termos quantitativos, foram 215 *tweets* nesta categoria, número que representa somente 1,69% do montante analisado de 2019. Porém, destaca-se o elevado número de interações dos usuários com esse tipo de mensagem, com média por publicação de 14,3 *retweets*, 26,6 *likes* e 1,32 *replies*. No total, foram 3.078 *retweets*, 6.162 *likes* e 283 *replies*. Com base nestes três critérios das funcionalidades do *Twitter*, proporcionalmente se configura como o terceiro modo de semiotização que mais gerou engajamento dos seguidores do *Fogo Cruzado*.

Para ilustrar a categoria, podemos citar a publicação do dia 10 de abril de 2019 sobre vítimas de bala perdida na região metropolitana do Rio de Janeiro nos primeiros 100 dias do ano, na *Figura 12*. A *hashtag* #100dias no início do texto já evidencia um marco temporal. Na imagem, um pequeno resumo da análise elaborada pelo laboratório de dados. O *layout* segue o padrão *Fogo Cruzado*, com tonalidade laranja, balas cruzando graficamente e linguagem estatística.

Figura 12 – Balanço de tiroteios nos primeiros 100 dias de 2019



Fonte: Fogo Cruzado.

Um *link* leva a uma análise completa no *site*. Em forma de *thread*, a plataforma dá continuidade à análise em um fio, que se destaca logo abaixo do *tweet*. O comparativo segue em um mergulho nos principais bairros com registro de tiros com armas de fogo, com destaque para o Complexo do Alemão. Os critérios da análise são o número de tiroteios, a presença de agentes de segurança, a quantidade de mortos e o número de feridos em cada cidade, bairro ou região.

Figura 13 – Continuidade da análise em um fio no *Twitter*

Fonte: Fogo Cruzado.

No dia 1º de junho de 2019, o laboratório publica uma tabela comparativa com a variação de tiroteios entre os meses de maio e junho nos municípios da região metropolitana. A publicação dá início a uma *thread*, com outros 10 *tweets* analíticos na sequência. Outro exemplo, de 20 de fevereiro do mesmo ano, apresenta um gráfico em uma linguagem visual que foge ao padrão do *Fogo Cruzado*. Trata-se de uma pesquisa do *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, que estuda o medo de bala perdida no Rio de Janeiro. Em outro momento, no dia 19 de setembro, na *Figura 14*, uma publicação contabiliza no ano o número de cachorros até então baleados na região metropolitana do Rio de Janeiro. Estes últimos *tweets* não trazem *links* de publicações externas ou do próprio site do laboratório.

Figura 14 – Número de cachorros baleados no Rio de Janeiro



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Em suma, o modo de semiotização analítico se configura como uma reflexão sobre os números computados sobre a violência armada, tendencialmente com enfoque estatístico. Não se trata efetivamente da abordagem de um acontecimento em si, mas do conjunto relacional de vários acontecimentos e as implicações sociais que eles trazem. A análise sobre os dados exprime o movimento do *Fogo Cruzado* de se posicionar como uma referência sobre a temática, com oferta de um suporte para reflexão com base em informações de uma vigilância compartilhada com uma diversidade de fontes checadas e qualificadas. Em outras palavras, em termos midiáticos trata-se de uma oferta de um ponto de referência sobre a temática (SILVERSTONE, 1999), uma perspectiva analítica para interpretação da violência, um modo de ver o mundo ofertado pela plataforma.

6.2 A VOZ DA INSTITUIÇÃO

Como o próprio nome sugere, a categoria Institucional corresponde a publicações nas quais o *Fogo Cruzado* se apresenta como instituição. Em termos quantitativos, é o menor grupo identificado de *tweets*, com nove unidades, cerca de 0,07% do montante total. Contudo, dentre os modos de semiotização identificados,

configura-se como aquele com maior taxa de engajamento com o público, com média por *tweet* de 120,2 *likes*, 4,9 *replies* e 36,9 *retweets*. Em grande medida, estes valores expressivos se sobressaem pelo baixo número de publicações.

Figura 15 – Dados do *Fogo Cruzado* baseiam lei municipal



Fonte: *Fogo Cruzado*.

O primeiro exemplo que trazemos deste modo de semiotização é o anúncio de uma lei municipal sancionada pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella. A nova legislação garante autonomia aos diretores de escolas em suspender aulas durante tiroteios. O destaque da publicação é que a iniciativa foi baseada em dados da plataforma. Em outras palavras, situa institucionalmente o trabalho do *Fogo Cruzado* como aporte para criação de políticas públicas para enfrentar a violência.

Outro tipo de situação que denota o caráter institucional nas mensagens do *Fogo Cruzado* é quando divulga ações em parceria com entidades e instituições, como a divulgada no dia 15 de janeiro de 2019 com o *Instituto de Segurança Pública*, no lançamento do *Relatório de Atividades de 2018*, com destaque para a temática da violência armada.

Figura 16 – Anúncio de novo canal de alertas sobre tiroteios



Fonte: *Fogo Cruzado*.

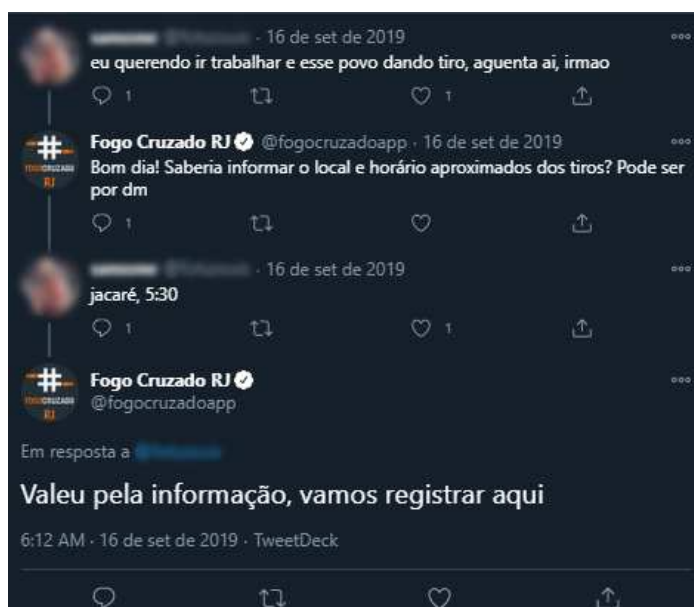
Há ainda publicações que destacam novas iniciativas do laboratório de dados, como o lançamento de um canal no *Telegram* para recebimento de alertas de tiroteios. A mensagem aborda o próprio *Fogo Cruzado* na terceira pessoa do singular, com claro posicionamento institucional. No enunciado do *tweet*, é sublinhado ainda o caráter anônimo de receber essas informações. Novamente, a privacidade é apresentada como um valor importante perante a um tema sensível como a violência armada, sobretudo em uma cidade sitiada por facções e milícias.

6.3 A VIGILÂNCIA CONVOCADA

Convocar o vigiar sobre a violência armada. Esse é o principal intuito identificado deste modo de semiotização, denominado de *Interação*, que corresponde a mais da metade dos *tweets* coletados. Assim, configura-se quantitativamente como a postura enunciativa predominante do laboratório de dados no *Twitter*. No total, foram 6.998 publicações, que representam 55,2% de toda coleta de 2019. Como o próprio nome sugere, tratam-se de mensagens diretas enviadas a usuários, no formato de *reply*. O critério de envio é ter relatado a presença de

tiroteios na rede social, com a utilização de palavras rastreáveis pelos campos de busca. Já o recorte geográfico se dá pelo filtro de geolocalização de cada perfil, presente no *Twitter* se o usuário assim optar.

Figura 17 – Tiroteio interrompe caminho ao trabalho de pessoa



Fonte: *Fogo Cruzado*

Esse modo de semiotização exprime a prospecção do *Fogo Cruzado*. Trata-se do momento em que os radares digitais da violência armada fluminense da plataforma instigam e monitoram as malhas das redes sociais com o objetivo de registrar acontecimentos nos territórios urbanos. A grande maioria das mensagens segue um padrão, com início com uma saudação de acordo com o turno, a solicitação do local e horário aproximados do acontecimento e a sugestão para enviar os dados por *DM* (*Direct Messages*, campo de mensagens privadas da rede social) para preservar o anonimato do informante. Não identificamos a utilização de *hashtags* nesta categoria, o que indica que a funcionalidade somente é acionada em casos de análises, comunicados institucionais e notificações de tiroteios, facilitando a melhor indexação e busca por informações por parte da população.

Figura 18 – Relato de sono interrompido por tiros



Fonte: *Fogo Cruzado*

Com base nessa padronização, na quantidade de mensagens enviadas diariamente e no relato do uso de *scripts* pela equipe do laboratório de dados, presume-se que grande parte dessa categoria se enquadra em procedimentos automatizados. O fator humano entraria após a resposta do usuário, como no exemplo das *Figuras 14* e *15*, nos bairros Jacaré e Acari, na Zona Norte. Outros indicativos são a variedade de respostas geradas após o retorno da pessoa que presenciou a troca de tiros, não seguindo um padrão claro, mas sempre com localidade e horário como informações principais buscadas, seguidas de um agradecimento pela colaboração e, eventualmente, uma saudação de despedida.

No seguinte trecho da entrevista, Cecília Olliveira explica como funciona esse monitoramento:

“[...] a gente também tem uma série de filtros que a gente desenvolveu para as redes sociais que permite que a gente saiba quem está falando, de onde está falando, com que frequência está falando, e relatando informações sobre tiros, tiroteios, tudo relativo a isso.” (C. O.)

Figura 19 – *Fogo Cruzado* busca informações a partir de relatos no *Twitter*



Fonte: *Fogo Cruzado*

Os *replies* indicam ter como acionadores palavras como “bala”, “tiros”, “tiroteio”, “pipoco” e outras expressões que denotem a presença de violência armada. No relato acima, pessoa comenta que foi acordada às 6h10 por conta da troca de tiros em São Gonçalo, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Assim como no exemplo da *Figura 18*, ambas pessoas foram tiradas do sono, momento de descanso físico e mental de todos, por conta da violência armada ao redor. Nesses casos, a rede social *Twitter* funciona como um vetor público para expor a consternação com o ocorrido com seguidores, já que não existem vias institucionais que possam resolver este tipo de problema. O que resta para estas pessoas é se proteger, aguardar que a troca de fogo cesse e alertar aos próximos sobre a situação.

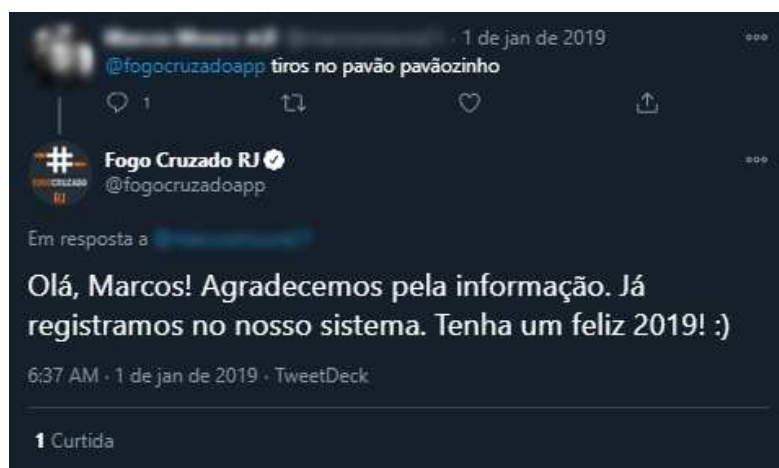
Figura 20 – Alerta de tiroteio em resposta a outro



Fonte: *Fogo Cruzado*

Uma parcela dos *tweets* do modo de semiotização *Interação* são respostas a *replies* ou mensagens diretas públicas que compartilham com o *Fogo Cruzado* dados sobre acontecimentos envolvendo tiros. No exemplo acima, o laboratório de dados notifica tiroteios na região alta do Vidigal, na Zona Norte do Rio de Janeiro. No comentário, uma pessoa alerta sobre tiros em outra localidade, no Morro dos Macacos, bairro na Zona Sul da cidade. A conversa que se segue busca esclarecer também o horário do ocorrido, para facilitar a checagem da informação, com agradecimento pela atitude como desfecho. Já na *Figura 21*, a pessoa criou um *tweet* marcando o laboratório de dados sobre o acontecimento presenciado, na comunidade do Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, Zona Sul. Como era o primeiro dia do ano, foi acrescida de um “feliz 2019” e um sorriso em caracteres.

Figura 21 – Alerta compartilhado por usuário com *Fogo Cruzado*



Fonte: *Fogo Cruzado*.

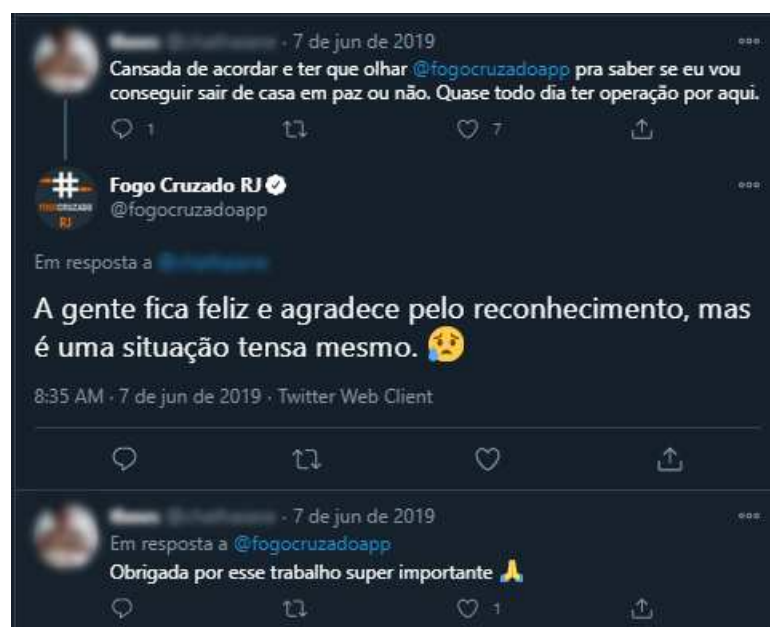
Outra tendência nesta categoria é a chancela ou mesmo complementaridade da informação notificada por parte dos seguidores. Por vezes, os comentários são acrescidos de imagens e vídeos do acontecimento relatado. Na *Figura 22*, o *Fogo Cruzado* notifica tiroteio em regiões na Mangueira, na Zona Central do Rio de Janeiro. Em um comentário, uma moradora confirma o ocorrido, provavelmente por estar próxima fisicamente do perigo. Em resposta, a plataforma relata acompanhar o desdobramento dos tiroteios, com recomendação na sequência para que a pessoa se proteja. Há ainda relatos de agradecimento pelo trabalho, evidenciando os impactos da violência armada no cotidiano fluminense e a força orientacional produzida pelo vigiar compartilhado do *Fogo Cruzado*, como na *Figura 23*.

Figura 22 – Moradora cancela informação divulgada pelo *Fogo Cruzado*



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Figura 23 – Papel orientacional do *Fogo Cruzado* é destacado



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Por fim, uma marca da cultura digital é a descontração, especialmente no Brasil. Mesmo trabalhando com uma temática delicada, identificamos no modo de semiotização *Interação* momentos em que o *Fogo Cruzado* se permite jogar com

elementos inerentes daquele espaço, com as lógicas do *sistema de relações Twitter*, como a utilização de memes em *GIFs*⁶⁷ animados com personalidades da cultura popular. Nas *Figuras 21* e *22*, a plataforma utiliza de animações para agradecer informações compartilhadas. Na primeira, uma cena da série de comédia *The Office*, da NBC dos Estados Unidos, com um *air high five* (cumprimento à distância) entre dois personagens. Na segunda, o ator inglês Idris Elba aparece com o polegar para cima e uma piscada com o olho direito.

Figura 24 – Interações revelam marcas da cultura digital



Fonte: *Fogo Cruzado*.

⁶⁷ Do inglês *Graphics Interchange Format* (formato para intercâmbio de gráficos, em tradução livre). Formato de imagem digital que permite animações compactas.

Figura 25 – GIFs animados são utilizados em troca de mensagens



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Nem sempre as intenções do *Fogo Cruzado* são correspondidas. Por vezes, os usuários não respondem às solicitações do laboratório de dados - ao menos publicamente. Em outros casos, as respostas da população são atravessadas, desconversadas, em tom jocoso. Novamente, o recurso mais utilizado pelo *Fogo Cruzado* nesses casos são os GIFs animados, sobretudo com memes da cultura popular, movimento que acaba amenizando a situação. Na *Figura 26*, o laboratório de dados aborda um usuário que relata no *Twitter* a presença de tiroteios. Como resposta ao questionamento de mais informações sobre o acontecimento, a pessoa lança o bordão “pergunta lá no posto Ipiranga”, da campanha publicitária dos *Postos Ipiranga*, lançada em 2011, que se tornou fenômeno popular no Brasil. O *reply* da equipe foi justamente com uma animação da propaganda com o personagem Cebolinha, da Turma da Mônica.

Figura 26 – Memes são alguns dos recursos utilizados nas interações



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Nesse mesmo estilo de interação, em outro exemplo, o *Fogo Cruzado* inicialmente tenta prospectar mais informações sobre um tiroteio relatado por uma pessoa, durante o período da manhã. Como resposta, ela relata a sonolência por conta do horário e, como consequência, não saber mais informações. Novamente, a interação do laboratório se utiliza de *GIFs* da cultura popular para responder. Com uma animação do gato Tom com dificuldade para se manter acordado, do desenho animado Tom e Jerry, a equipe responde compreender a situação da moradora, seguido de um *emoji*⁶⁸ dando risada.

⁶⁸ Ideogramas e imagens utilizadas em mensagens eletrônicas.

Figura 27 – O recurso ameniza a abordagem de uma temática delicada



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Em resumo, o modo de anúncio *Interação* se caracteriza prioritariamente pela convocação da população a participar da vigilância compartilhada sobre a violência armada fluminense. Em termos quantitativos, trata-se da postura enunciativa predominante do *Fogo Cruzado*, com mais da metade dos *tweets* coletados. A padronização das mensagens da plataforma de dados e as palavras presentes nas publicações dos usuários somam-se aos relatos da entrevista e indicam ser a principal categoria com automatização de parte dos procedimentos comunicacionais de prospecção de informação.

Em todas as tentativas do *Fogo Cruzado* em convocar a vigilância, destaca-se também a possibilidade sublinhada pela plataforma de preservar o anonimato do informante dos tiroteios via mensagem privada. Em um número menor, as interações também se caracterizam pela chancela ou complementaridade das notificações, assim como um campo de acréscimo de novos acontecimentos similares em curso. Por fim, há uma espécie de quebra de expectativa da semiotização quando o

laboratório de dados desloca-se da figura de uma bússola informacional da violência armada para aderir aos modos de comunicação característicos em redes sociais, sobretudo no Brasil, com utilização de memes e elementos da cultura popular para amenizar o diálogo com a população.

O acionamento deliberado da vigilância pelo *Fogo Cruzado* é o reconhecimento da capacidade dos saberes deslegitimados (FOUCAULT, 1999) pelas mídias, por organizações, pela ordem estatal como aptos desta atividade observacional (FLICHY, 2016). É o rompimento da lógica dos regimes de verdade com a reinserção do povo em um vigiar coletivo, compartilhado, que de fato já existe, porém não tem a devida chancela das macroestruturas. Na simbiose homem-máquina, se o revólver é a extensão da violência, o laboratório de dados assim se coloca em relação à vigilância dos perigos, em um “processo formador das estruturas sociais” (RECUERO, 2009, p. 81), ou seja, que impacta além do virtual.

A categoria revela ainda a busca por uma solução colaborativa ao provocar a vigilância dos sujeitos, inserido no que Santaella (2013) chama de cultura participativa. Essa prospecção constrói uma cartografia em tempo real da violência armada em territórios urbanos no Rio de Janeiro para servir de referência para locomoção da população fluminense, assim como um ponto de referência para reflexão sobre a temática. Por outro lado, a ideia de compartilhar informações sobre tiroteios nem sempre se configurou consensualmente nos dados obtidos. Como vimos, os retornos também foram difusos, distintos das intenções do *Fogo Cruzado*.

Observa-se ainda a instituição de uma cultura de um *vigie você mesmo*, em um regime escópico (BRUNO, 2013) atravessado por circuitos de segurança e controle, visibilidade midiática e busca por eficiência nas redes digitais. Essas ordenações do ver e do ser visto dinamizam os modos de subjetivação contemporâneos, com o meio digital como um espaço de chancelamento de acontecimentos públicos (HENN, 2015). Especificamente, o *Fogo Cruzado* provoca um vigiar que não é o vigiar estatal, centralizado nas lógicas das instituições de segurança, mas relativamente descentralizado, disperso, que convoca os sujeitos em um vigiar pelo panóptico generalizado viabilizado nas redes digitais.

6.4 O ALERTA DE TIROTEIOS

Assim como o modo de semiotização precedente, o que denominamos de *Notificação* tem como materialidades referentes os acontecimentos em curso

naquele tempo-espaço no Rio de Janeiro. Dito de outra maneira, tendencialmente a equipe prospecta informações ou notifica eventos de violência armada em horários próximos. A instantaneidade é uma espécie de horizonte inalcançável para o qual a vigilância compartilhada do *Fogo Cruzado* se caminha em direção.

Os *tweets* que se caracterizaram como alertas de tiroteios correspondem a 29,72% da coleta total, com 3.772 exemplares. As mensagens seguem uma padronização, com enunciados construídos com o acontecimento, a localidade e o horário aproximado. Tendencialmente, são acrescidos das *hashtags* #fogocruzadorj, #tirosrj e #riscodetiros. Em alguns casos, apresentam outras com geolocalização referida, como por exemplo #tijuca, #niterói e #madureira. Essas lógicas facilitam a leitura e a busca posterior dos usuários.

O procedimento de publicação é efetuado após o registro no banco de dados e a notificação no *app* do *Fogo Cruzado* aos usuários cadastrados e próximos do acontecimento alertado. Como vimos no *Gráfico 5*, no modelo comunicacional do laboratório de dados, trata-se do momento em que o acontecimento perpassa a inerência do binômio território-rede, imbricando o fenômeno presencial às malhas digitais e disparando a circulação de sentidos entre a população.

Dada a natureza dos acontecimentos, de confronto entre facções, milícias e agentes de segurança pública, a tendência majoritária é de continuidade no tempo. Logo, os fenômenos que são acionados pela vigilância compartilhada do sistema de relações do *Fogo Cruzado* costumam se referir à violência armada que relativamente perdura territorialmente. Para além da mera notificação aos usuários, a plataforma se utiliza da funcionalidade de *thread* no *Twitter* para acompanhar os desdobramentos no espaço-tempo do caos gerado pela violência.

Na *Figura 28*, o primeiro enunciado relata a continuidade de tiroteios no Complexo da Penha, na Zona Norte. Nos *tweets* seguintes, crescem os alertas do acontecimento em seu curso, com adendo de um vídeo do confronto, com fonte do jornal comunitário *Voz das Comunidades*.

Figura 28 – Acontecimentos são acompanhados no curso do tempo



Fonte: *Fogo Cruzado*.

A mesma funcionalidade da rede social é utilizada para referir às consequências dos confrontos notificados. Na *Figura 29*, a plataforma registra tiroteios pela manhã de domingo de 2 junho de 2019, em Copacabana, na Zona Sul da cidade. Mais tarde, com uma publicação da rádio *Band News Fm*, sucursal do Rio de Janeiro, traz a notícia de que aquele acontecimento alertado precedentemente resultou em um criminoso ferido.

Figura 29 – Cobertura midiática valida notificações de tiros



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Nesta categoria, há uma parcela de publicações que se enquadra como *retweets* de alertas de perfis institucionais no *Twitter*. Entre elas, foram identificadas seis principais origens de notificações: das polícias do Rio de Janeiro, de empresas de energia elétrica, de escolas de ensino fundamental e médio, de departamentos de trânsito, de empresas de transporte público e do *Centro de Operações Rio*⁶⁹.

Os enunciados seguem o mesmo padrão de construção, com acontecimento, geolocalização e horário aproximado. Em vez de somente acionar a funcionalidade de *retweet* da própria rede social, o *Fogo Cruzado* opta por publicar uma captura em imagem do *tweet* da conta institucional referida, com a descrição nos moldes de suas publicações, com acréscimo de *hashtags*. Na *Figura 30*, um exemplo com alerta de operação policial da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Em outras situações, como na *Figura 31*, a utilização de captura em imagem de alertas de contas institucionais serve para validar, ratificar e complementar as notificações já efetuadas pelo *Fogo Cruzado*. Com a função de fio do *Twitter*, o laboratório acaba construindo um microterritorialidade informacional no meio digital sobre as especificidades daquele acontecimento armado, configurando-se como uma rica fonte consultiva para jornalistas, pesquisadores e, principalmente, a população do Rio de Janeiro. Pela ótica do dispositivo, eis uma das principais

⁶⁹ Considerado como um quartel-general da Prefeitura Municipal, trata-se de uma instalação pública que reúne cerca de 30 órgãos públicos para combater riscos de grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro. Site: <http://cor.rio/>

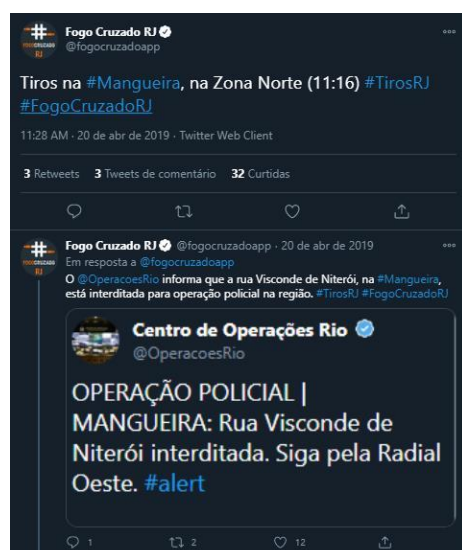
urgências supridas pelo arranjo estabelecido pelo sistema de relações desde o fluxo que se inicia com o disparo de uma arma de fogo até o alerta nas redes digitais.

Figura 30 – Publicação divulga alerta de operação policial



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Figura 31 – *Thread* como recurso de complementaridade dos alertas



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Em linhas gerais, o modo de semiotização da violência armada *Notificação* trabalha com a essência inerente do aplicativo do *Fogo Cruzado*, que é notificar em tempo real os tiroteios no Rio de Janeiro. O apelido recebido nos primórdios da plataforma, “*Waze do pipoco*”⁷⁰, denota justamente essa necessidade orientacional para a qual os dados de tiros buscam atender. Nesse contexto, a instantaneidade se apresenta como um valor importante nessa categoria, tendo em vista que a efetividade da comunicação pode, em última instância, evitar a perda de vidas.

A riqueza do trabalho do laboratório de dados se evidencia também em detalhes de utilização do *Twitter*, que facilitam o acompanhamento do acontecimento em seu curso, com relatos e fontes institucionais que cancelam os eventos e ofertam efeitos de sentidos de veracidade aos fatos. Nessa construção da narrativa da violência armada, por olhares múltiplos, o *Fogo Cruzado* constrói o que podemos chamar de microterritorialidades informacionais, com dados que alimentam a necessidade por informação qualificada para orientação geográfica da população.

Portanto, este alerta do *Fogo Cruzado* seria um segundo disparo na ordem acontecimental em rede. Se, nos territórios urbanos, as relações *humanos + armas de fogo* são a responsável pelo disparar de semioses sobre o perigo iminente, o alerta gerado pelo laboratório de dados através de seus canais se configura enquanto uma força propulsora da semiose no âmbito território-rede e uma agente desencadeadora da produção de interpretantes (HENN, 2013), o que reforça a leitura do fenômeno a partir de sua ordem hermenêutica (QUÉRÉ, 2005). Assim, essas mídias de caráter locativo (LE MOS, 2010) operam como facilitadoras da circulação nos espaços urbanos, com objetivo de mitigar o encontro com o perigo, papel exercido pela força disciplinar na sociedade (FOUCAULT, 1999).

6.5 A REPERCUSSÃO MIDIÁTICA

O último modo de semiotização analisado denominamos de *Repercussão*. Grosso modo, tratam-se de publicações que reverberam o que veículos jornalísticos e canais independentes estão abordando sobre a violência armada. Nesta categoria, foram reunidos 1.694 *tweets*, que representam 13,5% do montante total. Fora as publicações institucionais, se configura como o grupo com maior número de *replies* por parte dos usuários do *Twitter*, com uma média de 1,39 comentário por

⁷⁰ Apelido comentado em entrevista com Cecília Oliveira. *Waze* é um aplicativo *mobile*, baseado em navegação por GPS, que oferece rotas, informações de tráfego e notificações de usuários. Na região sudeste do Brasil, “pipoco” é uma gíria que significa bala de arma de fogo.

publicação. Nos demais critérios da rede social, ficou com a terceira posição em engajamento, com cerca de 29,6 *likes* e 9,5 *retweets* por *tweet*.

Como vimos anteriormente, o *Fogo Cruzado* serve de fonte de informação primária para a imprensa. Se pensarmos o jornalismo historicamente, os acontecimentos sempre foram enquadrados em narrativas com base na interpretação das fontes. Logo, não há jornalismo sem fonte. Até mesmo as *fake news* se valem delas (falsas, evidentemente) para construção de suas mentiras. Portanto, são essenciais para a construção noticiosa e, geralmente, responsáveis por grande parte do conteúdo interpretativo.

Por uma série de limitações, vícios e incapacidades, a atividade jornalística reiteradamente depende do que Nilson Lage (2000) chama de fontes oficiais. Em linhas gerais, elas pertencem a instituições relacionadas ao Estado ou organizações, tidas como confiáveis por deterem a narrativa oficial sobre a realidade. Com o *Fogo Cruzado*, observa-se um movimento de valorização de uma fonte independente, condição de organizações não governamentais, muitas vezes substituindo a histórica subordinação do jornalismo aos comunicados governamentais.

Como já mostramos, do começo até novembro de 2020 foram identificadas 1.131 matérias na imprensa brasileira sobre o Rio de Janeiro com dados do *Fogo Cruzado*, com acréscimo de 143 publicadas internacionalmente. No Brasil, foram 322 veículos de comunicação, entre canais de televisão, emissoras de rádio, sites jornalísticos, jornais, revistas, portais e blogs. Fora do país, 106 veículos de imprensa e organizações se utilizaram do laboratório de dados como fonte primária de informação. A *Figura 7*, no capítulo anterior, ilustra em uma nuvem de palavras todas as mídias com matérias catalogadas pelo laboratório.

A relação midiática com o *Fogo Cruzado* possui duas vias. Assim como a imprensa se vale do banco de dados para produzir conteúdos jornalísticos sobre a violência armada, o laboratório capta o que está sendo repercutido nas mídias comerciais e independentes presentes no meio digital e acopla estas narrativas ao monitoramento de tiroteios. O movimento é similar ao observado na categoria anterior, com alertas seguidos de informações de contas institucionais que validam, ratificam ou complementam as mensagens iniciais.

Figura 32 – Notícia do portal G1 oferta detalhes à notificação inicial



Fonte: *Fogo Cruzado*.

De igual forma, a funcionalidade de *thread* também é aplicada no modo de semiotização *Repercussão*. Este formato constrói um percurso acontecimental com diversas fontes midiáticas, movimento que constitui microterritorialidades informacionais. Essa liberdade em referenciar distintos veículos de comunicação e enriquecer a própria cobertura, com atribuição de fontes e *links* diretos para matérias, se mostra ainda um diferencial perante as tradicionais editorias de polícia, reféns de suas próprias estruturas e impedidas de referir à concorrência por conta da lógica de competição predominante no campo jornalístico, salvo exceções de cooperação⁷¹.

Nas *Figuras 29 e 30*, conteúdos jornalísticos atualizam notificações realizadas pelo *Fogo Cruzado*. No primeiro caso, a matéria do *G1* traz detalhes do local no momento do tiroteio. Já no segundo temos um vídeo do *O Dia* que mostra um helicóptero da Polícia Civil durante operação.

⁷¹ O exemplo mais recente é a criação do consórcio de veículos de imprensa para registrar números fidedignos da pandemia de Covid-19 no Brasil, após a inércia criminosa e a incapacidade de gestão de crise do governo federal de Jair Bolsonaro.

Figura 33 – Vídeo de helicóptero da Polícia Civil sintetiza terror vivido



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Esta relação intermediária é um dos alicerces da operacionalidade do *Fogo Cruzado*. No seguinte trecho da entrevista para esta pesquisa, Cecilia Olliveira destrincha quais são as principais fontes de informação do laboratório e a importância da cobertura da imprensa nesse vigiar compartilhado:

“Nós usamos três fontes. Os usuários, os informes da polícia e a imprensa. Então a gente usa muito a imprensa no sentido de... às vezes a gente recebe algumas notificações, por exemplo, dizendo que houve um tiro e depois você acha uma notícia na imprensa que aquele tiro terminou com uma vítima. Então a gente volta no sistema, atualiza a informação e troca a fonte para imprensa, inclusive. A gente fica sempre de olho... Isso é interessante para saber o quanto é possível cobrir, o quanto disso sai na mídia ou não. Então a gente consegue mensurar isso.” (C. O.)

Por último, este modo de semiotização é o momento na cobertura do *Fogo Cruzado* em que a violência armada fluminense ganha rosto. É o espaço em que o laboratório se permite mencionar os nomes das vítimas de confrontos e balas

perdidas, de narrar brevemente com auxílio intermediário as histórias dessas vidas perdidas, de escancarar o impacto da realidade fluminense – mimetizada por todo o Brasil nas últimas décadas paulatinamente por milícias, facções e polícias corruptas. Problemática ainda que tem como cerne uma política de combate às drogas importada no último século dos Estados Unidos, ineficaz para atenuar seus efeitos.

Com vídeos e fotografias disponibilizadas nas próprias matérias jornalísticas, ou obtidas por outros meios e publicadas organicamente no *Twitter*, os alertas do vigiar compartilhado da plataforma ganham a potência imagética que somente os números e os caracteres seriam incapazes de transmitir. No capítulo seguinte, fizemos uma análise das materialidades imagéticas presentes nesta categoria de repercussão midiática e em outras abordadas.

Dessa forma, em formatos midiáticos convergentes (JENKINS, 2009), o *Fogo Cruzado* reúne com este vigiar sobre a cobertura da imprensa acerca da violência armada uma diversidade de literacidades (LIVINSTONE, 2011), de veículos comunitários aos grandes conglomerados de comunicação. Esse mosaico intermediário exprime as ordenações do ver e ser visto que atravessam as lógicas produtivas do jornalismo fluminense. Além disso, destacam aspectos da noção de vigilância distribuída, que reúne um vigiar atento para as questões de segurança com nuances de visibilidade midiática, sobretudo a necessidade contemporânea de assistir ao que acontece (BRUNO, 2013).

7 ENQUADRAMENTOS DO VIGIAR COMPARTILHADO

Para compreender os sentidos que emanam e circulam em torno do *Fogo Cruzado*, é necessário investir um esforço analítico para mapear os enquadramentos de imagens e vídeos presentes nos modos de semiotização identificados. Para tanto, foram selecionados aleatoriamente, sem um critério pré-definido⁷², 275 *tweets* de todo o ano de 2019. Todos os meses foram contemplados nessa amostra. Neste recorte, 86 publicações não utilizaram gráficos, fotografias ou gravações audiovisuais, nos restando 189 materiais para serem analisados.

A postura metodológica segue a lógica da semiótica processual adotada nesta pesquisa, com agrupamento de conjuntos sógnicos para desenredar os enquadramentos dos acontecimentos, os padrões adotados para cada circunstância e os efeitos de sentidos suscitados pelas imagens. Assim, chegamos a seis categorias de análise, conforme a temática, o formato da imagem e o padrão de enquadramento imagético. Uma síntese da proposta foi elaborada no seguinte quadro:

Quadro 1 – Enquadramentos imagéticos da vigilância compartilhada

Enquadramento	Descrição
Vítimas da violência armada	Imagens de pessoas que perderam a vida por conta da violência armada do Rio de Janeiro.
Rastros dos acontecimentos	Imagens de vestígios da violência armada em territórios urbanos.
Triunfo policial	Imagens produzidas pelos órgãos de segurança com objetos capturados após incursões armadas em territórios dominados por criminosos.
Registros midiáticos	Imagens da cobertura midiática sobre a violência armada repercutidas pelo laboratório de dados.
Crianças em perigo	Imagens de crianças em situação de perigo, em meio a conflitos armados no Rio de Janeiro.
Flagrante acontecimental	Imagens dos acontecimentos em curso, geralmente registradas pela própria população.

Fonte: Autoria nossa.

⁷² Com base nos dados computados em 2019, fomos selecionando *links* de publicações aleatoriamente até compor uma amostragem suficiente para elaborar inferências. Em linhas gerais, elaboramos categorias de uma série aberta para criação de um modelo de compreensão (ALSINA, 2007) dos enquadramentos do vigiar compartilhado.

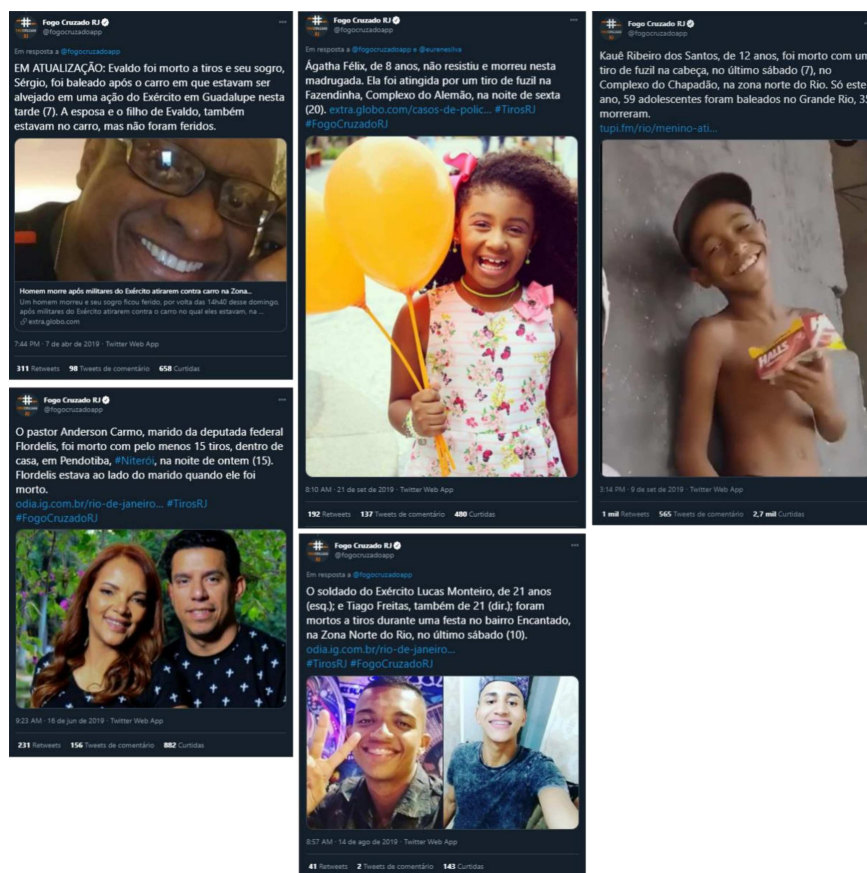
7.1 VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA ARMADA

Como o próprio título sugere, esse conjunto reúne imagens de vítimas ceifadas pela violência armada. Navegar entre essas imagens significa mergulhar nas capilaridades dos embates pelo poder territorial no Rio de Janeiro. A rigor, são meras fotografias, mas que acionam problemáticas amplas. Como vimos na *Tríade contextual* da tese, há uma relação umbilical entre os problemas raciais no Brasil, enquanto o último país a abolir a escravidão nas Américas, e a temática em questão. Conforme o IPEA (2019), do número total de vítimas de homicídios no país, 75,5% foram indivíduos negros. E esses dados são representados nossa amostra coletada.

Portanto, os números do *Fogo Cruzado* têm cor. Predominantemente, se localizam em regiões historicamente estigmatizadas, de classes econômicas inferiores e, por vezes, de estilos de vida marginalizados. É o resultado de um país que não pagou a sua dívida da escravidão, que compreendeu tardiamente a necessidade de planejamento urbano, que expulsou moradores de cortiços para as áreas periféricas do Rio de Janeiro, que quis ter a sua Paris com a política antidrogas de Washington.

Assim, extrair os possíveis sentidos dos enquadramentos do vigiar compartilhado é, em última instância, analisar os efeitos do poder (FOUCAULT, 1999) deste amálgama histórico – das verdades construídas, da narrativa intermediática sobre a violência armada, das razões ideológicas imbricadas nas redes, da morte de determinada parcela da população como um “mal necessário”.

Figura 34 – Signos de felicidade em fotos de vítimas da violência armada



Fonte: *Fogo Cruzado*.

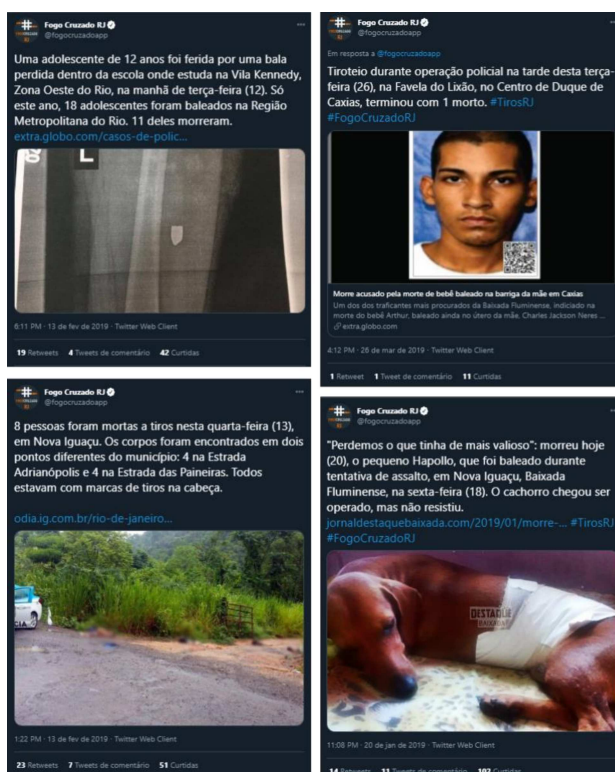
A estética das vítimas no *Fogo Cruzado* apresenta majoritariamente pessoas sorrindo. Elas trazem signos de felicidade de quem já não está mais neste plano. Em linhas gerais, são fotos pessoais, provavelmente disponibilizadas por familiares ou presentes em redes sociais, captadas por veículos jornalísticos ou pelo próprio laboratório de dados. No caso de matérias de outros meios de comunicação, são carregadas junto ao *link*, com a manchete da matéria e um trecho do *lead*. É o caso de Evaldo, assassinado pelo Exército a caminho de um chá de bebê. O enquadramento é fechado, em formato *close*. Ele posa ao lado de uma pessoa. A mesma vibração também é observada na fotografia de Ágatha. Com um vestido florido e um top na cabeça, a menina abre um grande sorriso, que revela a segunda dentição no auge dos seus 8 anos. Nas mãos, ostenta dois belos balões da cor amarela. A imagem mostra a infância interrompida por balas perdidas.

Essa alegria também é vista no menino Kauê, sem camisa, ostentando uma caixa de balas *Halls*. Mesmo em uma foto em baixa resolução, é possível sentir a felicidade do adolescente com a situação. Esse sentimento se esvai ao constatar

que essa vida foi terminada com um tiro de fuzil em sua cabeça. O sorriso também é a marca do pastor Anderson, ao lado da esposa Flordelis. Ambos vestem camisetas do mesmo tecido, com várias cruzeiras estampadas, o que indica a opção religiosa de ambos. Ao fundo, uma vegetação com flores constrói uma imagem de um casal feliz, próspero, o que distingue do horror envolvido em sua execução e, mais ainda, com o provável envolvimento de sua família.

Essa mesma alegria pode ser vista em duas selfies, de Lucas e Tiago. Dois jovens ceifados a tiros durante uma festa, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Em comum, ambos apresentam aparelhos ortodônticos, o que indica a juventude dos rapazes, na casa dos 20 anos. O colorido ao fundo e a camiseta *tie dye* contrastam com a tristeza inerente do acontecimento. Em contrapartida, abordagem distinta se observa na construção imagética de um acusado pela morte de um bebê, baleado na barriga da mãe. Na *Figura 35*, a foto que carrega pela notícia é similar às fotografias de ficha criminal. No enunciado, em nenhum momento é citado o nome do rapaz, morto em operação policial no Centro de Duque de Caxias.

Figura 35 – Mosaico de imagens de vítimas da violência armada



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Ainda sobre a *Figura 35*, observam-se outros três enquadramentos presentes nesta categoria. Um deles é uma imagem de um exame de raio-x, que atesta a

presença de uma bala no corpo de uma adolescente de 12 anos. Na seguinte, temos corpos estirados em um chão, em uma localidade próxima a um matagal. As vítimas foram encobertas com uma edição. A fotografia compõe a matéria do jornal *O Dia*. Já em uma notícia do jornal *Destaque Baixada*, temos a foto de um cachorro enfaixado, após uma cirurgia para extração de balas. O "pequeno Hapollo", como sublinha o enunciado, não resistiu ao procedimento e faleceu.

Portanto, temos um conjunto de fotos particulares, em estilo *selfie* ou em contexto familiar. A grande maioria são fotos sorrindo, em momentos de alegria, como a fotografia de um jovem sorridente com uniforme de futsal e uma medalha no peito. Também são fotos de jovens se divertindo, como a de um jovem com coque samurai, portando um copo com canudo em uma das mãos e uma pochete atravessada no torso. A mão direita faz sinal de "arminha" em direção ao céu. Além disso, as pessoas estão bem arrumadas, cada qual com seu estilo. A título de exemplo, um adolescente com expressão séria ao lado de uma moto vermelha, com sinal de positivo em uma das mãos, relógio no pulso e corrente com crucifixo no pescoço. Possivelmente ostentando os seus bens, como forma de socialização.

7.2 RASTROS DOS ACONTECIMENTOS

Nesta categoria, reunimos imagens que registram os vestígios da violência armada. Grosso modo, são rastros deixados nos territórios urbanos que sugerem que houve confronto armado. Assim, de maneira indicial, os enquadramentos privilegiam marcas dos acontecimentos, como nas investigações da literatura policial de Sherlock Holmes. Com estes signos, o intuito dos autores é viabilizar a reconstrução de cenários por meio da observação de fragmentos. Portanto, um modo de pensar baseado em indícios (GINZBURG, 1989).

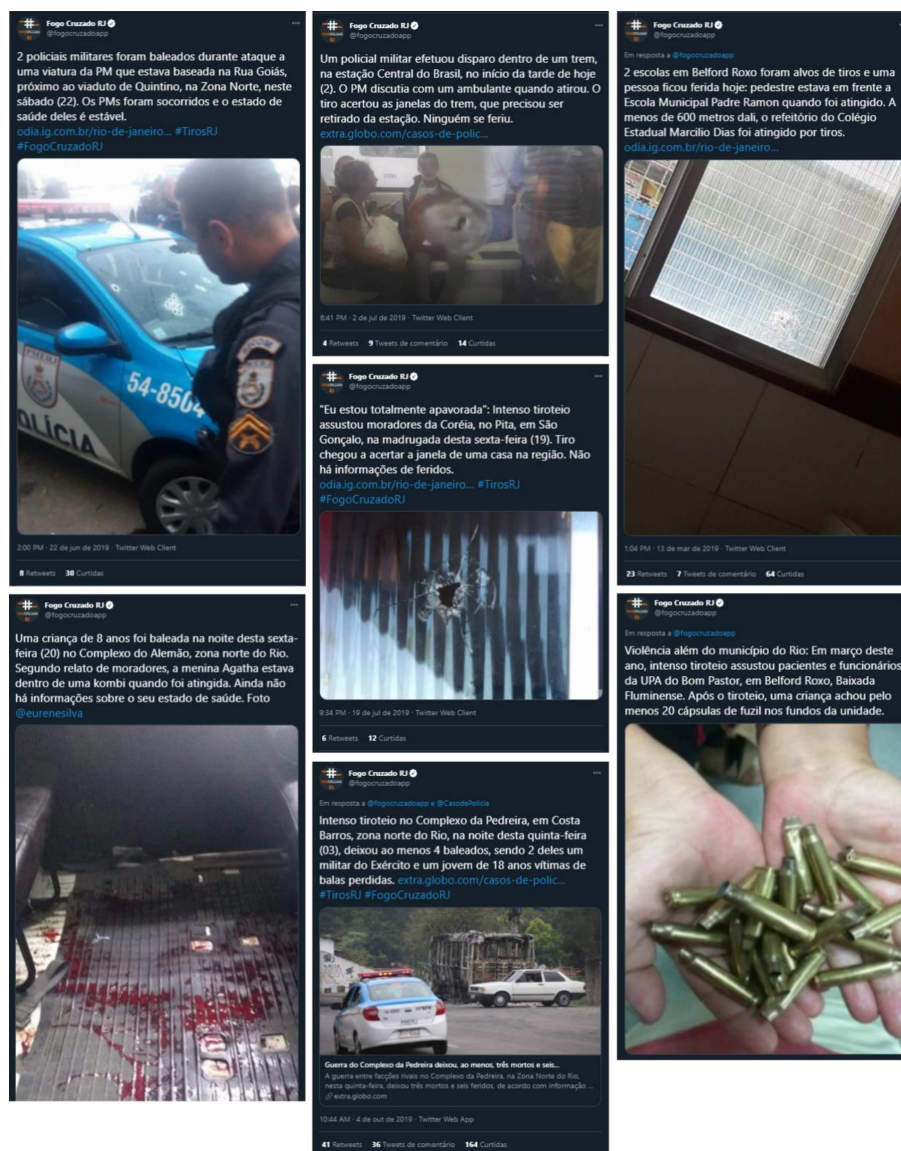
Na *Figura 36*, reunimos esta estética indicial. Em uma fotografia, um policial observa marcas deixadas por tiros em uma viatura. Na ocasião, dois colegas de serviço haviam sido baleados na Zona Norte do Rio de Janeiro. Outras imagens registram buracos em janelas de vidro gerados pelas balas. Em uma delas, o acontecimento foi registrado em uma estação férrea. A foto enquadra passageiros ao fundo, em um trem atingido.

Na mesma lógica indicial, há fotografias que focam em vestígios de sangue deixados pela violência armada, como uma que mostra o piso da Kombi onde estava a menina Ágatha. Já outra imagem enquadra duas mãos cheias de projéteis

recolhidos de fuzil. O enunciado aborda tiroteio no entorno de uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento), em Belford Roxo. Por fim, uma fotografia com enquadramento jornalístico coloca em primeiro plano uma viatura da polícia e, ao fundo, uma carcaça de um ônibus queimado.

Entre toda a amostra, sublinha-se a proeminência de imagens de smartphones. Isso foi possível ser identificado em parte pelo enquadramento, com tendência de uso na vertical, mas também pela qualidade das imagens, algumas em baixa resolução. Essa constatação reflete diretamente no aumento de uso na população brasileira de celulares, identificado na Pesquisa Brasileira de Mídia (2016), assim como em outras pesquisas de tendências, como FGVcia (2020) e Pew Research Center (2018). Logo, majoritariamente há uma estética do amador no registro fotográfico dos rastros dos acontecimentos, o que exprime as apropriações dos sujeitos com as mídias analisadas (MARTÍN-BARBERO, 2004, 2015).

Figura 33 – Mosaico de estética dos rastros dos acontecimentos



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Outros exemplos desta categoria são fotografias que mostram locais atacados, como bancos assaltados, assim como lixos espalhados pelo chão, indicando que ali tenha ocorrido algum confronto. Nesses enquadramentos, há uma parcela de narrativa da presença (RECUERO, 2012) por parte de quem registra, de mostrar aos outros o inusitado capturado por seus aparelhos e, com isso, participar dos regimes de visibilidade social (MATEUS, 2014). É o que Bruno (2013) chama de estética do flagrante – materialidades fotográficas ou audiovisuais que são apresentadas como provas irrefutáveis do real. Em um país com a cultura midiática acostuada com programas policiais de televisão, se configura como uma lógica popularizada no imaginário coletivo.

7.3 TRIUNFO POLICIAL

Armamentos apreendidos. Porções de drogas ilícitas. Uma bandeira do grupo responsável pela apreensão. Em linhas gerais, esse é o padrão de enquadramento da estética do triunfo policial, com fotografias que mostram o resultado das incursões em territórios urbanos, após o confronto com facções ou milícias. Assim como nos exemplos anteriores, a tendência é a utilização de celulares para os registros, provavelmente realizados pelos próprios policiais. Em termos fotográficos, se constituem enquanto amadores neste contexto.

Na nossa amostragem, as fotografias foram carregadas a partir de matérias jornalísticas de outros veículos, o que levanta a hipótese de fazerem parte de narrativas enviadas pela própria assessoria de imprensa dos órgãos de segurança. Dessa forma, há um esforço estatal com estes registros de tanto dar um respaldo do trabalho para a sociedade, com os materiais capturados posicionados como troféus ou símbolos de uma caça urbana, mas também de estabelecer uma mediação na interpretação acontecimental, privilegiando o olhar policial perante o acontecimento.

Figura 34 – Fotografias mostram armas apreendidas pela polícia



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Enquanto entidade “representante da lei e da ordem”, herdeira do poder soberano (FOUCAULT, 1999) impregnado na ordem jurídico-discursiva, a polícia serve de instrumento para execução da repressão demandada. Contemporaneamente, permanece fundamental na ordem da segurança como órgão responsável pela boa circulação entre os territórios. Com essa dependência na

urbanização das cidades, como vimos, decorre a partir do século XIX o que Foucault (2013, p. 223) chama de “concubinagem” entre a polícia e a delinquência – uma interdependência entre as partes, que perdura no caso do Rio de Janeiro.

Isso gera um ciclo vicioso. De um lado, o crime, aperfeiçoado nos últimos anos com facções e milícias; de outro, os instrumentos de segurança do Estado, presos na expectativa de que vão extinguir a violência em sua gestão de risco em nome da lei. Como resultado, temos as vítimas dos confrontos registradas pelo *Fogo Cruzado*, alguns presos em um sistema prisional que não educa ou reinsere os presos na sociedade e uma fotografia de objetos apreendidos como símbolo de uma espécie de dever cumprido.

7.4 REGISTROS MIDIÁTICOS

Um dos alicerces da operacionalidade do *Fogo Cruzado* é a relação intermediária estabelecida. Como vimos, tanto a imprensa se vale do banco de dados para produção de conteúdo sobre tiroteios, como o próprio laboratório capta o que está em voga nas mídias para notificar e acoplar as narrativas ao monitoramento da violência armada. As imagens integram esse último padrão, com capturas de manchetes de jornais, *tweets* de órgãos de segurança, publicações em destaque em periódicos e até mensagens publicadas nas redes sociais de vítimas de bala perdida antes de sua morte. Essa variedade sublinha a própria convergência midiática (JENKINS, 2009), com vários formatos compondo esta estética.

No período da manhã, caso algum jornal tenha repercutido em sua capa alguma notícia sobre violência armada, o *Fogo Cruzado* apresenta a edição em um *tweet*. O mesmo ocorre para notícias, presentes nas versões digitais dos veículos do Rio de Janeiro. Na amostra selecionada, encontramos publicações dos jornais *Extra*, *Meia Hora*, *O Dia* e *O São Gonçalo*. Há ainda *prints* de *tweets* de instituições de referência, como da conta no *Twitter* da Polícia Militar do Rio de Janeiro, do Centro de Operações Rio, da companhia operadora de transporte ferroviário SuperVia e de escolas com os arredores com presença de tiroteios. Por fim, uma parcela dos registros imagéticos de cunho midiático são vídeos com trechos de programas jornalísticos televisivos, como a matéria do *Fantástico*, da *TV Globo*, sobre o fuzilamento de civil por parte do Exército.

Figura 35 – Mosaico de imagens da repercussão midiática

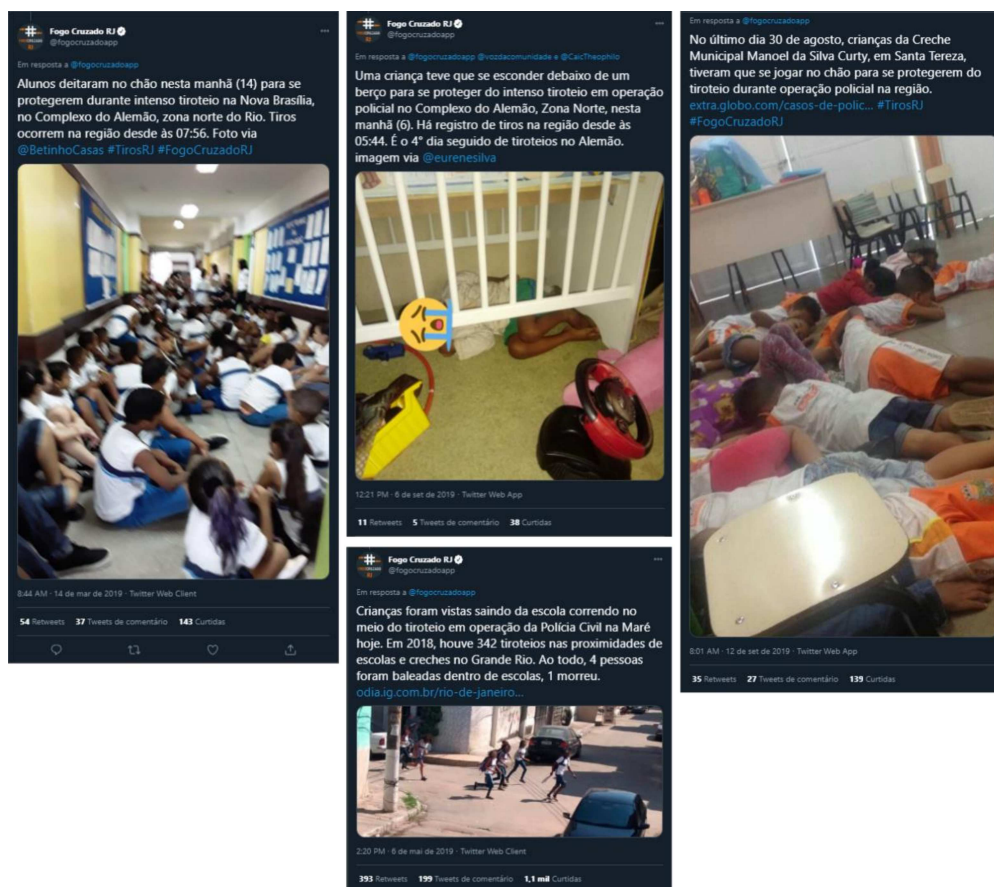


Fonte: Fogo Cruzado.

7.5 CRIANÇAS EM PERIGO

Crianças em escolas. Crianças na rua. Crianças correndo para se proteger dos tiroteios. Crianças sentadas ou deitadas no chão para se proteger das balas perdidas. Essas diferentes situações constituem a estética da infância em perigo nas narrativas visuais da violência armada. Assim como visto na categoria de vítimas, novamente os inocentes representados são predominantemente negros, de periferia, com um fardo histórico de preconceito e estigmatização. Mais uma vez, compõem o grupo preferido da narrativa econômica da morte, compreendida como um mal necessário para que se continue com a atual política de enfrentamento ao crime.

Figura 36 – Mosaico de imagens de crianças em situações de perigo



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Predominantemente são imagens de celulares, possivelmente de pais ou professores, com fotografias tiradas na vertical. Nenhuma mostra os rostos das crianças. Quando enquadrados, são encobertos com edição e até *emojis*. Essa estética do amador exprime ainda o rompimento acidental das fronteiras estabelecidas pela dicotomia público e privado (CARLÓN, 2015; FLICHY, 2016). Embora o confronto armado se situe nas imediações da escola, no território urbano, a maior parte das imagens são originadas nos ambientes reclusos de casas e escolas, o que evidencia a imbricação das territorialidades da violência.

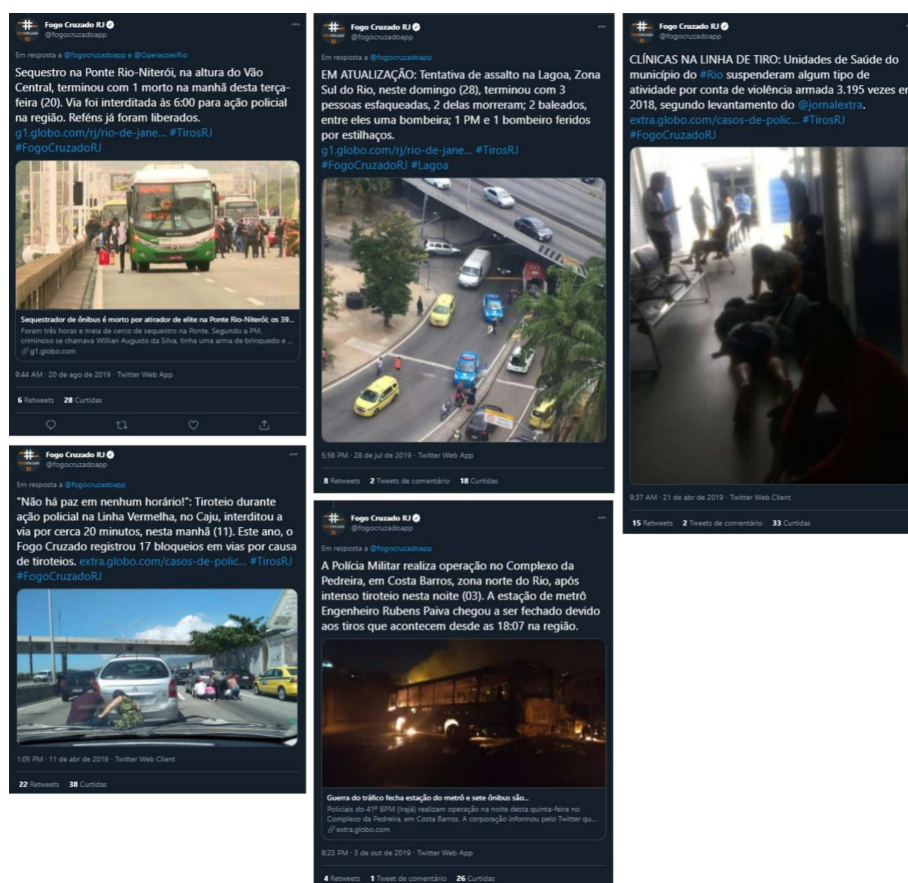
7.6 FLAGRANTE ACONTECIMENTAL

No personagem dos quadrinhos, o super-herói Homem-Aranha intercala a vida entre salvar a cidade do crime e ser o fotógrafo de um jornal local, conhecido por registrar em primeira mão os acontecimentos que estampam o periódico - afinal, até momentos antes da fotografia era ele quem estava solucionando o problema.

Nesta categoria de imagens, fora os aspectos heroicos do exemplo da ficção, temos fotografias e vídeos dos acontecimentos em seu curso, com as pessoas *in loco* nas cenas. Estes são os vigias da violência armada fluminense.

Como já mencionado, esta categoria é o que Bruno (2013, p. 111) resume em estética do flagrante. Nas suas palavras, são fotografias ou vídeos “de flagrantes criminais, sexuais, jornalísticos e seu uso como prova irrefutável do “real” foram amplamente aplicados tanto nos processos policiais e judiciais quanto na imprensa, na literatura e no cinema documental e ficcional”. No atual contexto de mídias locativas (LEMONS, 2010), com os processos midiáticos convidados a circular em nos territórios urbanos através de aparatos móveis, a vigilância espraia-se pela cidade, com possibilidade de compartilhamento em tempo real pelas redes digitais.

Figura 37 – Mosaico de fotografias *in loco* da violência armada

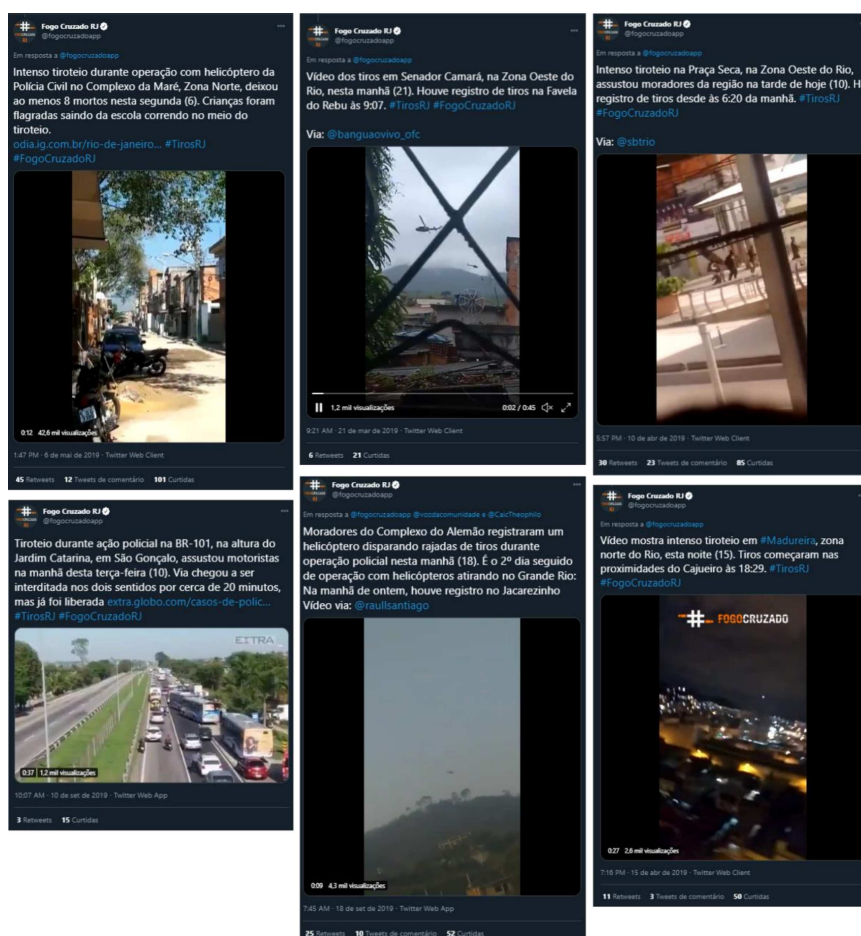


Fonte: *Fogo Cruzado*.

Na metáfora do panóptico, Foucault (2011) afirma que a torre induz ao detento o estado consciente e permanente de visibilidade. Na vigilância compartilhada, todos são potenciais vigias de todos por razões e recompensas

diversas: orientar as pessoas sobre a violência armada, ganhar *likes* nas redes sociais ou pelo prazer de registrar um acontecimento inusitado. Por outro lado, este panoptismo generalizado do vigiar compartilhado talvez não oferte os mesmos efeitos de repressão e adestramento como na ideia original. Ou seja, em determinadas circunstâncias, é provável que seja muito mais uma necessidade de uma sociedade que quer ser vista (LYON, 2010) pela perspectiva comunicacional.

Figura 38 – Mosaico de registros em vídeo dos tiroteios



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Esta categoria é composta ainda por vídeos gravados a partir de janelas, locais elevados ou outros contextos urbanos dos tiros sendo trocados. Novamente, estética do amador se faz presente, com predomínio de imagens na vertical, filmadas através de celulares. Esse vigiar compartilhado engendra sentidos sobre o momento, os territórios em conflito e as pessoas ali envolvidas. Em muitos casos, somente por meio dos sons é possível compreender o propósito das gravações. Em um *tweet*, um vídeo grava uma rua vazia. Um gato destemido circula na cena. Se não fossem os barulhos dos tiros, a peça não teria um propósito claro.

Em outro vídeo, da janela de um prédio, um morador grava militares do Exército disparando vários tiros contra um carro. O *tweet* mostra o momento em que Evaldo foi assassinado por soldados. Na mesma lógica, outras gravações captam o horizonte a partir de lugares altos. A maior parte não mostra nada além do que casas, edifícios e morros. Aparentemente, nada se move – a não ser as balas que cruzam o céu, não registradas nas imagens pela incapacidade técnica dos aparelhos celulares. Assim, o signo que dispara a semiose na captação sobre a violência é o sonoro. Por outro lado, outras gravações mostram imagens claras dos acontecimentos, com sobrevoos rasantes de helicópteros da polícia atirando nas comunidades, pessoas correndo para se proteger dos disparos e até criminosos encapuzados circulando com arma em punho em plena avenida.

8 CARTOGRAFIA DOS SENTIDOS

Nessa etapa, analisaremos os sentidos que emergem das reações da população aos modos de semiotização do *Fogo Cruzado*. Nosso intuito é identificar territorialidades semióticas engendradas pela vigilância compartilhada, com vias de constituir uma cartografia dos sentidos encontrados⁷³. Novamente, vale enfatizar o olhar interpretativo do pesquisador em relação aos dados, fatos, números e caracteres – não enquanto o reconhecimento de uma postura tendenciosa, “ideológica” como diria o senso comum, mas sim reconhecer-se nesta posição dialética entre a angulação pretendida, as minhas limitações interpretativas e as afetações que o objeto proporciona.

De toda coleta de 2019, 12.688 *tweets*, 2.981 deles obtiveram *replies* - comentários de usuários do *Twitter* sobre os temas alertados pelo laboratório. O número de publicações representa 23,5% do total. Com 5.184 respostas ao todo, a plataforma recebeu em média um *reply* a cada 2,4 alertas. Entre a amostra 2.981 publicações com comentários, somente 101 tiveram mais de cinco *replies*. Tendo em vista que o maior número de comentários aumenta a probabilidade de emergir percepções distintas sobre a realidade, optamos como recorte analítico nos ater aos 30 *tweets* com mais conversas, debates e confrontos entre os usuários.

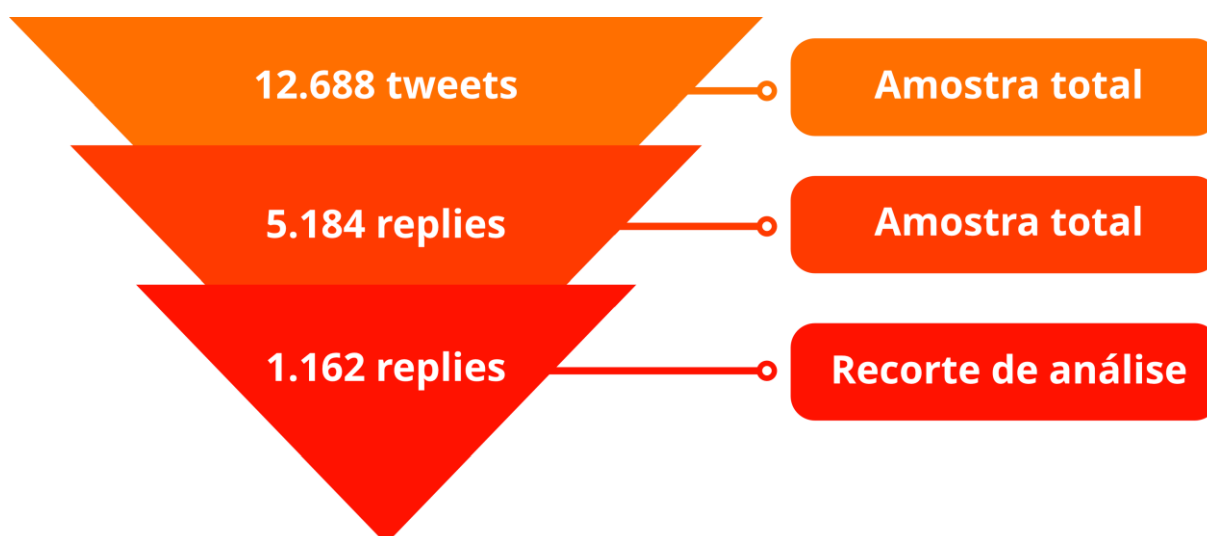
Essa amostragem contempla 1.080 comentários, que correspondem a 20,8%. Portanto, contemplamos um quinto dos *replies* de 2019. Neste recorte, encontramos 27 *tweets* do modo de semiotização *Repercussão*. Os demais são das categorias *Institucional*, com dois exemplares, e *Analítico*, com uma unidade. Todos os meses foram representados, com setembro e abril figurando como os mais proeminentes, respectivamente, com nove e seis publicações. Para cada publicação, a média nesta amostragem é de 36 *replies*. Dois *tweets* apresentaram mais de 100 comentários, enquanto três ficaram na casa de um dígito.

Nenhuma unidade da amostra figura entre *Interação* e *Notificação*. A primeira categoria obteve no máximo 3 *replies* em seus *tweets*, geralmente publicados pelo mesmo usuário acionado em resposta à prospecção do *Fogo Cruzado*. Já no segundo modo de semiotização, 15 *tweets* tiveram entre 5 e 7 comentários. Por um fator de representatividade, sendo o alerta de tiroteios um dos principais objetivos do

⁷³ Como pontuamos no capítulo metodológico, tomamos a noção de constelação de Walter Benjamin (2007) para elaboração das cartografias de sentido. Não se trata, portanto, de uma cartografia das controversas, da teoria ator-rede.

laboratório de dados, optamos por acrescentar esse conjunto de publicações ao escopo de análise das territorialidades semióticas. Portanto, no total, serão 82 comentários, que somados aos anteriores chegam a 1.162 *replies* (22,4% do total).

Gráfico 8 – Funil do corpus de análise das territorialidades semióticas



Fonte: Autoria nossa.

8.1 PERFIS DOS ACONTECIMENTOS

Antes da análise dos comentários propriamente ditos, precisamos dar um passo atrás para compreender os perfis dos acontecimentos que mobilizaram a construção de sentidos dos usuários. Nessa linha, os modos de semiotização já indicam as respectivas temporalidades referidas. No primeiro recorte da amostra, com 1.080 *replies* em 30 *tweets*, o *Fogo Cruzado* se volta para o passado recente nas três categorias, com análise da violência armada pela ótica estatística de um conjunto de eventos, a disponibilidade institucional de novas ferramentas e, principalmente, a repercussão de acontecimentos com narrativas intermediárias.

Na segunda amostragem acrescentada, com 82 *replies* de 15 *tweets* do modo de semiotização de alertas de tiroteios, o tempo acontecimental do narrar do *Fogo Cruzado* é o presente. Evidentemente, o acontecimento em si já se situa no passado desde os milissegundos que a bala sai do cano da arma. Assim, o disparo só é disparo pelo reconhecimento de um outro, o sujeito afetado por este signo, que irá acionar a semiose, gerando outros signos. Com esta interpretação nos referimos às narrativas comunicacionais do momento, do instantâneo, do “aqui e agora”.

Acontecimentos que, em curso naqueles territórios notificados nas redes digitais, podem ainda acarretar consequências para as pessoas que estão no seu entorno.

8.1.1 Narrar o presente: o perigo iminente

Notificar o perigo iminente. No capítulo *Orientação em meio ao fogo cruzado*, mostramos no *Gráfico 5* o modelo comunicacional de notificação de tiroteios no *Fogo Cruzado*. Fora do meio digital, nos meandros da cidade, temos a percepção da violência armada por parte da população. Nesse instante, o acontecimento se situa na ordem física dos territórios urbanos do Rio de Janeiro. Para os sujeitos afetados, a intensidade das ondas sonoras dos tiros oferta indícios da proximidade do risco. Seja por instinto ou por razões culturais, a tendência nesse momento é procurar se proteger.

Para humanos, esta capacidade orientacional não é uma inerência biológica, mas predominantemente uma atividade semiótica de produção de sentidos sobre o mundo⁷⁴. Em várias espécies, a orientação se configura como um “código” inerente dentro de si, em uma metáfora computacional. A título de exemplo, a migração entre continentes dos animais é viabilizada através de uma intrínseca capacidade observacional do movimento dos astros – de focas a escaravelhos⁷⁵.

A aptidão humana de realizar uma leitura semiótica tempo-espacial para garantir a vida se constituiu por meio de práticas inferenciais coletivas, em episódios de socialização, com ensinamentos repassados ao longo dos séculos. Em linhas gerais, tanto para garantir a caça ou para se proteger de inimigos, eram demandados exercícios de reflexão, movimentos de antecipação e articulações minimamente estratégicas. Assim, sobreviver, no amplo sentido da palavra, se torna a urgência primária de um sistema de relações de orientação geográfica – tanto no caráter protetivo, dos perigos, quanto na busca coletiva para garantir insumos.

De volta ao percurso acontecimental do *Fogo Cruzado*, temos após a semiose do perigo ser disparada a figura do agente notificador, afetado de alguma maneira por ela – direta ou indiretamente. Com o anonimato requerido, por se tratar de um tema sensível, essa função pode ser exercida por uma variedade de atores: a

⁷⁴ O que não significa que assumimos uma postura de negação dos efeitos da evolução, com a adoção de uma leitura ingênua exclusivamente construtivista.

⁷⁵ MCMILLAN, Fiona. De focas a escaravelhos, esses animais se orientam pelas estrelas. National Geographic. 12 nov 2019, Editorial Brasil. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/animais/2019/11/de-focas-escaravelhos-esses-animais-se-orientam-pelas-estrelas>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

própria população no território em confronto, usuários das redes sociais, veículos de comunicação ou órgãos públicos de segurança. Aqui o acontecimento passa a transitar da ambiência física para as redes, em um fluxo território → rede.

A equipe do laboratório inicia a checagem da informação. Após a validação, o tiroteio é registrado no banco de dados e o aplicativo para celular notifica a todos usuários sobre aquela região. Os alertas também são replicados nas redes sociais do *Fogo Cruzado*, principalmente no *Twitter*, caso aqui analisado. O acontecimento passa assim a ficar marcado com lógicas das redes, transmutando-se em um território-rede enquanto um ciberacontecimento, que neste caso exprime a relação entre o urbano e o virtual, a cidade e o digital, o vigiar e o compartilhar. Em um percurso midiático, a instantaneidade é o horizonte que se caminha em direção.

Neste recorte de análise, todos *tweets* se caracterizam como alertas de tiroteios. Com este modo de semiotização temos enunciados padronizados, com o acontecimento, a localidade e o horário aproximado. Todos são acrescidos das *hashtags* #fogocruzadorj e #tirosrj. Essa objetividade do alerta se vincula com a necessidade da assertividade dos comunicados. Não há tempo para reflexão.

A maior parte dos acontecimentos selecionados se referem a operações policiais, momentos nos quais os órgãos de segurança do Rio de Janeiro promovem incursões em territórios urbanos comandados por facções ou milícias. Como observação da análise, todos os *tweets* que envolvem explicitamente a polícia ofertam desdobramentos com a funcionalidade de *thread* do *Twitter*, com utilização de fotos e vídeos. A grande parte são respostas do próprio *Fogo Cruzado* com matérias de veículos de imprensa, o que levanta a hipótese de serem narrativas construídas a partir de comunicados das assessorias de imprensa do Estado, já que em outros tipos de confrontos não há reverberação midiática dos acontecimentos – ao menos aquela monitorada pelo laboratório de dados.

8.1.2 Repercutir o passado: a reflexão intermediária

O segundo conjunto de acontecimentos analisados se localizam em 30 *tweets*, com olhar predominante para o passado. Aqui o foco do *Fogo Cruzado* é ofertar análises da violência armada, tratar sobre assuntos institucionais do monitoramento dos tiroteios e repercutir acerca dos acontecimentos por meio de narrativas intermediárias. Em suma, três modos de semioses principais se sobressaíram neste recorte: Analítico, Institucional e Repercussão.

Na categoria Institucional, foram dois *tweets* captados na amostragem. De um modo geral, ambos possuem certa atemporalidade nos seus acontecimentos relatados. O primeiro aborda um novo canal oferecido pelo *Fogo Cruzado* no aplicativo de troca de mensagens *Telegram*, já analisado anteriormente. Já a segunda publicação apresenta uma divulgação do serviço de *API* do laboratório, disponível livremente para consulta, com permissão para criação de aplicações com base nos dados sobre tiroteios computados. "Informação ao alcance de todos" é a frase destacada no início do enunciado.

O único *tweet* analítico situa um acontecimento de larga repercussão naquele momento em perspectiva histórica. Em setembro de 2019, Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, foi vitimada quando voltava para casa com sua mãe, no Complexo do Alemão, na Zona Norte. Ela estava em uma Kombi, quando foi baleada pelas costas. Na publicação do *Fogo Cruzado*, são apresentadas as datas, as idades e as localidades de todas as 16 crianças baleadas até então no ano. Nos comentários, o laboratório publica duas reportagens do *Jornal Nacional* sobre o ocorrido.

Já o modo de semiotização *Repercussão* é predominante neste recorte. Como vimos, tanto a imprensa se vale do banco de dados para produção noticiosa, quanto o *Fogo Cruzado* registra o que é repercutido midiaticamente no monitoramento de tiroteios. Essa relação bidirecional cria uma espécie de validação e complementaridade em torno dos alertas da vigilância compartilhada. Nesse grupo, o acontecimento se situa no passado, refletido pelo campo jornalístico no contexto do laboratório em sua diversidade de fontes e formatos.

Entre todos os acontecimentos com maior número de *replies*, a maioria se refere a crianças vítimas da violência armada. O acontecimento tiroteio em torno de escolas foi o mais proeminente, com cinco *tweets* no recorte. Já o acontecimento da morte de Ágatha aparece em três publicações nesta categoria. As demais relatam crianças que perderam a vida por conta de balas perdidas, entre elas um bebê de 1 mês. Em uma temática próxima, temos dois relatos que envolvem mães com seus filhos. Um conta a história de uma mulher grávida, atingida por três tiros. Um deles acertou a cabeça do bebê. Outra de uma jovem com o filho, atingidos por tiros durante uma operação policial. Ela não sobreviveu.

Outros cinco *tweets* se referem a tiroteios. Um repercute uma matéria do jornal *Extra*, que relata que uma operação policial para acabar com uma festa resultou em quatro moradores feridos na Vila Cruzeiro. Por sua vez, dois *tweets*

trazem acontecimentos envolvendo a morte de adolescentes⁷⁶. Um deles de 12 anos, morto com um tiro de fuzil na cabeça. Em uma resposta a um alerta, a plataforma repercute uma matéria do *G1* sobre intenso tiroteio, no Centro do Rio, que culminou em 13 mortos. Em outro, manchete do jornal *Extra* sublinha "Guerra do Complexo da Pedreira", com quatro pessoas baleadas, entre elas duas vítimas de balas perdidas. Horas antes, uma outra publicação repercutia um vídeo gravado à noite da troca de tiros por um morador. Por fim, o mesmo estilo de filmagem, só que de dia, mostra intensa movimentação em uma praça, com homens correndo com armas em punho. O enunciado alerta para tiros na Praça Seca, na Zona Oeste.

Relativamente próximo a esses perfis, temos o registro da morte de uma pessoa com deficiência mental, conhecida como Bunitinho. A publicação informa que era um fenômeno na internet, com 400 mil seguidores no *Instagram*. Ele foi morto a tiros durante operação do Bope no Morro do Dendê. Outras 3 pessoas também morreram. Assim como a morte da pessoa com deficiência, os demais acontecimentos carregam marcas de singularidades entre si. O primeiro aborda a história de um cachorro, que foi vítima de bala perdida. A publicação relata que o animal chegou a ser operado, mas não resistiu. A foto mostra o canino enfaixado, após o procedimento cirúrgico para extração do projétil. Já outro acontecimento relata a história de um homem baleado ao voltar do trabalho, na Zona Norte da cidade. Ele carregava um pacote de fraldas para o seu filho e um copo de café.

Nessa linha, temos o assassinato pelo Exército do músico Evaldo Santos, que estava em um carro com o sogro, a mulher e o filho em Guadalupe, Zona Norte do Rio de Janeiro. Eles seguiam para um chá de bebê. No mesmo acontecimento, Luciano Macedo, catador de lixo, tentou socorrer a família e acabou executado pelos militares. Em abril de 2020, a *Agência Pública*⁷⁷ revelou com documentos e depoimentos oficiais obtidos que os responsáveis pelo fuzilamento estavam engajados Operação Muquiço, que ocorreu entre fevereiro e junho de 2019. Sem decreto de Garantia da Lei e da Ordem, não havia autorização legal para eles agirem em prol da segurança pública. O último ocorreu em 2018, assinado pelo então presidente Michel Temer, no contexto da intervenção federal no estado.

⁷⁶ Conforme a Lei nº 8.069 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 1990).

⁷⁷ VIANA, Natalia. Exclusivo: A desastrosa Operação do Exército que levou à morte de Evaldo Rosa. Agência Pública, São Paulo, 29 abril 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/04/exclusivo-a-desastrosa-operacao-do-exercito-que-levou-a-morte-de-evaldo-rosa/>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

Por fim, um *tweet* aborda a execução do pastor Anderson Carmo, morto com mais de 30 tiros dentro de casa, ao lado da esposa, a deputada federal Flordelis dos Santos de Souza. Posteriormente, o Ministério Público acusou a parlamentar e cinco filhos de envolvimento com a morte. O delegado responsável chegou a acusar a família de “organização criminosa”. O julgamento está previsto para o final de 2021. O último acontecimento a ser mencionado é um acidente entre dois policiais militares. O fuzil de um deles disparou, atingindo uma viatura. Os estilhaços feriram o rosto do outro agente, na Zona Norte da cidade. Ele foi socorrido e liberado.

8.2 SENTIDOS SOBRE A VIOLÊNCIA ARMADA

Nesta incursão pelas interações do público do *Fogo Cruzado* no *Twitter*, vamos elaborar uma cartografia de sentidos, acepção que se aproxima da acepção de constelação de Benjamin (2007), de onde extrairemos inferências da relação entre componentes ou dos efeitos que o todo suscita⁷⁸. Desse modo, nos valem das reincidências presentes nos comentários para capturar os modos tendenciais de semioses sobre a violência armada. É o que denominamos de territorialidades semióticas, em linha com a noção de sistema de relações e a visada geográfica, a partir da dimensão de uma práxis coletiva estabelecida no ciberespaço, em arranjos, embates e disputas de sentidos sobre a realidade social.

Para tanto, foram analisados individualmente 1.162 comentários. Como vimos, quantitativamente os *tweets* da categoria *Repercussão* foram os que mais obtiveram respostas. Posteriormente, amostras de *Notificação* foram acrescidas por uma questão de representatividade na análise. Dessa forma, em cada unidade extraímos o assunto, o tema ou a personalidade a que se referia o texto dos usuários, assim como os sentidos, os propósitos e os discursos por trás daqueles caracteres. Evidentemente, trata-se de uma abordagem de viés interpretativo, que exprime uma relação dialética do pesquisador com seu objeto. No entanto, vale destacar que não houve um critério estabelecido a priori para este movimento analítico.

Um primeiro aspecto a ser reportado é que não há diferença considerável no perfil dos comentários do *Fogo Cruzado* em relação aos modos de semiotização, os

⁷⁸ Como abordado no capítulo *Das semioses às territorialidades semióticas*, a nossa proposta metodológica se conecta com os trabalhos realizados pelo *Laboratório de Investigação do Ciberacontecimento - LIC*, grupo de pesquisa que pertence, do PPGCOM da Unisinos, que se baseia nos apontamentos da cartografia subjetiva de Suely Rolnik (2006), na noção de constelações de Walter Benjamin (2007) e em técnicas de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2016) para elaboração de mapeamentos de territorialidades no plano dos sentidos.

enquadramentos do vigiar compartilhado e os acontecimentos referidos. Em linhas gerais, os comportamentos dos usuários se repetem ao longo de toda a amostragem, com raras exceções. Em partes, isso se explica pela natureza acontecimental que vimos anteriormente, com um predomínio para narrativas do presente, com publicações sobre o perigo iminente em determinados territórios, e repercussões do passado, em uma reflexão intermediática.

Por outro lado, temos também a imposição do *Twitter*, que direciona a manifestação do público em um espaço digital restrito, com regras, lógicas e limitações próprias. Em outras palavras, o jogo a ser jogado pela recepção de sentidos se delimita a determinadas fronteiras estabelecidas pela plataforma. Contudo, enquanto uma rede social com fins lucrativos, a intenção primária desta estrutura tecnológica é que os usuários ali permaneçam, despendam tempo e interajam o máximo possível. Assim, os limites mencionados são tendencialmente fluídos, porosos e permeáveis. Justamente dada essa característica que vão emergir embates de sentidos sobre a violência armada do Rio de Janeiro.

Estas semioses foram preliminarmente identificadas nas primeiras incursões metodológicas, quando abordamos o caso Maré, no capítulo *Orientação em meio ao fogo cruzado*. Na oportunidade, em uma análise de um único episódio, identificamos três territorialidades semióticas principais, que intitulamos provisoriamente de orientação, comoção e ódio. A primeira diz respeito à ação de um usuário marcar outro nas publicações do *Fogo Cruzado* com objetivo de alertar sobre o perigo. Já comoção reúne manifestações de emoções primárias, em especial o pesar pelo acontecimento. Ainda nesta ordem sentimental, a última agrupa as defesas, as chancelas e as tentativas de construir justificativas para a morte em nome de uma certa justiça moral, que chamamos de territorialidade semiótica do ódio. Na relação dialética de compreensão do acontecimento em curso, essas narrativas somem dos embates quando emerge a informação do envolvimento de crianças em ambientes de confronto. Nesse momento, outros acionamentos entram em cena.

Por trás destas manifestações, entendemos que há indícios do que convencionou-se chamar de polaridade política brasileira. Assim, embora os esforços do laboratório de dados sejam trabalhar com máxima fidedignidade aos fatos, apelo à racionalidade e objetividade nos alertas, as semioses geradas tendem a navegar inevitavelmente nas territorialidades da subjetividade. Logo, predominam interesses políticos, sentimentos e emoções. Contudo, faz-se necessária uma correção etimológica. No caso Maré, atribuímos a territorialidade semiótica do ódio

ao discurso do público adepto do presidente da República, com forte apelo masculinista, avesso ao diálogo com os diferentes e sedento pelo estabelecimento de uma ordem social - custe o que custar. Porém, com uma amostragem maior de materialidades a analisar, observamos que este sentimento primário também se manifestou em discursos de pessoas do campo político progressista.

Um alerta etimológico foi acionado. Como lembram Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco (2018), o reducionismo da extrema-direita traz implicações negativas, tanto cientificamente, com o encapsulamento de sujeitos em bolhas, como politicamente, por dificultar o diálogo e a oferta de discursos alternativos. A ambiguidade brasileira está em aceitar que a mesma pessoa que elegeu a primeira mulher da história para a presidência também ajudou a colocar o militar expulso por planejar atos terroristas em quartéis. No trabalho das pesquisadoras, esta flexibilidade ficou sublinhada com a abertura ao contraditório por parte de jovens bolsonaristas. Assim, a categoria “discurso de ódio” recorrida pelo senso comum serve mais a propósitos políticos do que acadêmicos.

Estas observações são consideradas para elaboração das territorialidades semióticas dos comentários nas publicações do *Fogo Cruzado* no *Twitter*. No lugar de ódio, intitulamos como territorialidade semiótica do punitivismo para traduzir este espaço dos discursos hegemônicos no Brasil. Mantemos as nomenclaturas de comoção e orientação, por exprimirem com exatidão as nucleações de semioses a que se referem, sem entrar em terrenos arenosos dos embates políticos da atualidade. Acrescentamos a territorialidade semiótica da experiência, que agrupa unidades de análise que carregam acionamentos de vivências dos sujeitos, em uma compreensão acontecimental enquanto um fenômeno de ordem hermenêutica (QUÉRÉ, 2005). Por fim, a territorialidade semiótica dos direitos humanos exprime relações que se contrapõem aos sentidos da extrema direita. Assim veremos.

8.2.1 Territorialidade semiótica da comoção

A morte faz parte da vida. É o seu último ato, o fechar das cortinas. Como diriam os versos de Noel Guarany: "Neste mundo todos morrem, da morte ninguém atalha". Ainda assim, no mundo ocidental, é comumente encarada como tabu. Tudo aquilo que faz lembrar dela é tendencialmente escondido, retardado e desconversado. A velhice ganha o eufemismo de “melhor idade”. Até tempo atrás, era proibido mencionar o nome de certas doenças em conversas. A imagem

medieval de um esqueleto assustador com uma foice em mãos sintetiza o temor com o qual encaramos este tema (VOMERO, 2002).

O medo de morrer é um sentimento inato, embora não seja uma exclusividade humana. As razões do choro dos bebês se vinculam a desconfortos que necessitam ser comunicados aos progenitores, do sentir fome ao incômodo com a temperatura do ambiente. Por outro lado, o medo também pode ser construído e utilizado como instrumento político. Jean Delumeau (2009) destrincha a história do medo no ocidente, entre 1300 e 1800. Em seu compêndio, para ficarmos em alguns exemplos, o historiador francês passa pela relação humana com o mar, como um território do desconhecido gerador de lendas e assombrações; pela religião, com a propagação da ideia dualística de paraíso e inferno; e pelos estrangeiros, diferentes e desconhecidos, estigmatizados nas figuras de bruxas, judeus e muçulmanos.

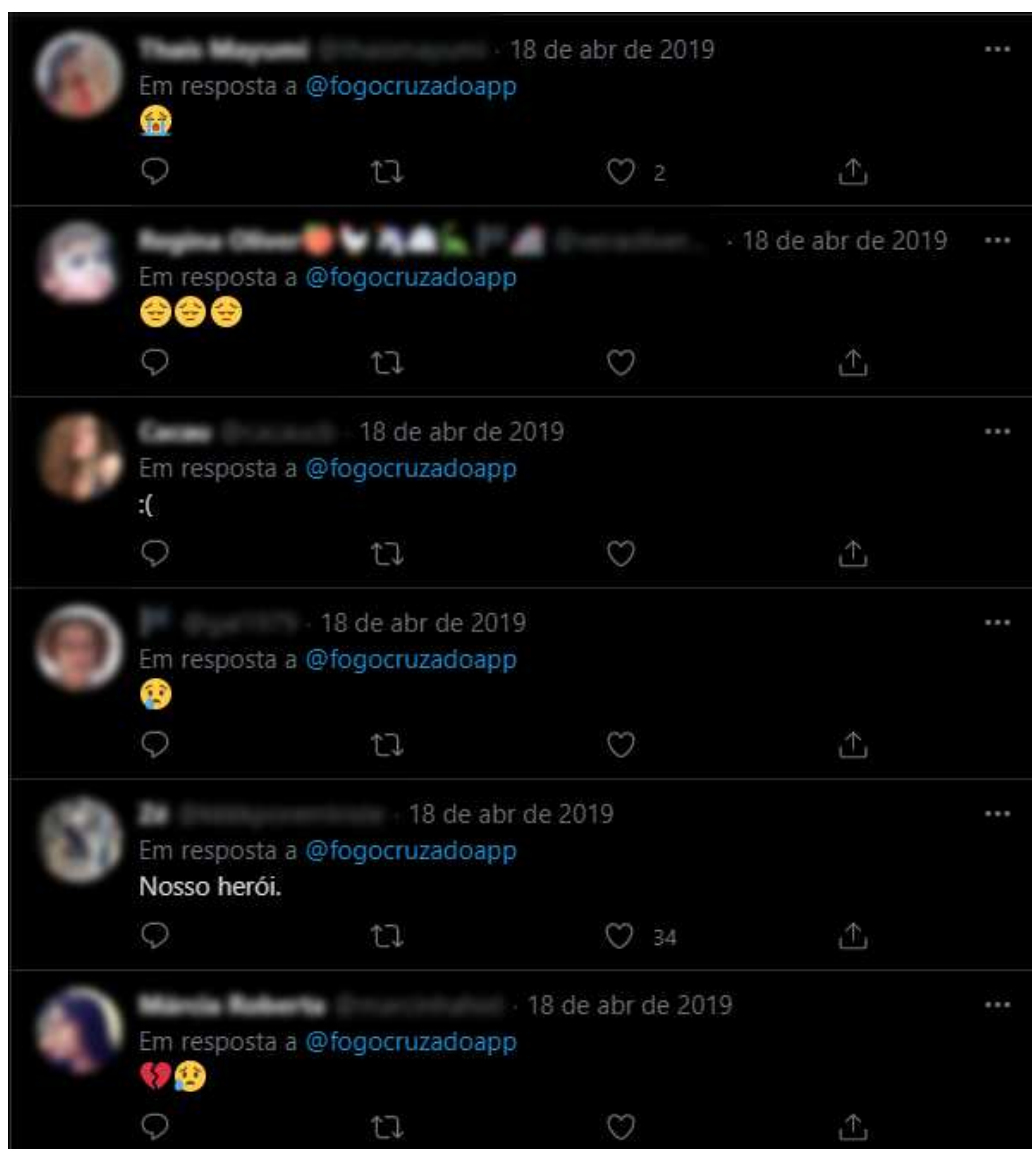
Conforme Delumeau (2009), na Idade Média eram três principais medos que afligiam os seres humanos: a fome, a instabilidade econômica e os rumores. O senso comum nos leva a pensar que, na atualidade, a sociedade progrediu se comparada ao período analisado pelo autor. Trata-se da leitura do passado como o tempo retrógrado e o presente como o tempo do progresso globalizado. Contudo, hoje mais de 10 milhões de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar no Brasil⁷⁹. Com o fim do auxílio emergencial da pandemia de Covid-19, a taxa de pobreza extrema chegou a 12,8% da população brasileira⁸⁰. Já os rumores citados pelo historiador aderiram novas facetas com as *fake news*, sendo responsáveis pelo linchamento público de pessoas, como o boato da “Bruxa do Guarujá”⁸¹.

⁷⁹ GARCIA, Maria Fernanda. Atingidos pela fome no Brasil são mais do que a população inteira de Israel. Observatório do Terceiro Setor. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/atingidos-pela-fome-no-brasil-populacao-inteira-de-israel/>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

⁸⁰ CANZIAN, Fernando. Brasil começa 2021 com mais miseráveis que há uma década. Folha de S.Paulo. Grupo Folha: São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/brasil-comeca-2021-com-mais-miseraveis-que-ha-uma-decada.shtml>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

⁸¹ BEHS, Micael Vier. Disrupções e regulações em circuitos e circulações difusas: a construção do caso sobre o boato da Bruxa de Guarujá. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. São Leopoldo, 2017.

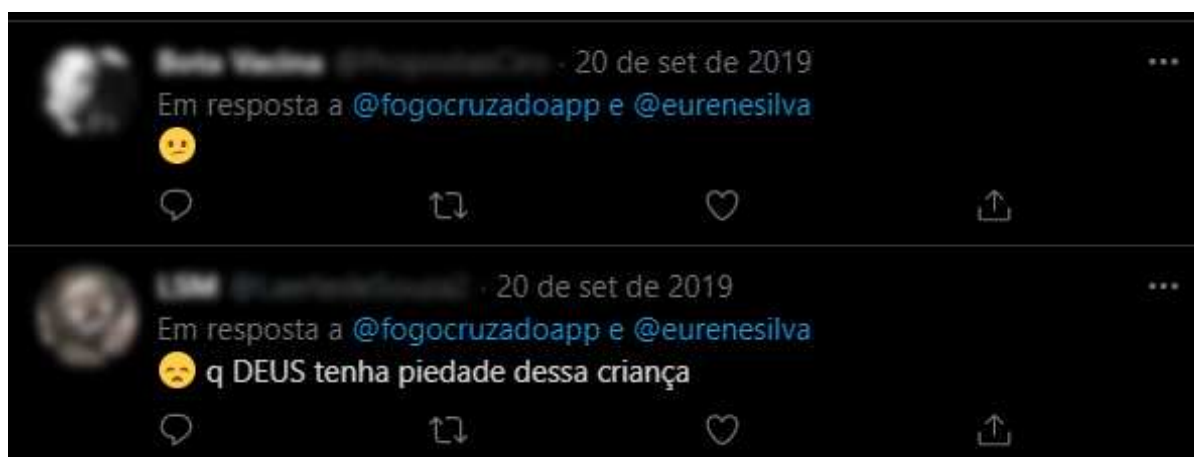
Figura 36 – Usuários reagem à morte de catador de materiais recicláveis



Fonte: Fogo Cruzado.

Os medos que permeiam o objeto desta tese são o medo da bala perdida, o medo de se colocar em situação de perigo, o medo de pessoas próximas se envolverem direta ou indiretamente com a violência armada. Estes medos são acionadores do que denominamos de territorialidade semiótica da comoção, com predominância para sentimentos de tristeza e lamento pelos acontecimentos, assim como manifestações de religiosidade nos comentários nas publicações. Em alguns casos, transparecem em frases tendencialmente sucintas que traduzem o pesar, a dor, o sofrimento pelas histórias notificadas pelo *Fogo Cruzado*. Na maior parte, emergem de *emojis* e outros sinais gráficos inerentes da rede social em análise que denotam a empatia dos usuários com os acontecimentos.

Figura 37 – Usuários reagem à notificação de ferimento de Ágatha Félix



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Em termos quantitativos, aproximadamente uma em cada quatro mensagens se vinculam a esta territorialidade semiótica. No dia 18 de abril de 2019, o catador de materiais recicláveis Luciano foi atingido na tentativa de socorrer a família do músico Evaldo Santos, vítima de fuzilamento em ação do Exército. A *Figura 36* traz uma parcela dos *replies* no *Fogo Cruzado*. Um deles exprime o sentimento referido nesta territorialidade: “Sensação horrível de impotência por saber q mais um inocente vitima dessa tragédia social em q estamos atalados lhe será negado a justiça e ele será tratado como se não fosse ngm, como se n existisse” (sic). Já no dia 20 de setembro do mesmo ano, o *Fogo Cruzado* notifica que Ágatha Félix, de 8 anos, foi baleada quando voltava para casa com sua mãe. A *Figura 37* apresenta alguns dos comentários. Entre eles, uma pessoa conclama que “Deus tenha piedade dessa criança”. Os *tweets* são em resposta a um *retweet* de Rene Silva, fundador da ONG *Voz das Comunidades*.

Portanto, a territorialidade semiótica da comoção é acionada em episódios comunicacionais que denotam a dor, o pesar, o sofrimento pelo outro, pelas vidas perdidas, pela violência armada cada vez mais naturalizada. Por trás destas manifestações, abriga um medo inerente humano e construído secularmente da própria morte - da fome, da instabilidade econômica e do surgimento de rumores (DELUMEAU, 2009), mas também medos específicos de bala perdida, da situação de perigo vivida, de se tornar mais uma vítima de uma guerra sem fim. Essa ancestralidade do medo atrelada aos contextos sociais referidos remete ainda ao processo de “disparo” de emoções no ser humano causado por algum “gatilho” que o faça temer: o tiro da arma de fogo como gerador imediato de semiotização.

A população nesse cenário é obrigada a estar em constante vigilância durante a circulação por esses territórios da incerteza, dos heróis e algozes sem clara identificação, entre traficantes evangélicos⁸² e a polícia que mais mata e morre no mundo⁸³. Nesse caos armado, talvez a única certeza seja o racismo estrutural engravado nos alicerces da desigualdade social, transparecido na cor de quem mais morre, como também na imagem do inimigo construído midiaticamente nos telejornais que sangram.

8.2.2 Territorialidade semiótica da orientação

Quando analisamos o caso Maré, identificamos a territorialidade semiótica da orientação. Naquela amostragem, o modo tendencial observado transparecia na marcação de usuários em *replies* das publicações do *Fogo Cruzado* para que estas pessoas pudessem se inteirar sobre aquele alerta de perigo e, conseqüentemente, se *orientassem* geograficamente. De um lado, tínhamos um dos reflexos da vigilância compartilhada – do âmbito territorial ao fluxo das redes. De outro, indícios vinculados a um sistema de relações orientacional com a necessidade primária de sobrevivência. Contudo, com um número maior de comentários a serem analisados, observamos os sentidos dispersos e, por vezes, de difícil identificação que a palavra pode exprimir no contexto deste trabalho.

A necessidade de orientação geográfica em relação ao perigo é, sim, uma das marcas dos episódios comunicacionais entre usuários. Por meio do seu fluxo comunicacional, o *Fogo Cruzado* constrói microterritorialidades informacionais que preenchem diuturnamente lacunas com informação qualificada sobre a violência armada. Por sua vez, os alertas das próprias plataformas de redes sociais viabilizam uma segunda etapa, que é o compartilhamento entre usuários da informação por meio de marcações, espalhando a vigilância do laboratório de dados para diferentes pessoas, situações e territórios urbanos. Na *Figura 38*, usuários marcam outros em *replies* sequenciais. A publicação trazia um vídeo com criminosos armados correndo pelas ruas do Rio de Janeiro em um contexto de confronto.

⁸² JANSEN, Roberta. Traficantes evangélicos causam terror a religiões africanas. Portal Terra. São Paulo: Terra Networks, 2019. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/traficantes-evangelicos-causam-terror-a-religioes-africanas,1780cd9c3e66e3685264918be080ac4db4ddw64t.html>>. Acesso em 15 fev. 2021.

⁸³ DE ARAÚJO, Thiago. Polícia brasileira é a que mais mata no mundo, diz relatório. Revista Exame. São Paulo: Editora Abril, 2015. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/policia-brasileira-e-a-que-mais-mata-no-mundo-diz-relatorio/>>. Acesso em 15 fev. 2021.

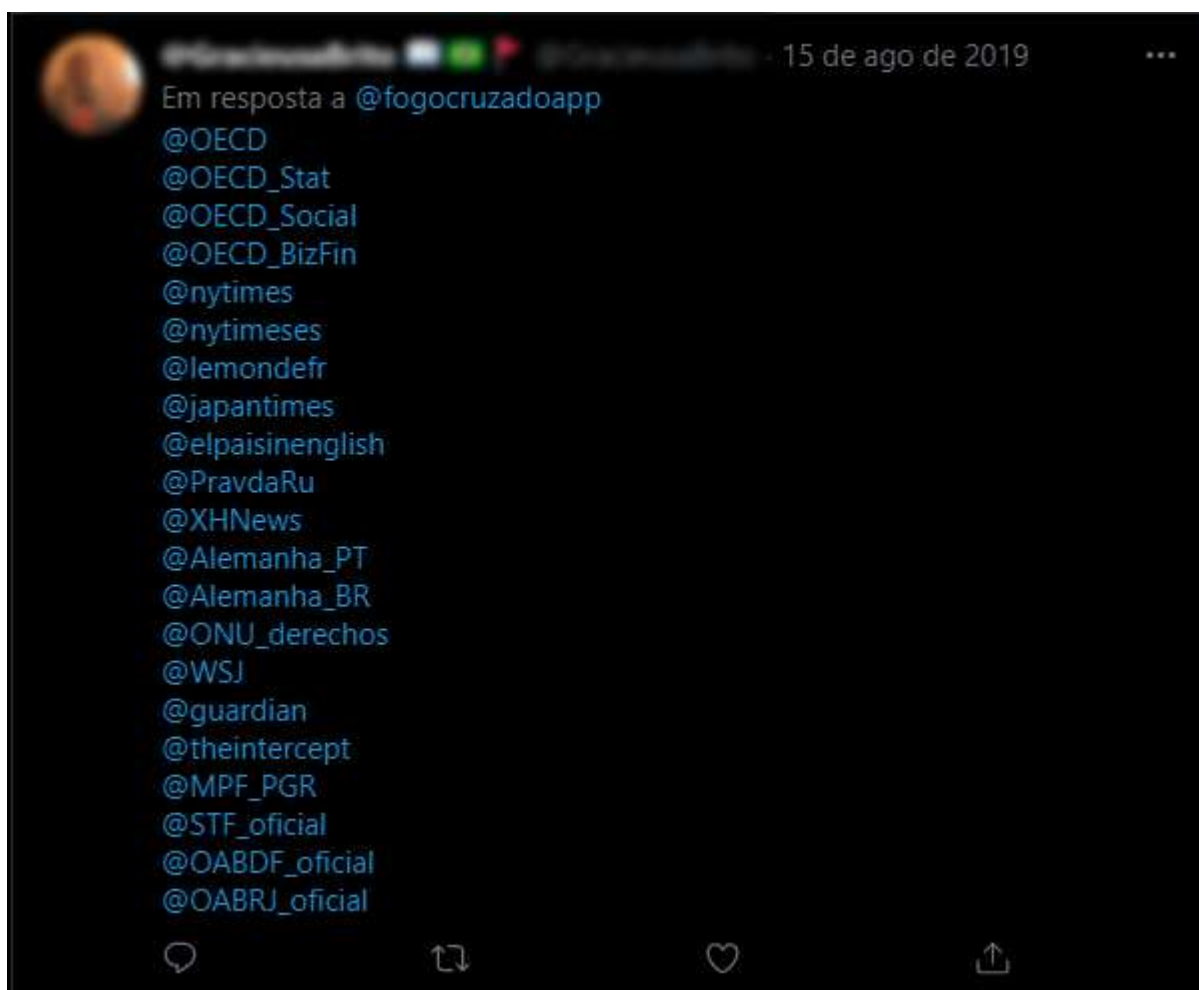
Figura 38 – Em sequência, usuários marcam outros em *replies*



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Este ato de marcar outros usuários nos comentários faz com que se espalhe a vigilância do *Fogo Cruzado* e, conseqüentemente, oriente mais pessoas sobre o acontecimento. Essa orientação referida pode ser tanto no sentido geográfico, de alerta do perigo naquele território urbano em específico, como na acepção de estar vigilante, em uma espécie de “veja isto você também”. Neste último ponto, adere propósitos dispersos, pois podem ser ações de mera curiosidade com o ocorrido, querer explorar o caráter insólito do conteúdo ou simplesmente o julgamento de que merece ser passado adiante. Em todo o caso, o que fica marcado nesta territorialidade semiótica é o compartilhamento como prática recorrente da orientação em redes digitais. Assim não somente a vigilância é convocada pelo *Fogo Cruzado*, como é compartilhada pelos usuários das plataformas de redes sociais.

Figura 39 – Usuária alerta veículos jornalísticos e instituições de Estado



Fonte: Fogo Cruzado.

A orientação sobre os acontecimentos também ocorre de usuários para veículos jornalísticos e instituições de Estado. É o caso recorrente ilustrado na *Figura 39*, no qual uma usuária marca uma série de contas institucionais no *Twitter* como forma de alertar sobre o ocorrido. Por trás deste ato, está uma necessidade de solução ou mesmo justiça com a problemática da violência. Tanto é que temos a presença de órgãos do judiciário nessas publicações. O que se observa ainda na amostragem é que este tipo de manifestação, como uma espécie de protesto digital, é mais recorrente quando as pessoas envolvidas são crianças e mulheres vítimas da troca de tiros em seu entorno. No exemplo do comentário da imagem, uma mãe e seu filho foram baleados durante operação policial na favela do 48, em Bangu. Margareth, de 17 anos, não resistiu. O menino de 2 anos foi baleado de raspão.

Se para outras espécies a orientação se configura como um código, para nós humanos se mostram cada vez mais como uma prática socialmente construída,

imbricada nas lógicas das redes digitais. Desta forma, a orientação aqui analisada é marcada pelos propósitos amplos que carrega consigo por meio do espalhamento de informações em plataformas como o *Twitter*. Se a arma de fogo é o elemento primário que dispara semioses e o alerta no *Fogo Cruzado* um segundo disparo na ordem ciberacontecimental, o compartilhamento dos usuários se caracteriza como uma terceira força propulsora de semioses (HENN, 2013), com impacto ainda mais direcionado, já que se dá, tendencialmente, de usuário para usuário, o que situa o fenômeno na ordem hermenêutica (QUÉRÉ, 2005).

Por fim, a vigilância compartilhada da violência armada do Rio de Janeiro implica inevitavelmente em normalizações (FOUCAULT, 2011, 2013). Na medida em que o fluxo acontecimental do *Fogo Cruzado* se efetua de modo sucessivo, com os modos de semiotização identificados, os enquadramentos predominantes descritos e a contribuição do público com a orientação sobre a violência armada, inicia-se a demarcação de territórios urbanos aptos de circulação e aqueles não recomendáveis. Por trás desta prática recorrente, institui-se uma normalização disciplinar, que paradoxalmente naturaliza essas territorializações em uma gestão colaborativa. Não é, portanto, um objetivo primário buscado pelo laboratório de dados, já que a realidade da violência armada em si existe de tal modo, mas um efeito correlato ou secundário identificado neste vigiar compartilhado.

8.2.3 Territorialidade semiótica da experiência

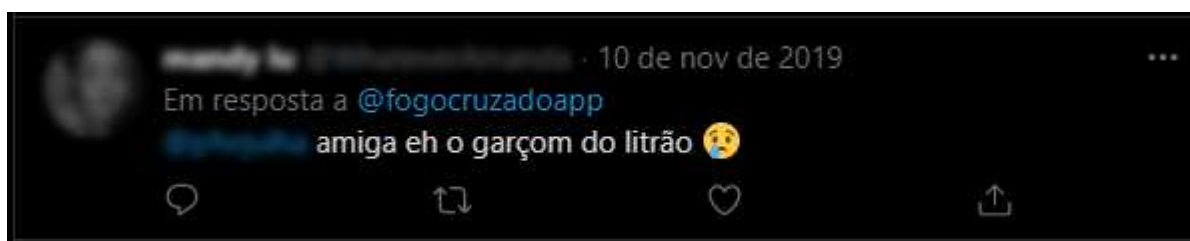
Com Louis Quéré (2005), vimos que os acontecimentos se situam na ordem hermenêutica. Eles fazem parte de nossas vidas, na organização de nossas experiências neste mundo. Logo, *acontecem* a alguém, nós, os sujeitos. Em conversas cotidianas, falamos sobre o que vimos no noticiário, a série que estamos assistindo ou o que vivenciamos em determinada situação. Assim, o acontecimento extrapola a noção de fato, de uma mera causalidade sequencial. Ele tanto afeta os sujeitos envolvidos, como por eles é afetado. Nessa leitura, a dimensão acontecimental revela o seu passado, com suas marcas de ocorrência, e oferta indícios de futuros possíveis.

A experiência dos sujeitos com os acontecimentos deve ser pensada como uma trama, nas quais se revelam as distintas territorialidades da vida. Esse jogo do viver não inteiramente controlado nos situa em campos problemáticos, compreendidos enquanto conjuntos de problemas entrelaçados, ou seja, uma *rede de*

intrigas, a partir da qual emergem novos acontecimentos e por eles é constituída. Neste ponto, se aproxima pela lógica interacional do sistema de relações, enquanto determinada formação que se dispôs a uma função estratégica dominante por meio do arranjo de seus elementos. Nestas tensões, conflitos ou contradições estabelecidas, desponta a força propulsora da semiose (HENN, 2013, 2015) para que os acontecimentos se façam compreender no tecido social.

Este preâmbulo com base no subcapítulo *Configurações do acontecimento no ciberespaço* nos serve para introduzir o que denominamos de territorialidade semiótica da experiência. Em linhas gerais, trata-se do momento em que usuários acionam vivências de acordo com as marcas deixadas pelos acontecimentos nas publicações do *Fogo Cruzado*. De um lado, há um grupo de comentários que denota vínculos diretos com os fatos divulgados. De outro, são acionamentos de experiências passadas, opiniões sobre a temática e informações complementares do acontecimento. Na *Figura 40*, uma usuária marca outra, demonstrando conhecer a vítima da publicação. Francisco Laércio, 26 anos, foi morto a tiros quando voltava do trabalho para casa, em São Cristóvão, Zona Norte. Ele carregava um pacote de fraldas para o filho e um copo de café quando foi baleado.

Figura 40 – Usuária demonstra conhecer a vítima



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Uma outra camada desta territorialidade semiótica é a experiência do quase presenciar o acontecimento. É o exemplo da *Figura 41*, que mostra a ação de uma usuária marcando outro para relatar que transitou momentos antes perto do local onde o carro de Evaldo Santos e sua família foi almejado com mais de 80 tiros por militares do Exército. Nessa dinâmica entre territórios e redes, o acontecimento passa a se configurar enquanto um ciberacontecimento, inserido com diferentes manifestações no debate público no ciberespaço, com reverberações alaistradas em marcações, comentários e compartilhamentos.

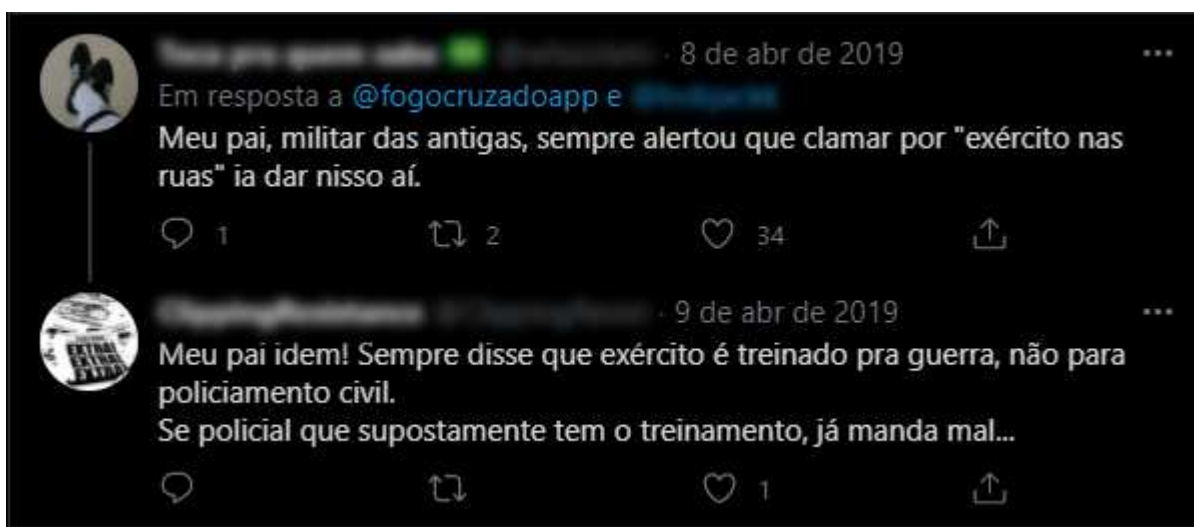
Figura 41 – Usuária relata experiência geográfica com acontecimento



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Há ainda acionamentos que recorrem à territorialidade semiótica da experiência com base em características dos acontecimentos. É o caso ilustrado na *Figura 42*, que apresenta comentários de dois homens sobre o alvejamento de civis por parte do Exército. A imagem paterna é acionada por ambos, como aquela figura que deixou ensinamentos para eles. Nos dois *replies*, a palavra “sempre” somada a um verbo de ação denota no discurso uma espécie de aprendizado vivido. Conforme eles, os pais comentavam que militares são treinados para matar e não para realizar a segurança pública. O primeiro indiretamente faz menção ao grupo político que pede retorno militar ao poder - o que de fato teria sido consumado um ano antes, na eleição majoritária. Já o segundo aponta a falta de preparo dos legítimos responsáveis pelo ofício, lançando dúvidas quanto à capacidade de jovens militares para cumprir com a missão.

Figura 42 – Usuários relatam aprendizados com pais militares



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Em suma, a territorialidade semiótica da experiência denota acionamentos das vivências dos sujeitos no mundo de duas maneiras predominantes. De um lado, se relacionam especificamente com os acontecimentos de violência armada mencionados nas publicações, evidenciando vínculos nessa rede de intrigas (QUÉRÉ, 2005). Por outro, são semioses geradas por conta de características dos alertas que acionam experiências passadas, o que revela o poder semiótico do acontecimento (HENN, 2015), transformado em signo pelos processos midiáticos em rede e desencadeador de distintos interpretantes sobre a realidade social. Com o ciberespaço, estes modos de subjetivação se situam em novos campos problemáticos, postos em circulação entre usuários em outras territorialidades.

8.2.4 Territorialidade semiótica do punitivismo

“CPF cancelado”. “Bandido bom é bandido morto”. “A esquerda defende vagabundos”. Discursos que antes habitavam o submundo político, hoje circulam nos corredores principais de deliberação sobre o destino da nação. Para terem chegado lá, se sustentaram em uma complexa mobilização no tecido social, em particular com contribuição suspeita das redes digitais. Na amostragem coletada para análise, emergem como um dos mais recorrentes, em acionamentos do que denominamos de territorialidade semiótica do punitivismo. A nomenclatura foi escolhida pela aproximação com a noção do dispositivo de soberania (FOUCAULT,

2011), para o qual a punição deve ser o método para operacionalização do poder. O retorno à barbárie não é somente aplaudido, como aclamado por este público.

Figura 43 – A ironia é um dos principais recursos das semioses do punitivismo



Fonte: *Fogo Cruzado*.

No dispositivo de soberania, apresentado por Foucault (2011), a punição é a regra. A decisão pela continuidade da vida passa pela vontade do soberano, seja ele uma pessoa ou determinado grupo. Como vimos, a crueldade alcançava o nível de

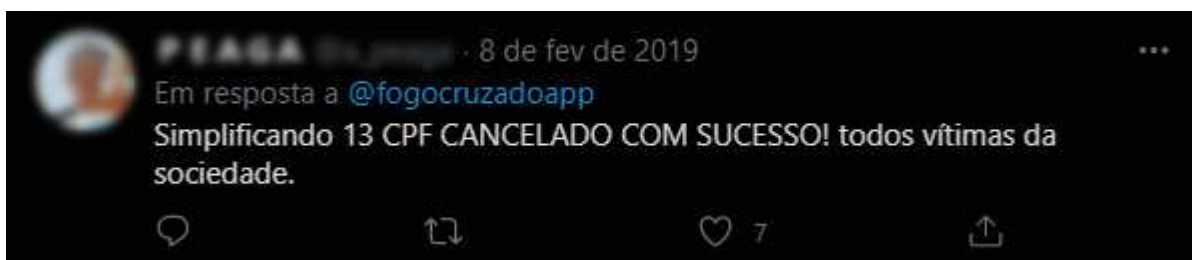
desmembrar corpos com cavalos tracionados em sentidos opostos. Não longe desses ritos macabros de ostentação de poder da Idade Média, nas últimas décadas milícias, facções e até polícias no Rio de Janeiro ficaram conhecidas pelos requintes de crueldade, rumores tomados como verdade e ações de violência brutal que resultaram na morte e sumiço de pessoas. Nesse cenário, a lei de Talião vale mais que as leis do mundo judiciário.

Em nossa análise, identificamos cinco modos de semiotização que acionam a territorialidade semiótica do punitivismo, que resumidamente se caracterizam por:

- 1) Comemoração da morte de pessoas;
- 2) Defesa irrestrita de ações dos órgãos de segurança;
- 3) Defesa de quadros políticos que empregam discurso da virilidade;
- 4) Cobranças de mais punição e de revolta contra criminosos;
- 5) Crítica à esquerda, à imprensa e aos inimigos da agenda punitivista.

O primeiro é a literal comemoração da morte de pessoas, criminosos ou não, desde que nenhum policial tenha se ferido no acontecimento. As razões, os contextos e as circunstâncias das ocorrências são praticamente deixadas de lado. O que importa nesse discurso é o fim daquelas vidas que, para estas pessoas, representam o mal a ser extirpado da sociedade. Se a polícia foi a responsável pela morte, então, os aplausos virtuais são efusivos. As frases mencionadas na abertura desse subcapítulo ilustram esse modo tendencial.

Figura 44 – A comemoração de mortes é outra marca desta territorialidade



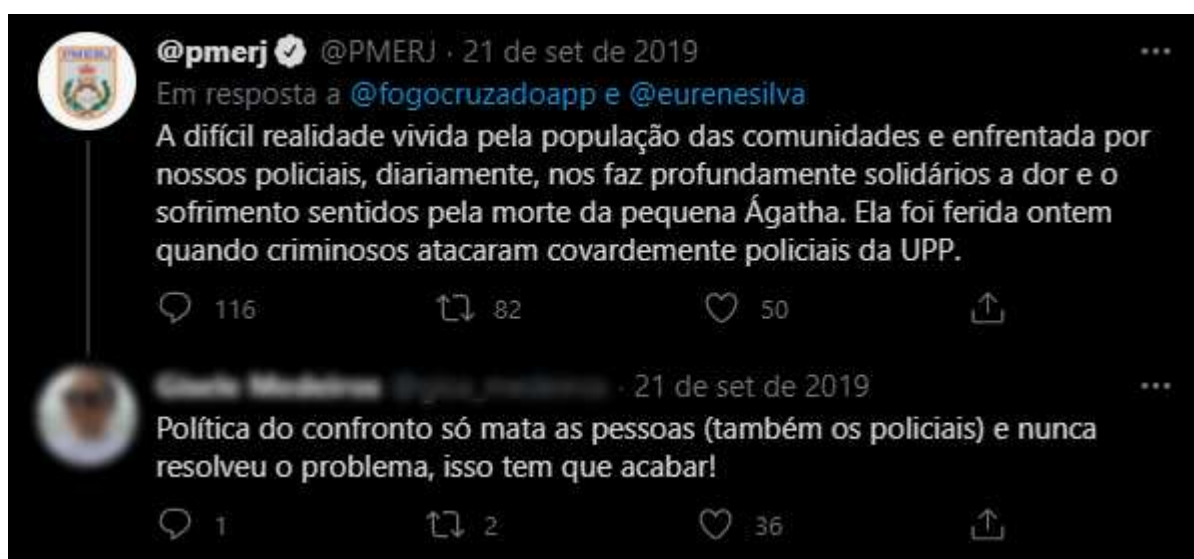
Fonte: *Fogo Cruzado*.

Quando as vítimas dos acontecimentos são de responsabilidade dos órgãos de Estado, como a polícia e o Exército, o comportamento predominante é defensivo. Frequentemente, os fatos são colocados em suspeição, com explicações que talvez nem quem tenha vivenciado os tiroteios poderia dar ou acusações de que são

notícias falsas produzidas por uma imprensa esquerdista que busca desestabilizar os valores do “homem de bem”. Na amostragem, identificamos ainda pessoas que defenderam a política de extermínio do então governador Witzel, que hoje se encontra em um processo de *impeachment*⁸⁴.

Um dos principais acontecimentos em termos de reverberação nas mídias digitais do período analisado foi a morte da menina Ágatha Félix, de 8 anos. A força geradora de semioses do caso foi tão grande que, em toda a análise, foi a única oportunidade que registramos um *reply* nas publicações do *Fogo Cruzado* de um órgão de segurança: a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Em uma tentativa de explicar o ocorrido, a nota tenta jogar a culpa em criminosos que teriam atacado policiais de uma Unidade de Polícia Pacificadora. A mensagem é retrucada por uma usuária, que lembra que a política do confronto até hoje não resolveu o problema da violência, sendo a responsável pela morte de pessoas - incluindo policiais.

Figura 45 – Perfil da PM do Rio de Janeiro emite explicação nos *replies*



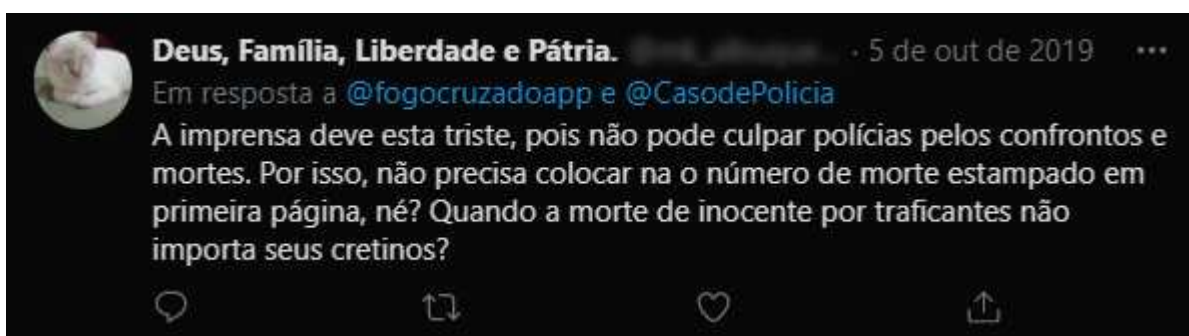
Fonte: *Fogo Cruzado*.

Figuras políticas masculinas, que buscam explorar a imagem do homem viril em relação ao crime, comumente tratados como mitos e heróis, também circularam nos discursos desse modo tendencial, como Bolsonaro, Sérgio Moro, Major Olímpio e Carlos Jordy. Curiosamente, em mais de uma ocasião notamos a presença de perfis falsos, com discursos notavelmente prontos, que eram ativados quando o

⁸⁴ G1 RIO. Witzel deve ser interrogado em processo de impeachment no RJ, após STJ quebrar sigilo e aceitar denúncia. Portal G1. Rio de Janeiro: Globo.com, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/02/12/witzel-deve-ser-interrogado-em-processo-de-impeachment-no-rj-apos-stj-quebrar-sigilo-e-aceitar-denuncia.ghtml>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

sobrenome do presidente da República era mencionado. Em um deles, em um texto sem qualquer vínculo com a publicação, o robô com a foto do ator Sylvester Stallone acendendo um charuto, no filme *Os Mercenários 3*, defende Flávio Bolsonaro por não ter “envolvimento com nada”, na época marcado pelo caso das ‘rachadinhas’. No mesmo comentário, faz ilações sobre Gleisi Hoffmann, Marcelo Freixo e Fernando Haddad, figuras políticas do campo progressista, acusando de ter processos correndo contra eles e insinuando que logo serão condenados.

Figura 46 – Discurso coloca imprensa como favorável ao crime



Fonte: *Fogo Cruzado*.

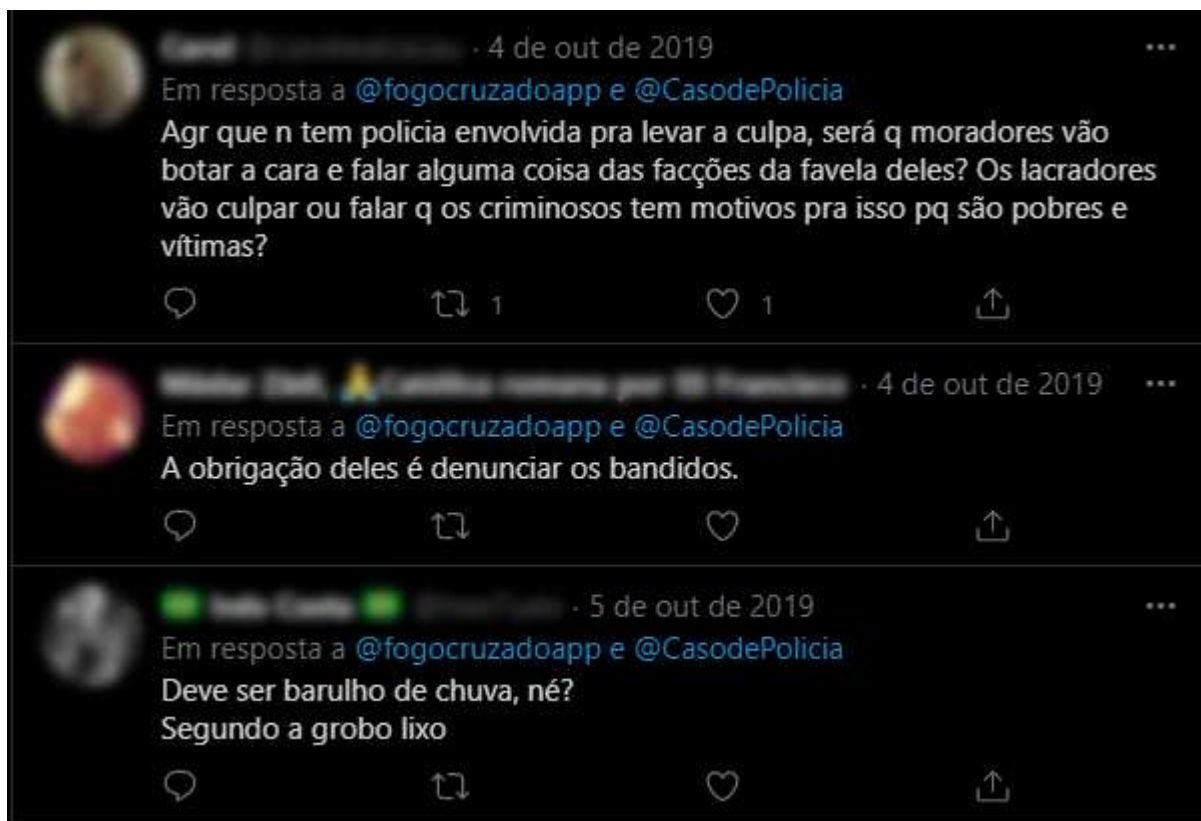
O quarto modo tendencial de acionamento desta territorialidade é a cobrança de mais punição ao crime. O pensamento por trás dessa lógica é que quanto maior for a penalidade, menor será a probabilidade da pessoa se tornar criminosa. Para este grupo, o modelo punitivista a ser seguido é o estadunidense, com a prisão perpétua e a pena de morte como práticas. Nesse contexto, um dos temas abordados nos comentários foi o *Pacote Anticrime*, conjunto de proposições para a legislação penal e processual penal, elaborado pelo então Ministro Sérgio Moro como a solução dos problemas da criminalidade no Brasil. Aprovado, acabou entrando em vigor em janeiro de 2020 após várias ressalvas do campo político⁸⁵.

Há ainda a cobrança de que a população das comunidades, vítima da violência armada, proteste contra facções criminosas da mesma maneira como nas manifestações contra os abusos e as mortes geradas pela ação da polícia. Em setembro de 2019, no enterro de Ágatha Félix, o ator Fábio Assunção esteve em um protesto realizado por moradores no Complexo do Alemão, chamado 'Ágatha

⁸⁵ VIVAS, Fernanda. Pacote anticrime entra em vigor nesta quinta; veja ponto a ponto o que passa a valer. TV Globo. Rio de Janeiro: Grupo Globo, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/23/pacote-anticrime-entra-em-vigor-nesta-quinta-veja-ponto-a-ponto-o-que-passa-a-valer.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Presente'⁸⁶. O intuito era chamar a atenção das autoridades e não deixar que o acontecimento passasse impune. Em outras publicações sobre tiroteios, os comentários dos usuários tratavam indiretamente sobre esse acontecimento.

Figura 47 – Usuários cobram manifestação de moradores contra facções



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Com um tom agressivo predominante, a territorialidade semiótica do punitivismo é acionada em comentários que enumeram uma diversidade de inimigos. Em primeiro lugar, a esquerda, tida como uma espécie de bloco político homogênea que presta solidariedade exclusivamente a criminosos, ironicamente tratados como as vítimas de uma sociedade perversa. A noção de direitos humanos, que nasce no pós-Segunda Guerra Mundial após os horrores promovidos pelo nazismo, no Brasil de Bolsonaro é deturpada justamente por conta desse sentido atribuído, estabelecendo fronteiras semióticas nas conversações sobre a violência. Em vez de um conjunto de valores supranacionais, se transformam em uma entidade com representantes muito caricatos que defendem o mal.

⁸⁶ CATRACA LIVRE. Fábio Assunção marca presença no velório da menina Ágatha. Catraca Livre. São Paulo. Catraca Livre, 2019. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/fabio-assuncao-marca-presenca-no-velorio-da-menina-agatha/>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

Em partes, esse fenômeno pode ser compreendido pela falta de uma agenda política de segurança pública clara do campo progressista enquanto esteve no poder. Na medida em que o imaginário coletivo era solapado pela falsa ideia de felicidade sustentada no consumo *a la* Estados Unidos, com as classes subalternas pondo abaixo as proposições da Pirâmide de Maslow com a compra de bens não necessariamente pensados para o seu estilo de vida, a criminalidade urbana aumentava gradativamente e afetava principalmente essa população, por vezes tendo estes bens adquiridos roubados nas ruas. Fora isso, era obrigada a assistir ao emplacamento novelizado de facções supraterritoriais, sem qualquer tipo de reação política que mitigasse o problema, com a corrupção institucionalizada em nome do que convencionou-se chamar de presidencialismo de coalizão, praticado sem pudor entre todos os matizes ideológicos, de Fernando Henrique Cardoso a Jair Messias Bolsonaro. Justamente nessa lacuna surfa livremente por anos o ex-capitão do Exército em busca da sua tempestade perfeita em 2018⁸⁷.

De volta ao punitivismo, outro alvo preferencial é a imprensa, tida como responsável pela propagação de *fake news* sobre a violência armada. A citação de “Globo lixo”, em menção à emissora de televisão carioca, praticamente se tornou um mantra nesse grupo. Curiosamente, quem historicamente acusava o canal de manipulação eram os grupos do campo progressista, com Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva protagonizando diversas situações de embate em relação aos enquadramentos midiáticos recebidos⁸⁸. No caso deste último, com direito a interferência confessada em benefício do opositor nas eleições de 1989. Por fim, nesta segmentação há a presença de críticas às campanhas antirracistas promovidas midiaticamente, em especial a *Vidas Negras Importam*, com alegações de que a polícia também é composta por quadros negros. Logo, a morte de pessoas negras em comunidades não teria vínculos com problemas raciais no Brasil.

Os alvos não terminam. Para estas semioses identificadas, os responsáveis pela violência armada são os usuários de drogas, os moradores coniventes com o crime e o povo carioca que elege mal seus representantes. Há ainda menções

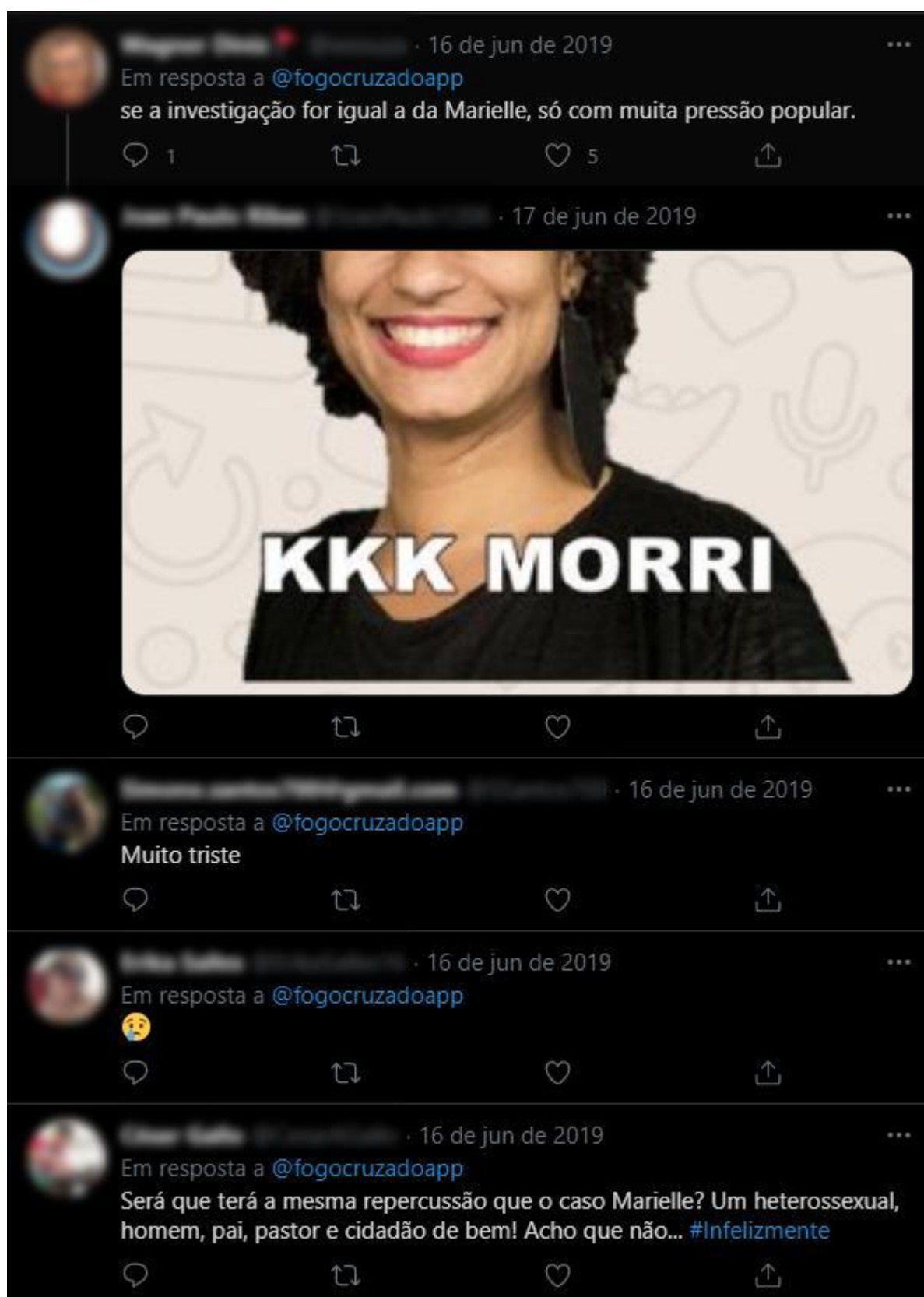
⁸⁷ Vale lembrar que Bolsonaro é fruto de um imaginário militar, construído ao longo do século XX como sinônimo de solução para o mal que aflige o país, sobretudo no período da Ditadura Militar (1964–1985). No reinício democrático, sem qualquer medida contra as atrocidades do militarismo, esse discurso permanece presente através de figuras como José Guilherme Godinho Sivuca Ferreira, deputado-delegado que ascendeu ao legislativo estadual do Rio de Janeiro em 1986 com o slogan “bandido bom é bandido morto”, em uma releitura de uma frase pronunciada no século XIX pelo general americano Philip Sheridan (ERNESTO, 2019).

⁸⁸ Via de regra, a imprensa praticamente nunca é tida como aliada: sempre é inimiga, sempre é mentirosa, não importa para qual campo político.

críticas a políticos, como montagens do ex-presidente Lula em uma prisão ou cobranças de leis mais severas a Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, então presidentes das duas casas legislativas federais. Marielle Franco e PSOL são outros tópicos frequentes, sobretudo em comentários irônicos sobre o destino da vereadora do Rio de Janeiro. No meio artístico, o ator Fábio Assunção e o *youtuber* Felipe Neto apareceram nos comentários analisados do *Fogo Cruzado*. O primeiro, por participar de atos pela justiça de Ágatha; o segundo, por um embate contra a censura religiosa imposta pelo então prefeito Marcelo Crivella, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, que tentou recolher revistas da *Marvel* em que um quadrinho de jovens gays se beijam, na *Bienal do Livro do Rio* em 2019⁸⁹.

⁸⁹ ALVES, Chico. Felipe Neto: "Foi só o início. Onde tentar impor opressão, estaremos lá". Portal Uol. São Paulo: Uol, 2019. Disponível em: <<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/12/felipe-neto-bienal-beijo-gay-crivella-bolsonaro-jordy-uol-entrevista.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

Figura 48 – Marielle Franco é mencionada em comentários de caso Flordelis



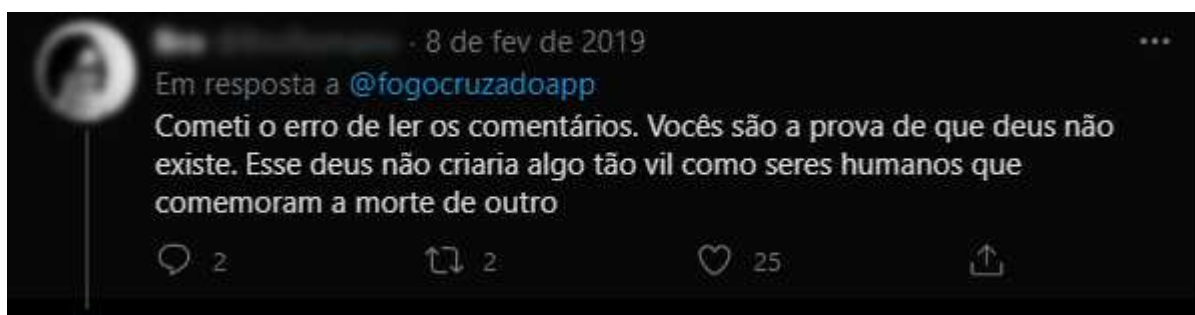
Fonte: Fogo Cruzado.

Em linhas gerais, como vimos, a territorialidade semiótica do punitivismo é acionada em cinco modos de semiotização predominantes. Ela integra o chamado bolsonarismo, movimento popular político que sustenta o núcleo presidencial e traz a reboque uma série de políticos que se acoplam a essas narrativas de todos os Estados do Brasil. Enquanto um espaço predominantemente político, o universo da racionalidade é preterido em nome das semioses que identificamos. Assim, embora o *Fogo Cruzado* esteja imbuído da transparência aos fatos, de aplicar uma metodologia rigorosa para que os dados não sejam poluídos por informações inverídicas, de elaborar modos de semiotização sem emissão de valor, ao adentrar no universo das plataformas de redes sociais acaba por caminhar em territorialidades notavelmente de cunho ideológico. Esse desafio é admitido pela própria idealizadora, em entrevista para esta pesquisa: “A gente está em meio a uma horda. Qualquer movimento *vai* subir todos esses comentários de ódio.”

8.2.5 Territorialidade semiótica dos direitos humanos

A última territorialidade semiótica foi a mais predominante na amostragem de comentários do *Fogo Cruzado*. Em contraposição ao punitivismo, ela demonstra uma empatia com as vítimas da violência armada através de um tom bastante crítico aos valores que permeiam a territorialidade precedente, às políticas de segurança pública adotadas no Brasil e aos quadros políticos no poder que se vinculam à extrema-direita. Embora tendencialmente sejam discursos situados no campo progressista, optamos por intitular como *direitos humanos* por entender que, nestes discursos, uma ética cidadã suprapartidária se faz presente, não só em narrativas de partidos de esquerda, como em falas de adeptos da direita democrática. Em uma palavra, é a antítese do que representa o bolsonarismo.

Figura 49 – Usuária critica comentários da territorialidade do punitivismo



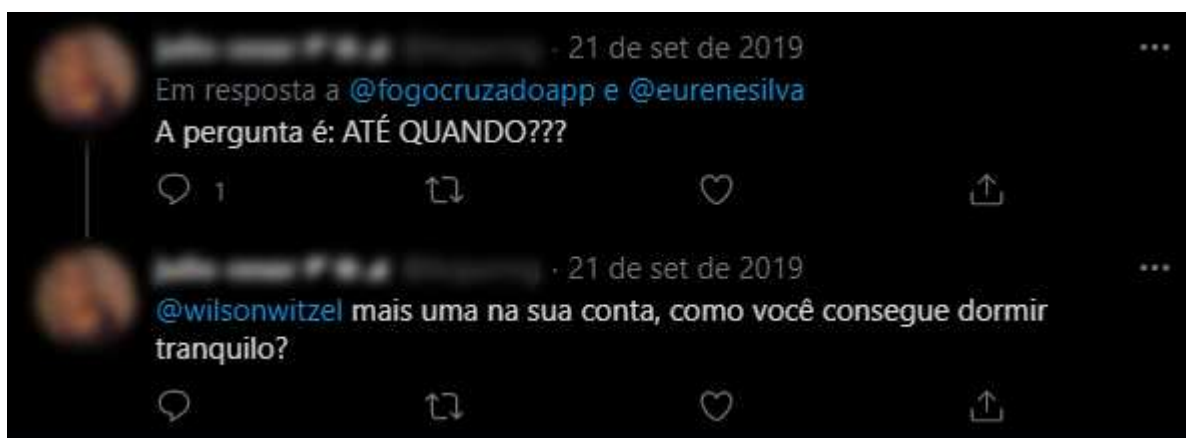
Fonte: *Fogo Cruzado*.

Nessa territorialidade semiótica dos direitos humanos, identificamos três modos de semiotização predominantes. Em comum, todos eles carregam um tom de crítica, de revolta, de lamento em relação à territorialidade semiótica do punitivismo:

- 1) Crítica aos quadros políticos do punitivismo;
- 2) Crítica à polícia, ao Exército e ao Estado;
- 3) Crítica aos discursos, valores e semioses do punitivismo.

Wilson Witzel é disparado a figura política mais mencionada – e criticada – no conjunto de comentários que compõem a nossa amostra. O governador hoje afastado do Rio de Janeiro recebeu 73 menções, majoritariamente contrárias às suas políticas que atribuem a ele a responsabilidade das mortes pela violência armada. Ele integra o movimento de extrema-direita que assumiu o poder em vários postos do Brasil em 2018, na onda liderada por Bolsonaro. A principal promessa de campanha consistia em dar carta branca para a polícia matar quem estivesse portando fuzil. Em várias oportunidades, subiu no helicóptero utilizado pelas forças especiais, o famoso “caveirão voador”, para acompanhar o enfrentamento armado e utilizar as ações como plataforma de marketing pessoal.

Figura 50 – Usuária cobra o então governador Wilson Witzel



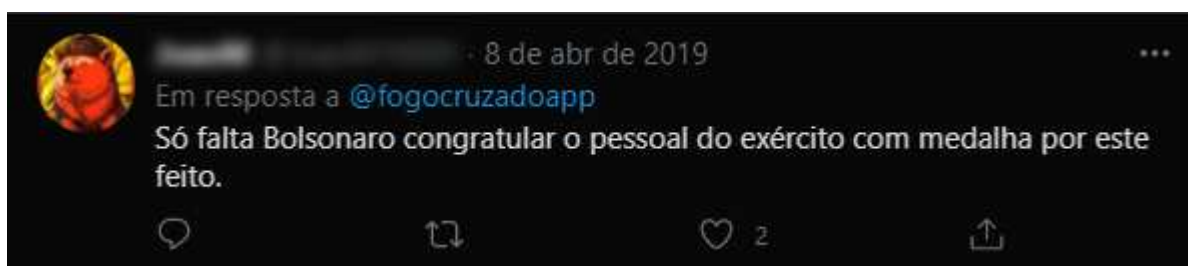
Fonte: *Fogo Cruzado*.

Logo após eleito, manifestou publicamente o desejo de ocupar a Presidência da República, o que o afastou de Bolsonaro e estabeleceu um confronto entre a hegemonia territorial das semioses do punitivismo. Talvez por conta desse racha na extrema-direita, raros foram os comentários em defesa ou apoio ao político na nossa

amostragem de 2019. Em algumas unidades, foi chamado de “Adolf Witzel” e sua política de “auschwitzel”, em referência ao líder nazista e ao principal campo de concentração do nazismo. Atualmente, ele é réu por suspeita de desvio de dinheiro destinado ao combate à pandemia. Conforme a denúncia, deferida por unanimidade pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, ele teria recebido R\$ 554,2 mil em propinas por intermédio do escritório de advocacia de sua esposa⁹⁰.

Em uma frequência aproximadamente 50% menor, Bolsonaro é a segunda figura política acionada na territorialidade semiótica dos direitos humanos. Assim como Witzel, o seu nome é lembrado quando os acontecimentos envolvem vítimas de balas perdidas resultantes de ações da polícia e do Exército. O tom predominantemente é crítico, geralmente classificando-o como corresponsável pelas tragédias da violência armada graças aos discursos que propaga. Contudo, ao contrário do governador do Rio de Janeiro, observou-se nos comentários um movimento político consistente de defesa dele e dos signos que o representam, em alguns casos até com utilização de robôs altamente engajados.

Figura 51 – Postura controversa de Bolsonaro é acionada por usuário



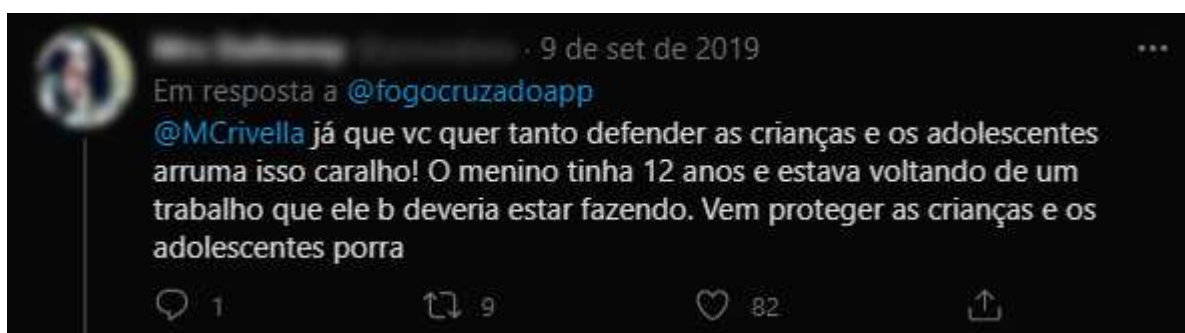
Fonte: *Fogo Cruzado*.

Em uma escala menor de regularidade, o terceiro político mais citado nessas semioses foi o ex-prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella. No ano da análise, o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus havia tentado censurar revistas em quadrinhos da Marvel, na Bienal do Livro do Rio, por conta da presença de um beijo de dois personagens do mesmo sexo. A tentativa de banimento de livros de temática LGBTQ+ enfrentou a resistência do *youtuber* Felipe Neto, dono do maior número de seguidores no Brasil, que anunciou a compra de 14 mil exemplares de livros do gênero, com distribuição gratuita no evento.

⁹⁰ SIQUEIRA, André. STJ aceita denúncia e Wilson Witzel vira réu por corrupção e lavagem de dinheiro. Rádio Jovem Pan. São Paulo: Jovem Pan, 2021. Disponível em: <<https://jovempan.com.br/noticias/politica/stj-aceita-denuncia-e-wilson-witzel-vira-reu-por-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro.html>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

Todas as obras vinham com um aviso estampado: "Este livro é impróprio para pessoas atrasadas, retrógradas e preconceituosas. Felipe Neto agradece sua luta pelo amor, pela inclusão e pela diversidade". Em entrevista à revista *Veja*, o influenciador digital afirmou: "Não podemos mais aceitar calados. A opressão e a censura estão na nossa porta. Qualquer um que não aja neste momento será conivente. Não há mais espaço para a isenção quando o assunto passa para o campo do autoritarismo"⁹¹.

Figura 52 – Usuária cobra o então prefeito Marcelo Crivella

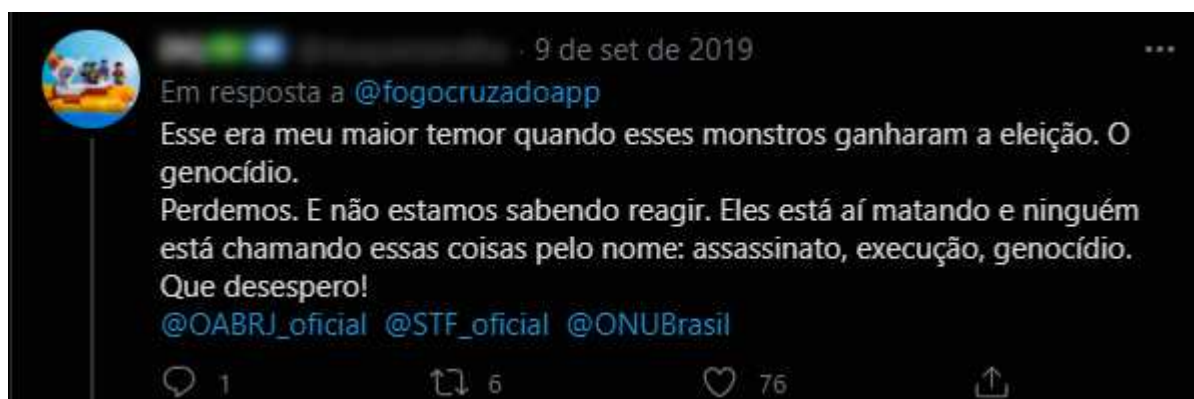


Fonte: *Fogo Cruzado*.

Os comentários da territorialidade semiótica justamente criticavam a postura religiosa, conversadora e autoritária de Crivella. Com frequência, ele era considerado inepto na condução da prefeitura da cidade. Em menor intensividade, outros políticos do campo da direita marcaram presença. Um deles foi o ex-juiz Sérgio Moro, acionado para ser criticado por sua incompetência enquanto Ministro da Justiça e pelos efeitos nocivos da operação Lava Jato, sendo ainda cobrado pelos acontecimentos de violência armada que envolviam inocentes. Por fim, o governador de São Paulo, João Dória, também teve seu nome citado, em uma equivalência ideológica no campo da segurança pública com Wilson Witzel.

⁹¹ VILICIC, Filipe. Felipe Neto fala sobre sua ação contra censura na Bienal (exclusivo). *Revista Veja*. São Paulo: Grupo Abril, 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/a-origem-dos-bytes/felipe-neto-fala-sobre-sua-acao-contra-censura-na-bienal-exclusivo/>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

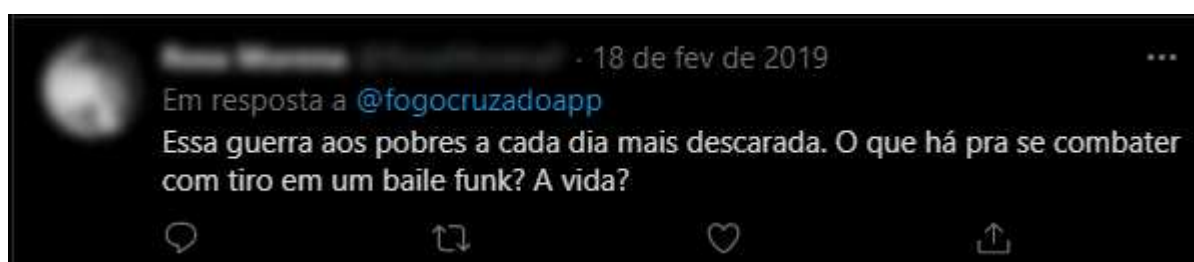
Figura 53 – Quadro conservador das eleições é atribuído como responsável



Fonte: *Fogo Cruzado*.

O segundo levante de comentários críticos é direcionado às ações policiais, do Exército e do próprio Estado na condução da segurança pública. Entre todas as territorialidades, o tema polícia é disparado o mais abordado, seja para defender (caso da territorialidade semiótica do punitivismo), ou para criticar, como no presente conjunto de análise. Majoritariamente, os comentários criticam a política de operações policiais, com incursões nos territórios das comunidades a pretexto de confrontar facções. Em muitas ocasiões, estas ações resultam em mortes de inocentes. No dia 17 de fevereiro de 2019, uma operação policial para acabar com o Baile da Gaiola, no Complexo da Penha, culminou com quatro moradores baleados. Com imagens em vídeo de um dos feridos, que mostra uma pessoa desacordada e ensanguentada, um usuário comenta: "NA MORAL, eu quero que todos e todas vocês que acham que operação policial é solução para a segurança, saibam que é somente para o seu racismo e privilégio da casa do caralho. Porque nessa estrutura, aqui na favela, só morador que se fode!". Na *Figura 54*, em linha similar, um usuário questiona essa mesma ação da polícia.

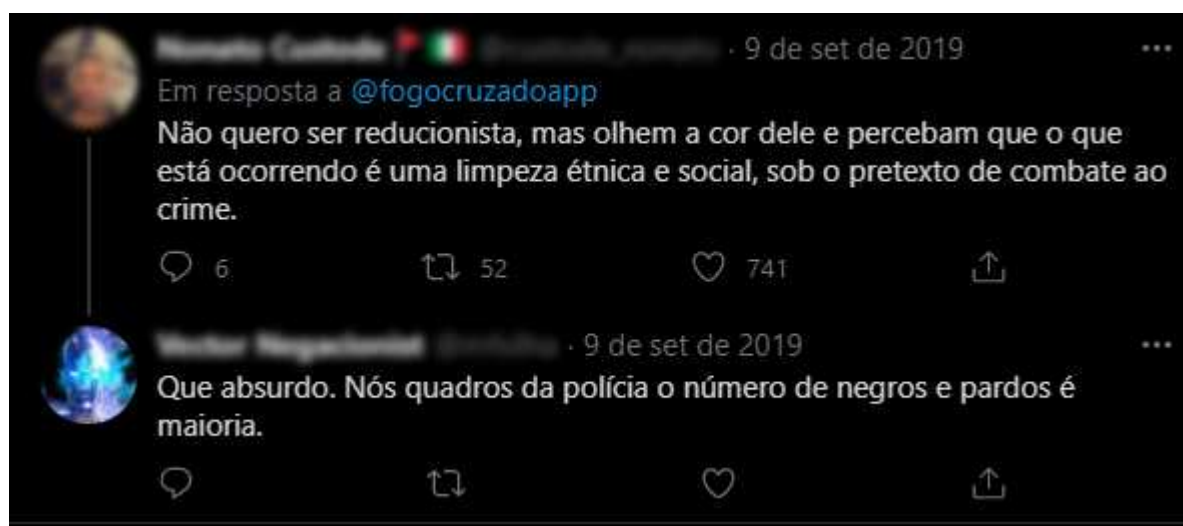
Figura 54 – Usuário atribui desigualdade social com violência armada



Fonte: *Fogo Cruzado*.

Em relação ao Exército, o tom crítico tendencialmente questiona o papel exercido por uma instituição de Estado, com quadros majoritariamente formados por jovens treinados para matar, desempenhando atribuições de segurança pública, incumbência das polícias militar e civil. Despreparo, incompetência e ineficácia são alguns dos sentidos conferidos para as ações militares no solo urbano fluminense. No caso mais emblemático, os mais de 80 tiros disparados sem aviso prévio contra um carro em Guadalupe, sem qualquer razoabilidade ou justificativa plausível para tal atrocidade, um usuário comenta: “Exército no Brasil é isso aí, quando não estão fazendo merda no governo estão matando gente negra nas favelas”. Por fim, sentidos similares foram vistos em críticas ao Estado como um todo.

Figura 55 – Questão racial da violência armada é lembrada e contestada



Fonte: *Fogo Cruzado*.

O terceiro modo de semiotização da territorialidade semiótica dos direitos humanos é marcado pela crítica aos discursos, valores e semioses do punitivismo. Em mais de uma vez, adeptos de Bolsonaro são atacados em frases irônicas com o apelido de “bolsominions”. Nas críticas tecidas, a extrema-direita se importa mais com a proibição do aborto do que com crianças que morrem por bala perdida nas favelas do Rio de Janeiro. Nessa mesma linha, as desculpas da polícia de “casos isolados” ou os “resultados do excludente de ilicitude”⁹² são acionados quando as publicações tratam da morte de inocentes.

De igual forma, o discurso de liberação das armas do núcleo bolsonarista é veementemente criticado nos *replies*, com as notificações de violência armada utilizadas como evidência do que uma liberação irrestrita seria capaz de potencializar. Já as políticas proibicionistas e o interminável combate às drogas são comumente interpretados como “política de enxugar gelo”. Ainda nessa nucleação, uma parcela dos comentários levantou o viés racista das políticas de enfrentamento ao tráfico, que toma ações distintas conforme a geografia de ação, resultando predominantemente na morte de negros. O discurso da meritocracia também foi criticado quando tiroteios foram registrados no entorno de escolas, com imagens de crianças se protegendo para não serem vitimadas por balas perdidas.

De um modo geral, a crítica exercida se encarrega de contrapor os poderes estabelecidos, tanto pela via institucional (órgãos de Estado) quanto pela deliberação da população através do voto (quadros políticos). Em um sentido lato, emerge por trás destas ações um altruísmo coletivo nas redes digitais, que busca refletir o papel de figuras políticas na promoção de sentidos escusos na sociedade, contestar as políticas públicas tomadas pelo desejo de sangue e tensionar as discursividades da extrema-direita. Em certa medida, se aproxima da noção de criticidade de Foucault (2013) enquanto resistência, tanto por se situarem às margens de instituições que decidem os rumos do viver em sociedade como por serem atacados em embates caracterizados pelas tentativas de deslegitimar seus discursos, seus valores e suas práticas por meio de caricaturas como “defensores de bandidos”. Dada a realidade social e política brasileira, pode-se afirmar que estas estratégias do punitivismo têm obtido êxito, especialmente no meio digital.

⁹² Mecanismo que pode isentar de punição militares e agentes de segurança ao cometer ações consideradas como proibidas por lei, como matar. Hoje o Código Penal prevê em apenas três situações: cumprimento do dever legal, legítima defesa e estado de necessidade.

9 TERRITORIALIDADES SEMIÓTICAS DA VIGILÂNCIA COMPARTILHADA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rio de Janeiro, terra de belezas e contradições. Sinônimo de brasilidade mundo afora - do samba ao carnaval, das praias ao futebol alegre, da garota de Ipanema à genialidade de Oscar Niemeyer. Um lugar exuberante, que encanta por sua gente, cultura e natureza. Paradoxalmente, a segunda capital na história do país é um dos principais palcos de conflitos urbanos com utilização de armas de guerra, um dos retratos de uma desigualdade social perpetuada como projeto político no Brasil e o berço de personagens autoritários como Sivuca, Witzel e Bolsonaro. Rastros deixados por uma ambivalência racial, cultural, política e econômica.

Nesse contexto contraditório, apresenta-se de um lado a necessidade elementar da população de circular pela cidade. De outro, temos a violência armada entre facções, milícias e polícias que disputam territórios, cujo pretexto é o combate ao tráfico de drogas, responsável por abastecer mercados, no Brasil e no exterior, e manter uma complexa rede de negócios de fachada, protocolos próprios de conduta em regiões e agendas políticas que atendam aos seus interesses. Nesse cenário, um conjunto de acontecimentos eram invisíveis aos processos midiáticos e, como consequência, o público sequer tomava conhecimento deles.

Uma das explicações possíveis são as limitações do meio jornalístico para cobrir todos os casos que envolvam tiroteios, que vão desde a falta de estrutura física e profissional aos próprios critérios de noticiabilidade que delegam o que merece ser noticiado. O laboratório de dados *Fogo Cruzado* emerge precisamente desta urgência social (FOUCAULT, 2013; BRAGA, 2017). Como vimos, para tanto seria necessária aplicar uma outra lógica para registrar os tiroteios, garantir a veracidade dos fatos e estender os olhos atentos aos acontecimentos para toda a cidade. Tarefa nada fácil, se a idealizadora tivesse permanecido dentro do modelo centralizador do jornalismo, sobretudo aquele praticado comercialmente.

A natureza do fenômeno da violência armada facilitou o início do *Fogo Cruzado*. Do estrondo da arma de fogo às semioses disparadas (PEIRCE, 1974, 1977), os tiroteios são responsáveis por diversas comunicações entre as pessoas. Por esta particularidade, as primeiras incursões na web para monitoramento foram relativamente facilitadas, como vimos na entrevista com Cecília Olliveira. A partir da chancela da proposta após os *Jogos Olímpicos* de 2016, no Rio de Janeiro, estruturou-se um banco de dados para o projeto, onde os acontecimentos seriam

registrados em mapas abertos, com vínculos a um aplicativo para dispositivos móveis, com o propósito de alertar os usuários onde quer que estivessem.

No entanto, era necessário ir além. A vigilância da violência armada deveria adicionar os olhares atentos da própria população fluminense para que não ficasse restrita ao laboratório. Assim, convocar o vigiar se tornou um imperativo da plataforma. Começa-se então a busca por uma solução colaborativa (SANTAELLA, 2013) do alerta dos tiroteios por meio de uma cooperação entre especialistas, a equipe de profissionais do *Fogo Cruzado*, e os amadores (FLICHY, 2016), com a possibilidade da população de contribuir em uma cartografia coletiva dos territórios com acontecimentos que envolvem armas de fogo. Nessa dinâmica pelas redes digitais, o tempo-espaço entre os envolvidos é comprimido com o aviso sobre regiões em conflito pelas atuais mídias locativas (LEMOS, 2010).

No meio acadêmico, vimos ainda que há décadas a problemática da vigilância é tema central de diversos estudos, os quais ganharam relevância com a emergência do ciberespaço e com os efeitos dos ataques de 11 de setembro (LYON, 2010). No Brasil, para retratar o seu espalhamento na atualidade, Fernanda Bruno (2010, 2013) sustenta o conceito de vigilância distribuída. Em uma linha próxima, José Luiz Braga (2016) propõe a vigilância generalizada, incorporada em diversos campos, atividades e tecnologias. Com base neste quadro teórico, tomamos para reflexão a noção de um vigiar compartilhado, cuja marca principal é o compartilhamento de informações pelas redes digitais. Em uma lógica de todos para todos, coloca-se em circulação uma vigilância singular com o propósito de ser vista por muitos e somada a outras atividades observacionais.

No caso em específico do *Fogo Cruzado*, a intencionalidade da ação é justamente que a informação seja tornada pública, por sentidos, desejos e necessidades variadas – altruísmo, medo, orientação, comoção, busca por *likes* etc. Dessa forma, a vigilância compartilhada contempla tanto uma cultura de um ‘vigie você mesmo’, permeada na sociedade de modo distribuído (BRUNO, 2010, 2013), como uma diversidade de intenções e territórios passíveis de monitoramento por seu caráter generalizado (BRAGA, 2016). Com a violência armada cotidiana, temos assim uma prática que pode salvar vidas. Dessa forma, constitui-se uma formação coletiva particular (RECUERO, 2009) em torno deste vigiar, que se caracteriza pela produção de verdade (FOUCAULT, 1999) engendrada em uma diversidade de olhares, sentidos e inferências sobre acontecimentos (QUÉRÉ, 2005).

Em busca de compreender esse vigiar compartilhado, identificamos um fluxo comunicacional por onde estas processualidades perpassam o *Fogo Cruzado*. Com o reconhecimento do acontecimento nos territórios urbanos, um alerta é emitido pela população ao sistema, com informações da violência armada referida e a garantia de preservação do anonimato. Em uma transição do ambiente físico para as redes digitais, a equipe do laboratório faz a checagem por meio de técnicas jornalísticas e recursos de programação. Confirmada a veracidade, o tiroteio é registrado no banco de dados e o aplicativo notifica a todos usuários com configurações para receber aquela mensagem. Nesse estágio, o acontecimento deixa de se localizar apenas nos territórios urbanos para compor as malhas da web, configurando-se como um ciberacontecimento (HENN, 2015), imerso em um território-rede (HAESBAERT, 2004).

A plataforma ainda compartilha a vigilância em publicações nas redes sociais. Com isso, interações, interpretações e comentários são gerados pelo público, em semioses com direções difusas. Nesse ponto, desponta um segundo eixo importante para esta pesquisa. Enquanto processualidade, a ação, a geração e a propagação de signos garantem uma potencialidade ilimitada de acionamento de sentidos, metabolizados na semiosfera (LOTMAN, 1981). Por meio de modos tendenciais de semioses, são engendradas territorialidades semióticas nessa camada de inteligibilidade, que revelam relações de poder e disputas de sentidos sobre a realidade, presentes em uma práxis coletiva (SANTOS, 2006).

Assim, retomamos a nossa questão central de pesquisa: *Como a vigilância compartilhada do laboratório de dados Fogo Cruzado engendra territorialidades no âmbito dos sentidos sobre a violência urbana do Rio de Janeiro?*

Os modos de ler o nosso objeto foram divididos em quatro movimentos principais. No capítulo *Orientação em meio ao fogo cruzado*, buscamos compreender a trajetória, as rotinas de produção e a processualidade da vigilância compartilhada do *Fogo Cruzado*. Nesta etapa, também foi realizado o acompanhamento do percurso acontecimental da violência armada, assim como identificado o fluxo da comunicação na plataforma. Esse conjunto descritivo foi fundamental para as incursões metodológicas seguintes, em um recorte de análise no *Twitter*, em vias de captar os modos de semiotização, os enquadramentos do vigiar compartilhado e as territorialidades semióticas acionadas. Assim chegamos ao esquema analítico das semioses da violência armada, ilustrado no *Gráfico 8*.

Nas publicações no *Twitter* do *Fogo Cruzado*, reconhecemos cinco modos de semiotização principais. Por meio de análises, a plataforma se configura como uma

referência (SILVERSTONE, 1999) para reflexão sobre a violência armada fluminense, com predomínio para o enfoque estatístico. Para além da mera notificação, há um esforço de compreensão relacional de um conjunto de acontecimentos e suas implicações sociais. Por sua vez, a categoria *Institucional* apresenta o laboratório de dados como organização, com seus resultados alcançados pelo trabalho realizado e novidades em seus canais de comunicação.

A prospecção da vigilância é instigada no modo de semiotização *Interação*. Com a convocação da população fluminense de forma automatizada, o *Fogo Cruzado* destaca em suas mensagens a possibilidade de utilizar o campo privado para se comunicar. Também foi nesta categoria que se observou uma adesão às gramáticas das redes sociais, com utilização de memes e elementos da cultura popular para atenuar o diálogo com os usuários. Com esses estímulos virtuais para participar do vigiar compartilhado, a plataforma sublinha o reconhecimento da capacidade de orientação dos deslegitimados (FOUCAULT, 1999) pelas lógicas das mídias comerciais ou mesmo pelos órgãos de segurança pública.

Essa cultura de um ‘vigie você mesmo’ dinamiza os modos de subjetivação, as socializações na cidade e as relações territoriais contemporâneas, com o meio digital destacado como um espaço cancelador de acontecimentos públicos (HENN, 2015). A frase “quem não é visto não é lembrado” pode ser atualizada para “quem não está nas redes não é lembrado”. No *Fogo Cruzado*, temos, portanto, uma vigilância para além dos aportes estatais, das instituições de segurança pública, que abarca diferentes sujeitos, de modo disperso e geograficamente distantes.

Os acontecimentos em curso são assim notificados, tendo a instantaneidade como um horizonte para o qual a vigilância compartilhada se caminha. Esses alertas da plataforma se configuram como um segundo disparo, em uma metáfora com os tiros de arma de fogo. Trata-se de uma força propulsora de semioses, desencadeadora da produção de interpretantes (HENN, 2013), a partir de uma ordem hermenêutica (QUÉRÉ, 2005). Os enunciados utilizados no modo de semiotização seguem o mesmo padrão de construção, com acontecimento, geolocalização e horário aproximado enquanto elementos principais. De um modo geral, trazem dados que saciam a necessidade primária de orientação geográfica.

Para dar efeitos de veracidade aos alertas, comumente são acrescentadas as notícias repercutidas em outras mídias aos fios dos acontecimentos. Por meio de materialidades imagéticas destes conteúdos jornalísticos, em formatos em convergência (JENKINS, 2009), a violência armada ganha rosto, nome e

sobrenome. Essa vigilância compartilhada analisada passa a ser incorporada por uma estética vigente, instigada pela necessidade social de assistir ao que acontece no mundo (BRUNO, 2013). Em uma relação entre diferentes mídias na curadoria dos tiros, emerge uma potência imagética que ultrapassa o impacto que somente números e caracteres seriam capazes de proporcionar. Os números de interações em publicações com e sem imagens na análise atestam este argumento.

No conjunto de fotografias analisadas, identificamos seis principais enquadramentos do vigiar compartilhado. O primeiro retrata as vítimas, que são apresentadas em momentos de felicidade através de fotos pessoais captadas pelo laboratório de dados ou por outras mídias. Com base na amostra de nossa pesquisa e nos dados do *Atlas da Violência* (IPEA; FBSP, 2019), é possível afirmar que a grande maioria das vítimas são pessoas negras, pobres e moradoras de favelas. Historicamente, elas habitam regiões estigmatizadas, integram as classes mais baixas da sociedade e, por vezes, possuem estilos de vida marginalizados. Os sentidos revelados nessas imagens escancaram os efeitos de poder (FOUCAULT, 1999) do racismo no Brasil, imbricado na desigualdade social, na violência armada e em discursos que relativizam a morte dessa população.

Outra estética vigente acionada pelo *Fogo Cruzado* são os vestígios dos acontecimentos. Com utilização tendencialmente de *smartphones*, grande parte das fotografias são registradas pela própria população, prática que evidencia as apropriações dos sujeitos com as mídias (MARTÍN-BARBERO, 2004, 2015). Imagens na vertical, qualidade de resolução inferior e angulações desproporcionais ofertam indicativos dos responsáveis e dos aparelhos de captação utilizados. Esses enquadramentos revelam ainda uma narrativa da presença (RECUERO, 2012), em uma espécie de “veja, eu estive aqui” a ser compartilhado, com imagens de locais atacados e indícios da violência espalhados pelo chão. Esses episódios ofertam índices de verossimilhança em relação à realidade. A estética do amador se difere assim das câmeras profissionais, que reconstroem tão perfeitamente os acontecimentos ao ponto de artificializá-los. A imperfeição dos registros é a tônica de sua potência semiótica.

Nessa mesma linha amadora, despontam imagens que buscam retratar o triunfo policial nas incursões territoriais contra o tráfico de drogas. Em uma gestão de risco em nome da lei e da ordem, as polícias costumam registrar objetos apreendidos como símbolo de um dever cumprido com a sociedade. Nas publicações analisadas, as fotografias se faziam presentes em matérias jornalísticas

de outros veículos, o que pode ser um indício de narrativas enviadas pelas assessorias de imprensa dos órgãos de segurança. Assim, decorre uma mediação na interpretação acontecimental, com ênfase para o olhar policial.

Outro conjunto de imagens reúne registros de publicações para além do *Fogo Cruzado*. A estética reúne a captura de tela com manchetes de jornais, os *tweets* de órgãos de segurança e até as mensagens publicadas pela população em casos específicos. Também identificamos o enquadramento da infância em perigo, com inocentes em situações de violência armada na rua, em casa ou na escola. Comumente, mostram crianças sentadas ou deitadas no chão para se proteger de balas perdidas. Em uma aproximação com esses enquadramentos, a estética do flagrante acontecimental destaca o papel dos vigias da violência armada.

Com essa crescente utilização de mídias locativas (LE MOS, 2010), os processos midiáticos são convocados a circular pelos territórios urbanos. O vigiar pela cidade se espalha com a potencialidade de compartilhamento em tempo real. Se a torre do panóptico induz ao detento o estado consciente e permanente de visibilidade (FOUCAULT, 2011), na vigilância compartilhada todos são potenciais vigias, com objetivos não necessariamente claros. Em alguns casos, a estética do flagrante se mostrou mais uma necessidade de uma sociedade que quer ser vista (LYON, 2010), em busca de reconhecimento nas redes sociais com os seus registros, do que uma ação altruísta de orientar as pessoas sobre o perigo. Há ainda aqueles que sequer participam desses registros, mas se fazem presentes no debate - tanto como um público interessado como aqueles (robôs ou não) que chegam a partir de pesquisas de palavras-chave ou *retweets* na rede social.

Os modos de semiotização e os enquadramentos imagéticos identificados acionam o que denominamos de territorialidades semióticas. No terceiro eixo analítico da tese, selecionamos um conjunto de publicações do *Fogo Cruzado* para imersão nos comentários gerados. Nesse ponto, retomamos a ressalva de que nem toda semiose deixa vestígios a serem analisados. Por maior que seja o esforço observacional despendido, jamais seria capaz de contemplar todos os pontos cegos da produção de sentidos. Além disso, vale reforçar que os modos de ler e ver o nosso objeto contemplam uma angulação possível, com base em determinadas condições intelectuais e de trabalho. As próprias categorias do nosso modelo analítico não são fechadas, nem possuem pretensões universais.

Como vimos, a maior parte dos acontecimentos selecionados se referem a operações policiais, momentos nos quais os órgãos de segurança do Rio de Janeiro

promovem incursões em territórios urbanos comandados por facções ou milícias. As publicações se dividem em reflexões intermediáticas sobre ocorrências passadas, com compartilhamento da repercussão em outros veículos, e narrativas do presente, que buscam notificar a violência em curso. Fora o acréscimo do modo de semiotização *Notificação*, essa amostragem foi construída sem valorações precedentes. Com isso, elaboramos uma cartografia de sentidos, a partir da qual extraímos inferências sobre seus efeitos. As cinco territorialidades semióticas identificadas não são categorias excludentes. A depender dos acionamentos de sentidos da população, as fronteiras que as separam se tornam fluídas, de difícil demarcação. Por outro lado, as bordas de algumas inegavelmente provocam relações conflituosas e até agressivas entre os envolvidos.

A primeira territorialidade mapeada é a comoção. Nos comentários, emerge em manifestações de dor, pesar e sofrimento pelo outro. O medo da morte permeia essas semioses, tanto por uma inerência humana e uma construção social ao longo dos tempos (VOMERO, 2002; DELUMEAU, 2009), como por conta da própria violência armada geradora de territórios de incerteza. A segunda diz respeito à necessidade de orientação em relação ao perigo, destacada em episódios interacionais entre usuários no ato de marcar nos comentários. Esse orientar tanto se vincula à acepção geográfica da palavra, de georreferenciar o perigo, como denota um propósito conversacional de acompanhar os acontecimentos em curso.

O compartilhamento é a marca recorrente em ambos os casos. No fluxo comunicacional do *Fogo Cruzado*, configura-se como um terceiro disparo de semioses – o tiro em si, no território urbano; a notificação do acontecimento, pelos canais da plataforma, no território-rede; e a mensagem compartilhada nas redes digitais pelo público, em dinâmicas territoriais fluídas. Já a territorialidade semiótica da experiência congrega acionamentos das vivências dos sujeitos no mundo de duas maneiras predominantes: em uma relação direta, com relatos sobre os vínculos com os fatos, e de modo indireto, com semioses produzidas a partir de características dos acontecimentos que acionaram experiências passadas.

As territorialidades semióticas mais proeminentes foram o que denominamos de punitivismo e direitos humanos. A primeira se caracteriza por acionamentos que comemoram a morte de pessoas, defendem irrestritamente ações dos órgãos de segurança, militam em favor de quadros políticos que empregam discursos de virilidade, cobram das autoridades mais punição para os criminosos e criticam a esquerda, a imprensa e os inimigos de sua agenda. Ela integra o chamado

bolsonarismo, movimento popular que sustenta o núcleo presidencial e traz a reboque uma série de personalidades que se acoplam a essas narrativas.

Enquanto um espaço predominantemente político, o universo da racionalidade é preterido em nome das semioses tendenciais mencionadas. Já a segunda aponta para sentidos contrapostos ao punitivismo, com predomínio para sentimentos de empatia com as vítimas através de discursos críticos aos valores que integram o universo da extrema-direita, assim como às políticas de segurança pública vigentes e aos quadros políticos no poder. O nome se justifica por entendermos nessas narrativas uma ética cidadã suprapartidária, com raízes no pós-Segunda Guerra Mundial.

Em linhas gerais, esta territorialidade semiótica é marcada pela contraposição aos poderes estabelecidos (FOUCAULT, 2013), tanto pela via institucional quanto pela deliberação democrática. As ações denotam um senso de coletividade, com reflexão crítica aos papéis exercidos por discursos políticos escusos e políticas públicas banhadas de sangue. Portanto, *Comoção* e *Experiência* revelam marcas de semioses particulares dos sujeitos com os acontecimentos. Já *Orientação* se dá sempre em relação a um outro, seja uma pessoa próxima, um veículo de imprensa ou um órgão de Estado. Por sua vez, *Punitivismo* e *Direitos humanos* dizem respeito às subjetividades políticas, aos modos de ver o mundo e às construções sociais para além das fronteiras da racionalidade.

Todas as territorialidades semióticas identificadas nesta tese perambulam entre um regime de produção de verdades, articulado por este sistema de relações estabelecido pelo *Fogo Cruzado*, que se origina no território urbano e imbrica no meio digital em uma lógica território-rede; e um regime de probabilidades da violência armada, no qual tenta-se mitigar o risco de se fazer presente nos territórios do perigo em um futuro iminente. Como efeito secundário, tende ainda a amplificar o assombro da violência e promover a exposição de vítimas – o que não é exclusividade das redes digitais, características presentes historicamente também nos meios jornalísticos, em particular nos programas policiais de canais abertos de televisão no Brasil. Esses conjuntos de regramentos de captura da realidade e de previsão dos acontecimentos são coordenados por processualidades inerentes do que chamamos de vigilância compartilhada.

Por esses processos, a produção de sentidos sobre a realidade é muito mais reverberada nos acionamentos dos amadores, registrados nas redes digitais, do que gerada por incentivos de racionalidade dos modos de semiotização do *Fogo*

Cruzado. Essa assimetria de sentidos dispersos se evidencia em uma gradativa abertura do campo hermenêutico, que acompanha o fluxo comunicacional. Primeiro, a arma de fogo provoca um conjunto de reações primárias nos sujeitos, em uma certa limitação de sentidos. Em um segundo momento, o alerta da plataforma oferta uma mediação ciberacontecimental, baseada em gramáticas de racionalidade, que possibilita uma amplitude maior de percepções sobre o fenômeno. No terceiro movimento, de compartilhamento entre usuários, a força propulsora da semiose impacta através de uma variedade de sentidos dispersos em um mesmo palco de atuação: a sociedade como usuária deste sistema de relações.

Em conjunto, essas territorialidades semióticas revelam facetas dos acionamentos dos sujeitos envolvidos nos episódios comunicacionais. Engendradas pela vigilância compartilhada, emplacam procedimentos de normalização no Rio de Janeiro. Portanto, essas semiotizações operam como demarcadoras dos territórios urbanos aptos de circulação e dos territórios do perigo. Ao mesmo tempo, a recorrência desses processos midiáticos institui uma naturalização de tiroteios, não como uma meta a ser alcançada por este sistema de relações, mas um efeito secundário dos arranjos de seus elementos. Ela pode ser vista frequentemente em falas de governantes sobre níveis estatísticos aceitáveis para a violência armada, em uma das facetas da economia da criminalidade que justifica a força, o despreparo e os excessos da intervenção estatal como um mal necessário.

Estas são as marcas de uma nova normalidade em curso no Brasil, que subverte os limites do tolerável para o viver em sociedade. Aos sobreviventes, o que lhes resta é o testemunho através de um vigiar compartilhado, marcado pela promoção de um novo urbano imbricado com o meio digital, por meio da articulação dos saberes deslegitimados com propósitos os mais diversos, assim como pelo escancarar da inoperância dos órgãos de Estado na solução da problemática que há décadas ceifa vidas. Nesse cenário, desponta a vigilância do *Fogo Cruzado* como um processo de ordem comunicacional que, em última instância, pode salvar vidas.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Wilson Witzel comemora desfecho com morte do sequestrador no Rio de Janeiro. *Correio Braziliense*, 20 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/08/20/interna-brasil,778167/wilson-witzel-comemora-desfecho-com-morte-do-sequestrador-no-rio-de-ja.shtml>>. Acesso em: 6 dez. 2020.
- AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona, 354-430. **A doutrina cristã**: manual de exegese e formação cristã. São Paulo: Paulus, 2002. (Patrística; 17).
- AQUINO BITTENCOURT, Maria Clara. A ilusão da convergência pelas barreiras da circulação no Facebook. In: MIÉGE, Bernard [et al.]. **Operações de mediatização**: das máscaras da convergência às críticas ao tecnodeterminismo. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2016. P. 95-118.
- _____; ALEXANDRE, Tássia. Checagem Jornalística em Tempos de Pós-Verdade: o caso das delações da JBS envolvendo o presidente Michel Temer. **Interin (UTP)**, v. 23, p. 137-153, 2018.
- ALMEIDA, M. G. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da Anpege**. N. 2, 2005. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/86>>. Acesso em 18 set. 2018.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **Los modelos de la comunicación**. Madrid: Editorial Tecnos, 1995. 2ª edição, reimpressão 2007.
- _____. **A Construção da Notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ANTOUN, Henrique. Vigilância, comunicação e subjetividade na cibercultura. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.). **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010. P. 141-154.
- BARCELLOS, Caco. **Rota 66**: a História da Polícia que Mata. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BECKER, Howard. Sobre Metodologia. In: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Hucitec, 1993. P 17-46.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BERNÁTH, Balázs *et al.* How could the Viking Sun compass be used with sunstones before and after sunset? Twilight board as a new interpretation of the Uunartoq artefact fragment. **Proceedings of the Royal Society A**. London, 2014.
- BETIM, Felipe. Alinhado a Bolsonaro, Witzel quer transformar o Rio em vitrine dos planos de segurança mais radicais. *El País Brasil*. 1 de novembro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/29/politica/1540850503_916264.html>. Acesso em: 6 dez. 2020.

BONIN, Jiani Adriana. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy et. al. **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-42.

_____. A dimensão metodológica na orientação de pesquisas em comunicação. In: MALDONADO, Alberto Efendy et.al. (org.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul: UNIDAVI, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**, v. 1, n. 1, p. 73-88, 2008.

_____. Constituição do campo da comunicação. **Revista Verso e Reverso**. XXV (58):62-77, janeiro-abril, 2011.

_____. Vigilância: o alcance do processo e da palavra. In: CASTRO, Paulo César (org.). **Vigiar a vigilância**: uma questão de saberes? Maceió: EDUFAL, 2016. P. 85-97.

_____. Dispositivos Interacionais. In: BRAGA, J.L., RABELO, L., MACHADO, M., ZUCOLO, R., BENEVIDES, P., XAVIER, M.P., CALAZANS, R., CASALI, C., MELO, P.R., MEDEIROS, A.L., KLEIN, E., and PARES, A.D. Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2017, 449 p. Paradigmas da Comunicação collection. ISBN: 978-85-7879-572-6.

_____. A Comunicação e o senso comum. PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM. São Paulo, v. 3, n. 5, jan./jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 6 jan. 2021.

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **A Explosão da Comunicação**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2000. 2ª Edição. Tradução de Maria Carvalho.

BRITO, Carlos; MURARO, Cauê; FUSSY, Peter. Intervenção federal no RJ é a 1ª desde a Constituição de 1988. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/intervencao-federal-no-rj-e-a-1-desde-a-constituicao-de-1988.gh.html>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

BRUNO, Fernanda. Mapas de crime: vigilância distribuída e participação na cultura contemporânea. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.). **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010. P. 155-173.

_____. **Máquinas de ver, modos de ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013. 190 p. (Coleção Cibercultura)

BRUNS, AXEL; BURGESS, JEAN. The use of Twitter hashtags in the formation of Ad Hoc Publics. In: Bruns, A & De Wilde, P (Eds.) Proceedings of the 6th European

Consortium for Political Research (ECPR) General Conference 2011. The European Consortium for Political Research (ECPR), United Kingdom, pp. 1-9.

CARLÓN, Mario. Público, privado e íntimo: el caso Chicas Bondi y el conflicto entre derecho a la imagen y la libertad de expresión en la circulación contemporánea. In: CASTRO, Paulo Cesar (org.). **Dicotomia Público/Privado**: estamos no caminho certo? Maceió: EDUFAL, 2015. P.211-232.

_____. **Después del fin**: una perspectiva no antropocéntrica sobre la post-tv, el post-cine y Youtube. Buenos Aires: La Crujía, 2016. 172p.

CARNEIRO, Júlia Dias. Jair Bolsonaro: os caminhos e as promessas do novo presidente. **BBC Brasil**. 1º de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46705007>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

CHIVALLON, Christine. Du territoire au réseau: comment penser l'identité antillaise. **Cahiers d'études africaines**, vol. 37, n°148, 1997. La Caraïbe. Des îles au continent. pp. 767-794

CGI. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros [livro eletrônico]: TIC domicílios 2017. CGI - Comitê Gestor da Internet no Brasil. São Paulo, 2018.

COUTO, Juliana Bezerra. As remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro: a influência do discurso do risco. **Dissertação de Mestrado** (Programa de Pós-Graduação em Geografia). PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2017.

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972 - 1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. 232p. (Coleção TRANS) Tradução de Peter Pál Pelbart.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Tradução Maria Lucia Machado; tradução de notas Heloísa Jahn.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1979. P. 7-67.

_____. Tevê: a transparência perdida. In: **Viagem na irrerealidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 28pp.

ERNESTO, Luarlindo. O fim do policial que acendia vela pro bandido. **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro: O Dia, 2019. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/colunas/historias-do-luar/2019/08/5671068-o-fim-do-policial-que-acendia-vela-pro-bandido.html>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FGVcia. Centro de Tecnologia de Informação Aplicada da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). **31ª Pesquisa Anual do FGVcia**: Uso da TI nas Empresas, Fernando MEIRELLES, 2020.

FLICHY, Patrice. Internet, um mundo para os amadores. In: FLICHY, Patrice; FERREIRA, Jairo; AMARAL, Adriana (orgs.). **Redes digitais**: um mundo para os amadores. Novas relações entre mediadores, mediações e mediatização. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2016. P.13-48.

FLORES, Paulo. O que são think tanks. E como eles influenciam a política. **Nexo**, São Paulo, 1 dez. de 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/01/O-que-s%C3%A3o-think-tanks.-E-como-eles-influenciam-a-pol%C3%ADtica>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

FLÔRES, Vinícius. Midiatização amazônica: a construção sistêmico-discursiva do InfoAmazonia. **Dissertação de Mestrado** (Pós-Graduação em Comunicação Midiática). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

_____.; BORELLI, Viviane. Sistemas sociais em midiatização: acoplamentos sistêmico-discursivos no InfoAmazonia. **Lumina**, Juiz de Fora, PPGCOM – UFJF, v. 11, n. 3, p. 193-214, set./dez. 2017.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: Uma Arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981. Tradução de Salma Tannus Muchail.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 39. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Tradução de Raquel Ramallete.

_____. **Microfísica do poder**. 27ª ed. São Paulo: Graal, 2013. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 5. ed. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. p. 363-406.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação: a comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.; FRANÇA, V. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. P. 39-60.

FRAGOSO; Suely; RECUERO; Raquel; AMARAL; Adriana. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRIEDMANN, Raul M. P. **Fundamentos de orientação, cartografia e navegação terrestre**: um livro sobre GPS, bússolas e mapas para aventureiros radicais e moderados, civis e militares. Curitiba: Editora UTFPR, 2008. 2ª Edição. 412p.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**. Schwarcz, 1989. p. 143-179, 1989.

GSMA. The Mobile Economy 2018. GSM Association. London, 2018.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000. P. 275-350.

HAESBAERT, Rogerio. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade** (4a ed.). 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 1ª edição. Tradução Paulo Geiger.

_____. **Sapiens – Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018. Tradução Janaína Marcoantonio. 592 p.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity**. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1992.

HENN, Ronaldo. O ciberacontecimento. In: VOGEL, D., MEDITSCH, E, e SILVA, G., **Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais**. Florianópolis: Insular. P.p 21-34, 2013.

_____. Seis categorias para o ciberacontecimento. In: NAKAGAWA, Regiane Miranda; SILVA, Alexandre Rocha. (Org.). **Semiótica da Comunicação II**. 1ed.São Paulo: Intercom, 2015, v. 2, p. 208-227.

_____; OLIVEIRA, Felipe. Jornalismo e movimentos em rede: a emergência de uma crise sistêmica. **Revista Famecos: Mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 22, n. 3, julho, agosto e setembro de 2015.

_____; FLÔRES, Vinícius. *Fogo Cruzado* e territorialidades semióticas. In: SÁ, Simone Pereira de; AMARAL, Adriana; JANOTTI JR, Jeder; SOARES, Thiago Soares. (Org.). **Territórios Afetivos da Imagem e do Som**. 1ed.Belo Horizonte: UFMG, 2020, v. 1, p. 1-20.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

IPEA; FBSP. Atlas da Violência de 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2019.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. 6ª ed. p. 21-158.

_____; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 4.ed. atual.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009. 2 ed.

KAUROV, E. N. Sky luminaries in the space orienting activity of homo sapiens in the middle palaeolithic. **Astronomical and Astrophysical Transactions**, vol. 17, 1999. p. 459-473.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Lilliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

LAGE, Nilson. Relacionamento do Repórter com as Fontes: procedimentos e teoria. In: IX Compós. Porto Alegre/RS, 2000. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/fontesnojornalismo/artigos>>. Acesso em: 25 dez. 2020.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas**: das origens a Max Weber. Vol. 1. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. Tradução de Ephraim F. Alves. 5.ed.

LEMO, André. Cibercultura, cultura e identidade. Em direção a uma “Cultura Copyleft”?. **Contemporanea**, vol.2, no 2 p 9-22 Dez 2004.

_____. Mídias locativas e vigilância. Sujeito inseguro, bolhas digitais, parece virtuais e territórios informacionais. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.). **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010. P. 36-60

LIVINSTONE, Sonia. Internet literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades on-line. In: **Revista Matrizes**. Ano 4 – nº 2 jan/jun. 2011.p11-42.

LOTMAN, Y., **La semiosfera**. Madri: Catedra, 1996.

_____. **Cultura y explosión, Lo previsible en los procesos de cambio social**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999.

_____; USPENSKII, B., et. al. **Ensaio de Semiótica Soviética**. Lisboa: Horizonte Universitário, 1981.

LUHMANN, Niklas. **Social Systems**. Stanford-CA: Stanford University Press, 1995. Translated by John Bednarz Jr. and Dirk Baecker.

LYON, David. 11 de setembro, sinóptico e escopofilia: observando e sendo observado. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.). **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010. P. 115-140.

MATEUS, Samuel. Regimes de visibilidade na publicidade mediatizada. **MATRIZES**. V. 8, nº 2. Jul/dez 2014. São Paulo, Brasil. P.259-281.

MAROCCO, Beatriz. **Entrevista na prática jornalística e na pesquisa**. Porto Alegre: Libretos, 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Razón técnica y razón política: espacios/tempos no pensados. In: **Revista ALAIC**. Nº01, 2004.

_____. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. 360p.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. (1964) São Paulo: Cultrix, 2002.

MCMULLAN, Thomas. What does the panopticon mean in the age of digital surveillance?. The Guardian, 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/technology/2015/jul/23/panopticon-digital-surveillance-jeremy-bentham>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Retorno da narrativa: a busca do significado. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 37, n. 62, p. 53-64, jan-jun., 2012.

MOUFFE, Chantal. Diante do avanço do populismo de direita, “o único caminho é desenvolver um populismo de esquerda”. Instituto Humanitas Unisinos. Entrevista para Sebastian Abrevaya, publicada originalmente na Página/12, no dia 25 de novembro de 2018. Tradução de André Langer.

MORIN, Edgar. **O Método I, A Natureza da Natureza**. Mira-Sintra: Europa-América, 1986.

NÓBREGA JUNIOR, Edson Diniz. O Programa Criança Petrobras na Maré em oito escolas públicas do maior conjunto de favelas do Brasil. **Dissertação de Mestrado** (Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação) PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2007.

NORRIS, Christopher. **Epistemologia, conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 3-58.

OLLIVEIRA, Cecília. As ligações dos Bolsonaros com as milícias. The Intercept Brasil, 22 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/01/22/bolsonaros-milicias/>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

_____. EIRAS, Yuri. O fim de uma facção. The Intercept Brasil. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/12/13/o-fim-de-uma-facciao/>>. Acesso em: 5 ma. 2019.

PEIRCE, Charles Sanders. **Collected Papers**. C. HARTSHORNE; WEISS, P. (orgs.), vol. 1-6 e BURKS A. W. (org.), vol. 7-8. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-58. [Obra citada como CP seguido pelo número do volume e número do parágrafo].

_____. **Escritos Coligidos, seleção de D'OLIVEIRA, Armando Mora**. Trad. D'OLIVEIRA, A. M.; POMERANGLUM, Sergio. Em Os pensadores, ed. Victor CIVITA, vol. 36. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **Semiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1977.

PEW RESEARCH CENTER. Global Attitudes Survey. Washington DC, Spring 2018.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da Esperança ao Ódio: Pobreza e Política do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHUideias**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**. Vol. 22 Nº 1 - janeiro/abril 2020.

PRADO, José Luiz Aidar. Comunicação e reinvenção acontecimental da política. In: JESUS, Eduardo [et.al. ORG.]. **Reinvenção comunicacional da política**: modos de habitar e desabitar o século XXI. Salvador: Edufba; Brasília: Compós, 2016. 292 p. Livro Compós 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Pesquisa Brasileira de Mídia - 2016. Secretaria de Comunicação Social - Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública. Brasília, 2016.

PRIMO, Alex. Nó 1 – Interações mediadas e remediadas: controvérsias entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática. PRIMO, Alex (Org.). **Interações em Rede**. Porto Alegre: Sulina, -2013. P. 13-32. (Coleção Cibercultura)

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos - Revista de Comunicação, Cultura e Educação**. Lisboa, n. 6, p.59-75, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: Questões, teorias e “estórias”. Veja, 1993 (1ª edição).

_____. Experiência, modernidade e campo dos media. **Biblioteca On Line de de Ciências da Comunicação**. Portugal, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____; BRAGA, Adriana. Interação, discurso e espaço público em ambiente digital. In: CASTRO, Paulo César (org.). **Dicotomia público/privado**: estamos no caminho certo? Maceió: EDUFAL, 2015. P.25-48.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: Transformações Contemporâneas do Desejo. Porto Alegre: UFRGS, Sulina, 2006.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura**: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTAELLA, Lúcia. **Intersubjetividade nas redes digitais**: repercussões na educação. In: PRIMO, Alex. Interações em rede. Porto Alegre: Sulina, 2013.

_____; WINFRIED NÖTH. **Introdução à semiótica**: passo a passo para compreender os signos e a significação. São Paulo: Paulus, 2017. Coleção Introduções.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. O retorno do território. **OSAL** - Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção 4ed. 2reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHREIBER, Mariana; SHALDERS, André. Bolsonaro presidente: a matemática que pode alavancar (ou travar) projetos do governo no Congresso. BBC News Brasil. 31 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46036919>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002. 302.p.

THE INTERCEPT BRASIL. Intervenção Militar: Rio de Janeiro. Vídeo publicado na página do The Intercept Brasil, 2 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/02/17/intervencao-militar-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2005.

VOMERO, Maria Fernanda. Morte. **Revista Superinteressante**. São Paulo: Grupo Abril, 2002. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/comportamento/morte/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel et. al. **Para abrir as ciencias sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1996. P.13-148.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM CECÍLIA OLLIVEIRA

Entrevista realizada no dia 29 de abril de 2019, por videoconferência, com a idealizadora do *Fogo Cruzado*, Cecília Olliveira, editora contribuinte do The Intercept Brasil e especialista em Criminalidade e Segurança Pública e em Administração Pública.

De onde surgiu a ideia do *Fogo Cruzado*?

Então, eu sou jornalista há muito tempo. Me formei em 2005. Então tem um tempinho. E eu me mudei para o Rio há 10 anos. Então eu trabalho nessa área, especificamente em segurança pública, desde que eu me mudei para cá. Especificamente sobre o Fogo Cruzado, eu estava em 2015 acompanhando os acontecimentos do Rio, pré-Olimpíadas inclusive, e eu lembro que eu vi uma capa do jornal Voz da Comunidade em que eles diziam que o Complexo do Alemão estava há 100 dias tendo tiroteio diariamente. Eu lembro que a gente não viu isso sendo notícia. Então eu realmente tive aquela percepção assim: é isso, a gente tem isso tudo acontecendo, mas nem tudo é notícia e, obviamente, o Complexo do Alemão deu a sorte de ter um jornal próprio, porque, sem dúvidas, existem lugares que nem isso. Então no fim de 2015, eu pensei: assim que virar o ano, eu vou começar a contar o que eu consigo perceber de tiroteio ou disparos de armas de fogo, porque quando eu busquei, por exemplo, vítimas de balas perdidas no site do Instituto de Segurança Pública, o último dado era de 2012. E como tiroteio é uma coisa que nem sempre vira uma ocorrência, esse número se perde. Porque é aquilo: se teve, vamos supor, teve um assalto, teve um tiroteio ali, na hora que o cara que é assaltante foi correr, mas se o dono da loja não quiser fazer um boletim de ocorrência, tipo: “não, no fim das contas não levou nada, não teve problema”, essa informação se perder. Ou, especificamente aqui no Rio, tem muito essa questão de dar tiro para o alto, muito em dia de jogo, é comum realmente soltar fogos, soltar tiro, e você tinha toda essa informação relativa à violência armada urbana se perdendo. Então eu comecei a contar ali numa planilha mesmo, no Google Docs, só o que eu conseguia ver.

No seu entorno?

Eu pegava ali dos meus colegas que eu via no Facebook. Porque sempre tem alguma pessoa falando. “Nossa, eu tava ali no centro, rolou uns tiro, teve uma perseguição”. É uma coisa muito cotidiana aqui. E eu contando só isso, eu tinha ali tipo 7, 8, 10 por dia. E, obviamente, eu tinha plena convicção de que era só a minha bolha. Óbvio que era mais do que isso. Então eu fui pensando sobre o que fazer com isso. Porque era uma informação interessante, mas que ou você sistematiza e ela ganha vida ou ela vai se perder. E na época eu conversei com uma amiga minha que estava trabalhando em uma campanha da Anistia, a campanha Jovem Negro Vivo, que fazia parte de uma campanha maior chamada A Violência Não Faz Parte Deste Jogo, que era uma campanha da Anistia focada em violações na época dos grandes jogos. Aí ela disse que dentro do projeto tinha previsão de alguma iniciativa tecnológica, então poderia ser um site ou qualquer coisa, tipo não tinha nada pré-determinado, e que a gente poderia pensar o que fazer. E aí, conversa vai, conversa vem, a gente chegou à conclusão que seria interessante ter uma ferramenta que não fosse impositiva, no sentido de “temos aqui uma solução para vocês”. Às vezes, muitos projetos seguem essa linha infelizmente, e por isso, eles simplesmente dão errado. O interessante era realmente chamar as pessoas a fazer parte da coisa porque segurança pública é um assunto que tangencia todo mundo. Então interessante era que realmente todo mundo fizesse parte disso.

Isso em 2016, correto?

Isso, no início de 2016 já. Então o que a gente... o que eu fui pensando ali que, no fim das contas, cheguei a solução de que seria interessante um aplicativo porque, realmente, a informação estaria na mão de qualquer pessoa, mas seria interessante também ter um site, onde você pudesse colocar mais informações do que você consegue colocar dentro de uma estrutura de um aplicativo, então você poderia ter ali algumas matérias, relatórios e também isso tudo aliado a um banco de dados. Porque o interessante é exatamente congrega tudo isso e não deixar perder a informação. Aquela informação que eu te dei na hora. Por exemplo: tiro rua do Catete, altura da Andrade Pertence. Para que isso não se perdesse no ar e fosse só uma notificação no seu Facebook. O interessante seria que tudo isso estivesse dentro de um banco de dados. Então a gente desenvolveu tudo e ele

entrou no ar 30 dias antes das Olimpíadas. Até porque a gente programou para que ele entrasse no ar e a gente tivesse já um relatório de 30 dias assim que as Olimpíadas fossem lançadas, exatamente para que você tivesse a noção de parece ok, mas não está ok.

Então desde o início vocês já tinham essa dimensão da estrutura, de que precisariam de um aplicativo e de um site, e que isso tudo geraria relatórios para que gerassem notícia na imprensa.

Sim, sim. A gente só não tinha dimensão da trabalhadeira que isso daria, do volume de dados que isso acumularia. Porque é aquilo: quando colocou o bloco na rua, literalmente, era só eu. Em uma semana, eu falei: não vou dar conta (risos).

Só tinha tu no projeto?

Sim, no início sim. E o desenvolvedor.

E a sua amiga pesquisadora da Anistia?

Ela abriu a porta né. Mas ela não trabalhava no dia-a-dia. Então, assim, a estrutura da Anistia que eu aproveitava era, por exemplo, a assessoria de imprensa, que eles podiam soltar o que eu produzisse, eles não iriam produzir de qualquer forma. Então é isso (risos). Então em uma semana eu pedi arrego e cada vez que eu ficava mais soterrada eu pedia mais uma pessoa, mais uma pessoa (risos). Então hoje nós temos quatro pessoas trabalhando diariamente, em turnos de 6 horas, das 6h à meia noite, e a gente continua tendo a pessoa específica do desenvolvimento, que cuida do site e é responsável por atualizar o aplicativo e desenvolver outras ferramentas que necessárias. E a gente tem uma pessoa hoje específica só para cuidar do banco de dados, que virou um monstro, que é a Bel (Maria Isabel Couto, a pesquisadora).

Em 2016, nas matérias que encontrei, haviam uma menção ao Fogo Cruzado como “Waze do Pipoco”. Como surgiu esse nome?

Não sei, as pessoas falavam dessa forma. Não faço a menor ideia de onde isso veio.

Mas qual é o nome que pegou mais?

Varia. Depende mesmo. Se você quiser fazer uma piada... (risos).

Você falou em 6 horas, escalonadas. Como é a rotina hoje do Fogo Cruzado?

As pessoas trabalham nesses turnos que eu te falei. Então quando uma pessoa coloca uma notificação no aplicativo essa informação chega imediatamente no nosso sistema. E a gente não publica isso imediatamente. Essa pessoa que está ali de plantão tem que checar essa informação. Então a gente tem uma rede estabelecida de moradores, comunicadores locais e a gente checa essa informação com eles e a gente também tem uma série de filtros que a gente desenvolveu para as redes sociais que permite que a gente saiba quem está falando, de onde está falando, com que frequência está falando, e relatando informações sobre tiros, tiroteios, tudo relativo a isso. Porque é uma coisa que as pessoas falam sobre. Então a gente realmente fica de olho no que as pessoas estão falando. E aí você cruza essas informações, porque a chance de uma única pessoa falar sobre um tiroteio é assim... Minúscula. Só se ela estiver dentro da casa que isso aconteceu e a arma tiver um silenciador. Porque as pessoas falam. O que é ótimo para mim (risos).

Falam no sentido de alerta?

Comentam nas redes. Seja para poder alertar as pessoas do bairro. Do tipo: “Olha, está tendo um assalto lá no supermercado tal, cuidado” ou então “passei pela rua tal e está tendo arrastão. Cuidado”. Então as pessoas falam isso, realmente é uma coisa muito cotidiana se você analisa as redes sociais, as pessoas falam não só sobre tiros, mas do tipo: “Meu carro foi roubado no dia tal, no lugar tal, na hora tal. Cuidado, não passe por essa rua no horário tal”. Então as pessoas falam sobre crimes o tempo todo e não é à toa que segurança pública é a maior plataforma política que a gente tem ultimamente. Não é à toa.

Qual é o perfil das pessoas que trabalham hoje no Fogo Cruzado?

São todos jornalistas, tirando o desenvolver e a Maria Isabel, que é socióloga. Ela é doutora em Antropologia Social. Ela era a pessoa que cuidava do setor de segurança pública da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e a gente pegou ela pra gente (risos).

Como se constitui essa rede de fontes de vocês?

São pessoas que moram em várias localidades. A gente está presente em dezenas de grupos de WhatsApp, dezenas de grupos de Facebook porque as pessoas nos mandam informações o tempo todo e porque a gente tem que ficar de olho mesmo.

É isso, as pessoas têm as suas próprias redes. Você mora em bairro tal, você está no grupo do seu bairro. É uma coisa praticamente automática. E aí devido a isso, a gente foi inclusive procurando mais e ampliando de fato a presença.

Qual é o perfil desses comunicadores locais? Amadores, profissionais?

Os dois. Então a gente tem os jornalistas do Voz da Comunidade e pessoas que fazem a rádio local na favela X. Então você tem realmente de tudo.

Você saberia precisar quantos?

Números? Sem chance (risos). Milhares. É muita gente, é muito grupo. Só mapeado no Facebook a gente tem tipo 193 grupos de bairro. Mas foi a última vez que eu contei e isso só no Facebook. Então no WhatsApp eu nem sei. Vou contar um dia (risos). Todos da região metropolitana.

Vocês atuam remotamente ou possuem uma sede?

Remotamente. Não é bom ter uma sede. Porque cada pessoa mora num município. Então assim se você for se deslocar... É muito tempo. A gente faz uma reunião anual. Uma. E é a única vez que a gente reúne todo mundo. A gente faz um

balanço do ano, uma coisa mais de fim de ano, almoçar junto, ver as pessoas que a gente nunca vê, mas fala todo dia. Então a gente se encontra uma única vez no ano porque não dá. Não existe uma região central quando você trabalha na região metropolitana. O centro do Rio não é o centro do Rio. Tem gente em Seropédica... São quase 3h do centro do Rio. É muita coisa, então dependendo do dia que você precisa sair, você literalmente vai gastar o dia inteiro indo e voltando de um lugar para fazer uma única reunião. Então a gente faz uma vez só, porque não vale a pena.

Sobre a checagem, no site consta uma taxa de descarte de 16%. Esse número corresponde ao quê?

Às vezes, chega informação incompleta. Tipo: “tiros em São Gonçalo”. Não me diz nada. Então a gente descarta. A maioria deles são informações duplicadas. É aquilo, como eu te disse, não tem nenhuma chance de uma única pessoa falar sobre um tiroteio. Então as vezes você pode estar de um lado da rua e eu do outro e nós dois vamos enviar a mesma notificação. Então a gente consegue saber que é a mesma região e descarta quantas forem para deixar uma só.

E notificações de má fé?

Ah, sim, ainda tem. De vez em quando tem gente que envia uma notificação, tipo assim, com 50 feridos, 60 mortos. Então aí a gente vai bloqueando. Mas eles renascem das cinzas (risos). Sempre brota mais um.

Vocês são bastante citados na mídia hegemônica como fonte. Qual é a relação com eles?

Nós usamos três fontes. Os usuários, os informes da polícia e a imprensa. Então a gente usa muito a imprensa no sentido de... às vezes a gente recebe algumas notificações, por exemplo, dizendo que houve um tiro e depois você acha uma notícia na imprensa que aquele tiro terminou com uma vítima. Então a gente volta no sistema, atualiza a informação e troca a fonte para imprensa, inclusive. A gente

fica sempre de olho... Isso é interessante para saber o quanto é possível cobrir, o quanto disso sai na mídia ou não. Então a gente consegue mensurar isso.

Você comentou que percebeu que muitos acontecimentos, muitos tiroteios, não eram notificados, seja pela imprensa ou pelos órgãos de Estado, quando teve a ideia do *Fogo Cruzado*. Hoje qual é a sua percepção?

Ainda continua muito subnotificado, principalmente fora da capital. Às vezes a gente tem alguns dados na mão que nos indicam, por exemplo: houve uma situação específica que a gente percebeu um aumento muito expressivo de tiroteios em Belford Roxo. Como a gente acompanha diariamente, a gente sabia que era uma disputa entre o pessoal do Castelar e... Não vou lembrar o nome da outra favela. Mas era ali no centro. Então a gente sabia que as duas favelas estavam em uma disputa acirradíssima e Belford Roxo quando nunca tinha tiroteio. E, de repente, era todo o dia, várias horas por dia. Então a gente consegue perceber essa movimentação e inclusive pautar a imprensa. “Olha, tá acontecendo alguma coisa ali, é o terceiro dia consecutivo de tiro no mesmo local, acho que pode render uma matéria”. Então a gente procura jornalistas que são abertos a essas sugestões de pauta e que possam se interessar. Então a gente já conseguiu pautar a imprensa nesse sentido.

Nós jornalistas costumamos olhar para iniciativas oriundas da Internet com certa desconfiança, pois não se trata de uma fonte oficial. Como se deu esse processo de *quebrar o gelo*?

Isso é interessante em vários aspectos. Por ser jornalista, o que eu costumo dizer é que eu entendi várias coisas e vários posicionamentos de jornalistas e não jornalistas sendo fonte agora. Eu entendi o porquê de muita gente não gostar de jornalista (risos). Eu entendi também que jornalista não sabe fazer notícia. Eu entendi que jornalista não sabe lidar com dados. Não sabe usar planilhas. Não tem respeito pela fonte. Quer tudo mastigado. E geralmente muda tudo o que você disse. Eu entendi muita coisa.

Por exemplo, uma coisa que eu digo hoje em dia é que, apesar de todas as críticas que a gente tem, a rede Globo... É fato que existe um padrão Globo de qualidade.

Isso é um fato incontestável. Quer dizer que a Globo é muito boa? Em partes. Quer dizer que o resto é muito ruim (risos). Então assim, isso me fez inclusive adaptar o modo como o Fogo Cruzado se comunica. Quando a gente vai preparar informações para encaminhar para a imprensa, hoje eu consigo antever todas as perguntas que vão me fazer. E tem gente que, mesmo depois de você antever, eles perguntam coisas que estão escritas ali. Então, por exemplo, nos relatórios mensais, a gente encaminha as informações já comparando com o mês anterior e o mesmo período do ano passado. E mesmo assim eles vêm com a pergunta: e no ano passado? (risos).

Jornalista que não lê então.

Não lê. Assim, mas acho que são duas coisas. Eles tanto não leem quanto sabem que as pessoas mandam coisas incompletas de fato. Então as vezes eles até esperam que não tenham.

Eles vão com essa pré-disposição.

Sim, sim. Uma coisa que a gente faz muito... Os releases que a gente encaminha, a gente não faz eles em forma de texto. A gente faz em forma de tópico. Assim: os bairros com mais tiros em abril são esse, esse e esse, com tal, tal e tal quantidade de tiros, X quantidade de vítimas fatais, feridos, e já faz uma comparação com o mês anterior e com o ano anterior. Então a gente deixa tudo em tópico para facilitar mesmo. Uma coisa que a gente sempre faz, por exemplo, a gente acompanha muito de perto a questão de crianças vítimas de violência armada. Uma pessoa foi baleada hoje, a gente vai te mandar essa informação em minutos dizendo, tipo, uma criança de X anos foi baleada no bairro tal. Esse ano já são tantas baleadas, no ano passado foram tantas. A gente já deixa o mais mastigado possível. Até porque evita o retrabalho realmente do jornalista voltar até você, te fazer mais perguntas, você ter que parar, buscar mais informação... Então assim, dar mastigado ameniza o trabalho de todo mundo.

Como se dá esse envio para a imprensa?

Pelo WhatsApp. A gente tem um grupo de jornalistas. A gente tem também um mailing de jornalistas na nossa lista de e-mails. Nesse nosso relacionamento com a imprensa, eu busquei conversar pessoalmente com alguns editores e editoras e, realmente, apresentar a metodologia, como a coisa funciona. Então eu literalmente peguei o meu computador e fiz uma reunião com os editores do Jornal Hoje, do Jornal Nacional, do RJTV, e mostrei, “olha, o nosso sistema é esse”. E realmente abri a tela do sistema e mostrei, “olha, a informação chega aqui, a gente checa aqui, funciona desse jeito, vai desse jeito” para poder mostrar mesmo como funciona e criar essa confiança na construção da credibilidade. Isso mostra essa questão que te falei da qualidade da Globo porque eles pediram essa reunião. Então eles queriam realmente entender como isso funciona. Nenhum outro veículo fez isso. E, inclusive, eu tenho notícias, por exemplo... Tem alguns veículos que a gente precisou entrar em contato, para poder pedir uma correção, ou outra, em informação, ou no modo que eles referiam a gente. Então, por exemplo, o pessoal da Record fala que não vai dar o crédito como a gente quer porque não querem. E ponto final. Funciona assim.

A gente teve um caso específico com o UOL. O UOL deu uma notícia, deu uma notícia sobre os nossos dados, era uma matéria que não era assinada, então eu não conseguia procurar uma pessoa para pedir uma explicação, e nessa matéria eles diziam que ouviram uma pessoa do governo, uma pessoa que não se identificou, que disse que os bandidos usavam a nossa plataforma para poder inserir notificações para poder pautar a polícia. Aí eu falei: de onde veio essa informação? As pessoas não nos ouviram para dizer se procede ou não procede. Então eu tive que fazer um e-mail gigantesco para mandar para a editora do UOL explicando a metodologia, questionando o porquê que eles não tinham nos procurado para poder comentar uma informação gravíssima como essa que colocava em xeque a nossa metodologia. E, obviamente, esse era o objetivo. Você acha que o governo vai bem de mim que estou colocando em xeque as políticas dele? Óbvio que não. E pedindo a correção da informação. Por um lado, você tem um veículo que te procura para entender como a coisa funciona e, de outro, tem veículo que vai dar uma matéria sem assinatura, sem checar com você o que é verdade e o que é mentira, e vai dar.

Eles se retrataram?

Eles fizeram um adendo na matéria. Mas tipo, o estrago está feito. A gente tem parcerias com o Ministério Público, com o próprio ISP (Instituto de Segurança Pública)... Então não faz nenhum sentido. Mas é isso, foi preciso fazer um pequeno barraco (risos).

Foi uma única situação?

Na imprensa, dessa forma, foi. Já houve matérias em que são ouvidas pessoas do governo e obviamente eles vão achar brechas para poder te questionar. Isso é óbvio, porque eu estou do outro lado da fronteira. Isso é mais do que esperado. O que vale pontuar aqui foi o modo como foi feito: uma fonte sem nome, em uma matéria não assinada e depois que a Secretaria de Segurança já tinha acabado. Porque ela foi extinta. Então, assim, acho que isso mostrou várias camadas de como não fazer jornalismo.

Tem aquela famosa frase, que fala que a grama do vizinho sempre é mais verde. A partir do momento que vocês começam a ganhar destaque internacional, você percebeu uma diferenciação de tratamento no âmbito local e essa credibilidade foi consolidada?

Eu acho que foi se consolidando com o passar do tempo mesmo. Com prêmio, sem prêmio. É aquela coisa de eles se acostumarem com a tua existência, com a constância da sua informação. Porque a gente realmente tem uma linha histórica. A gente consegue te dar uma informação acumulada de quase três anos. Vamos fazer três anos agora em julho. Então assim, é a coisa do acúmulo mesmo, da expertise. E aí você consolida a metodologia, consegue manter a constância do volume de informações que você repassa. Então você cava um espaço ali e se mantém né. A pessoa sabe que todo mês vai receber informação sobre isso. Então fora esse relatório do mês, a gente manda dois ou três informes no grupo de WhatsApp por semana. Então são situações, por exemplo, se morre um agente de segurança é uma contagem específica que a gente faz. Então a gente atualiza no momento. Se morreu mais um, a gente manda de novo. Eram 130, agora são 131. Então os casos muito específicos, tipo: agente de segurança, crianças, pessoas

idosas, bala perdida... A gente manda imediatamente. Então isso se dilui ali no meio da semana e depois a gente manda o acumulado.

Como vocês acompanham as reações dos usuários nas redes sociais?

Comunicação é uma discussão diariamente desde o início. Antes da gente entrar no ar, a gente teve uma reunião específica sobre comunicação porque a gente sabia que era isso. A gente está em meio a uma horda. Qualquer movimento vai subir todos esses comentários de ódio. Então o que a gente faz desde o início tomar cuidado no modo como a gente vai dizer e o que vai dizer. Então, por exemplo, tem um assalto e terminou com o assaltante morto. Se a gente dá a notícia “Assalto na loja tal terminou com uma pessoa morta” vai chover de gente dizendo: “Não era uma pessoa, era um lixo”, “Não era uma pessoa, era um vagabundo”. A gente não usa a palavra pessoa. A gente vai te dar essa notícia da seguinte forma: “Assalto na loja tal, no horário tal, terminou com um morto”. Eu estou te dizendo a mesma coisa. Sem chamar a horda, sem acordar o monstro (risos). A gente trabalhou muito isso porque cobrir operações policiais é sempre muito difícil. Porque é isso: vai morrer cinco, seis, sete traficantes. A gente pode dar o exemplo do morro do Falé. A gente falou: “Operação policial acabou com treze mortos”. Querendo ou não, o nosso público reaja. A maioria. O grosso.

A gente toma todas essas precauções literalmente para reduzir danos. Se a gente humaniza minimamente a pessoa, aparece gente dizendo isso: “É defensor de vagabundo”, “Tá com dó? Leva para casa”, “Bandido bom é bandido morto”. Então é como a gente consegue literalmente reduzir danos nas nossas interações. A gente não usa palavra pessoa, mas a gente também não usa criminoso, a gente não usa nenhuma palavra de sentido dubio, que possa dar margem para apanhar seja de um lado, seja de outro. A gente desenvolveu um muro muito grande (risos).

Quando a gente recebeu o prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos, foi uma coisa que a gente ficou: como é que a gente vai falar sobre isso? (risos). Então a gente conseguiu fazer um tweet para dizer que a gente recebeu um prêmio de direitos humanos, mas a gente trouxe a história da Patrícia no mesmo tweet. Para poder lembrar que o prêmio é em nome da juíza, que foi morta... Então assim, mil estratégias.

O quanto esse público do jornalismo cão, do jornalismo Datena reflete nesses comentários?

É a sociedade. A sociedade é assim. O Datena sai dessa sociedade e alimenta essa sociedade. Ele é fruto disso e se retroalimenta disso. Então é a mesma engrenagem. Não tem muito mistério sobre isso. Tem um estudo interessante do CESEC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania), aqui no Rio, sobre mídia e programas de polícia. Eles fizeram uma análise há um tempo sobre a redução no número de programas e hoje a gente vê o aumento no número desses programas. É isso, são ondas sociais. Vão e voltam.

Vocês expandiram para Recife recentemente. Por quê?

Porque a gente queria entrar na região Nordeste com o intuito de trazer o Nordeste para os holofotes. Se a gente acha que o Rio é o fim do mundo, Recife tem índices de homicídios por 100 mil habitantes maior do que o nosso. Então isso seria interessante para trazer para a mesa de discussão de fato. Inclusive uma coisa que é possível perceber os dados de Recife em relação ao Rio, você vê que o Grande Recife tem muito menos tiros do que o Grande Rio, mas muito mais mortos proporcionalmente. Se você fizer esse recorte Baixada Fluminense – Centro, você vai ver esse mesmo tipo de correlação. Então tem muito menos tiros na Baixada, mas se você faz a proporção de mortos é muito maior. Então o que eu costumo dizer é que o Grande Recife me lembra muito a Baixada Fluminense. Lá você não tem a questão de muitos tiros, muitas horas de tiroteio, fechamento de rua. Não é uma coisa comum lá. Mas quando você analisa o número de pessoas mortas dentro de casa, nos arredores das residências, que são questões que lembram a execução e o feminicídio, então você vê que parece muito com a Baixada de fato. Então é possível lançar o holofote sobre regiões historicamente invisibilizadas, que tanto é o caso da região Nordeste quanto da Baixada Fluminense. Você se sabe que acontece, você sabe que não é de hoje, mas desde sempre são subnoticiadas mesmo.

Vocês aí do Rio trabalham em articulação com o pessoal do Recife?

A gente trabalha junto. Cotidianamente juntos.

Quanto usuários utilizam o aplicativo?

São 250 mil downloads. O total.

Vocês acompanham diariamente quantas pessoas utilizam?

Não é uma coisa que a gente acompanha de perto não.

E no site?

Eu posso levantar para você. Não é uma coisa que a gente acompanha, não.

Como se dá a relação com pesquisadores e universidades?

Na semana passada, a gente abriu todos os nossos dados em uma API¹ para estreitar os nossos laços com pesquisadores, gestores públicos, jornalistas que são especialistas em cobertura de dados, desenvolvedores de aplicações... Porque antes todo mundo tinha que enviar um e-mail: “você pode me enviar os dados do dia tal, no local tal”. E isso inclusive dá muito trabalho (risos). Tem que parar e fazer o negócio. Então a gente abriu esses dados e agora é só ser feliz. Facilita a nossa vida e não precisa ficar mandando e-mail. Então a gente colocou no ar, na sexta-feira (26 de abril de 2019) nessa plataforma, e a gente vem trabalhando com muitos acadêmicos há um tempo. A gente tem uma parceria com o pessoal da UFF (Universidade Federal Fluminense), que trabalha muito de perto com a gente, cedeu dados para pesquisas do pessoal do IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada), Stanford University (Palo Alto, Estados Unidos), UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)... Tem uma parte no nosso site um bocado de trabalho que foi feito. É interessante que esses dados sejam apropriados e utilizados de fato. Em segurança pública é aquela coisa: quanto mais informação você tiver, melhor. Você consegue ter um panorama melhor da realidade. Então a gente

¹ Do inglês *Application Programming Interface*. Trata-se do conjunto de regras do Fogo Cruzado disponibilizadas para outros aplicativos que pretendem utilizar as informações do banco de dados e dos mapeamentos.

disponibiliza e realmente torce para que as pessoas utilizem, cruzem com dados econômicos, sociais, sobre saúde, e criem narrativas e perspectivas.

Os órgãos de Estado utilizam os dados de vocês?

A polícia pode utilizar. Está lá. Oficialmente, nunca nos foi solicitado. A gente cedeu as nossas informações para o Ministério Público e também para o Instituto de Segurança Pública. Oficialmente.

Como é a relação de vocês com outras mídias sociais e plataformas que seguem a mesma linha, como a Onde tem tiro?

Não tem nenhuma troca específica, não. Acho inclusive que a gente volta na parte da imprensa, que aí sim tem até um caso para contar. Uma vez um jornalista utilizou os dados misturados. Eu falei: olha, eu acho que você não devia fazer isso, não, porque são metodologias diferentes e isso pode causar distorções. Você pode estar vendendo um dado falso, uma informação falsa. E o repórter olhou para mim com aquela cara do tipo “do que você está falando?”. Então tem essa questão de que o jornalista não tem essa dimensão do que é um dado, de como ele é construído, que tipo de metodologia determina uma coisa ou outra, posso misturar dados e achar que é a mesma coisa.

Sobre eles, a gente não tem nenhuma relação. É isso, são trabalhos diferentes, com metodologias diferentes e eu acredito que com metas diferentes também. Eles me lembram uma plataforma que existia há um tempo, que era um aplicativo que se chamava, se não me engano, Crime News, Crime Radar, que falava de forma geral de vários assaltos... De tudo quanto é tipo de crime. Então eu lembro que nesse aplicativo tinham os locais que tinha boca de fumo, onde ocorreu assalto. Várias informações. Eles têm informação desde rua alagada, passando por documento perdido, canal de música no Spotify. Então, assim, é bem diferente.

Vocês se veem como uma iniciativa de geojornalismo ou mais data lab?

Mais data lab. A gente gostaria de fazer mais coisas, porque muito das nossas informações se perdem, no sentido de que não são aproveitadas mesmo e a gente

não tem perna para fazer matéria. Nem sempre a gente tem perna para poder fazer uma pauta estruturada e oferecer para alguém. Então muitas vezes isso fica para lá, infelizmente. É possível fazer muito mais coisas sobre jornalismo com as informações que a gente tem. Essa questão de virar os olhos para o jornalismo está na nossa pauta desse ano ainda. Então a gente tem alguns projetos engatilhados para poder privilegiar o jornalismo de dados. O que a gente tem feito é instigar as pessoas a fazer, porque a gente tem poucos braços.